



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**

---

**INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ICI  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

**CLARISSA MARIA DE AZEVEDO AMARAL**

**CONTROLE E USO DA INFORMAÇÃO:  
Estratégia de poder e dominação do grupo liderado por  
Antonio Carlos Magalhães (1985-2006)**

**SALVADOR**

---

**2007**

**CLARISSA MARIA DE AZEVEDO AMARAL**

---

**CONTROLE E USO DA INFORMAÇÃO:  
Estratégia de poder e dominação do grupo liderado por  
Antonio Carlos Magalhães (1985-2006)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, para obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação.

Orientador: Prof. Dr. Othon Jambeiro

**SALVADOR**

---

**2007**

A485 Amaral, Clarissa Maria de Azevedo.

Controle e uso da informação : estratégia de poder e dominação do grupo liderado por Antonio Carlos Magalhães (1985-2006) / Clarissa Maria de Azevedo Amaral. - 2007.  
267 f.: il.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Informação.

Orientador: Prof. Dr. Othon Jambeiro.

I. Antonio Carlos Magalhães - Liderança política. 2. Regime de informação. 3. Comunicação de massa - Censura. 4. Tecnologia da informação - Influências e conseqüências. 5. Comunicação de massa - Aspectos políticos. I. Jambeiro, Othon. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Ciência da Informação. III. Título.

CDD – 302.23  
CDU – 32:659.3

**CLARISSA MARIA DE AZEVEDO AMARAL**

**CONTROLE E USO DA INFORMAÇÃO**

**Estratégia de poder e dominação do grupo liderado por Antonio Carlos Magalhães  
(1985-2006)**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Informação,  
Universidade Federal da Bahia, à seguinte banca examinadora:

**Othon Jambeiro – Orientador**

Doutor em Comunicação

Politécnica Central de Londres Atual University Of Westminster, U.W., Inglaterra.

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

**Paulo Fábio Dantas Neto**

Doutor em Ciências Humanas – Ciência Política.

Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, IUPERJ, Brasil

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

**Helena Pereira da Silva**

Doutora em Engenharia de Produção

Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Brasil.

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Salvador, 04 de julho de 2007.

A

Heitor e Celeste, meus pais, pelo amor e dedicação extremados e exemplo de dignidade e honestidade.

Memória de minha avó, Isaura, pelas lições de justiça e generosidade.

Fernanda e Filipe, meus queridos filhos, para que continuem mantendo os ideais de vida da nossa família.

Alberto, por tudo.

## AGRADECIMENTOS

Primeiro, agradeço a Deus, por todas as conquistas da minha vida, pessoal e profissional, e que Ele continue iluminando sempre o meu caminho. Ao meu orientador, querido mestre e amigo Othon Jambeiro, pelo carinho, confiança, estímulo e, sobretudo, pela dedicação que, ao longo dos últimos três anos, empreendeu para que eu concluísse este trabalho.

Às minhas queridíssimas amigas Iracema Naiberg e Lurdinha Viana, principalmente pelo ombro amigo, pela leitura crítica e revisão destas páginas. Aos também queridíssimos amigos Weliton Aragão e Fred Burgos, pelo carinho e pela força em suprir minhas ausências de trabalho. A professora Sônia Serra, pela minha iniciação na arte do magistério. As colegas e amigas Flávia Garcia Rosa e Jussara Borges, sempre tão prestativas e acolhedoras. Aos colegas do Gepicc, sobretudo Léo, Sara, Ricardo e Susane, tão interessados no desenvolvimento da pesquisa. Aos professores do ICI, Helena Pereira da Silva, Ângela Barreto, Lídia Brandão e Rubens Silva, pelos conhecimentos transmitidos.

Aos jornalistas e amigos Emiliano José, Paolo Marconi, Nice Melo, Newton Sobral e Luiz Guilherme Pontes Tavares pela presteza com que forneceram material e entrevistas para este estudo. Aos políticos Jaques Wagner, Lídice da Mata, Geddel Vieira Lima (e sua família), Ewerton Almeida, Sérgio Gaudenzi e Fernando Schimidt pela disponibilidade para entrevistas, esclarecimentos de dúvidas e fornecimento de material e informações.

A todos, meus sinceros agradecimentos.

*“O poder de controlar o fluxo de informação  
é o poder de controlar a forma como o povo pensa”*  
Oliver Stone

*“Algum mortal, em meio a humana lida,  
Lamenta acaso quem aqui repousa?  
Chora o teu próprio exílio e não a minha vida!  
Com a Terra por mãe, o Sono por esposa –  
O’ frios ventos hibernais, correi! –  
Que primavera aqui tem imortal guarida.  
Quem é que hesita? Um imbecil. Quem bate? O Rei.”*  
Charles Langbridge Morgan

AMARAL, Clarissa Maria de Azevedo. **Controle e uso da informação:** estratégia de poder e dominação do grupo liderado por Antonio Carlos Magalhães (1985-2006). 267 f. il. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Informação. Orientador: Prof. Dr. Othon Jambeiro.

## RESUMO

O controle e o uso da informação constituiu-se, ao longo dos últimos 21 anos, em uma das estratégias do grupo político liderado por Antonio Carlos Magalhães para manter sua hegemonia no Estado. Este modelo, que teve sua eficiência comprovada no contexto que prevaleceu durante a chamada Sociedade Industrial, começou a ser questionado no início dos anos 2000, com a popularização das novas tecnologias de informação e comunicação e a consolidação de novos paradigmas. Nesse contexto, esta dissertação tem o objetivo de identificar e avaliar o impacto e os reflexos das novas tecnologias de informação e comunicação nas práticas informacionais adotadas pelo grupo em questão, para manter a hegemonia política no estado. A pesquisa foi desenvolvida com base no conceito de Regime de Informação. O universo temporal inicia-se no período da redemocratização do país, em 1985, quando todos os estados brasileiros passaram a se adequar a novos paradigmas, e vai até 2006, quando o impacto das novas tecnologias de informação e comunicação, na estrutura política dominante, pode ser melhor dimensionado. Nesse contexto, além da análise empírica do modelo de gestão da informação, utilizado pelo grupo em questão, aborda-se também nesta pesquisa os aspectos políticos e legais da gestão pública da informação, no nível do governo estadual, sob o comando do grupo e suas interseções com as demais instituições do campo político. O estudo foi desenvolvido em seis fases distintas e complementares: 1) Levantamento bibliográfico e revisão da literatura em Ciência da Informação, Ciências Políticas e Comunicação para definição do referencial teórico e abordagem conceitual; 2) Pesquisa histórica sobre a trajetória do grupo político de Antonio Carlos Magalhães e do contexto político, social, econômico e cultural em que se estabelece a relação entre informação e o poder político do grupo; 3) Levantamento e análise dos meios preferenciais de informação e comunicação do grupo; 4) Análise das formas recorrentes de controle, tratamento e uso da informação, por parte do grupo, para manter a hegemonia política; 5) Análise da utilização das novas mídias pelo grupo, avaliação do impacto desses novos meios na natureza do poder político e os seus reflexos no fim da hegemonia política do grupo; 6) Conclusão do estudo. Os resultados indicam não só o esgotamento do modelo informacional representado pelo grupo como evidenciam os impactos provocados pelas novas tecnologias de informação e comunicação.

**Palavras-chave:** Antonio Carlos Magalhães – Liderança política. Regime de Informação. Comunicação de massa – Aspectos políticos. Comunicação de massa – Censura. Tecnologia da informação – Influências e conseqüências.



AMARAL, Clarissa Maria de Azevedo. **Control and use of information:** power and domination strategies of group lead by Antonio Carlos Magalhães (1985-2006). 267 pp. Ill. 2007. Máster Dissertation – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Informação. Advisor: Prof. Othon Jambeiro (PhD).

## ABSTRACT

The control and use of information is one of the strategies used by the political group lead by Antonio Carlos Magalhães, in the last 21 years, sustain its leadership in the state. This model, which had its efficiency proved during the Industrial Society, began to be questioned from 2000 onward with the dissemination of new information and communication technologies and the consolidation of new paradigms. Considering this context, this dissertation aimed at two objectives. The first one consisted in the identification and analysis of the forms and ways used by this political group to control, treat and disseminate political information throughout the state of Bahia. The second objective aimed at verifying how the so called technology revolution impacts on the efficiency of this political strategy. This research draws on the theory of Information Regime. The period studied begins in 1985, when all Brazilian states started to adapt to new paradigms, till the year 2006, when the impact of new information and communication technologies on the political structure could be better dimensioned. In this context, beyond the empirical analysis of the model of information used by that political group, this research examines also the political and legal aspects of the management of the public information by on the state government, under the command at that group and its intersections with others political institutions. The study was developed into six distinctive and completing phases: 1) Revision of Information Science, Political Science and Communication studies literature, define of the theoretical reference and the conceptual approach; 2) Historical analysis of the social, political, economic and cultural contexts on which the relation between information and the political power of Antonio Carlos Magalhães group was established; 3) Analysis of the preferential ways that group used to from of information to people ; 4) Analysis of the control, treatment and utilization of information that from to maintain hegemony; 5) Analysis of the utilization of new medias by the group, evaluation of the impact of these medias in the nature of the political power and its contribution to the end of that political hegemony; 6) conclusion of this study. The results suggest that the informational model represented by that political group has expired and show the impact of new information and communication technologies had on that.

**Key Words:** Antonio Carlos Magalhães – Political leadership. Information Regime. Mass media - Political aspects. Mass media – Censorship. Technology, Information - Influence and results.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABI	Associação Bahiana de Imprensa
ACM	Antonio Carlos Magalhães
Agecom	Assessoria Geral de Comunicação
Anatel	Agência Nacional de Telecomunicações
ANJ	Associação Nacional dos Jornais
Arena	Aliança Renovadora Nacional
Baneb	Banco do Estado da Bahia
BC	Banco Central
BCT	Bahia Cabo Telecomunicações
BIT	Brasilinvest Informática e Telecomunicações
CAB	Centro Administrativo da Bahia
CAR	Companhia de Ação e Desenvolvimento Regional
CIA	Centro Industrial de Aratu
CIACs	Centros Integrados de Assistência à Criança
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
Codeba	Companhia de Docas da Bahia
Coelba	Companhia de Energia Elétrica da Bahia
Conder	Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CR	Cenários de Representação
CRP	Cenários de Representação Política
DA	Diretório Acadêmico
DCE	Diretório Central dos Estudantes
Desenbanco	Banco de Desenvolvimento da Bahia
Eletrobrás	Centrais Elétricas Brasileiras
Embasa	Empresa Baiana de Saneamento
FABS	Federação das Associações de Bairros de Salvador
FTC	Faculdade de Tecnologia e Ciência
GEPICC	Grupo de Pesquisa sobre Economia Política da Informação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
Irdeb	Instituto de Radiodifusão da Bahia
Juceb	Junta Comercial da Bahia
MCC	Movimento Contra a Carestia
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PDS	Partido Democrático Social
PET	Programa de Educação Tributária
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios
Prodasen	Serviço de Processamento de Dados do Senado
RTVs	Estações Retransmissoras de Sinais de TV
SAC	Serviço de Atendimento ao Cidadão
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
Sicof	Sistema de Informações Contábeis e Financeiras
Sigap	Sistema de Gestão de Gastos Públicos
Sinjoba	Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado da Bahia

SSP	Secretaria de Segurança Pública
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
Sudam	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Sudic	Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial
SUS	Sistema Único de Saúde
TCE	Tribunal de Contas do Estado
TCM	Tribunal de Contas dos Municípios
TCU	Tribunal de Contas da União
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
TIP	Taxa de Iluminação Pública
TJ	Tribunal de Justiça
TPC	Terminal Portuário Cotegipe
TVAs	Televisão por Assinatura
UNE	União Nacional dos Estudantes
Unicamp	Universidade de Campinas

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Pirâmide de Barreto	39
Figura 2	<i>Homepage</i> do <i>site</i> do senador ACM	224
Figura 3	<i>Homepage</i> do <i>site</i> do senador César Borges	225
Figura 4	<i>Homepage</i> do <i>site</i> de ACM Neto	226
Figura 5	<i>Homepage</i> inicial do Portal Ibahia	227

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Publicidade <i>Jornal da Bahia</i>	78
Quadro 2	Concessões de Rádio e TV	18
Quadro 3	Emissoras de Rádio concedidas por ACM (OM e FM)	191
Quadro 4	Número de concessões de Radio e TV na Bahia	195
Quadro 5	Emissoras de TV aberta na Bahia	196
Quadro 6	Emissoras de Rádio da Rede Bahia de Comunicação	205
Quadro 7	Empresas da Rede Bahia de Comunicação	207
Quadro 8	Tiragem média dos jornais baianos em circulação	209
Quadro 9	Verba publicitária da Prefeitura de Salvador (2000) para TVs	216
Quadro 10	Verba publicitária do Governo do Estado (2000) para TVs	216
Quadro 11	Comunidades do <i>Orkut</i> relacionadas a ACM e seu grupo de forma negativa	229
Quadro 12	Comunidades do <i>Orkut</i> relacionadas a ACM e seu grupo de forma positiva	230

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Eleições 1986	115
Tabela 2	Eleições 1990	115
Tabela 3	Eleições 1994 (2º turno)	115
Tabela 4	Eleições 1998	115
Tabela 5	Eleições 2002	116
Tabela 6	Eleições 2006	116
Tabela 7	Quadro comparativo de matérias do <i>Correio da Bahia</i>	138
Tabela 8	Capacidade de audiência das emissoras de TV da Rede Bahia	208
Tabela 9	Gastos do governo do Estado com propaganda / publicidade oficial	213
Tabela 10	Índice de matérias na imprensa	234

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>16</b>
1.1	PROBLEMA	19
1.2	OBJETIVO	22
1.3	JUSTIFICATIVA	22
1.4	METODOLOGIA	23
<b>1.4.1</b>	<b>Etapas da Pesquisa</b>	<b>24</b>
<b>1.4.2</b>	<b>Limitações da Pesquisa</b>	<b>28</b>
<b>2</b>	<b>MARCO TEÓRICO</b>	<b>30</b>
2.1	INFORMAÇÃO	32
2.2	PODER	41
2.3	REGIME DE INFORMAÇÃO	48
2.4	GOVERNANÇA, GOVERNABILIDADE E POLÍTICA DE INFORMAÇÃO	51
2.5	INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E POLÍTICA	53
2.6	CONCLUSÃO	59
<b>3</b>	<b>CONTEXTUALIZAÇÃO: A CONSTRUÇÃO DO CARLISMO</b>	<b>60</b>
3.1	CONTEXTO POLÍTICO	61
3.2	NASCE UMA ESTRELA	64
3.3	ADESÃO AOS MILITARES	67
3.4	PREFEITURA, O CAMINHO PARA O GOVERNO	70
3.5	A CHAMA QUE NÃO SE APAGOU	74
3.6	1º GOVERNO (1971 – 1975)	76
3.7	RUMO À ELETROBRÁS	83
3.8	2º GOVERNO (1979-1983)	85
3.9	QUEBRA-QUEBRA, GUABIRABA	87
3.10	DIRETAS JÁ	94
3.11	O FIM DO PRIMEIRO CICLO	96
3.12	ACM, O RETORNO	98
3.13	OS ALIADOS	101
3.14	A FAMÍLIA E AS LIGAÇÕES EMPRESARIAIS	107
3.15	O PERCENTUAL ELEITORAL	114
3.16	AS INSTITUIÇÕES	117
<b>3.16.1</b>	<b>O Oficialismo Federal e o Executivo Estadual</b>	<b>118</b>
<b>3.16.2</b>	<b>O Legislativo</b>	<b>119</b>
<b>3.16.3</b>	<b>Judiciário</b>	<b>123</b>
<b>4</b>	<b>AS FORMAS DE CONTROLE DA INFORMAÇÃO DO GRUPO DE ACM</b>	<b>128</b>
4.1	O CONTROLE DA INFORMAÇÃO NO ÂMBITO DO ESTADO	129
4.2	DOMÍNIO SOBRE OS MEIOS	136
<b>4.2.1</b>	<b>Barganha com a publicidade oficial</b>	<b>140</b>
<b>4.2.2</b>	<b>Controle na distribuição de jornais e revistas na Bahia</b>	<b>144</b>

4.3	ENTRE TAPAS E BEIJOS: A CONTROVERSA RELAÇÃO COM OS JORNALISTAS	145
4.4	O CONTROLE DA INFORMAÇÃO NO CAMPO POLÍTICO	150
4.4.1	<b>O controle da informação secreta: a violação do painel</b>	<b>152</b>
4.4.2	<b>O controle da informação pessoal: os grampos e a invasão da privacidade</b>	<b>162</b>
4.4.3	<b>Novos grampos: a história se repete com o Judiciário</b>	<b>169</b>
4.4.4	<b>O controle da informação midiática contra os adversários: as vítimas</b>	<b>170</b>
4.4.5	<b>Estratégia ambígua</b>	<b>176</b>
<b>5</b>	<b>OS MEIOS DE CONTROLE DA INFORMAÇÃO</b>	<b>185</b>
5.1	PALANQUE ELETRÔNICO	185
5.2	O MINISTÉRIO, A NEC, A GLOBO E AS CONCESSÕES	186
5.3	CONCESSÕES NA BAHIA	189
5.3.1	<b>Retransmissoras e TV por assinatura</b>	<b>197</b>
5.4	O DISCURSO POLÍTICO E O LASTRO ELETRÔNICO	199
5.4.1	<b>No reino da Rede Bahia de Comunicação</b>	<b>200</b>
5.4.2	<b>Mídia impressa</b>	<b>207</b>
5.5	A PROPAGANDA / PUBLICIDADE GOVERNAMENTAL	212
5.6	AS NOVAS MÍDIAS	217
5.6.1	<b>O panorama nacional</b>	<b>221</b>
5.6.2	<b>A realidade local</b>	<b>222</b>
5.6.3	<b>Do palanque eletrônico à comunicação virtual</b>	<b>223</b>
5.6.4	<b>Outros recursos</b>	<b>227</b>
5.6.5	<b>O novo contexto no Brasil</b>	<b>233</b>
5.6.6	<b>O outono do patriarca</b>	<b>237</b>
<b>6</b>	<b>CONCLUSÕES</b>	<b>242</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>249</b>



## 1 INTRODUÇÃO

A informação ainda é um elemento controverso na comunicação institucional do Estado, apesar da redemocratização do país. Na Bahia, como em outros estados do Nordeste, este cenário torna-se ainda mais polêmico, pois tem prevalecido a lógica da dominação feudal de classes. A concepção de direito civil de base monárquica e católica apresenta claras ligações com a concepção patrimonial do direito e da vida em sociedade que, lamentavelmente, ainda rege a relação entre o público e o privado. Como na sociedade colonial, na Bahia as práticas públicas confundem-se com interesses privados. Amparado por uma poderosa rede de comunicação de massa, o grupo político dominante perpetuou-se no poder, locupletou-se com os recursos públicos e eximiu-se da responsabilidade e do dever de prestar contas dos seus atos e gastos à população.

Este modelo de gestão, que intermediou as relações sociais no nosso estado entre 1985 e 2006, universo e período que compreende o recorte histórico deste estudo, está centrado na figura do político Antonio Carlos Magalhães, mais conhecido pela sigla ACM, e do seu grupo político<sup>1</sup>, que, com um breve interregno (1987-1990), dominou o poder político no estado, nesses 20 anos. Para manter a hegemonia, ele e seu grupo lançaram mão de um recurso que foi se ampliando no Brasil em função do crescimento e da popularização da comunicação de massa: o controle e o uso da informação, através da propriedade de meios de comunicação, impressos e eletrônicos.

ACM, segundo Almeida (1999, p.1), talvez seja o político brasileiro que melhor represente a transição entre o *coronelismo tradicional* e o chamado *coronelismo eletrônico*, modelo no qual a relação entre a política e a mídia é bastante estreita. Ao metamorfosear-se de um político tradicional em um político midiático, ACM adaptou-se a um novo cenário político, utilizando com eficiência os seus recursos para manter a hegemonia política. (ALMEIDA, 1999, p.1). Entretanto, na nossa visão, esse modelo, que prevaleceu e foi bem-sucedido no Brasil durante as duas últimas décadas do século XX, começou a ser questionado

---

<sup>1</sup> Grupo político é aqui entendido como uma comunidade humana que pretende o monopólio do uso legítimo da força física, dentro de um determinado território (WEBER, 1971, p.219).

no início do novo milênio, com a incorporação das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs), sobretudo da Internet, por crescentes parcelas da sociedade baiana.

Nesse sentido, este estudo tem como objeto as estratégias de controle e uso político da informação por parte de ACM e seu grupo, para manter a hegemonia política no Estado e como objetivo a investigação e análise do impacto e da influência das TICs nas mudanças políticas ocorridas na Bahia. O universo temporal inicia-se no período da redemocratização do país, em 1985, quando todos os estados brasileiros passaram a se adequar a novos paradigmas, e vai até 2006, quando o impacto das novas tecnologias de informação e comunicação, na estrutura política dominante, pode ser melhor dimensionado. Nesse contexto, além da análise empírica do modelo de gestão da informação utilizada pelo grupo em questão, abordamos também, nesta pesquisa, os aspectos políticos e legais da gestão pública da informação no nível do governo estadual sob o comando do grupo e suas interseções com as demais instituições do campo político.

O trabalho está estruturado em seis capítulos. Após esta Introdução, iniciamos o segundo capítulo, Marco Teórico, estabelecendo nosso referencial no conceito de Regime de Informação, classificado como categoria analítica por Frohmann (1995), a partir de Foucault, e reformulado no Brasil por González de Gómez (2002). Discutimos a abordagem conceitual dos dois pilares deste estudo, informação e poder, e analisamos outros conceitos relativos às áreas de comunicação e política, necessários à compreensão deste estudo.

No terceiro capítulo, Contextualização: a construção do carlismo, fazemos uma abordagem histórica da trajetória de ACM e seu grupo, desde o início da sua carreira política até os dias atuais, enfatizando os fatos relacionados ao objeto deste estudo. Por outro lado, reconstituímos também a relação deste grupo com as instituições do campo político para comprovar o controle exercido pelo líder no fluxo de informações geradas nessas instituições. Através dessa abordagem, fica evidente que o controle e o uso da informação por parte do grupo não é mera obra do acaso. Trata-se, verdadeiramente, de uma estratégia concebida e bem planejada para manter a hegemonia política no estado.

Desde o início da sua trajetória, ainda na década de 1950, ACM já entendia a importância da comunicação de massa na política. A experiência, adquirida no desempenho da atividade jornalística, constituiu-se em uma espécie de *background* e contribuiu decisivamente para que mais tarde viesse a ser uma das principais fontes de informação para os jornalistas brasileiros. Pela sua história notadamente marcada pela aliança com o oficialismo, podemos constatar que os postos e cargos almejados por ele estão sempre vinculados, de alguma forma, à possibilidade de gerar fatos que tenham ampla repercussão na

mídia. Gestos, ações, medidas e atos estão umbilicalmente ligados ao tratamento que podem receber dos órgãos de imprensa.

No quarto capítulo, As formas de controle e uso da informação do grupo de ACM, identificamos e analisamos as formas de controle e o uso político da informação. Optamos por dividi-lo em quatro subcapítulos distintos, correspondentes a cada uma das táticas utilizadas pelo grupo para controlar a informação e usá-la em benefício próprio. No primeiro subcapítulo, examinamos as formas de controle da informação política no âmbito do Estado, observando o processo de difusão da informação pública / governamental e o papel desempenhado pelos órgãos públicos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e que compõem a segunda rede do regime de informação, objeto deste estudo. No segundo, tratamos das formas de domínio sobre os meios de comunicação que se concretizam através da propriedade privada dos meios, da barganha com as verbas da publicidade oficial, e do controle da distribuição na Bahia de jornais e revistas de circulação nacional.

No terceiro subcapítulo, abordamos a polêmica relação que ACM mantém com jornalistas e que se dá em três níveis: como fonte privilegiada de informação; com a concessão de favores e benefícios, e, na sua forma mais truculenta, com a intimidação. O quarto subcapítulo está destinado à análise da utilização da informação para a perseguição e intimidação no campo político. Através dos famosos dossiês, ACM e seu grupo usam a informação em dois níveis: como barganha para chantagens e ameaças e como conteúdo jornalístico na mídia para denegrir a reputação dos seus adversários e inimigos. Dois episódios bem ilustrativos das formas utilizadas pelo grupo para controlar a informação mereceram destaque especial neste subcapítulo: a violação do painel eletrônico do Senado e os grampos telefônicos realizados em telefones celulares de políticos baianos, adversários do grupo de ACM.

O quinto capítulo, Os meios de controle da informação, é dedicado à análise dos meios preferenciais de informação e comunicação do grupo em questão e das novas mídias que foram sendo incorporadas ao cotidiano dos baianos, a partir de 2000, com os recentes avanços tecnológicos. Através de documentos obtidos na Junta Comercial da Bahia e na Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), levantamos o número de concessões de rádio e televisão e de estações retransmissoras de sinais de TV (RTVs), distribuídas por ACM, na Bahia, durante a sua permanência no Ministério das Comunicações. O caminho percorrido por essas concessões até se tornarem parte integrante da Rede Bahia de Comunicação, de propriedade de ACM e seus familiares, também foi objeto de pesquisa e análise.

O mapeamento dessas emissoras e das suas respectivas audiências no Estado nos permitiu uma avaliação real do poder de penetração da ideologia do grupo na Bahia. Além disso, através do levantamento das concessões distribuídas em outros estados da Federação, no mesmo período, foi possível entender os benefícios desfrutados pelo líder do grupo nas redes nacionais de televisão, sobretudo, na Rede Globo de Televisão. Neste capítulo, também fica patente a fina sintonia que une os interesses políticos e empresariais do grupo e o poder de pressão que ele exerce na mídia, através da propaganda oficial, vista aqui apenas como meio de veiculação de informação. Além disso, abordamos também as novas mídias e os paradigmas estabelecidos a partir da popularização das TICs e os efeitos que elas provocaram no cenário político atual.

O sexto e último capítulo é dedicado às conclusões e análise do objeto deste estudo. Destacamos as formas de controle e uso da informação, a relação entre o controle e o poder do grupo e como este poder é exercido através de relações sociais mediadas pela informação. Além disso, abordaremos os fatos que comprovam a exaustão do modelo político e de gestão da informação, representados pelo grupo, e a relação dessa falência com a popularização das novas TICs.

## 1.1 PROBLEMA

Os avanços tecnológicos registrados ao longo da história da humanidade provocaram, em diferentes momentos, profundas mudanças na economia, na cultura, no comportamento das pessoas e também na natureza do poder. Não há evidência de um marco zero do começo da história, como observam os historiadores Asa Briggs e Peter Burke (2004, p. 17), mas, ao longo do tempo, as mudanças impulsionadas pela introdução de novas tecnologias fizeram emergir novas civilizações.

As mudanças mais recentes começaram a acontecer na década de 1940. Todo o período que se seguiu à 2ª Guerra Mundial foi marcado pelo grande avanço tecnológico na área da eletrônica. Mas somente na década de 1970, segundo Castells (1999a, p.412), as novas tecnologias de informação difundiram-se e convergiram para um novo paradigma. As inovações em três campos inter-relacionados – microeletrônica, computação e

telecomunicações – segundo ele, constituíram-se na base da chamada Sociedade da Informação.

A revolução tecnológica do século XX trouxe também uma nova maneira de vida, baseada em fontes de energia diversificadas e renováveis; em métodos de produção que tornaram a maioria das linhas de montagem das fábricas obsoletas; em famílias novas não-nucleares, e em escolas e corporações radicalmente opostas. Estabeleceu, segundo Toffler (1994), um novo código de comportamento.

[...] nos transporta para além da padronização, da sincronização e da centralização, para além da concentração de energia, dinheiro e poder. Essa nova civilização tem a sua própria e distinta concepção do mundo, maneiras próprias de lidar com o tempo, o espaço, a lógica e a relação de causa e efeito (TOFFLER, 1994, p. 20).

Assim como a invenção da prensa gráfica desencadeou a reforma protestante no século XV, o advento do computador e os novos meios de informação e comunicação possibilitaram uma reestruturação no mapa político do mundo e estabeleceu novas formas de relação de poder. Na economia da Sociedade da Informação, o principal fator de produção é o conhecimento. Dado, informação, imagens, símbolos, cultura, ideologia e valores são os ativos fundamentais das empresas, cuja projeção depende da sua capacidade de adquirir, gerar, distribuir e aplicar conhecimento, estratégica e operacionalmente.

Ao contrário dos meios de comunicação da sociedade industrial, que funcionavam de forma independente uns dos outros, os novos veículos estão intimamente interligados e fundidos, trocando dados, imagens e símbolos entre si. Combinado com a globalização, esse sistema reduz a influência de qualquer meio, canal, publicação ou tecnologia isolada em relação a todos os outros. A evolução das tecnologias de informação e comunicação foi, sem dúvida, o principal suporte da globalização. Sem as telecomunicações, a informática e a indústria microeletrônica, a economia global não alcançaria os níveis atuais e, nesse contexto, a Internet assume o papel de principal coadjuvante (TOFFLER, 1994, p.29).

A relação das descobertas e inovações com o poder sempre foi bastante estreita. Segundo Burke e Ornstein (1995), há milhares de anos, elas “[...] vêm presenteando poder sob inúmeras formas”.

Deram aos imperadores o poder da morte e aos cirurgiões o poder da vida. Cada vez que uma descoberta oferece uma nova maneira de tornar a humanidade mais rica, segura ou inteligente, redefine também o modo de pensar, os valores, a cultura e o futuro do ser humano e aumenta o poder daqueles que mais eficientemente sabem utilizá-las (BURKE; ORNSTEIN, (1995, prólogo).

A introdução de novas tecnologias, portanto, pode levar à ascensão de um novo sistema de poder em substituição ao do passado. Trata-se de um ciclo finito que pode ser transferido ou transformado, a depender da intensidade das mudanças provocadas pelas novas descobertas, como refere Toffler (1990). A transição da sociedade agrária para a industrial levou à ascensão de uma nova classe dominante. O poder das elites rurais foi transferido, no fim do século XVIII e início do século XIX, para os banqueiros e os grandes industriais que, associados ao Estado, detiveram nas primeiras décadas do século XX os instrumentos e os recursos de poder. A partir da década de 1950, porém, as novas tecnologias possibilitaram não só a transferência, mas a transformação na natureza do poder (TOFFLER, 1990, p. 28).

Fundamentado no controle da informação, o modelo de gestão da informação do grupo político, que dominou a política baiana até 2006, passou a ser questionado a partir do início dos anos 2000, período que coincide com a difusão e popularização das novas tecnologias de informação, particularmente, a Internet. E foi exatamente esta coincidência que nos instigou a formular o problema de pesquisa deste estudo, vez que o modelo informacional adotado pelo grupo em questão manteve, até o final do século XX, as características dos modelos que prevaleceram nas sociedades agrária e industrial. O problema, então, era saber se as novas TICs haviam contribuído para o fim do ciclo hegemônico do grupo no Estado. A premissa acima assinalada nos levou, então, a procurar entender se a partir da popularização das TICs, até os dias atuais, o grupo havia incorporado, em suas ações, os avanços tecnológicos e os procedimentos informacionais estabelecidos pelos novos paradigmas da sociedade da informação e como se dá o controle e o uso da informação no seio do grupo político que dominou a Bahia, observando as formas e variações dos seus processos de controle da informação e os meios preferenciais de informação. Além disso, observamos as tecnologias que foram absorvidas pelo grupo - e com qual impacto operacional - no controle e na disseminação da informação (banco de dados, *webpages*, arquivos eletrônicos, Internet, correio eletrônico), que informações - e de que natureza - são constantes no seu discurso para a conquista da hegemonia política, e qual a relação de consistência e inconsistência entre as práticas informacionais desse grupo político e as disposições constitucionais e legais que regulam o regime de informação dos poderes públicos.

## 1.2 OBJETIVO

Como mencionado anteriormente, o principal objetivo desta pesquisa foi identificar e avaliar o impacto e os reflexos das novas TICs nas práticas informacionais adotadas pelo grupo em questão, para manter a hegemonia política no estado.

## 1.3 JUSTIFICATIVA

A relação entre informação e poder tem sido objeto de estudo na área de comunicação e nas ciências políticas e sociais. À luz da Ciência da Informação, o interesse da comunidade científica no debate sobre política de informação, segundo Rowlands (1996, p.13-25), tem-se limitado à convergência entre mídia, tecnologia de informação e serviços e à relação entre política de informação e impactos positivos no bem-estar econômico e social das sociedades.

Para Frohmann (1995), muito da literatura sobre política de informação em Ciência da Informação interpreta a questão sob o foco da produção documental e arquivística dos governos e restringe os estudos aos problemas da produção, organização e disseminação da informação científica e técnica. Esse foco institucional e disciplinário, argumenta o teórico, limita a escala dos que decretam ou são afetados por políticas de informação a agentes do governo e as elites, com acesso às novas tecnologias de informação.

Entre as críticas que faz à pesquisa neste campo, Frohmann (1995) destaca o caráter instrumental com a fixação de problemas, como a implementação de tecnologias, aprimoramento de comunicação entre departamentos no âmbito da administração pública e aumento do acesso à documentação governamental em detrimento da realização de pesquisas, que tenham como foco a relação entre informação e poder, ou de como o poder é exercido em e através de relações sociais mediadas pela informação.

Além da crítica ao foco da pesquisa em política de informação, González de Gómez (2002) aponta a necessidade de revisão das categorias de análise e dos procedimentos metodológicos com que se estudam as novas figuras das redes e dos processos de informação em grande escala, em função da heterogeneidade e das formas prévias de vinculação social e discursiva, bem como pela constituição de novos espaços sociais de práticas e interações comunicacionais. Tendo em vista este vácuo nas pesquisas deste campo, acreditamos que o modelo político e de gestão da informação representado pelo grupo de ACM deveria ser

inserido no debate sobre política de informação. Afinal, um dos pilares de sustentação do seu poder é justamente o controle e o uso da informação.

Do ponto de vista pessoal, o controle e o uso político da informação, características do modelo implantado por ACM e seu grupo na Bahia, e que se constitui no objeto deste estudo, foi um assunto que sempre me interessou profissionalmente. Além da prática recorrente dessa estratégia, me intrigava o fato de que, apesar de todos terem conhecimento dos interesses e objetivos políticos que a motivava, ela permanecer eficiente por tanto tempo. Com os episódios da violação do painel eletrônico do Senado e da divulgação dos grampos telefônicos na Bahia, percebi que algumas questões estavam mudando nesse contexto que antes parecia definitivo.

#### 1.4 METODOLOGIA

A metodologia do trabalho compreendeu um estudo qualitativo composto de seis etapas complementares e que, em alguns momentos, ocorreram de forma concomitante. Trata-se, na verdade, de um estudo de caso, método caracterizado pelo estudo amplo de um conjunto de dados que descrevem uma fase ou uma totalidade de um processo social em uma determinada realidade, em suas diversas dimensões (DIEHL, TATIM, 2004, p. 61). A pesquisa foi organizada de modo a permitir uma compreensão global do fenômeno. Para isso, recorreremos à pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas em profundidade com personalidades do mundo político, econômico e cultural baiano, de acordo com as seguintes etapas:

**Etapa 1-** Levantamento bibliográfico e revisão da literatura em Ciência da Informação, Ciências Políticas e Comunicação para definição do referencial teórico e abordagem conceitual.

**Etapa 2-** Pesquisa histórica sobre a trajetória do grupo político de ACM e do contexto político, social, econômico e cultural em que se estabelece a relação entre informação e o poder político do grupo.

**Etapa 3** – Levantamento e análise dos meios preferenciais de informação e comunicação do grupo.

**Etapa 4** – Análise das formas recorrentes de controle e uso da informação por parte do grupo para manter a hegemonia política.



**Etapa 5** – Análise da utilização das novas mídias pelo grupo, avaliação do impacto desses novos meios na natureza do poder político e os seus reflexos no fim da hegemonia política do grupo.

**Etapa 6** – Conclusão do estudo

### **1.4.1 Etapas da Pesquisa**

#### **Etapa 1**

A primeira etapa deste estudo compreendeu o aprofundamento teórico da literatura em Ciência da Informação com vistas a definir o nosso referencial teórico e estabelecer a abordagem conceitual dos elementos que compunham este estudo. Como o objeto desta pesquisa abrange conceitos de outras áreas do conhecimento, Ciência Política e Comunicação, realizamos também uma revisão bibliográfica da literatura dessas áreas, principalmente da que se refere a discussão sobre poder político e sua estreita ligação com a comunicação de massa, contextualizada por Lima (2004a), como novos Cenários de Representação Política (CRP).

As informações levantadas foram, então, discutidas e analisadas no âmbito de Grupo de Pesquisa sobre Economia Política da Informação (GEPICC), coordenado pelo orientador deste trabalho, professor doutor Othon Jambeiro, e, em seguida, debatido nas aulas das disciplinas Seminários Avançados de Pesquisa I e II. Nas discussões, ficou evidente que o referencial teórico que melhor se aplicaria a este estudo seria o conceito de Regime de Informação, desenvolvido por Frohmann (1995), que prevê a observação de um sistema de informação em uma determinada realidade, gerado por específicos produtores para a sociedade em geral. Apesar de ter sido adaptado no Brasil por González de Gómez (2002), optamos por utilizar o conceito formulado por Frohmann (1995) por nos parecer mais apropriado para a morfologia de rede de informação. Apesar de englobar diversas categorias, para efeito de delimitação deste estudo, decidimos nos ater apenas a duas redes: a rede constituída de informação – rádio, jornal, TV, publicidade (como meio) e Internet – e a rede formada pelas instituições do campo político – Executivo, Legislativo e Judiciário e seus órgãos de apoio – por onde fluem informações para a sociedade.

## **Etapa 2**

Paralelamente à primeira etapa, iniciamos a pesquisa histórica, priorizando a trajetória do grupo político em questão e o contexto político, social, econômico e cultural em que se estabeleceu a relação entre informação e o poder político do grupo. Para reconstituir a história do grupo, lançamos mão de publicações sobre as personalidades integrantes do grupo e os fatos políticos, econômicos e culturais envolvidos nas suas trajetórias políticas.

Recorremos também a matérias jornalísticas veiculadas nos meios de comunicação, impressos e eletrônicos, e também a fatos que puderam ser vivenciados no decorrer das minhas atividades profissionais, primeiro como jornalista da editoria de política de jornais impressos locais e, posteriormente, na área de marketing político. A reconstituição histórica contou ainda com informações obtidas através de entrevistas com jornalistas e personalidades do mundo político, econômico e cultural.

## **Etapa 3**

Iniciamos a terceira etapa deste estudo depois de ter concluído as duas fases anteriores. Nesta etapa, fizemos um levantamento detalhado dos meios preferenciais de informação do grupo político. Primeiro, recorremos a fontes primárias para averiguar o número de concessões de emissoras de rádio e televisão que foram distribuídas por ACM, na Bahia, quando ele foi ministro das Comunicações do Governo Sarney. Muitos estudos já foram feitos, e alguns deles chegaram a ser publicados em forma de artigos acadêmicos, sobre a farta distribuição de canais eletrônicos de comunicação neste período. Na nossa visão, porém, a divergência de número destes estudos não nos permitiria dimensionar, com precisão, a influência política do grupo, através destes veículos, em território baiano.

Em função disso, optamos por utilizar estes estudos apenas como ponto de partida para uma investigação mais aprofundada. Até porque, as pesquisas de maior relevância acadêmica abrangem a totalidade das emissoras concedidas como barganha na Assembléia Nacional Constituinte de 1987-1988, em todo território brasileiro.

Para contabilizar esses números, recorremos aos decretos das concessões publicados no *Diário Oficial da União*, entre 1985 e 1990, e os comparamos com as cópias dos contratos sociais das empresas, registrados na Junta Comercial da Bahia (Juceb). Com isso, obtivemos uma primeira relação das emissoras, a data das concessões e o nome dos seus primeiros proprietários.

Para identificar o parentesco e o vínculo político dos proprietários, entrevistamos diversos políticos de vários partidos e também funcionários das emissoras. Finalmente,

cruzamos essa primeira relação das emissoras com a listagem que se encontra disponível no site do Ministério das Comunicações, obtendo uma segunda lista com o nome dos proprietários atuais. Como algumas emissoras utilizam, atualmente, apenas o nome fantasia, realizamos uma pesquisa no site da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para fazer o cruzamento da razão social das emissoras com os seus respectivos nomes fantasia.

Além disso, verificamos também a situação atual da emissora para sabermos quais ainda estão em operação e quantas foram desativadas ou nunca entraram em funcionamento. Com esse cruzamento, foi possível ainda analisar a trajetória dessas emissoras e verificar as que hoje compõem a Rede Bahia de Comunicação, de propriedade da família de ACM, informação esta que foi confirmada através do site da própria Rede Bahia.

No decorrer dessa busca, um fato que nos chamou a atenção foi a distribuição de Estações Retransmissoras de Sinais (RTVs). Enquanto o Governo Sarney foi marcado pela distribuição de emissoras de rádio e TV em troca de apoio no Congresso Nacional, no Governo Fernando Henrique Cardoso, a barganha com parlamentares deu-se através da distribuição de outorgas de permissão de RTVs. Estranhamente, a derrama de RTVs a parlamentares da base de apoio do governo ficou restrita, na Bahia, a apenas três estações, concedidas ao então todo-poderoso presidente da Câmara dos Deputados, Luís Eduardo Magalhães para a TV Bahia. De posse dessa informação, partimos, então, para levantar o número de estações retransmissoras do sinal da TV Bahia, que atualmente abrange nada menos que 347 estações RTVs em todo o estado. Através de um levantamento das edições do Diário Oficial da União, entre 1985 e 1990, identificamos que, como ministro, ACM concedeu a sua TV Bahia 344 das 347 RTVs. Diferente das concessões das emissoras geradoras, que, naquela época, eram distribuídas por decreto do presidente da República, as permissões de outorgas para as RTVs podiam ser autorizadas através de uma simples portaria do ministro das Comunicações, sem necessidade de licitações ou aprovação do Legislativo Federal, conforme o previsto no decreto nº 1.600, de 25 de abril de 1978.

Nesta etapa, identificamos ainda outra forma recorrente de controle da informação por parte do grupo de ACM. A publicidade oficial do Governo do Estado e da Prefeitura de Salvador (quando ocupada por integrantes do grupo) constituiu-se tanto em meio de disseminação de informação como de barganha para conquista da adesão dos veículos de comunicação que não são de propriedade do grupo. As dificuldades em se obter informações sobre a publicidade oficial são óbvias. Para estimarmos o volume de recursos destinados a este fim, optamos por analisar as prestações de contas enviadas pelo Governo do Estado ao Tribunal de Contas do Estado (TCE).

#### **Etapa 4**

Nesta quarta etapa, passamos a analisar as formas recorrentes de controle e uso da informação por parte do grupo para manter a sua hegemonia política. Nesse sentido, identificamos e analisamos o controle da informação no âmbito do Estado, sobretudo no que diz respeito a transparência / opacidade das contas públicas e da informação estatística. Para isso, utilizamos, como material de pesquisa, entrevistas com personalidades do mundo político e matérias jornalísticas veiculadas pelos meios de comunicação impressos, eletrônicos e digitais. Investigamos, também, as formas de dominação exercidas pelo grupo sobre os meios de comunicação que não são de sua propriedade. Nessa fase, identificamos formas recorrentes, como o controle na distribuição de publicações impressas, de circulação nacional, na Bahia e a controversa relação de ACM com jornalistas e o modo como o grupo opera na geração de fatos jornalísticos.

As formas de controle e uso da informação no campo político também foram pesquisadas. Identificamos e analisamos, nessa fase, dois episódios que são bastante ilustrativos das formas de controle e uso da informação: a violação do painel eletrônico do Senado, em 2001, e os grampos telefônicos realizados nos celulares dos adversários políticos do grupo, em 2003. Através da análise desses dois fatos, buscamos demonstrar como a informação constituiu-se em uma estratégia de dominação e hegemonia política para o grupo.

Em outra vertente, analisamos também a informação utilizada pelo grupo para denegrir a reputação dos seus adversários políticos, através da mídia. Identificamos como esse tipo de ação ocorre tanto nos veículos de comunicação de sua propriedade como em órgãos de imprensa de circulação nacional. Além de utilizar matérias jornalísticas como fonte de pesquisa, fizemos diversas entrevistas com personalidades do mundo político. Para analisar com maior profundidade o modo de operação do grupo, optamos por destacar quatro casos que ilustram bem a questão: Waldir Pires, Lídice da Mata, Alcení Guerra e Geddel Vieira Lima. As campanhas e crises de imagem vivenciadas por esses quatro políticos, na nossa visão, dão a exata dimensão das formas de controle e uso da informação, utilizadas pelo grupo de ACM.

#### **Etapa 5**

A quinta etapa deste estudo englobou a pesquisa sobre a utilização das novas mídias e dos novos paradigmas estabelecidos na chamada Sociedade da Informação. Foram analisados sites, home pages, comunidades no site de relacionamentos Orkut e outros recursos digitais

usados ou não pelo grupo. Além disso, identificamos e analisamos também o impacto das novas tecnologias de informação e comunicação no modelo informacional adotado pelo grupo. Verificamos, ainda, as possibilidades de controle na disseminação da informação e os investimentos que o grupo fez nesse período, para se adequar aos novos paradigmas.

Essa fase da pesquisa caracterizou-se basicamente pelo estudo qualitativo, fundamentado pelos novos paradigmas da chamada Sociedade da Informação, tais como: ausência de controle na distribuição da informação que circula na Internet; interatividade com o público; fragmentação da sólida audiência da TV associada à crescente popularização das TICs, sobretudo da TV a Cabo e da Internet; desmassificação dos produtos e serviços e a conseqüente segmentação dos públicos; fusões e alianças no controle das empresas de comunicação e, por fim, a produção e distribuição de produtos jornalísticos na estrutura de hipertexto, a exemplo dos blogs, organizados e assinados por mass medias e personalidades de destaque nacional (PINHO, 2003, p. 49-55).

## **Etapa 6**

A sexta e última etapa deste estudo teve o objetivo de condensar as suas conclusões e observar as limitações da pesquisa. Num primeiro momento, analisamos as informações levantadas no estudo sobre o objeto da pesquisa, o controle e o uso da informação por parte do grupo de ACM como estratégia para manter a sua hegemonia política no estado. Em seguida, realizamos o mesmo procedimento, respondendo às questões que se constituíam no problema de pesquisa, destacando a principal delas: As novas TICs contribuíram para o fim do ciclo hegemônico do grupo no Estado? Além do resultado eleitoral do pleito de 2006 na Bahia, para concluir este estudo, levamos em consideração também os fatos coincidentes que marcaram a eleição para a Presidência da República e o processo eleitoral de outros estados do Nordeste.

### **1.4.2 Limitações da pesquisa**

Inicialmente, a idéia central deste trabalho consistia em pesquisar e analisar as formas de controle e uso da informação e examinar as evidências de esgotamento desse modelo. Entretanto, o surpreendente resultado das eleições de 2006, tanto no plano nacional como, especialmente, no estadual, nos levou a aprofundar o estudo avaliando com mais profundidade o impacto decorrente das TICs no fim do ciclo hegemônico do grupo no Estado.

O pouco tempo disponível entre o resultado eleitoral e o prazo oficial de entrega deste estudo ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Ciência da Informação inviabilizou uma análise mais completa do fenômeno e a exploração de outros aspectos do fim do poder hegemônico, sobretudo das mudanças no contexto político e social que se estabeleceu no país a partir das mudanças de paradigmas.

Acreditamos que as formas e os meios empregados por ACM e seu grupo para controlar e usar politicamente a informação, na Bahia, foram eficientes no contexto político e social que prevaleceu na sociedade industrial. A utilização desses mesmos meios e formas, contudo, começam a emitir sinais de exaustão no contexto político e social que vem se consolidando a partir da popularização das TICs.

Nesse sentido, a pesquisa atende a todas as questões relativas à sua problematização. Porém, em função da exigüidade de tempo para avaliarmos outras evidências, fomos forçados a deixar de fora possíveis conexões deste fenômeno.

## 2 MARCO TEÓRICO

Para um melhor entendimento deste capítulo, vamos iniciá-lo com algumas explicações preliminares. Primeiro, vale destacar que, entendemos como controle político da informação as normas, atitudes e ações para influenciar, monitorar, fiscalizar, dirigir, regular e difundir, que podem ocorrer sobre todas as etapas do processo de elaboração, estruturação, utilização e difusão da informação, com vistas a tomar ou manter o poder político. Tendo em vista que o foco deste trabalho está no controle, tratamento e difusão da informação como forma de dominação política, num determinado território, a escassez de pesquisa em Ciência da Informação, nesse âmbito, nos levou a envolver também, neste estudo, conceitos e abordagens teóricas de outras áreas do conhecimento. Além disso, o próprio caráter poli-epistemológico da ciência da informação, como destaca González de Gómez (2000, p.8), já indica a diversidade de condições das pesquisas nessa área. Isso, no entanto, como lembra esta autora, não deve ser compreendido como uma indefinição metodológica eclética e relativista. Para ela, o objeto da Ciência da Informação tem que ser considerado como “[...] uma construção de significado de segundo grau, a partir das práticas e ações sociais de informação que constituem seu domínio fenomênico” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2000, p. 8).

Isso, na sua concepção, gera uma dupla aderência das condições epistemológicas às condições políticas de acolhida e legitimação das questões de informação, já que estão constantemente sujeitas às mudanças sociais, econômicas e tecnológicas, em conformidade com as quais se constituem, controlam-se, reproduzem-se e transformam-se as práticas, as atividades, as tecnologias, os recursos, as instituições e os atores que intervêm na geração, tratamento, transmissão e uso da informação. “E esta configuração social [...] afeta a constituição do campo da Ciência da Informação, tanto na sua forma paradigmática quanto em seus conteúdos” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2000, p. 7). A consequência direta dessa convergência política e epistemológica, de acordo com esta autora:

[...] é que a definição metodológica do núcleo de um programa de pesquisa nunca poderia estar totalmente ocupada ou caracterizada por uma escola,

uma teoria, uma técnica, uma temática, já que toda proposta se perfila num horizonte de demandas concorrenciais, atualizadas permanentemente fora do campo por macros processos econômicos e políticos, tal como a globalização. Assim, toda escolha metodológica acontece como esforço de preenchimento do núcleo, como um espaço sempre em constituição que exige, caso a caso, uma nova justificativa (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2000, p. 7).

Como este estudo busca investigar a relação informacional e comunicacional entre o indivíduo e o poder político, para além de definir a abordagem conceitual de informação e poder, buscamos no âmbito da discussão da Ciência da Informação, o conceito de regime de informação, classificado como categoria analítica por Frohmann (1995), a partir de Foucault, e reformulado no Brasil por Gonzalez de Gómez (2002).

O conceito de regime de informação, desenvolvido por estes dois autores, não propõe uma metodologia específica para a caracterização dos elementos que o compõem numa determinada realidade. Em função disso, recorreremos às definições de *campos de interação* e de *campo político*, desenvolvidas por Bourdieu (2005) e utilizadas e aplicadas por Thompson (1998) na sua teoria social da mídia.

Por outro lado, o período que compreende o recorte histórico deste estudo tem um transcurso de 20 anos, tempo em que as estruturas dos regimes políticos de informação modificaram-se profundamente, a partir da introdução e da popularização das novas tecnologias de informação e comunicação. Nesse contexto, estaremos analisando a construção, formalização e consolidação não apenas de um, mas de dois regimes de informação. O primeiro, que prevaleceu entre 1985 e 2000, e o segundo, que começou a se popularizar a partir de então, com os novos paradigmas da chamada sociedade pós-industrial.

Do ponto de vista da comunicação, analisaremos a questão do controle político da informação a partir da sua interseção com a Ciência Política e a Ciência da Informação. Segundo Saracevic (1996), as relações entre informação como fenômeno e comunicação como processo são importantes, porque cada conceito atua de forma complexa sobre o outro, apesar das suas formas ainda não terem sido investigadas a contento pelos estudiosos. Entretanto, ele avalia que, de forma fundamental, as relações entre informação e comunicação definem também as relações entre ciência da informação e comunicação (campo). As relações interdisciplinares entre esses dois campos podem ter a sua extensão avaliada, através do conceito moderno de comunicação (processo), visto com ênfase na comunicação humana:

[...] processo através do qual os indivíduos em relação com organizações e sociedades criam, transmitem e usam informação para organizar a interação com o ambiente e entre si (SARACEVIC, 1996, p. 53).



Já as relações da informação e da comunicação com a política serão analisadas também em sua nova dimensão, a partir da convergência entre a indústria da microeletrônica, as telecomunicações e a informática, que formam os pilares dos novos paradigmas da chamada sociedade da informação.

Isso posto, iniciaremos a nossa abordagem conceitual por informação e poder, objetos de análise, passando, na seqüência, para o referencial teórico deste estudo, que está fundamentado no conceito de regime de informação e, posteriormente, aos conceitos relativos à área de comunicação, necessários à compreensão deste estudo.

## 2.1 INFORMAÇÃO

Historicamente tratado no âmbito das ciências exatas, o termo informação se limitava ao conceito matemático da teoria da informação, desenvolvido por Shannon e Weaver (1949) para definir comunicação. A partir da segunda metade do século XX, com o advento das novas tecnologias de informação e o surgimento da disciplina ciência da informação, o conceito de informação passou a ser abordado também pelas ciências sociais.

Segundo Capurro (2003), as raízes epistemológicas para o conceito que se tem hoje de informação estão inseridas no pensamento filosófico de São Tomás de Aquino (1225-1274). Aquino, afirma Capurro, implicou ao termo em latim *informatio*, sentidos ontológico, epistemológico, pedagógico e lingüístico:

De acordo com Aquino, o homem consiste de uma união íntima entre a matéria, que é a potência, e a alma (anima), o princípio ativo que informa a matéria. O resultado dessa união, ou informação (no sentido ontológico da palavra) é um ser sensitivo e inteligente. [...] Ele refere-se à mediação entre a mente e os objetos à medida que eles são percebidos por nossos sentidos (CAPURRO, 1985, p. 9).

Entretanto, muito antes de São Tomás de Aquino, o termo já vinha sendo utilizado no sentido ontológico de moldar ou dar forma (CAPURRO, 1985). Sua origem latina está associada à ação de compartilhar conhecimento. Antes de Cristo, Cícero (106-43 Ac) empregava o termo *informatio rei* referindo-se a representação dos deuses e das coisas

impressas em nossas almas antes de qualquer experiência. Outros termos dessa época também estão vinculados a este sentido, como *Sentintiae informatio*, que se referia à ação da mente tentando ajudar a memória a lembrar melhor uma situação passada, através de representação pictórica de uma sentença, ou *Puerilis ad humanitatem*, que significa educação humanística para jovens (MESSIAS; MORAES, 2003).

Já no século II, aparece a expressão *Populi informator* para designar o educador. A influência do cristianismo ao termo agrega o significado de *visão, reflexão*. Nos séculos IV e V, aparecem as expressões *Informatio Sensus* (percepção visual) e *Informatio cogitationes* para se referir à teoria de que as imagens ou representações dos objetos percebidos pelo sujeito estão armazenados na memória (CAPURRO, 1985). Na Idade Média, o termo *informatio*, muito usado por São Tomás de Aquino, ganha um significado mais estreito com a percepção direta do indivíduo e da comunhão do intelecto com a natureza. Surgem aí expressões como *Informatio virtutum* (formação das virtudes), *Informatio morum* (formação moral) e também *Information*, palavra que começou a ser utilizada em inglês desde o século XIV para designar treinamento, instrução e ensino. No final da Idade Média, o termo perde o seu significado ontológico e passa a ser utilizado como “a comunicação de alguma coisa a alguém” (MESSIAS; MORAES, 2003).

Na era moderna, o termo informação é usado cada vez menos como referência à formação ou ordenação interna. Os empiristas não admitem a pré-existência de formas intelectuais externas à própria sensação em si mesma. Para os racionalistas cartesianos, o intelecto e a natureza é que conduzem à lógica e à razão e, conseqüentemente, à objetividade (MESSIAS; MORAES, 2003).

Segundo Capurro (1985), o conceito de informação, como se usa hoje na Inglaterra, no sentido de conhecimento comunicado, tem desempenhado um papel central na sociedade contemporânea. O conceito torna-se particularmente predominante a partir do fim da 2ª Guerra Mundial, com o uso ampliado dos recursos de informática. O nascimento da Ciência da Informação nos anos 1950 é, conforme Capurro (1992), um testemunho disso. O conhecimento e a sua comunicação, prossegue o teórico, são fenômenos básicos em toda sociedade humana, enquanto o nascer das novas tecnologias de informação e o seu impacto global são o que caracteriza a sociedade contemporânea. Portanto, este autor conclui que é lugar comum considerar informação como condição básica para o desenvolvimento econômico, envolvendo capital, trabalho e matéria-prima.

Porém, acrescenta ele, o que faz da informação especificamente básica no presente é o fato dela ser digital. O impacto da tecnologia de informação nas ciências naturais e sociais

transformou este conceito comum num conceito científico altamente controvertido, segundo o teórico chileno. Há uma espécie de renascença das raízes ontológicas do termo, que passa a ser inserido num contexto mais cultural. Entretanto, com o advento do computador, o termo passa a ser utilizado dentro de uma perspectiva desumanizada, com significado restrito a “conhecimento comunicado” (CAPURRO, 1985).

O uso atual do termo pode diferir de suas definições formais, implicando visões conflitantes entre as definições científicas explícitas e as implícitas do senso comum. Em razão disso, Capurro (1992) defende que é preciso não apenas comparar diferentes definições, mas também considerar o significado da palavra informação e de como é usada nas atividades ordinárias.

No trabalho intitulado *Epistemologia e ciência da informação*, de 2003, ele identifica três paradigmas epistemológicos para a Ciência da Informação: o físico, o cognitivo e o social. O primeiro, que segue a tradição positivista ou racionalista, considera a informação como algo objetivo na realidade exterior. Baseado na teoria da informação de Shannon e Weaver, na cibernética de Wiener e na *Information-things*, de Bucklands, este paradigma descarta os aspectos semânticos e pragmáticos vinculados ao uso comum do termo informação (CAPURRO, 2003).

O segundo, que tem como base as teorias de Brookes e Belkin e os postulados de Ingwersen e Vakkari, abandona a idéia de informação como um tipo de substância fora da mente e analisa o fenômeno da cognição humana como condição necessária para determinar aquilo que se possa chamar de informação. Nesse modelo, os conteúdos intelectuais formam uma espécie de rede que existe somente nos espaços cognitivos ou mentais do sujeito cognoscente. O terceiro busca, na hermenêutica, uma solução para a dicotomia sujeito/objeto presente nos dois primeiros, optando por uma definição social e pragmática da informação. Neste modelo, informação é um elemento que auxilia na tomada de decisões de um sujeito, funcionando como redutor de incertezas. Esse paradigma tem em Shera, Frohmann, Hjørland e Capurro seus principais teóricos (CAPURRO, 2003).

Messias e Moraes (2003) destacam a classificação de Kando, segundo a qual é possível identificar três grupos distintos acerca do conceito de informação para a ciência da informação. O primeiro considera informação como entidade objetiva, que compreende o conteúdo do documento. O segundo entende informação como entidade subjetiva, representada pela imagem-estrutura do receptor. O terceiro tem informação como um processo mediante o qual o sujeito informa-se. (KANDO, 2001 apud MESSIAS; MORAES, 2003).

Para analisar as terminologias do termo informação, Messias e Moraes (2003) observam que informação pode ser tanto a ação de informar (se) como a de averiguar, buscar, inquirir e investigar. Quanto ao aspecto etimológico do termo, de acordo com os mesmos autores, informação tem sua origem no latim e deriva do verbo *informare*, que significa dar forma, colocar em forma, mas também equivale a uma idéia ou noção sobre algo. Nesse contexto, concluem que informação equivale a duas fases: a primeira, que eles denominaram de estática, seria o momento de criação e delimitação do pensamento; a segunda, entendida como fase dinâmica, corresponderia ao processo de emissão, codificação, transmissão, decodificação e recepção da mensagem. Trata-se, entretanto, do conceito de comunicação (MESSIAS; MORAES, 2003, p.7).

As raízes epistemológicas de informação também foram investigadas pelos dois autores que analisaram os diversos conceitos para o termo, além daquelas já mencionadas no presente trabalho. Na linguagem comum, o conceito de informação é usado como sinônimo de mensagem, fatos e idéias adquiridos e passados como conhecimento. Para Le Coadic (1996), um dos primeiros teóricos da ciência da informação, informação é compreendida como matéria e produto da comunicação e a comunicação como meio necessário para a transmissão da informação.

Na abordagem estruturalista, observam Messias e Moraes (2003), a informação é vista como estruturas semióticas, caracterizada por uma estruturação deliberada da mensagem pelo emissor com o objetivo de atingir a estrutura da imagem do receptor. Na abordagem oriunda da lingüística, a informação é entendida como mensagem e está organizada em três níveis: sintático, semântico e pragmático. A abordagem centrada no processo, segundo Messias e Moraes (2003), considera a informação como um processo que ocorre na mente humana, quando um problema e um dado útil para a sua solução encontram-se numa união produtiva. Para Silva (2002), porém, o processo denominado de informação não ocorre na mente humana. Dá-se fora, mas permite que os seres humanos ampliem seu estado de consciência. “Trata-se de um contexto mais complexo de sucessão de eventos, de ações, de fenômenos, de estados ou de mudanças, envolvendo a consciência, o conhecimento, a memória, a ação, o agir” (SILVA, 2002, p. 18).

Na tentativa de buscar um consenso, Setzer (1999) considera informação uma abstração informal (ou seja, não pode ser formalizada através de uma teoria lógica ou matemática), que representa algo significativo para alguém através de textos, imagens, sons ou animação. Setzer (1999) destaca, porém, que esta é apenas uma caracterização da informação e não uma definição, porque *algo*, *significativo* e *alguém* prescindem de um

entendimento intuitivo, uma associação mental com um conceito. Nesse sentido, segundo ele, informação caracteriza-se pelo seu caráter semântico, ou seja, pelo significado que provoca no receptor, e percorre um caminho direcionado do objetivo para o subjetivo, uma vez que é descrita de uma forma objetiva, através de textos, figuras, etc., mas seu significado é subjetivo, porque depende do usuário. Para ele, portanto, informação é registro, o seu significado é que seria subjetivo (SETZER, 1999. p. 2-3).

Para Barreto (2005), um dos objetivos da ciência da informação é criar condições para a reunião da informação institucionalizada, sua distribuição adequada para um público que, ao julgar sua relevância, valorize-a para uso com o intuito de semear desenvolvimento do indivíduo e dos espaços que este habita. Assim, por coerência, o objetivo da pesquisa em ciência da informação é permitir que este ciclo se complete e se renove infinitamente e, ainda, que seu direcionamento esteja correto, sua velocidade compatível e seus espaços adequados. Trata-se, porém, de uma visão reducionista da informação.

Na opinião de Sirihal e Lourenço (2002), tomando por base o ciclo definido por Barreto (2002), a informação é a origem do processo de conhecer e, portanto, instituinte da cultura. Para as duas autoras, informação é algo que um indivíduo gera ativamente e que outro indivíduo pode decidir internalizar. Cada indivíduo recebe e interpreta informação a sua própria maneira, dando-lhe significado pessoal. A percepção da informação é mediada pelo estágio de conhecimento. Quando a informação é percebida e recebida, gera conhecimento no receptor (SIRIHAL; LOURENÇO, 2002, p. 12). A conclusão das autoras também nos parece restritiva, porque outros elementos, como a natureza, podem nos dar informação.

Do mesmo modo que a cadeia linear sugerida por Setzer (1999) e absorvida por Sirihal e Lourenço (2002), entre dado, informação e conhecimento para caracterizar a posição intermediária de informação também, na nossa concepção, prescinde da ação/intenção do produtor de informação. Por outro lado, para Davenport e Prusack (1998), diferentemente de dado, informação tem relevância e propósito. Na opinião dos dois autores, informação é uma mensagem, usualmente na forma de um documento ou de uma comunicação audível ou visível, que tem um emissor e um receptor, e visa mudar a forma com que o receptor percebe algo (DAVENPORT; PRUSACK, 1998, p. 18- 27).

Seguindo essa linha de raciocínio, Davenport e Prusack (1998) concluem que, como o termo informar significa originalmente *dar forma a*, informação tem o objetivo de moldar a pessoa que a obtém ou produzir alguma diferença em seu ponto de vista. Temos aqui, portanto, duas visões completamente distintas, seja informação entendida através do paradigma físico ou do cognitivo. Enquanto pela caracterização de Setzer (1999) o produtor

de informação não visa transmiti-la a mais alguém e o receptor é quem decide se a mensagem que ele obtém é realmente informação, Davenport e Prusack (1998) centram-se na ação/intenção do emissor. Para estes dois autores, portanto, o papel principal do processo é do produtor da informação: “[...] não somente ela potencialmente forma o receptor, como ela própria tem forma, está organizada com algum propósito. Dados tornam-se informação quando o seu criador acrescenta significado” (DAVENPORT; PRUSACK, 1998, p.58).

Desconhecer as interferências e os ruídos do contexto histórico e social no qual o sujeito e o objeto estão inseridos, como quer Setzer (1999), parece-nos uma visão bastante simplista da realidade. Da mesma forma, não encontramos em Davenport e Prusack (1998) a ação/intenção do receptor em absorver ou não a informação recebida. No entanto, percebemos na tese defendida pelos dois autores um componente de grande pertinência para o entendimento do processo informacional, que é a ação do emissor e/ou produtor da informação. Por outro lado, a sobreposição entre o ser humano produtor da informação e do ser humano usuário da informação também não está sendo considerada nesse modelo, principalmente se observarmos, como analisa Galvão (1998), que, na sociedade contemporânea, as informações estão sendo produzidas, reelaboradas e disseminadas ao mesmo tempo, sendo o ciclo de informação muito mais ágil, fato que dificulta inclusive a identificação do autor responsável pela informação (GALVÃO, 1998, p. 49).

Como vimos, o caráter multidisciplinar e transdisciplinar aliados à diversidade epistemológica, faz da informação um termo flutuante, que produz diferentes efeitos de sentidos, em diferentes contextos, como bem observa González de Gómez (2003).

O conceito, por nós adotado neste trabalho, segue a linha de pensamento contida no paradigma social que vê a informação sob o ponto de vista sócio-econômico, analisada a partir da economia, da política, da sociedade, da cultura e da revolução tecnológica que, conforme a definição de Hjørland (1998, p. 606-621), está associado:

[...] a um conjunto de atividades exercidas pelos e para os sujeitos e, por isso, não pode estar separado das características físicas e contextuais e, essencialmente, das peculiaridades dos agentes concatenados em seus espaços sociais e culturais. As diversas condições sociais de cada sujeito revelam as oposições e conflitos, subjetividade, relação de forças e poder, interesses, contradições e tensões que alimentam historicamente e progressivamente o campo de conhecimento (HJØRLAND, 1998, p. 616).

Para cumprir o objetivo deste trabalho, porém, para além do conceito de informação, é necessário esclarecer também as definições que utilizaremos para informação política, informação pública, informação estatística, informação estratégica e informação de massa.

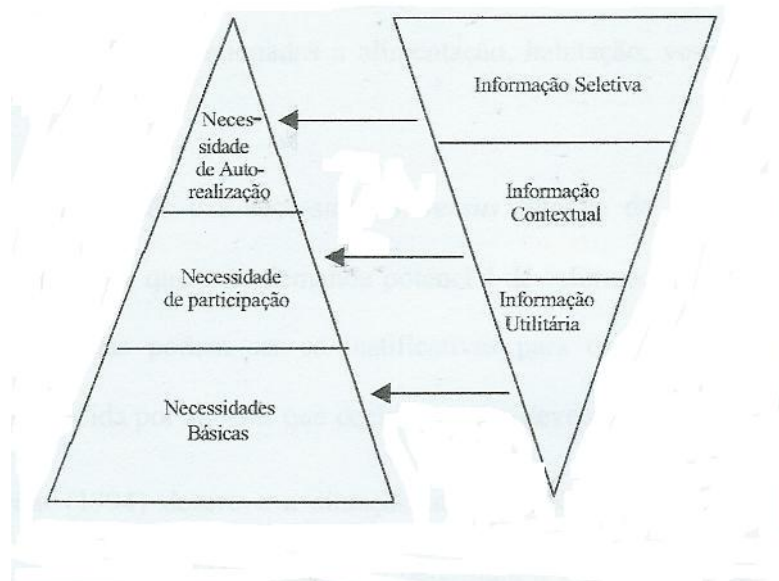
Segundo Barreto (2005), os estoques de conhecimento e informação são idealizados e formatados para serem ofertados. Essa oferta configura-se através de uma demanda a ela atribuída. Barreto (2005) observa que o conteúdo dessa oferta é inversamente proporcional àquele requisitado pelos usuários potenciais e relaciona a demanda e a oferta de informação com o estudo da pirâmide das necessidades humanas, proposto por Maslow<sup>2</sup>.

Barreto (2005) analisou comparativamente a pirâmide de Maslow com uma outra pirâmide, proporcional à primeira, porém invertida, representando os estoques de informação. Em sua análise, o autor demonstra a relação das necessidades de informação com os estoques existentes e revela a grande extensão de estoques destinados a um grupo seletivo, porém pequeno, de receptores, contrapondo a uma oferta reduzida de informação utilitária destinada a uma demanda potencialmente maior.

Por informação seletiva, Barreto (2005) entende aquela requisitada por indivíduos ou um pequeno grupo, que realizadas as necessidades básicas e participativas na sociedade, utiliza a informação para a potencialização do seu conhecimento. A informação contextual, segundo ele, é a informação requisitada por indivíduos ou grupos que, satisfeitos em suas necessidades básicas, busca este tipo de informação como garantia de permanência para os diversos contextos dos quais participa, seja ele profissional ou na comunidade em que vive. Já a informação utilitária é aquela usada para suprir necessidades básicas de indivíduos ou grupos. Este tipo de informação caracteriza-se por responder a questões relacionadas à alimentação, moradia, vestuário, saúde, educação, etc.

---

<sup>2</sup> A.H. Maslow: Psicólogo americano que, em 1943, desenvolveu estudos sobre a hierarquia das necessidades humanas em ordem de importância e prioridade, que resultou na Teoria da Motivação, segundo a qual toda necessidade decorre de uma privação e demanda por satisfação.



**Figura 1** - Pirâmide de Barreto

Ao descrever a busca atual por conhecimento e informação, Barreto (2005) observa que o processo se constitui em um modelo, em que a oferta de informação determina a demanda. Além disso, a oferta é estabelecida a partir de prioridades de corporações públicas e privadas que, embora não possam determinar ao indivíduo o que ele deve pensar, podem induzi-lo a pensar o que lhes interessa.

Dentro dessa macroclassificação proposta por Barreto, encontramos a informação de massa numa faixa intermediária que abrange tanto a parte da demanda por informação utilitária quanto a da informação contextual. Por informação de massa, entendemos ser o processo pelo qual a população de um determinado território recebe os conteúdos informacionais, veiculados através dos meios de comunicação de massa (GOMES, 2004, p. 181).

A informação pública, por sua vez, envolveria as três faixas da pirâmide de Barreto e será entendida, por nós, como o processo pelo qual a população toma conhecimento das ações políticas e administrativas dos agentes deste campo. Trata-se da informação governamental, que, segundo Jardim (1999, p. 49), num estado democrático expressa-se de diversas formas. Entretanto, conforme este pesquisador, todas elas remetem a duas noções que se referenciam mutuamente: transparência administrativa e direito à informação. Nesse sentido, a transparência administrativa caracteriza-se como manifestação do Estado e também como demanda social. Constitui-se, portanto, no direito da sociedade de obter informações sobre a administração pública, aqui entendida como um conjunto de atividades ou ações governamentais, destinadas à execução de tarefas consideradas de interesse público.



As noções de transparência administrativa e de direito à informação estão associadas, segundo Jardim (1999) ao próprio conceito de democracia. O estado democrático requer o exercício público e visível do poder. Para isso, são estabelecidos expedientes institucionais que obrigam os governantes a tomarem decisões às claras e permitem aos governados o acompanhamento e a fiscalização efetiva de suas ações.

Para Bobbio (2000), sendo um poder em público, o sistema de democracia representativa exige, portanto, “visibilidade” do poder. Essa exigência deve ser satisfeita através da publicidade de suas ações nas sessões do parlamento e nos meios de comunicação, contemplados pelo exercício da liberdade de imprensa (BOBBIO, 2000, p. 387). O contraponto da transparência administrativa, a opacidade administrativa, no entanto, como refere Jardim (1999, p. 51), pode ser visualizada em diversos matizes, entre os dois pólos. Nesse aspecto, a administração pública ou ação governamental pode ser: translúcida, se não permitir, ainda que seja permeável a luz, distinguir-se nitidamente esses objetos; ou ainda, diáfana, se a luz que deixa filtrar não possibilitar distinguir as formas desses objetos. (CHEVALIER, 1998, p. 251 apud JARDIM, 1999, p. 51).

Já a informação estratégica e a estatística estariam restritas ao topo da pirâmide, àqueles que demandam por informações seletivas, que auxiliam a tomada de decisões. Com raras exceções, estes tipos de informação têm a sua disseminação limitada nos veículos de comunicação de massa, sendo restrita a horários de audiência qualificada. Por informação política, entendemos ser a que abrange as práticas e ações das instituições deste campo, entidades político-partidárias e de grupos políticos.

Neste estudo, porém, além de tipos específicos de informação, estaremos analisando também os níveis e as formas de expressão da informação política. Para González de Gómez (2000), como informação designa um fenômeno, processo ou construção, estes estão vinculados a diversas *camadas* ou *estratos* de realização. Segundo esta autora, formam parte destas *camadas* ou *estratos*: a linguagem, com seus níveis sintáticos, semânticos e pragmáticos, e suas formas de expressão – sonoras, imagéticas, textuais e digitais/analógicas. Os sistemas sociais de inscrição de significados, como a imprensa e o papel, os meios audiovisuais, o software e o hardware, as infra-estruturas das redes de comunicação remotas, entre outros, também compõem parte dessas *camadas* ou *estratos*. Além disso, explica González de Gómez, os sujeitos e organizações que geram e usam informações, em suas práticas e interações comunicativas, também são partes integrantes desses *estratos*.

De maneira simplificada, acrescenta a autora, pode-se afirmar que informação, como objeto cultural, constitui-se na articulação desses vários estratos, em contextos concretos de

ação. A esses contextos de valor ou evidência de informação, a autora denomina *ação de informação*.

Pode-se assim dizer que uma ação de informação antecipa e condiciona a concepção ou aceitação de algo como informação – tal como a ação de documentar antecipa e condiciona o que será produzido e reconhecido como documento (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2000, p. 5).

Segundo esta autora, a ação de informação articula esses estratos em três dimensões: a semântico-discursiva, a meta-informacional e a infra-estrutural. A primeira ocorre quando a informação responde às condições daquilo sobre o que informa, estabelecendo relações com o universo prático-discursivo, ao qual remetem sua semântica ou conteúdos. A segunda acontece onde se estabelecem as regras de sua interpretação e de distribuição, especificando o contexto em que uma informação tem sentido. Na terceira dimensão, reúne-se tudo aquilo que, como mediação, disponibiliza um valor ou conteúdo de informação, através de sua inscrição, tratamento, armazenagem e transmissão.

A autora chama a atenção que existe uma grande assimetria entre essas dimensões. Os dois primeiros estão associados aos processos semânticos comunicativos e pautam-se pela abertura e diversidade das ações sociais, ancoradas em múltiplos contextos culturais e históricos, o último está estritamente vinculado às esferas tecnológicas, às máquinas e às infra-estruturas e sujeitas a condições de suas diversidades operacionais e de aplicações.

## 2.2 PODER

A partir da análise do contexto em que pode estar inserida a relação entre informação e poder, passaremos, agora, à abordagem conceitual do segundo objeto deste estudo: o poder. Para conceituá-lo, optamos pelo léxico técnico da linguagem política do sociólogo alemão Max Weber com incursões também no pensamento de Maquiavel, Hobbes, Marx, Gramsci, Russel, Bobbio, Galbraith, Toffler, Dizard, Bourdieu e Thompson.

Para Weber (1971), poder significa “ [...] toda a oportunidade de impor sua própria vontade no interior de uma relação social, até mesmo contra resistências, pouco importando em que repouse tal oportunidade” (WEBER, 1971, p. 219). Poder, então, pode ser entendido

como a capacidade de um indivíduo ou grupo de indivíduos de impor a sua vontade sobre a vontade de outros indivíduos.

O conceito weberiano de poder está, portanto, diretamente ligado à dominação, à relação entre aqueles que exercem o poder e aqueles sobre quais o poder é exercido. Baseado em três formas de crenças e centrado no reconhecimento subjetivo do poder, Weber (1971) identifica três tipos de poder: poder legal-racional, poder carismático e o poder tradicional.

O primeiro, legal-racional, apóia-se na crença da validade de normas e caracteriza-se pela ordinariedade e impessoalidade. Sua expressão mais completa é o Estado. O segundo tipo, o carismático, é fundado sobre a crença em qualidades características de um chefe, um líder. Ao contrário do primeiro, manifesta-se como pessoal e extraordinário, ou seja, limitado na sua duração enquanto for exercido por uma pessoa física. O terceiro tipo, o tradicional, fundamenta-se na crença em um conjunto de regras do passado, cuja validade repousa no costume. É ordinário e pessoal, uma vez que a crença, referente diretamente às normas de caráter tradicional, legitima uma autoridade individual que, baseada nessas normas, assume a prerrogativa de comando. Cada um desses tipos de poder, conforme Weber (1971), manifesta-se e funciona como administração.

Para este autor, o poder legal-racional só pode ser exercido pelo Estado, entendido por ele como a ordem à qual se atribui o poder coativo para que as normas sejam aplicadas dentro de um território. Segundo o sociólogo alemão, somente o Estado, através do monopólio da força, pode exercer o poder legal-racional e constituir-se em poder político (*Herrschaft*). Poder político, segundo Weber (1971), é uma forma de poder, um campo de ação e interação que é modelado pelas instituições do Estado ou similares ao Estado (sistemas de autoridades) e que implicam um sistema complexo de regras e procedimentos que autorizam certos indivíduos a agir de determinada maneira.

Entretanto, o monopólio da força não é condição suficiente para o exercício do poder político. Na teoria weberiana, a relação formal de comando-obediência do fenômeno do poder político está vinculada à idéia da política como luta pelo poder, como exercício do domínio e da força, através da legitimidade. Somente o poder constituído em virtude de uma constelação de interesses, segundo ele, está destinado a durar no tempo, e através da forma contínua pode vir a se constituir em um Estado. Para Weber (1971), não está destinado a sobreviver um poder que perde a sua legitimidade e constitua-se apenas em virtude da autoridade.

Partindo das definições de Weber, Bobbio (1997) acrescenta à sua análise sobre poder os conceitos tradicionais de Hobbes e Russel (apud BOBBIO, 2000). Para o empirista inglês, o poder seria “[...] consistente nos meios para se obter alguma vantagem” (HOBBS, 1651

apud BOBBIO, 2000, p. 160), enquanto na visão do filósofo francês poder é o “conjunto de meios que permitem conseguir os efeitos desejados” (RUSSEL, 1976 apud BOBBIO, 2000, p. 161). Sendo um desses meios o domínio sobre outros homens, analisa Bobbio, poder, então, pode ser definido como uma relação entre dois sujeitos, na qual um impõe ao outro a sua própria vontade, determinando, assim, o seu comportamento.

Como o domínio sobre os homens não é geralmente fim em si mesmo, mas meio de se obter ‘alguma vantagem’ ou os ‘efeitos desejados’, de modo não distinto do domínio sobre a natureza, a definição de poder como tipo de relação entre sujeitos deve ser integrada à definição de poder como posse dos meios que permitem obter ‘alguma vantagem’ ou os ‘efeitos desejados’(BOBBIO, 2000, p. 161).

Diferente de Weber, que classificou tipos de poder, Bobbio (1987) identificou três formas de poder, ou seja, os meios pelos quais se exerce o poder: o econômico, o ideológico e o político. O poder econômico, segundo ele, é aquele que se vale da posse de certos bens, considerados necessários pelos que se submetem a ele. A segunda forma, o poder ideológico, fundamenta-se na influência que as idéias têm sobre a conduta das pessoas, quando formuladas de um determinado modo, emitidas em determinadas circunstâncias, por uma pessoa investida em determinada autoridade e difundidas através de determinados procedimentos. E, por fim, o poder político que, para Bobbio, funda-se sobre a posse dos instrumentos pelos quais se exerce a força física, que é o poder coativo (BOBBIO, 1987, p. 80-84).

Outras formas de classificação de poder encontram-se na distinção de poder social. Na teoria marxiana, por exemplo, as formas de poder estão localizadas na estrutura, que compreende o sistema econômico, e na superestrutura, que abrange os sistemas ideológico e jurídico-político (MARX, 1975 apud BOBBIO, 1987, p. 83). Essa visão ganhou, posteriormente, nova dimensão na revisão feita por Gramsci (1975 apud BOBBIO, 1987). Para o pensador italiano, a esfera superestrutural abrange dois momentos distintos de poder: o momento do consenso, quando exercido pela sociedade civil; e o momento do domínio, quando praticado pela sociedade política ou pelo Estado, estágio que ele denominou de hegemonia (GRAMSCI, 1975 apud BOBBIO, 1987, p. 84).

O conceito de hegemonia desenvolvido por Gramsci, porém, é muito mais complexo que a simplificação feita por Bobbio. Mesmo antes de formular a sua teoria sobre hegemonia, o teórico italiano já estava convencido de que a força bruta não era o principal instrumento das classes dominantes para tomar e manter o poder. A hegemonia política, segundo ele, era

obtida fundamentalmente através da dominação cultural, pela capacidade da classe dominante de difundir por toda a sociedade, suas filosofias, valores e gostos (BUTTIGIEG, 2003, p. 45).

Para Gramsci, a dominação de classes, na era moderna, perpetua-se através de operações de hegemonia, ou seja, de atividades e iniciativas de uma ampla rede de organizações culturais, movimentos políticos e instituições educacionais que difundem sua concepção de mundo e seus valores, capilarmente pela sociedade. Entretanto, o teórico ressalta que essas operações não são unidirecionais, do grupo dominante para os extratos subordinados da população. Trata-se, segundo ele, de uma atividade cultural no sentido mais amplo do termo, que estimula também novas idéias nos setores privilegiados da sociedade, possibilitando nesse movimento o surgimento de uma hegemonia alternativa ou contra-hegemonia (CAMPIONE, 2003, p. 53).

Para Bobbio (2000), porém, a força física legítima é o fio condutor da ação do sistema político. A supremacia da força física como instrumento de poder prevalece sobre todas as outras formas, seja no domínio dos bens (econômico) ou das idéias (ideológico). Porém, da mesma forma que Weber, Bobbio (2000) vê na legitimidade o principal elemento para a conquista do poder político, além do monopólio da força como condição necessária ao seu exercício. Sem legitimidade, o poder constituído, em virtude apenas da autoridade, não tem outro fim além do próprio poder. Trata-se, segundo o filósofo, do poder como meio e fim, do poder pelo poder, que não define uma forma específica de poder, mas um modo específico de exercê-lo.

O poder pelo poder é uma forma degenerada do exercício de qualquer forma de poder, que pode ter por sujeito tanto quem exerce um pequeno poder, como o de um pai de família ou de um chefe de seção que supervisiona meia dúzia de operários (BOBBIO, 2000, p. 169).

Para Maquiavel (1977), no entanto, a única forma de medida do poder político é o êxito das ações dos governantes: “O poder do príncipe é medido pela eficácia de suas ações” (MAQUIAVEL, 1977, p. 13). Segundo ele, o governante deve ser capaz de compreender o jogo político e identificar as forças do conflito para agir com eficácia. Nesse contexto, para Maquiavel (1977), a ação política deve prescindir dos valores morais que regulam a vida dos cidadãos, pois os fins justificam os meios. A política, afirma o pensador florentino, requer a lógica da força, sendo impossível governar sem o uso da violência.

Do ponto de vista da legitimidade do poder, o pensamento de Maquiavel é coincidente ao de Weber e Bobbio. Para ele, os principados, quando hereditários, padecem de uma

debilidade congênita, pois o poder estabelecido pelo fundador pode ser usado de forma ambiciosa pelos sucessores, sem a virtude que caracterizava o primeiro. “O abuso de poder, por parte dos herdeiros do herói primordial, fomenta a discórdia e alimenta conspiração, pondo em perigo a ordem interna” (MAQUIAVEL, 1977, p. 13).

Além da concepção weberiana de poder e suas derivações formuladas pelos pensadores citados, utilizaremos também, neste trabalho, a classificação dos instrumentos e das fontes de poder identificados por Galbraith (1999). Ele observa que alguns usos do poder dependem dele estar oculto, de não ser evidente a submissão dos que capitulam a ele e afirma que na sociedade moderna, tanto os instrumentos para subordinar algumas pessoas à vontade de outras como as fontes dessa capacidade estão sujeitos a mudanças rápidas. “Muito do que se acreditava sobre o exercício do poder, decorrente do que era verdadeiro no passado, é obsoleto ou obsolescente no presente” (GALBRAITH, 1999, p. 6).

Segundo Galbraith (1999), o poder cumpre, há séculos, uma regra de tríade. Há três instrumentos para manejá-lo ou exercê-lo e também três instituições ou atributos que outorgam o direito de usá-lo. Os instrumentos são: poder condigno, compensatório e condicionado. A classificação de Galbraith (1999) para o exercício do poder é compartilhada de certa forma por Bobbio (2000) e Russel (apud BOBBIO, 2000, p. 161) que, como vimos anteriormente, apresentam tipologias aparentadas. No poder condigno, exercido através da coação, a submissão dá-se pela imposição de alternativas dolorosas à não-capitulação. No poder compensatório, concretizado pela via da recompensa, a aceitação da submissão dá-se pela oferta de uma compensação, pecuniária ou social. Um traço comum ao exercício dos poderes condigno e compensatório é que o indivíduo que se submete está ciente da sua submissão. Já no poder condicionado, realizado pela persuasão, a submissão é obtida através do convencimento do que é apropriado. Ou seja, é exercido mediante a mudança de uma convicção, de uma crença. Nesse caso, o fato da submissão não é reconhecido (GALBRAITH, 1999, p. 6).

Por trás destes três instrumentos de poder, acrescenta Galbraith (1999), estão as três fontes do poder, os atributos ou instituições que distinguem os que detêm o poder daqueles que se submetem a ele. Essas três fontes são: personalidade (liderança), que é o conjunto de características pessoais que dá acesso a um ou mais instrumentos de poder; propriedade ou riqueza, que confere um aspecto de autoridade e pode levar à submissão condicionada e, obviamente, compensatória; e a organização, a fonte de poder mais importante nas sociedades modernas e, primordialmente, ligada ao poder condicionado, que é exercida através das estruturas sociais (GALBRAITH, 1999, p. 15-24).

Para Toffler (1990), no entanto, as ferramentas para o exercício do poder estão na tríade: músculo (força), dinheiro (riqueza) e inteligência (conhecimento). Segundo ele, tais fontes, se usadas de forma adequada, podem dar ao indivíduo muitas outras e mais variadas fontes de poder (TOFFLER, 1990, p. 36-37).

Analisando o poder também sob a ótica weberiana, Dizard (1989) conclui que, para a sua configuração, o exercício do poder pressupõe a existência de “vontade” e “capacidade” para produzir os “efeitos desejados”. Como esses efeitos não acontecem espontaneamente, ele pressupõe que:

[...] para conhecer, conceber ou divulgar uma vontade e também avaliar a capacidade operacional, o poder demanda informação. Por isso, também se afirma que informação é poder, ou mais que isso, é fator multiplicador e também medida de avaliação de poder (DIZARD, 1989, p. 86).

Entretanto, na formulação de Bobbio (2000), o poder somente se constitui, de fato, quando a capacidade de premiar ou punir é reconhecida. Nesse mesmo sentido, Galbraith (1999) analisa a influência da mídia no exercício do poder condicionado. Para o economista, o poder da imprensa, do rádio e da televisão, como o da religião, deriva da crença - do condicionamento social (GALBRAITH, 1999, p. 175). Assim, observa ele, para o exercício continuado do poder é fundamental dispor de meios de comunicação de massa comprometidos com a manutenção do “sistema” e de um sistema educacional que perpetue o pensamento dominante. O raciocínio de Galbraith é compartilhado por Castells para quem a utilização dos meios de comunicação para o condicionamento social tem-se mostrado, historicamente, um instrumento eficaz. Quando bem feito, avalia, as pessoas sequer percebem que estão sendo controladas e se submetem aos propósitos dos outros (CASTELLS, 1999, p. 336).

Nas sociedades modernas, porém, a conquista do poder político está intimamente associada à capacidade do indivíduo intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as ações e crenças dos outros e também de criar acontecimentos, através da produção e transmissão de formas simbólicas. Essa capacidade foi denominada por Bourdieu (1999, p. 14) de *poder simbólico*. Para exercê-lo, os indivíduos fundamentam-se em vários tipos de recursos dos meios de informação e comunicação de massa, para fixar e transmitir habilidades, competências e formas de conhecimento (capital cultural), com a finalidade de obter reconhecimento, prestígio e respeito (capital simbólico), construindo assim uma reputação, que é um aspecto do capital simbólico e também um recurso do qual os indivíduos

lançam mão, para converter a opinião particular em opinião sufragada e autorizada plebiscitariamente.

Para Bourdieu (1999, p.15), o poder simbólico é um poder quase mágico, que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico da mobilização, ou seja, só se exerce se for reconhecido, mas, por outro lado, ignorado como arbitrário. Segundo este autor, o que faz o poder das palavras, o poder de manter a ordem ou subvertê-la é a crença na legitimidade das palavras e naquele que as pronuncia.

Para Thompson (1998), porém, os indivíduos exercem poder de diversas formas, em muitos contextos e não somente o poder político, que é a forma mais especializada de poder. O poder exercido pelos indivíduos fora do âmbito do Estado, afirma o teórico, exprime e ajuda a tornar relativamente estáveis as relações ou redes de poder e dominação entre os indivíduos ou grupos de indivíduos que ocupam diferentes posições nos campos de interação.

Ao distinguir as diversas formas de poder, Thompson (1998, p. 21) analisa a existência de quatro formas principais de poder: econômico, político, coercitivo e simbólico, que, segundo ele, refletem os diferentes tipos de atividades nas quais os seres humanos ocupam-se e os diversos recursos de que se servem no exercício do poder. Entretanto, o teórico chama a atenção para as sobreposições complexas e variadas dessas formas e recursos de poder.

O poder econômico, afirma, exercido pelas instituições econômicas, utiliza-se de recursos materiais e financeiros. O poder político, restrito às instituições políticas, tem na autoridade o seu principal recurso. O poder coercitivo, privativo das instituições militares, policiais e carcerárias, usa a força física e armada. E o poder simbólico, exercido pelas instituições políticas e culturais, depende dos meios de informação e comunicação como recurso para o seu exercício.

Para identificar os sujeitos e as instituições que compõem a realidade aqui estudada, adotamos a definição de Bourdieu (1999) para campo político. Segundo o sociólogo francês, trata-se do campo de ação e interação que tem como objeto a aquisição e o exercício do poder político e do poder de legislar sobre a coisa pública, através, entre outros requisitos, do uso do poder simbólico para sustentar a crença na sua legitimidade. Como o poder simbólico, na visão de Bourdieu e Thompson, está diretamente vinculado ao uso que estes indivíduos e instituições fazem dos recursos dos meios de informação e comunicação, entendemos que o ponto de interseção entre esses dois campos constitui-se em um regime de informação.



## 2.3 REGIME DE INFORMAÇÃO

Desenvolvido por Frohmann (1995), a partir de Foucault, o conceito de regime de informação foi reformulado e classificado como categoria analítica por González de Gómez (2002). Segundo o teórico inglês, um regime de informação é:

[...] um sistema ou rede mais ou menos estável no qual a informação flui através de determinado canal, gerada por específicos produtores, via estruturas específicas, para consumidores ou usuários específicos. Rádio e TV, distribuidores de filmes, publicações acadêmicas, bibliotecas, todos são nós de rede de informação ou elementos de um específico regime de informação (FROHMANN, 1995, p. 46).

Para desenvolver o conceito na sociedade contemporânea, Frohmann (1995, p. 41-50) classificou como *infovia* (*information superhighway* ou *infobahn*) a infra-estrutura onde se projeta um regime de informação na atualidade. Nesse sentido, a descrição de regime de informação implicaria mapear um processo resultante de conflitos entre grupos sociais, interesses e discursos.

Para González de Gómez (2002, p 27-40), o conceito desenvolvido por Frohmann (1995) aponta a necessidade de revisão das categorias de análise e dos procedimentos metodológicos com que se estudam as novas figuras das redes e dos processos de informação, em grande escala, em função da heterogeneidade e das formas prévias de vinculação social e discursiva, bem como pela constituição de novos espaços sociais de práticas e interações comunicacionais.

Nesse contexto, o conceito de regime de informação, segundo González de Gómez (2002):

[...] designaria um modo de produção informacional dominante em uma forma social, conforme o qual serão definidos sujeitos, instituições, regras, autoridades informacionais, os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os arranjos organizacionais de seu processamento seletivo, seus dispositivos de preservação e distribuição (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p. 34)

Trata-se de uma adaptação do conceito desenvolvido por Frohmann (1995), mas que preserva a concepção híbrida que o autor confere à sua definição. Para esta autora, um regime de informação é reconhecido por suas linhas de forças dominantes, porque ele estabelece formas próprias de autoridades. Assim sendo, quando o regime de informação muda, modificam-se também as figuras, o seu alcance e a sua jurisdição. Na sociedade pós-

industrial, segundo ela, o regime de informação caracteriza e condiciona todos os outros regimes sociais, econômicos, culturais, das comunidades e do Estado. “Nesse sentido, a centralidade da comunicação e da informação produziria a maior dispersão das questões políticas da informação, perpassadas e interceptadas por todas as outras políticas [...]” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003, p. 61).

Ainda na concepção desta autora, um regime de informação não tem a mesma configuração de um sistema de informação ou de um sistema de sistemas:

[...] está configurado, em cada caso, por plexos de relações plurais (TV, jornais, conversas informais, Internet, etc.), interorganizacionais (empresa, universidade, domicílios, associações, etc.) e intersociais (atores comunitários, coletivos, profissionais, agências governamentais, entre outros) (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p. 34).

Apesar da reformulação feita por Gonzalez de Gómez (2002), neste estudo optamos por adotar como referencial teórico o conceito de regime de informação a partir da sua origem, ou seja, do que foi proposto por Frohmann (1995) que nos parece mais apropriado para o foco deste trabalho. Para este autor, um regime de informação é um conjunto de redes pelas quais fluem informações, geradas por específicos produtores para a sociedade de forma geral. Um regime de informação, portanto, na nossa visão, é o conjunto de recursos, canais, atores e mensagens que possibilitam, agregam, segmentam ou dispersam os fluxos de informação sobre questões de interesse de um determinado agrupamento social.

O conceito, até onde foi desenvolvido por Frohmann (1995) e Gonzalez de Gómez (2002), abrange outras categorias, mas para efeito deste estudo, vamos nos ater a rede constituída de informação - rádio, TV, jornal, Internet e publicidade (como meio) - e a rede formada pelas instituições do campo político – Executivo, Legislativo e Judiciário e seus órgãos de apoio -, por onde fluem informações para a sociedade, uma vez que elas são mais adequadas à natureza dos dados de análise.

Para examinar esse contexto político, no qual a produção e o intercâmbio de informação e de seu conteúdo simbólico estão inseridos, adotamos o conceito de *campos de interação*, desenvolvido por Bourdieu (2005, p. 65) e utilizado e aplicado, com pertinência, por Thompson (1998).

Segundo este autor, os indivíduos situam-se em diferentes posições dentro de campos sociais, dependendo do tipo e da quantidade de recursos disponíveis para eles. Em alguns casos, estas posições, quando institucionalizadas, adquirem uma certa estabilidade, tornando-se parte de um conjunto relativamente estável de regras, recursos e relações sociais.

As instituições, afirma Thompson, podem ser vistas como determinados conjuntos de regras, recursos e relações com certo grau de durabilidade no tempo e alguma extensão no espaço, e que se mantêm unidas com o propósito de alcançar alguns objetivos globais.

As instituições definem a configuração dos campos de interação pré-existentes e, ao mesmo tempo, criam novas posições dentro deles, bem como novos conjuntos de trajetórias de vida para os indivíduos que os ocupam (THOMPSON, 1998, p. 21).

Para Thompson (1998), a posição que um indivíduo ocupa dentro de um campo ou instituição é estritamente vinculada ao poder que possui. No exercício do poder, os indivíduos empregam os recursos que lhes são disponíveis, ou seja, os meios que lhes possibilitam alcançar seus objetivos e interesses. Ao acumular recursos dos mais diversos tipos, os indivíduos podem aumentar o poder. Há, portanto, segundo o teórico, recursos acumulados pessoalmente e recursos acumulados dentro das organizações institucionais, que são as bases importantes para o exercício do poder.

Indivíduos que ocupam posições dominantes dentro de grandes instituições podem dispor de vastos recursos que os tornam capazes de tomar decisões e perseguir objetivos que têm conseqüências de longo alcance (THOMPSON, 1998, p. 21).

Nesse sentido, como campo informativo, o Estado moderno constitui-se também numa das maiores e mais importantes fontes de informação. Seu funcionamento, segundo Jardim (1999, p. 29), relaciona-se diretamente com a sua ação produtora, receptora, ordenadora e disseminadora de informação. Por isso, nesse estudo abordaremos também a análise da produção, tratamento e disseminação da informação governamental e do *modus operandi* de divulgação, transparência/opacidade dos gastos públicos, relacionados às duas redes examinadas, com ênfase no Governo do Estado da Bahia, sob o comando do grupo político em questão.

## 2.4 GOVERNANÇA, GOVERNABILIDADE E POLÍTICA DE INFORMAÇÃO

Assim, outro conceito que este estudo evoca é o de governança, e, por extensão, o de governabilidade e capacidade governativa. Segundo Diniz (1997 apud JARDIM, 2000), governabilidade diz respeito “[...] as condições sistêmicas mais gerais sob as quais se dá o exercício do poder em uma sociedade, tais como a forma de governo, as relações entre os poderes e os sistemas partidários”. Já a governança, segundo o mesmo autor, refere-se “à capacidade da ação estatal na implantação das políticas públicas e na consecução das metas coletivas”, incluindo o conjunto de mecanismos e procedimentos para lidar com a dimensão participativa e plural da sociedade” (JARDIM, 2000). A capacidade política de governar ou governabilidade derivaria da relação de legitimidade do Estado e do seu governo com a sociedade, enquanto que governança seria a capacidade financeira e administrativa em sentido mais amplo de um governo implementar políticas (JARDIM, 2000).

Na formulação do Banco Mundial, governança é definida originalmente como a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos econômicos e sociais, tendo em vista o desenvolvimento. Dentro da linha adotada por González de Gómez (2000), governança deslocou-se aos poucos da descrição de procedimentos e da avaliação de desempenho dos governos, até então considerados o sujeito principal da ação política, para uma nova definição da cadeia decisória, horizontalizada pela inclusão de atores sociais públicos e privados e passariam de objeto do controle e intervenção do Estado a sujeitos participantes. Tratar-se-ia, segundo esta autora, de incrementar a margem de controle social sobre as agências públicas, assim como a responsabilidade do Estado pela prestação de contas e pela transparência administrativa.

Uma grande diversidade de conceitos e princípios norteiam os projetos políticos que se estruturam hoje, em vários países, em torno da chamada sociedade pós-industrial. De maneira geral, um aspecto inerente à complexidade desse processo histórico tende a não ser suficientemente contemplado: a dimensão informacional do Estado e suas implicações na capacidade governativa. Ou seja, a capacidade política de governar num sentido amplo de implementação de políticas públicas.

Nesse sentido, a questão informacional mostra-se aí presente, ainda que nem sempre claramente explicitada pelos seus formuladores e responsáveis pelas políticas públicas associadas a esta perspectiva. Por outro lado, o debate parece ainda incipiente no campo da ciência da informação. As reflexões sobre capacidade governativa vêm à tona, quando se

analisa o desenho do setor público diante dos cenários, em constante mutação, de globalização e desenvolvimento tecnológico; os padrões de demanda mais exigentes e complexos por parte dos cidadãos e os efeitos perversos da ação do Estado, causados pelo patrimonialismo, clientelismo e corrupção. Em cada um destes aspectos, a questão informacional, em diferentes graus, aparece como um fator otimizador ou, quando não devidamente contemplada, como obstáculo ao alcance de níveis básicos de capacidade governativa.

Segundo Jarquín (2003), as grandes transformações das tecnologias da informação têm alterado as formas organizacionais, a gestão e os procedimentos do Estado. Mas, não alteraram e, num horizonte previsível, não alterariam as suas responsabilidades básicas. Para isso, segundo o autor, seriam necessárias as condições para uma governabilidade democrática em longo prazo e intervenções eficientes do Estado (JARQUIN, 2003).

Analisando as alterações no Estado, sob o que designa como "modo de desenvolvimento informacional", Castells (1999c, p.48) observa que:

[...] a inovação nas tecnologias da informação criou o potencial para existência de fluxos de informação bidirecional, tornando possível que a sociedade civil controle o Estado sobre princípios democráticos, sem paralisar necessariamente sua efetividade como agência de interesse público.

Reconhece-se, neste debate, a crescente importância que as agendas dos Estados conferem à realidade da economia, da informação e do conhecimento.

O mercado desempenha um papel chave na consolidação da nova economia, mas não é capaz, por si só, de promover os avanços necessários dentro dos padrões de justiça social desejáveis. Sem uma forte política de governo orientada para a equidade, corre-se o risco de aprofundamento dos mecanismos estruturais de diferenciação e desigualdade. Cabe aos governos, mediante cooperação com o mercado e a sociedade civil, implementar políticas voltadas à prevenção da exclusão digital e do conseqüente aprofundamento da desigualdade (CASTELLS, 1999c p. 49).

Neste sentido, a ação dos governos deveria se pautar por alguns eixos centrais, tais como: apoio público à difusão do acesso às novas tecnologias com foco em segmentos sociais mais vulneráveis; regulação do setor, em especial no que se refere a conteúdo, segurança e privacidade; e informações de interesse público e uso exemplar de tecnologia da informação como suporte à evolução tecnológica. Ou seja, definir, claramente, políticas públicas de informação.

O conceito de política de informação começou a ser aplicado na década de 1970 e, segundo Garcia (1980 apud AUN, 2001), designaria “o pressuposto de uma explicitação de

princípios desejáveis e realizáveis para um país em termos de produção, transferência e acesso à informação, considerando-se os seus recursos de informação, sua infra-estrutura e as necessidades de seus usuários”.

Para ele, se por um lado estas políticas expressam uma idealização, por outro, apontam objetivos de atuação e de transformação da realidade numa determinada direção. Entretanto, ao nosso ver, essa concepção exclui do cenário as práticas e ações que podem ser adotadas por governantes para controlar a informação. Por isso, neste trabalho, optamos por seguir a definição proposta por González de Gómez (1997), segundo a qual, política de informação é o “conjunto de práticas/ações encaminhadas à manutenção, reprodução ou mudança e reformulação de um regime de informação no espaço local, regional, nacional ou global de sua manifestação”.

## 2.5 INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E POLÍTICA

Acompanhando as transformações ocorridas no ambiente sócio-político, ACM, talvez, seja o político brasileiro que melhor represente a transição entre o “coronelismo tradicional” e o chamado “coronelismo eletrônico”, em que a relação entre a política e a mídia é bastante estreita. Para Almeida (1999), ao metamorfosear-se de um político tradicional em um político midiático, ACM foi-se adaptando, com perfeição, a um novo cenário político que vai se modificando em função do crescimento e da popularização dos meios de comunicação no Brasil (ALMEIDA, 1999, p.1).

O processo de adaptação referido por Almeida implica na utilização eficiente de um novo cenário de representação para a conquista da hegemonia política. Por hegemonia política, como visto anteriormente, partindo do conceito gramsciano, adotamos a sua adaptação feita por Raymond Williams (1979 apud LIMA, 2004a) para a articulação de uma teoria materialista da cultura. Segundo este autor, hegemonia é um conjunto de práticas e expectativas sobre a totalidade da vida, um sistema constituído de significados e valores que se transformam em senso de realidade para a maioria das pessoas, na sociedade. Mais que uma estrutura, a hegemonia é uma cultura que tem que ser continuamente renovada, recriada, defendida e modificada (WILLIAMS, 1979 apud LIMA, 2004a, p. 12).

Nas democracias contemporâneas, os Cenários de Representação (CR) da política são os espaços específicos das diferentes representações simbólicas da realidade, construídos em processo de longo prazo na mídia e pela mídia (sobretudo na e pela televisão), como observa Lima (2004a, p.14). Ele defende que a referência a CR deve ser sempre no plural, porque, da mesma forma que no conceito de hegemonia, a abordagem teórica dos Cenários de Representações traz implícito o conceito de contra-hegemonia ou hegemonia alternativa (WILLIAMS, 1979 apud LIMA, 2004a).

Lima (2004a, p. 15) destaca que, ao elaborar a releitura de Marx, a pretensão de Williams foi enfatizar o caráter material único da produção da realidade, superando a dicotomia entre a existência de uma realidade e algo externo a ela, que a represente. Realidade e representação da realidade, segundo Lima, passam a constituir, portanto, uma unidade material singular.

O que é válido para o conceito de hegemonia necessariamente será válido para o conceito de CR. Considerando que o aspecto (não o único) que diferencia o CR da hegemonia é a ênfase no papel central da mídia, na construção do hegemônico [...]: as ‘representações’ que a mídia faz da ‘realidade’ passam a constituir a própria realidade (LIMA, 2004a, p. 16)

Um dos avanços recentes, na pesquisa em comunicação, reforça, segundo Lima (2004a), o caráter diferencial da hegemonia como base teórica do CR. Trata-se da noção de enquadramento (*framing*) que, do ponto de vista operacional, envolve basicamente a “seleção” e a “saliência”. Enquadrar é selecionar certos aspectos da realidade percebida e salientá-los no texto da comunicação, para promover a definição particular de um problema, de uma interpretação causal, de uma avaliação moral e/ou recomendação de tratamento para o tema descrito.

O enquadramento do comunicador pode se dar de duas formas: a involuntária, quando faz parte de uma subcultura incorporada como natural e inevitável, e a deliberada, fruto da decisão editorial daqueles que estão em posição de exercer este poder nas redações dos diferentes meios. Neste caso, decide-se que certas instituições, fatos e/ou pessoas são ou não pautadas ou se terão qualquer referência a seu respeito, tratada de forma positiva ou negativa, prestigiada ou esvaziada. A noção de enquadramento, portanto, é mais um importante instrumento na identificação do “alinhamento” dos conteúdos da mídia com o hegemônico (ou contra-hegemônico).

Na nossa visão, porém, ainda que utilizado de forma perniciososa, o enquadramento ou framing, permite uma análise do conteúdo midiático, dentro dos critérios técnicos de

noticiabilidade. Entretanto, quando se analisa o conteúdo da mídia controlada por sujeitos do campo político, que detêm concessões de emissoras de rádio e TV, a propriedade de jornais e revistas, conforme os padrões que serão referenciados no final deste capítulo, verificamos que o enquadramento desses conteúdos vai muito além da parcialidade examinada pela teoria do enquadramento.

Neste tipo de padrão de controle, ainda vigente nas regiões mais distantes do centro-sul do país, não apenas se fragmenta a realidade ou se ignoram instituições, fatos e/ou pessoas. No processo de tratamento da informação, mente-se, inventa-se e recriam-se acontecimentos a partir de versões que deles tem o próprio órgão de imprensa, mesmo quando os fatos as contradizem. Trata-se da veiculação de informações sabidamente falsas, que são utilizadas tanto para denegrir reputações como para construir imagens favoráveis, com vistas a obter a adesão ou cumplicidade do leitor / ouvinte / telespectador para uma determinada causa. Nesses casos, os critérios técnicos de noticiabilidade são completamente abandonados.

Buscamos, na literatura sobre o tema, referencial teórico para este tipo de controle da informação. Trata-se, porém, de um padrão tão insólito que a maioria dos estudiosos nem chega a cogitá-lo. O que mais se aproxima dessa realidade é Abramo (2003). Ao tratar da manipulação de informação da grande imprensa, este autor identifica três padrões recorrentes<sup>3</sup>. Entre eles, o Padrão de Inversão que, segundo ele, opera o reordenamento das partes da realidade, a troca de lugares e de importância e da sua substituição por outras.

Para Abramo (2003), há várias formas de inversão, mas três se verificam com mais frequência: a inversão da relevância dos aspectos, a inversão do conteúdo pela forma e a inversão pelo fato. Neste último caso, aquele que nos interessa aqui, a realidade é substituída pela versão originada no próprio órgão de imprensa – seja adotada ou aceita, a partir da fonte das declarações e opiniões.

O órgão de imprensa praticamente renuncia a observar e expor os fatos mais triviais do mundo natural ou social e prefere em lugar dessa simples operação, apresentar as declarações, suas ou alheias, sobre esse fato (ABRAMO, 2003, p. 29).

Dentro da perspectiva do nosso referencial teórico, passaremos agora a estabelecer o domínio exploratório desta pesquisa, na qual a relação entre poder e informação estará sob observação. Tomaremos como pressuposto comum de configuração da sociedade, aquele que

---

<sup>3</sup> Manipulação aqui é entendida como manobra pela qual se influencia um indivíduo ou uma coletividade contra a vontade deste, de modo geral, recorrendo a meios de pressão, como a mídia. Uma manobra oculta ou suspeita que visa à falsificação da verdade, como explica Abramo (2003, p. 20).



se verifica nas circunstâncias contemporâneas das sociedades com experiência democrática consolidada, como é o caso do Brasil, e que se caracteriza pelos seguintes aspectos, apontados por Gomes (2004, p. 161):

- a) aceitação e regulamentação jurídica dos princípios de liberdade de imprensa, opinião e expressão;
- b) existência de indústrias da informação, da cultura e do entretenimento associadas à comunicação de massa;
- c) consolidação dos campos constituídos pelas culturas profissionais dos vários setores da comunicação (jornalismo, publicidade, relações públicas, etc.).

O primeiro aspecto impede o controle pleno da comunicação pelo campo político ou por outros campos socialmente influentes. O segundo aspecto representa a independência econômica e legal do universo da comunicação de massa do mundo político e a alteração do seu vínculo prioritário: a audiência. O terceiro aspecto garante a formação de um campo razoavelmente autônomo no interior dos ambientes de comunicação de massa. Entretanto, existem algumas exceções, incompatíveis com o estágio contemporâneo das indústrias da comunicação e da consolidação de regimes democráticos, mas que ainda persistem na comunicação política do Brasil: o fenômeno do controle político da comunicação de massa. (GOMES, 2004, p. 161).

É preciso, contudo, distinguir controle político de controle público ou estatal da comunicação. No primeiro padrão, o agente do controle é uma força política, que tanto pode pertencer ao universo partidário, empresarial ou mesmo do governo. Neste caso, o objetivo é o domínio sobre a comunicação como instrumento de obtenção para vantagens políticas. No segundo padrão, o controle é legal, voltado para a disciplina e posse dos conteúdos da comunicação de massa com a finalidade de assegurar justiça e equidade ou para salvaguardar o interesse público (GOMES, 2004, p. 161).

O padrão de controle político da comunicação de massa no Brasil, segundo Gomes, constitui-se, provavelmente, ao lado da subordinação dos Legislativos pelo Executivo, “[...] a nossa grande tragédia democrática”. Nesse padrão, denominado de “*propriedade e controle político*”, notam-se dois elementos significativos: a ausência das três características acima indicadas e o rescaldo cultural herdado das ditaduras getulista e militar. Entretanto, além das iniciativas do exercício direto de controle sobre a comunicação por parte dos governos e

autoridades políticas, o Brasil conhece também outras três formas de ingerência do interesse político.

A primeira é recorrente de uma espécie de servidão voluntária, que se dá quando o patrão ou instância editorial de um órgão de imprensa, por exemplo, submete os interesses jornalísticos a cálculos de vantagens políticas para grupos ou partidos políticos a que ideologicamente se filia. Neste caso, a adesão é por convicção e estratégia. A segunda forma é quando o empresário de comunicação de um veículo ou rede influente ordena a produção jornalística para controlar o campo político e, com isso, obter vantagem. Este padrão é destinado a acúmulo de poder e transforma o jornalismo em instrumento de barganha. O terceiro tipo consiste no fato de um grupo ou sujeito de interesse no campo político controlar direitos de emissão de rádio/ televisão ou possuir jornais para, através desses meios, obter vantagens na arena política. Neste caso, o controle não é o de vigilância e de monitoração, mas o da posse privada dos meios, usando-os como meio para benefício particular (GOMES, 2004, p. 177).

Gomes defende a idéia de que a comunicação, em geral, e a informação, em particular, como mais uma indústria que pode ser explorada conforme as conveniências e as perspectivas de lucros particulares, são serviços que estão diretamente associados ao interesse público, como ciência e educação, cujo controle particular está limitado àqueles aspectos que não afetem a sua natureza. A idéia de que a informação pode ser empregada, conforme a conveniência dos particulares, esbarra no fato de que não há sociedade democrática que não compreenda o efeito do controle da comunicação sobre a sociedade.

Para Gomes (2004), há duas ordens de fatores a se considerar. A primeira diz respeito ao horizonte de valores a que está associada à informação de massa. Essa ordem apóia-se, basicamente, na idéia de que a informação midiática é hoje o modo fundamental como se pode construir honras, reputação, nomes e imagens, bem como o meio predominante para o conhecimento da atualidade, dos fatos, das suas razões, das opiniões, relações e circunstâncias do mundo. Por isso, ela incumbe de responsabilidade social e legal proporcional a sua importância e ao interesse público que, por seu meio, pode ser atendido ou prejudicado.

A segunda ordem de consideração refere-se aos valores especificamente implicados na informação política. Nas sociedades contemporâneas, o conhecimento acerca do mundo e do estado das coisas nos chega na sua parte mais importante, mediante a comunicação de massa. No campo da comunicação, concentra-se o poder de publicar, ocultar ou reservar fatos, idéias e circunstâncias do universo político.

O poder de exhibir, mostrar, fazer ver, dar a conhecer, mas também o poder de fazer crer no que não existiu, de alterar a realidade e de impedir o conhecimento, em suma, o poder de fazer ver, o poder de impedir de ver e o poder de fazer ver o que não existiu ou o que existiu do modo como se faz ver (GOMES, 2004, p.181).

Por fim, diferente do conteúdo jornalístico midiático, a propaganda política e a governamental ou pública são recursos de comunicação objetivos, cujos propósitos de convencimento são claros. Trata-se, na verdade, de um processo planejado e racional de disseminação de informações destinado a influenciar opiniões, sentimentos e atitudes das pessoas num determinado sentido, através dos meios de comunicação de massa e de outras mídias publicitárias. Os termos propaganda e publicidade são geralmente empregados no mesmo sentido. Entretanto, o termo propaganda é mais abrangente, porque engloba a propaganda persuasiva de idéias. Por outro lado, o termo publicidade mostra-se mais abrangente no sentido de dar ampla divulgação a um determinado produto. Em função da abrangência de ambos, nesse estudo adotaremos a conjunção dos dois, propaganda / publicidade, para designar este meio de disseminação de informação que é utilizado pelo grupo em questão com a finalidade de: conquistar a adesão ideológica da população, através da difusão massificada.

No Brasil, a propaganda política limitava-se ao tempo, no rádio e na televisão, destinado aos partidos políticos pelos tribunais eleitorais. Para a propaganda governamental ou pública, no entanto, não há limites de tempo nem de frequência. Trata-se de uma transação comercial entre o poder público constituído e as empresas de comunicação, intermediado por agências de propaganda / publicidade, incluindo comerciais para TV, spots para rádio, anúncios em jornais e revistas e outras mídias publicitárias, como outdoor, busdoor, papelaria promocional e mobiliário urbano, entre outras.

A exposição dos conteúdos publicitários, na comunicação de massa, pode ser avaliada por dois aspectos: o quantitativo (o tempo de exposição) e o qualitativo (o modo de exposição), como refere Gomes (2004, p. 209). Outro aspecto importante, porém, diz respeito a um tipo muito comum de material publicitário que é a indução proposital à confusão entre a imagem do político, ocupante de um cargo público, e a imagem da instituição a qual, momentaneamente, representa.

Embora a legislação proíba a utilização do caráter personalista na propaganda governamental ou pública, muitos governos utilizam-se de recursos para burlar a lei. Por outro lado, a propaganda governamental ou pública constitui-se na maior parte do mercado

publicitário brasileiro e baiano<sup>4</sup>, o que significa que os governos federal, estaduais e municipais são os principais anunciantes das empresas de comunicação. Posição que lhes permite boicotar ou discriminar veículos, através das verbas destinadas à propaganda. E vice-versa. Ou seja, quando o veículo é contrariado nos seus interesses comerciais, pode optar por uma linha de oposição sistemática. Para efeito deste estudo, nos limitaremos a análise da propaganda / publicidade, como meio de disseminação de informação, observando os seus aspectos quantitativos financeiros e as estratégias de controle da informação através da barganha da propaganda oficial, estratégias adotadas pelo grupo carlista no comando do governo do estado.

## 2.6 CONCLUSÃO

Neste capítulo, portanto, procuramos referenciar, teoricamente, os dados de análise deste estudo. Além de discutirmos a abordagem conceitual do objeto de pesquisa, demonstramos a pertinência do conceito de regime de informação como marco teórico deste trabalho, uma vez que ele aponta o caminho para a observação criteriosa da relação entre informação e poder e de como o poder político, numa determinada realidade, pode ser exercido pelos sujeitos e instituições deste campo, através de relações sociais mediadas pela informação.

Este conceito possibilitou sistematizar os dados levantados, identificando os elementos que compõem as duas redes de informação estudadas, avaliando o modo de produção informacional dominante, os sujeitos, as instituições, as regras, as autoridades informacionais, os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de seu processamento seletivo, seus dispositivos de preservação, distribuição e disseminação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p. 34).

---

<sup>4</sup> Segundo o *Anuário Brasileiro de Mídia*, 2003, a publicidade governamental ou pública é responsável por 70% do faturamento das empresas de comunicação no país.

### 3 CONTEXTUALIZAÇÃO: A CONSTRUÇÃO DO CARLISMO

Amado por uns e odiado por outros tantos, ACM é, sem dúvida, um dos políticos mais controversos da história recente do Brasil. Protagonizando a cena política baiana nas últimas quatro décadas, até 2006, foi prefeito de Salvador, três vezes governador da Bahia, ministro de Estado e senador da República por duas vezes. Já foi derrotado nas urnas por uma diferença de quase 1,5 milhão de votos e voltou ao governo com altos índices de popularidade. Envolveu-se em episódios nebulosos na vida privada e em escândalos políticos que lhe custaram o seu primeiro mandato de senador. Dado politicamente como morto, ressurgiu na legislatura seguinte, guindado por mais de três milhões de votos.

Pela alcunha de *Malvadeza* é reconhecido na sua forma mais truculenta, mas em busca de apoio popular, quando precisou se submeter às urnas, cunhou para si próprio o epíteto de *ternura*, sugerindo uma mudança de comportamento. Tem sido uma das mais importantes fontes de informação dos principais jornalistas do país. Toda a sua trajetória política, aliás, é marcada pela utilização sistemática da informação como instrumento de ascensão ao poder político. Mas, afinal, quem é esse cara? Quem é esse político polêmico que, mesclando esperteza, senso de oportunidade e conhecimento dos meios de informação e comunicação, tem interferido tanto nos destinos da Bahia e do Brasil?

O controle, o uso e a disseminação da informação é um dos pilares do tripé sobre o qual se sustenta a sua estratégia política. Vale destacar que o uso que faz da informação não se restringe ao controle e a difusão da informação de massa e da informação política, modelo que tem no ex-presidente Getúlio Vargas a sua maior expressão no Brasil. Magalhães nunca exerceu o poder na dimensão do que foi usufruído por Vargas, mas conquistou o seu nicho através da combinação inteligente entre utilização da informação, aliança com o oficialismo e perseguição a todos que a ele se opuseram.

A utilização da informação, como estratégia política, pode ser observada por meio de diversas táticas. A primeira delas é o seu uso para barganhar privilégios e também pressionar e perseguir os adversários, políticos ou não. A segunda refere-se ao aproveitamento dela para

estretar laços com jornalistas, por ele considerados importantes, credenciando-se, assim, como fonte privilegiada de informação no cenário político nacional. A terceira diz respeito ao uso da informação na tomada de decisões políticas, através de constantes realizações de pesquisas de opinião pública. A quarta e última tática é o controle e o uso da informação e a sua difusão através dos veículos de comunicação.

Na Bahia, portanto, informação e comunicação, constituem a base de dominação política do grupo liderado por Magalhães. O controle dos meios de comunicação; a massificação de mensagens publicitárias auto-promocionais; a mitificação da imagem do chefe e do grupo; e a permanente aliança com o *oficialismo* na esfera federal, que lhe garante a indicação de nomes para funções e cargos públicos variados, são elementos preponderantes do modelo político implantado. Entretanto, é com base na produção, no tratamento e na difusão da informação que Magalhães construiu a sua imagem pública e política, como veremos nos próximos capítulos.

### 3.1 CONTEXTO POLÍTICO

O contexto sócioeconômico, político e cultural da Bahia tem suas origens no sistema de mando, conhecido como *coronelismo*, e no *patrimonialismo*, identificado por Sérgio Buarque de Holanda (1995) na formação social do brasileiro, por ele classificado como *homem cordial*.

O *coronelismo* tem suas raízes no Império, quando os chefes políticos locais mais prestigiados receberam o título de *coronel* da Guarda Nacional. Já naquela época, os municípios brasileiros eram feudos políticos que se transmitiam por herança, embora não configurada legalmente.

Criada após a Independência para auxiliar o novo governo na manutenção da ordem, a Guarda Nacional era composta por todos os habitantes livres do país, que se integraram nos seus diversos escalões. Os postos mais altos foram ocupados pelos grandes proprietários de terras, os *coronéis*, seguidos pelos parentes mais próximos nos postos de majores, capitães e outros menos importantes. Essa elite local mantinha sob suas ordens todos aqueles que não tinham posses ou meios de ocupar melhores posições e refletia, no escalonamento dos seus postos, a estrutura socioeconômica das diversas regiões (QUEIROZ, 1975, p. 156). A Guarda Nacional foi extinta pouco tempo depois da Proclamação da República, mas a denominação

de *coronel* continuou sendo outorgada, espontaneamente pela população, àqueles que pareciam deter o poder econômico e político local (QUEIROZ, 1975, p. 159).

Apesar de estender o direito de voto a todo cidadão brasileiro ou naturalizado que fosse alfabetizado, a Constituição de 1891 não conseguiu eliminar, totalmente, as barreiras econômicas e políticas que impossibilitavam a livre manifestação do eleitorado. A base da antiga estrutura eleitoral alargou-se, mas os chefes políticos locais permaneceram os mesmos e sob os seus domínios, uma massa eleitoral bem maior do que a que se verificava durante o Império.

[...] um coronel importante constituía uma espécie de elemento socioeconômico polarizador, que servia de ponto de referência para se conhecer a distribuição dos indivíduos no espaço social. Era o elemento chave para se saber quais as linhas políticas divisórias entre os grupos e subgrupos na estrutura tradicional brasileira (QUEIROZ, 1975, p. 159).

A manutenção do voto como uma posse e a possibilidade de barganha provêm da multiplicidade de graus da hierarquia do *coronelismo*, cuja estrutura era formada por familiares e parentes do *coronel*. Além de grupo político, a *parentela* era também um grupo econômico que operava em geral com base na solidariedade e na interdependência entre as diferentes partes que as compunham. Era através dessa estrutura familiar que o chamado *voto de cabresto* era obtido tanto através de favores e benefícios como pela via da opressão, da violência e da crueldade.

Outro ingrediente, que caracteriza o *coronelismo* e contava na ascensão sócio-econômica e política dos que se tornavam *coronéis*, era a posse do que Weber (1971, p. 144) chamou de carisma – um conjunto de dotes pessoais ou de habilidades de uma pessoa que fascina outras, despertando simpatia. Esta qualidade explica porque, dentro do grupo da parentela, a liderança suprema muitas vezes não passava diretamente de pais para filhos. O chefe escolhia para sucedê-lo alguém que apresentasse as qualidades exigidas, desde que possuísse bens e fortuna e, é claro, pertencesse à parentela.

O *coronelismo* integra-se, portanto, como um aspecto específico e datado dentro do conjunto formado pelos chefes que compõem o *mandonismo* local brasileiro. Datado porque, embora aparecendo na segunda metade do Império, é na Primeira República que atinge sua máxima expressão e a plenitude de suas características. Mas a prática teve várias formas desde a época colonial e apresenta-se como um conceito mais amplo dos tipos de

poder político e econômico que, historicamente, marcaram o Brasil. (PANG, 1979, p. 19).

Embora considerado uma prática em extinção, o *coronelismo* ainda rege o processo eleitoral e as relações de poder na maioria das cidades do Nordeste. Ao longo do século XX, sobretudo nas últimas cinco décadas, o *coronelismo* tem-se adaptado aos novos tempos, introduzindo, no sistema de mando, instrumentos e recursos, sobretudo, os advindos dos avanços tecnológicos. (QUEIROZ, 1975, p. 158).

A partir da Revolução de 30, na chamada Segunda República, o *coronelismo* entra em aparente decadência. A aliança dos chefes locais com o presidente Washington Luís e o incondicional apoio ao candidato governista à presidência Julio Prestes, leva parte do *coronelato* a resistir à revolução. Essa resistência, porém, sucumbiu à ação do comando das forças revolucionárias que, além de recolher os armamentos, prendeu, processou e julgou os coronéis envolvidos. O que parecia ser, contudo, o fim do *coronelismo* transformou-se apenas numa mera substituição de nomes dentro do *mandonismo* local, pois a estrutura do poder político manteve-se, praticamente, intacta.

O desaparecimento do *coronelismo* de então apresenta-se de forma progressiva e irregular. Enquanto nos estados do Sul e Sudeste a prática já era considerada extinta em 1940, nas cidades do interior do Norte e Nordeste o *coronelismo* chega ao Estado Novo quase com a mesma forma que se apresentava na Primeira República.

Nessa, como em outras fases de transição do poder político dominante, principalmente no Nordeste, verifica-se que a estrutura de poder mantida no sistema *coronelístico* modifica-se apenas quanto ao meio empregado para a sua manifestação. Na sua evolução, o *coronelismo* vem absorvendo as inovações técnicas e tecnológicas, sem, no entanto, mudar a sua estrutura política.

Nesse contexto, segundo Sérgio Buarque de Holanda (1995), não é fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade, em tal ambiente, compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público. Assim, eles se caracterizam justamente pelo que separa um funcionário *patrimonial* do *puro burocrata*, conforme a definição de Weber.

Para o funcionário *patrimonial*, a própria gestão pública apresenta-se como assunto de seu interesse particular, porque as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como acontece



no verdadeiro estado burocrático, em que prevalece a especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos.

Da mesma forma, Faoro (2001) observa que a estrutura político-social brasileira resistiu a todas as transformações fundamentais e aos desafios mais profundos. Nessa estrutura, denominada por ele de “capitalismo orientado”, a comunidade política conduz, comanda e supervisiona os negócios públicos como negócios privados seus.

O súdito, a sociedade, se compreendem no âmbito de um aparelhamento a explorar, a manipular, a tosquiar nos casos extremos. Dessa realidade se projeta em florescimento natural, a forma de poder, institucionalizada num tipo de domínio: o patrimonialismo, cuja legitimidade assenta no tradicionalismo – assim é porque sempre foi (FAORO, 2001, p. 819).

Temos aqui a referência do contexto sócioeconômico, político e cultural do território, em que se delimita o nosso objeto de pesquisa: um estado, que foi gerido por um grupo político, com visão *coronelística* e *patrimonialista* do campo político e da esfera pública, que é classificado juridicamente como democracia representativa. Analisado, entretanto, sob o prisma do desenvolvimento que esta forma de governo sofreu ao longo da era moderna, constatamos que no Estado baiano a democracia não se estendeu do campo político para o social.

Trata-se, segundo Bobbio (1997), de um Estado democrático, político e formal, caracterizado pela adoção de um regime que assegura a igualdade jurídica, mas não garante a igualdade social e econômica da sua população, contraponto que caracteriza as democracias sociais e substanciais, na era moderna (BOBBIO, 1997, p. 157).

### 3.2 NASCE UMA ESTRELA

Nos últimos 40 anos, o cenário político baiano foi dominado por ACM e seu grupo. Até 2006, com breves interregnos, eles controlaram o governo do Estado, a Prefeitura de Salvador e mais de 380 prefeituras do interior, além da maioria da bancada federal, dos deputados estaduais e dos vereadores.

A estratégia de hegemonia política do estado começou a ser colocada em prática em 1985, ano em que tem início o processo de redemocratização do país. Até então, o poder

conquistado por ACM era fruto de sua aliança com chefes políticos locais e com os governos militares que se sucederam após o Golpe de 1964. Vislumbrando as mudanças que aconteceriam nas estruturas políticas, ele rompeu com o regime que até então aderira incondicionalmente para apoiar a eleição de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, àquela altura já irreversível. Nomeado ministro das Comunicações, Magalhães montou para si mesmo uma poderosa rede de comunicação, que hoje é composta por 114 emissoras de rádio e sete de televisão, pelo jornal *Correio da Bahia*, que já era de sua propriedade, e por um portal na Internet.

Mas, muito antes disso, Magalhães já utilizava a informação para ascender politicamente, no estado e no cenário político nacional. O gosto pela política foi herdado do pai, Francisco Peixoto de Magalhães Neto, médico e professor da Faculdade de Medicina, deputado constituinte de 1934, pelo PSD, e depois, deputado federal até 1937, quando o Estado Novo fechou o Congresso. Desde estudante secundarista, Antonio Carlos Magalhães já demonstrava gosto pela política. Foi presidente do Grêmio do Colégio da Bahia (Central) e, mais tarde, estudante da Faculdade de Medicina; foi por seis anos, representante de série no Diretório Acadêmico (DA) e, posteriormente, presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE).

Em 1943, aos 16 anos, começou a trabalhar como repórter no jornal *Estado da Bahia*, vespertino que tempos depois integraria os Diários Associados, e, anos mais tarde, redator de debates da Assembléia Legislativa. Nesta função, protagonizou um dos episódios mais ilustrativos da forma de ascensão política por ele escolhida. Em 1954, ano em que se candidatou pela primeira vez ao parlamento, no afã de agradar o então governador da Bahia, Juracy Magalhães, o redator de debates da Assembléia discutiu e agrediu fisicamente o deputado João Carlos Tourinho Dantas, que havia criticado Juracy na tribuna, embora fosse do mesmo grupo político. Magalhães formou-se em Medicina em 1952. Trabalhou como médico do serviço público e professor adjunto da Faculdade de Medicina. A vaga na Faculdade de Medicina foi propiciada pelo reitor Edgard Santos, com quem manteve vínculos afetivos.

Entrou para a política pelas mãos de Juracy Magalhães, um dos principais chefes políticos do estado desde a Revolução de 30. Foi seu assistente e secretário particular. Favorecido por essa vinculação, em 1954, elegeu-se, em pleito suplementar, deputado estadual pela UDN. Empossado em fevereiro de 1955, foi líder da bancada e presidente da Comissão de Finanças da Assembléia Legislativa. Cultivou também laços de amizade com Antonio Balbino e foi seu vice-líder até o rompimento deste com Juracy, durante as

negociações para o pleito de 1959. Seu mandato como deputado estadual foi marcado pelo esforço em aumentar o número de municípios do estado. Apresentou vários projetos neste sentido e também apoiou iniciativas semelhantes de outros parlamentares. No final de legislatura, a Bahia contava com mais novos 30 municípios (GOMES, 2001, p.58)

Desde o seu primeiro mandato parlamentar, ainda na Assembléia Legislativa da Bahia, ACM pautou a sua atuação política em atitudes e ações planejadas, sempre com o objetivo maior de gerar repercussão na mídia. Foi assim desde o começo. Logo após a vitória de Antonio Balbino (1955-1959), que havia sido apoiado pela UDN de Juracy, ACM ocupou a tribuna da Assembléia para acusar de público o jornalista Jorge Calmon de ter-se apossado de fundos da campanha do irmão, o historiador Pedro Calmon, que havia sido candidato do PSD contra Balbino. Processado, escudou-se na imunidade parlamentar para não responder ao processo (GOMES, 2001, p. 58).

Ainda pelas mãos de Juracy, elegeu-se deputado federal em 1958, na mesma campanha que levou Juracy ao governo da Bahia pela terceira vez. Empossado em fevereiro de 1959, opôs-se à liderança do udenista Carlos Lacerda e apoiou o presidente Juscelino Kubitschek, do PSD, embora pertencesse aos quadros da UDN. Falava diariamente com Juscelino, através do telefone particular do presidente. Ligava sempre às 7 horas da manhã e, por isso, recebeu o apelido de *despertador de JK*<sup>5</sup>. Em 1959, apóia o nome de Juracy para candidato da UDN à Presidência da República. Seu grupo perde a convenção para a ala liderada por Carlos Lacerda, que apóia o nome de Jânio Quadros. Jânio ganha a eleição e Magalhães passa a fazer oposição ao governo, principalmente depois que o presidente substitui Edgard Santos por Alberico Fraga, na Reitoria da Universidade Federal da Bahia.

A exoneração de Edgard Santos foi, sem dúvida, o ponto alto do embate de ACM com presidente Jânio Quadros. Ao tomar conhecimento do fato, ele dirigiu um duro telegrama ao presidente: “A mesquinharia do seu gesto dá a medida exata do seu caráter”. O episódio ganhou repercussão nacional e tem duas versões. A primeira, disseminada pelo próprio autor, conta que, ao tomar conhecimento do teor do telegrama, os funcionários dos Correios teriam se recusado a fazer a transmissão e que, por isso, ele (ACM) o teria divulgado na imprensa. A segunda versão, difundida pelos políticos da época, revela que, ato contínuo, ele fez chegar à imprensa cópias do texto do telegrama (ABREU, 2001, p.3432).

Reeleito deputado federal em 1962, passou a combater o presidente João Goulart, recém-empossado após a renúncia de Jânio, e a participar das articulações do golpe militar

---

<sup>5</sup> A história, já de domínio público, é confirmada pelo próprio Magalhães no livro *Paixão é política*.

que derrubou Jango em 1964. A cerrada oposição de ACM ao novo governo o levou a publicar, anos mais tarde, o livro *Não era fácil ser revolucionário*, com os inflamados discursos pronunciados na época.

Data deste período, mais precisamente de 1961, as desavenças de ACM com o seu padrinho político. Juracy posicionou-se favorável à posse do vice-presidente João Goulart e participou das negociações que levaram Jango à presidência e o Brasil ao regime parlamentarista. Mas, o rompimento definitivo com o seu padrinho político somente aconteceu em 1971, quando ACM já estava no comando do governo de estado.

### 3.3 ADESÃO AOS MILITARES

O regime de exceção estabelecido a partir do golpe militar de 1964 cassou, entre outros políticos, o prefeito de Salvador, Virgildásio Sena, eleito diretamente no pleito de 1962. Depois de alguns ajustes e de negociações com o cardeal Primaz, dom Augusto, o governador da Bahia Lomanto Júnior conseguiu se manter no cargo. O escritor e político Luís Viana Filho foi convidado e aceitou ser o chefe do Gabinete Civil do marechal Castelo Branco, o primeiro dos cinco presidentes militares.

O vácuo na prefeitura foi ocupado temporariamente pelo presidente da Câmara Municipal, vereador Antonino Casais, conhecido como *Chuteirinha* em função de uma deficiência física em uma das pernas. Depois, foi nomeado para o cargo o integralista Nelson Oliveira, genro do empresário Joventino Silva.

Nessa época, Magalhães, reeleito para a Câmara dos Deputados pela Aliança Renovadora Nacional (Arena), era apenas um deputado federal, que havia construído sua carreira sob a proteção de Juracy Magalhães, Antonio Balbino e Edgard Santos. Mas o golpe de 1964 e os governos militares constituíram-se, sem dúvida, numa grande oportunidade de levar o deputado, ainda sob a liderança de Juracy Magalhães, a um cargo majoritário que lhe deu mais projeção política e maior visibilidade.

Com o foco direcionado para a Prefeitura de Salvador, ACM, que já dominava a habilidade de usar a mídia impressa como instrumento político, começou a perceber que a televisão poderia ser um veículo ainda melhor para se promover. A utilização da TV como

palanque político não era uma novidade. No Rio de Janeiro, seu adversário político, o jornalista e deputado Carlos Lacerda já vinha fazendo isso com relativo sucesso.

Os anos de trabalho no jornal *Estado da Bahia* credenciaram-no para obter do jornalista Odorico Tavares, diretor local dos Diários Associados, autorização para usar a recém-inaugurada TV Itapoan, uma das emissoras do grupo. Na sua freqüente participação no Programa Debates, desta emissora, ACM tornou-se crítico sistemático da administração municipal, tanto do período de Casais quanto de Nelson Oliveira.

O clima de desavença com Casais, estimulado pelos debates da TV Itapoan, estendeu-se por um longo tempo, até mesmo depois de ter conseguido a nomeação para a prefeitura. A performance de ACM no programa televisivo, aliás, rendeu diversos episódios polêmicos. Um deles foi a exibição de um documento em branco, supostamente assinado por Juscelino Kubitschek, como demonstração de prestígio nacional.

Paralelamente às ações na mídia, Antonio Carlos desenvolvia ações políticas para ganhar visibilidade, principalmente junto ao agora chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Luís Viana Filho, de quem se aproximou e a quem passou a usar como trampolim para chegar ao presidente Castelo Branco. Político importante no Estado, Luís Viana Filho já integrava a segunda geração de políticos da família. Seu pai, o conselheiro Luís Viana, governou a Bahia no final do século XIX. Viana Filho entrou na política em 1934, já como deputado federal. Com a dissolução da Câmara, em 1937, voltou-se para o jornalismo e somente retornou à política em 1945, com o fim do Estado Novo. Foi reeleito deputado federal até 1966, mas deixou a Câmara e a Chefia do Gabinete Civil da Presidência, quando foi nomeado governador da Bahia para o mandato de 1967-1971 (FRANCO, 1990, p. 36).

A importância de Luís Viana, no contexto político baiano, não passou despercebida por ACM que, invariavelmente, era portador das famosas “cocadas baianas” com que ACM presenteava o presidente Castelo Branco. Mas o gol de placa de ACM, na busca pela sua nomeação para a Prefeitura de Salvador, veio mesmo através da utilização de informação: ao tomar conhecimento de que o amigo Juscelino seria cassado e sabedor de que o telefone dele estava grampeado pelos órgãos de segurança, ACM telefonou a Juscelino para informá-lo do que aconteceria. Na ligação, porém, não só justifica a atitude de Castelo Branco como fez uma ardorosa defesa da inevitabilidade do ato (MAGALHÃES, 1995, p.35).

Não demorou muito tempo para que o presidente fosse informado pelos órgãos de segurança de que a informação sobre a cassação de Juscelino tinha vazado. Mas, antes de se constituir em um ato de leviandade, a ligação de ACM para Juscelino pareceu a Castelo

Branco um ato de lealdade e fidelidade. Esse era, na verdade, mais um episódio em que ACM tentava demonstrar sua lealdade ao presidente.

Em 1965, ofereceu-se para rebater um discurso em que Lacerda, agora na oposição, fizera, chamando Castelo Branco de “Lili da rua Conde Lage” (onde ficava localizada naquela ocasião a zona do meretrício carioca). ACM telefonou ao presidente e ofereceu-se para fazer um discurso contra Lacerda na Câmara. No dia seguinte, recebeu a informação, pelo general Golbery do Couto e Silva, que o presidente havia requisitado uma hora de rede de televisão para que no dia seguinte, um domingo, ACM respondesse a Lacerda. ACM procurou, então, Roberto Marinho e reuniu-se com ele para montar o seu pronunciamento, fundamentado em pesquisa feita pelo empresário nos arquivos do jornal O Globo. No dia seguinte, de pé, segurando o papel com resumo das denúncias, ACM atacou Lacerda durante uma hora, ao vivo, no horário nobre (CONTI, 2000, p. A12).

Com a popularidade em ascensão, graças às suas performances na imprensa e nos debates da TV Itapoan, o terreno político devidamente pavimentado com o futuro governador da Bahia, Luís Viana Filho, e o seu vice-governador Jutahy Magalhães, filho do ainda líder Juracy Magalhães, e a gratidão do presidente da República, Antonio Carlos Magalhães foi, enfim, nomeado prefeito de Salvador, assumindo o cargo em 13 de fevereiro de 1967.

A gratidão de Castelo a Magalhães, no episódio da cassação de Juscelino, foi tão profunda que ele assinou um ato institucional, o de número 32, para antecipar a sua posse na Prefeitura de Salvador antes de sair da presidência, temendo que Costa e Silva, então já definido como o segundo presidente do ciclo militar, não o fizesse. Além disso, destinou uma grande soma de recursos, Cr\$ 2 milhões (dois milhões de cruzeiros) a fundo perdido, e um empréstimo de Cr\$ 3 milhões (três milhões de cruzeiros) a serem pagos em seis meses, para o novo prefeito aplicar na cidade (MAGALHÃES, 1995, p. 63-64). Antonio Carlos tomou posse na Prefeitura de Salvador um mês e dois dias antes de Luís Viana Filho ocupar a sede do governo do estado.

Além de lhe possibilitar maior visibilidade, a Prefeitura de Salvador foi também o combustível que faltava para a formação de um grupo político que seguisse a sua orientação. A própria ascensão à esfera executiva já indicava o seu fortalecimento político, mas, sem dúvida, o elemento catalisador foi a caneta com a qual passou a assinar as nomeações dos cargos públicos.

Vale lembrar que, no âmbito partidário, ACM já desfrutava de posição privilegiada. Primeiro, presidiu a UDN, embora estivesse ali representando o grupo juracisista. Mas, a partir de 1965, com a dissolução dos partidos e a instituição do bipartidarismo, foi eleito o

primeiro presidente regional da Arena, partido criado para dar sustentação ao governo. Como presidente da agremiação, ele podia interferir não só nas decisões da Comissão Executiva, como na escolha dos nomes dos candidatos da legenda a vereador, deputado estadual e federal. Ou seja, função que também contribuiria decisivamente para a formação do seu próprio grupo político.

### 3.4 PREFEITURA, O CAMINHO PARA O GOVERNO

A administração de ACM foi marcada pela realização de grandes obras públicas, mas também pelo autoritarismo com que conduzia a Prefeitura de Salvador. A imagem pública, construída sobre os pilares da moralidade, da coragem e do empreendedorismo, passou a ter um elo bastante estreito com o controle e a disseminação de informação. A estratégia atendia tanto a necessidade de consolidação da imagem pública quanto à obtenção de munição contra os inimigos. Data desse período, o início da elaboração dos famosos dossiês, relatórios e fotografias com os quais passou a fazer chantagem a seus adversários. Foi na Prefeitura de Salvador que ele começou a difundir a máxima: “quem não está comigo está contra mim”.

O objetivo maior de Magalhães era ser governador da Bahia e, para isso, precisava realizar uma boa administração na Prefeitura, que o credenciasse a pleitear a indicação. Nesse contexto, buscava apoio incondicional dos órgãos de imprensa e da Câmara de Vereadores. Na área administrativa, aproveitou os estudos e projetos realizados pelo arquiteto Mário Leal Ferreira, que nortearam o plano de gestão de Virgildásio Sena, prefeito deposto pelo golpe militar. No campo político, buscou o controle da Câmara Municipal. Contava, então, com o apoio incondicional de 11 dos 18 vereadores. A presidência da Casa, porém, coube ao antigo desafeto, o vereador Antonino Casais, o *Chuteirinha*. O clima de desavença entre os dois, resquício do tempo em que ambos participavam do programa Debates, da TV Itapoan, aprofundou-se, culminando com agressão física, nas dependências do Fórum Rui Barbosa.

As brigas entre o prefeito e o presidente do legislativo municipal sucediam-se. Por diversas vezes, Magalhães tentou cassar o mandato de Casais, mas o número de vereadores que seguia a sua orientação era insuficiente. O processo dependia do voto favorável de mais de dois terços do número de vereadores, mais precisamente de 13 votos, dois a mais do que os votos que o prefeito controlava. Mas o ápice das desavenças aconteceu em dezembro de 1967,

quando em discurso na sessão da Câmara, Casais acusou o prefeito de ter recebido de empreiteiros 20 por cento dos custos de uma obra no subúrbio de Periperi.

O prefeito, representado pelos advogados Clériston Andrade e Rui Dantas, entrou com queixa-crime contra o vereador por calúnia e difamação na 3ª Vara Crime, presidida pelo juiz Artur da Costa Pinto. Na audiência de conciliação, realizada em 26 de dezembro de 1967, Casais, que segundo assegurava, vinha sendo ameaçado fisicamente pelo prefeito e pelo irmão dele, Ângelo Magalhães, confirmou o que havia dito na Câmara. Representado pelo advogado Marcelo Duarte, solicitou garantia de vida à justiça e invocou os dispositivos assegurados pela Lei Orgânica do Município para o exercício do mandato. Ao final da tumultuada sessão, Casais foi espancado pelo prefeito e pelo irmão. O episódio foi confirmado pelo próprio Magalhães no livro *Política é Paixão*, 28 anos depois do fato ter ocorrido e ter sido sistematicamente negado por ele, inclusive no mesmo dia, quando à noite, ocupou cadeia estadual de rádio e televisão para contar sua versão dos fatos.

A performance de ACM na mídia, contudo, não era balizada apenas na sua intuição. Desde 1968, ele passou a utilizar um instrumento que atualmente é recorrente, mas que naquela época ainda era usado com parcimônia pelos políticos: as pesquisas de opinião pública. Foi o jornalista Josélio Gondim, então diretor Comercial do Ibope, quem lhe convenceu a contratar a primeira pesquisa. Na falta de eleições, o instituto criou um questionário para avaliar a imagem e a conceituação dos governadores e prefeitos junto à população. “Antonio Carlos, de pronto, aceitou a idéia e ansioso, esperou pelo resultado quinze dias depois” (O SENHOR..., 1991, p. 25).

Segundo Gondim, o prefeito tinha obtido um índice de aprovação de 93 por cento e ficou tão eufórico com o resultado que solicitou 10 cópias de luxo, pagas, segundo o jornalista, com dinheiro do próprio bolso, para remetê-las ao alto-comando do governo militar e aos editores dos principais jornais e revistas do país. A partir daí o Ibope passou a receber do prefeito a solicitação de, pelo menos, uma pesquisa de opinião a cada seis meses. Nenhuma ação administrativa era tomada sem que antes fosse auferido o seu alcance junto à opinião pública (O SENHOR..., 1991, p. 20-25).

Surpreendidos a princípio, lembra Teixeira Gomes, os baianos iam gradualmente se acostumando aos gestos espetaculares do prefeito para anunciar e implantar decisões administrativas (GOMES, 2001, p. 82). Foi assim, por exemplo, com a desapropriação da invasão conhecida como Bico de Ferro, localizada na orla marítima de Salvador. Comandando pessoalmente a operação, o prefeito, respaldado por um grande aparato policial e acompanhado por um contingente de fotógrafos, colocou abaixo as casas populares e



assinou a ordem de serviço para as obras do que mais tarde denominou de Jardim dos Namorados.

O episódio é bastante polêmico até hoje. Apesar de contar com o apoio da população, a medida não tinha respaldo legal, pois a ação de desapropriação ainda não havia sido julgada pela Justiça. Por outro lado, o próprio Magalhães deu uma versão diferente quando foi questionado sobre o fato por jornalistas de fora da Bahia. Em *Paixão é Política*, ele afirma que o local era ocupado por pessoas de alto poder aquisitivo, que haviam invadido uma área pública com a intenção de usufruir daquela localização privilegiada.

Na verdade, todas as obras viárias de ACM na Prefeitura de Salvador foram questionadas por parlamentares da oposição. Segundo o ex-vereador pelo PMDB e advogado Fernando Schmidt<sup>6</sup>, as obras realizadas por ACM na Prefeitura eram fruto da Lei de Reforma Urbana de Salvador, anunciada pelo então prefeito em dezembro de 1968, 11 dias depois do Ato Institucional nº 5. A propósito de extinguir “latifúndios improdutivos” e obter verbas para as obras viárias e um programa habitacional, ACM vendeu, a preços simbólicos, 25 milhões de metros quadrados de terras do município, área equivalente a 10 por cento de todo o município.

De acordo com Fernando Schmidt,

*Os empresários de construtoras e imobiliárias lucraram três vezes. Compraram terras a preço de banana, lucraram com as obras viárias que valorizaram as terras adquiridas anteriormente e ainda obtiveram recursos federais, através do BNH, para obras de conjuntos habitacionais. Mais tarde, esses empresários se tornaram os principais financiadores das campanhas de ACM.*

Em 1969, as forças políticas locais, congregadas na Arena, já se articulavam em torno da sucessão de Luís Viana Filho no governo do Estado e Magalhães não escondia a pretensão de chegar ao Palácio da Aclamação. Da mesma forma, o ex-governador Lomanto Júnior julgava-se candidato natural no jogo sucessório. Ambos pleiteavam o apoio de Luís Viana. A disputa entre os dois começou, declaradamente, na eleição para a presidência da Assembléia Legislativa, quando surgiu um movimento dos deputados lomantistas para eleger o deputado Joir Brasileiro. Esse movimento contava com o apoio do comandante do VI Região Militar coronel Abdon Sena que, juntamente com o chefe do Estado Maior da Região, Marino Dantas, via com restrição o trabalho desenvolvido por alguns secretários de Luís Viana, considerado “inapropriados” pelo regime. A idéia do movimento era de assumir a Assembléia

---

<sup>6</sup> Entrevista concedida a autora desta Dissertação, em 26 de novembro de 2006.

Legislativa e conduzir, com o apoio dos dois militares, um golpe com vistas à deposição de Luís Viana. A oposição aos lomantistas foi comandada por ACM que articulou a candidatura do deputado Wilson Lins para a presidência da Casa. Lins, que era amigo de Marino Dantas, conseguiu a neutralidade do oficialato no processo eleitoral e acabou vencendo a eleição, interrompendo, assim, o processo de deposição do governador. Dias depois da votação, seis deputados que haviam votado em Joir Brasileiro foram cassados (LINS, 1997, p. 213-214).

A disputa entre os dois candidatos à sucessão de Luís Viana acirrou-se ainda mais com a proximidade da convenção da Arena para a escolha da nova Executiva estadual, marcada para o mês de novembro. ACM, que já presidia o partido mexia as peças do jogo sucessório em duas direções: ao tempo em que estimulava o rompimento do governador com o seu rival – o que já havia ficado claro na eleição da mesa da Assembléia Legislativa-, tentava controlar o processo de escolha dos membros da Executiva, fórum de suma importância para o seu projeto político, porque homologaria, em breve, o nome do futuro governador da Bahia. O rompimento definitivo de Viana com Lomanto acabou acontecendo de público, como relata Gomes (2001, p.62), na própria convenção partidária.

A estratégia política para consolidar a sua nomeação para o governo do estado previa ainda a aproximação com os órgãos de imprensa. Paralelamente às ações planejadas, que por si só já lhe garantiam cobertura e espaço na mídia, Magalhães procurou obter, desde o início da sua administração, o apoio incondicional dos veículos de comunicação do estado e dos jornalistas responsáveis pela cobertura política e administrativa da cidade.

Para colocar em prática a estratégia, ele optou por três caminhos. O primeiro era abastecer os veículos de comunicação com verbas da publicidade oficial. No segundo, oferecia comissões em dinheiro ou emprego público para os jornalistas. O terceiro contemplava os profissionais de imprensa que não aceitavam esses tipos de suborno. Para eles, Magalhães dedicava atenção especial e distribuía simpatia, reunindo-os diariamente, no fim de tarde, em seu gabinete, para bate-papos informais. Através desses mecanismos, considerava ter o controle dos meios de comunicação.

Entretanto, a estratégia mostrou-se ineficiente, dado seu temperamento explosivo e truculento, que não aceitava nenhum tipo de crítica ou contestação. Primeiro, desentendeu-se com o jornal *A Tarde*, quando aceitou debater na sede da empresa, o aumento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), proposto pelo seu secretário de finanças, Luís Sande.

Depois com o *Jornal da Bahia*, veículo inaugurado em 21 de setembro de 1958 e que reunia alguns dos mais expressivos jornalistas da época. Em ambos os casos, a primeira providência do prefeito foi suspender a veiculação de anúncios da publicidade oficial. Com o

jornal *A Tarde*, desde então o de maior circulação no estado, o desentendimento acabou superado, mas com o *Jornal da Bahia* a disputa perdurou por vários anos, de 1969 a 1975, como veremos a seguir.

Idealizado pelo jurista Nestor Duarte, o projeto do *Jornal da Bahia* foi concretizado pelo seu discípulo e amigo João Falcão, cujo respaldo financeiro familiar, possibilitou o empreendimento. A proposta inicial do grupo fundador era criar um veículo de comunicação moderno, baseado nos novos recursos do jornalismo que vinham sendo experimentados nos jornais impressos do Rio de Janeiro e São Paulo, como diagramação prévia e matérias feitas fora das redações. O novo periódico disputaria espaço com o *Diário de Notícias*, órgão dos Diários Associados de Assis Chateaubrind, e *A Tarde*, vespertino de perfil mais conservador, de propriedade do jornalista Ernesto Simões Filho.

### 3.5 A CHAMA QUE NÃO SE APAGOU

A briga do prefeito e depois governador Antonio Carlos Magalhães com o *Jornal da Bahia* já foi objeto de pesquisa de vários estudiosos e é o tema central dos livros *Memória das trevas*, do jornalista João Carlos Teixeira Gomes, redator-chefe do jornal no período, e *Não deixe esta chama se apagar – história do Jornal da Bahia*, do empresário e proprietário do periódico à época, João Falcão. Entretanto, alguns aspectos são bastante pertinentes e relevantes para este trabalho, pois eles ilustram significativamente as formas de controle da informação de massa exercidas pelo grupo político em questão. Vale destacar que, em 1969, o Brasil encontrava-se sob os auspícios do Ato Institucional nº 5, os veículos de comunicação do país sofriam forte censura dos órgãos de repressão do regime militar e Magalhães era um dos mais expressivos representantes civis da ditadura na Bahia.

A origem do conflito, segundo relata Gomes, foi uma nota intitulada *Ambição de ACM gerou cisão*, publicada na coluna *Política Dia-a-Dia*, editada pelo jornalista Newton Sobral e publicada na página 3 da edição do dia 4 de outubro de 1969, que reescrevemos abaixo na íntegra:

O prefeito Antonio Carlos Magalhães é tido pelos observadores políticos como o único culpado pela grave crise que atravessa a Arena baiana. Sua ambição pessoal de poder, o desejo irrefreado de, a qualquer modo e por todos os métodos, ser governador do estado, levaram a política baiana ao impasse em que ela se encontra, com reflexos prejudiciais ao governo e à própria

administração pública. O fato é que, segundo ainda os observadores, a preocupação do sr. Antonio Carlos Magalhães de controlar os instrumentos políticos do Estado de modo a não permitir a qualquer provável concorrente a mínima chance de luta e, em decorrência disto, o seu assessoramento no setor político ao governador Luís Viana Filho, vez que pessoalmente este se encontra preocupado com os problemas administrativos, motivaram o pior: a cisão e uma lavagem de roupa suja de resultados imprevisíveis. É público e notório para os que observam os fatos da política baiana que, quase por uma obsessão, o sr. Antonio Carlos almeja o governo. Em vista disso, procurou se apossar, ou pelo menos tirar dos seus possíveis concorrentes ao Aclamação, os cargos-chaves (sic) da Executiva Regional da Arena, de modo a lhe garantir um tranqüilo respaldo da agremiação dentro do processo sucessório. Na realidade, consideram os observadores que o prefeito por ser demasiadamente político e insuficientemente “polido”, está cavando a sua própria destruição política. Em vez de somar como seria o caminho de todos os aspirantes ao mais alto cargo do Estado, está conseguindo apenas diminuir, e certamente acabará como “um homem só, pois nem sua sombra permanecerá ao seu lado”, como dizia ontem um experiente observador. O pior de tudo é que o governador Luís Viana Filho, que possui sobejas condições de unir a Bahia, paga o ônus de uma ambição desmedida.

A resposta do prefeito veio no mesmo dia, através de carta endereçada ao diretor do jornal, João Falcão. Na edição de 5-6 de outubro, o *Jornal da Bahia* publicou não só a íntegra da carta do prefeito como a resposta, escrita pelo redator-chefe, e qualificada por ele mesmo, como: “um artigo – duro, direto e corrosivo – contra um político demolidor de reputações, sabidamente virulento; pela primeira vez um jornal assumia pública e aberta atitude contra ele, denunciando-lhe os métodos de coação, o objetivo de usar ameaças para intimidar e silenciar oponentes”. Aqui transcrevemos a carta do prefeito, publicada na edição 5-6 de outubro de 1969:

Sr. Dr. João Falcão

Diretor do Jornal da Bahia

Acredito que não seja pedir demais, pois a lei me faculta, a retificação de uma nota publicada na edição de hoje desse Jornal, na coluna “Política Dia-a-Dia”, onde se diz que minha ambição gerou cisão na Arena e me responsabiliza pelas recentes ocorrências da política baiana.

Confesso a V.Sa. que não seria possível, e só o fato é suficiente para desmentir a nota, realizar-se, juntamente com uma equipe de trabalho, obra tão importante e evidente na cidade, se eu estivesse envolvido, como salienta o Jornal, nas tricas da política.

Acentua a nota que provoquei “a cisão e uma lavagem de roupa suja de resultados imprevisíveis”. Ninguém deve temer a lavagem se não tem roupa suja para lavar.

Em outro ponto se salienta que tudo isso foi criado pela minha ambição de ser o futuro governador do Estado. A ambição, Sr. Jornalista, seria justa, natural e legítima, mas não a tenho. Se a tivesse não teria demitido o redator-chefe do seu Jornal, João Carlos Teixeira Gomes, não apenas pela acusação de subversão mas por ineficiência, por falta de cumprimento dos seus deveres funcionais, na Sutursa, onde se recusou a dar expediente de 2 horas diárias, embora recebendo, invariavelmente os vencimentos como diretor. Se eu

tivesse ambição, pelos meios tão comuns na política, não teria negado licença ao Jornal da Bahia para construir novas instalações, ferindo o Código de Obras em vigor.

Quanto me tem custado, depois que não permiti a ilegalidade pleiteada, as injustiças do seu jornal, o jogo baixo que ninguém melhor do que os comunistas sabem fazer, procurando atingir alguém que se está preocupando em transformar, e a vem transformando, a Cidade do Salvador.

Se eu tivesse a ambição acreditaria na afirmação de V.Sa, feita em presença de terceiros, de que eu era o seu candidato, pelo trabalho que vinha realizando em nossa capital, trabalho jamais visto, e sobretudo pelas deficiências de um possível antagonista, cujas falhas morais V.Sa com tanta ênfase enumerou.

Sr. Dr. João Falcão, acredite que não me sinto ferido com as injustiças, tendo em vista o carinho que em todas as partes e em todas as camadas da sociedade a minha administração recebe. Pesquise e verificará que até no seio da sua família, a sua posição atual é de minoria. Agradecerei a publicação dessa carta, que não só representa um dever do Jornal, como uma prova de que a democracia de que tanto fala seja realidade neste ensejo. Atenciosas saudações, Antonio Carlos Magalhães.

O jornal dedicou uma página inteira mais o editorial para responder ao prefeito. Além de esclarecer os fatos mencionados por ACM sobre a saída do redator-chefe da Sutursa e a licença para a ampliação da sua oficina gráfica, o jornal atacou duramente o prefeito e apontou suas intenções de “delatar” pessoas citadas na carta aos órgãos de repressão, ao taxá-los “comunistas” e “subversivos”.

O entrevero prolongou-se ainda por algumas semanas, culminando na demissão do colunista Newton Sobral e do secretário de redação do *Jornal da Bahia*, Rafael Pastore Neto, da Secretaria Municipal de Finanças, onde ambos também prestavam serviços jornalísticos na área de assessoria de imprensa. Mas, apesar de ruidoso, o episódio não selou o rompimento definitivo, fato que só veio acontecer, posteriormente, quando ACM já era o governador da Bahia.

### 3.6 1º GOVERNO (1971-1975)

Em abril de 1970, ACM reassumiu seu mandato de deputado federal, desincompatibilizando-se da prefeitura para disputar o governo do Estado. Apoiado por Luís Viana Filho, foi indicado pelo presidente Médici e eleito pela Assembléia Legislativa em outubro do mesmo ano. Tomou posse no governo da Bahia em 15 de março de 1971, tendo como vice-governador o deputado Menandro Minahim. Mas, 15 dias antes da posse, fez uma

visita de cortesia ao *Jornal da Bahia* e, sem muitas delongas, perguntou a João Falcão como seria tratado pelo jornal. A resposta de Falcão foi diplomática: “Da mesma maneira como têm sido tratados todos os governadores do estado – louvando as realizações positivas e exercendo o direito de crítica, quando julgar oportuno” (GOMES, 2001, p. 107).

Segundo Gomes (2001), antes mesmo de assumir o governo, ACM já vinha fazendo ameaças ao jornal. No Carnaval de 1971, ameaçou publicamente o diretor Comercial do jornal, Enádio Moraes, inclusive na presença do ministro da Indústria do governo Médici, Pratini de Moraes. Em outra ocasião, da mesma forma, advertiu o jornalista Newton Calmon (Santelmo), responsável pela coluna *Bola na Rede*, afirmando que poderia mandar prendê-lo e fechar o jornal. Entretanto, as ameaças concretizaram-se, publicamente, através de uma nota publicada em 9 de maio de 1971, na coluna *Painel*, do *Diário de Notícias*, sob a responsabilidade do jornalista Orlando Garcia, cuja ligação com Magalhães, desde a Prefeitura, era pública e notória. Pela sua importância no contexto deste estudo a transcreveremos abaixo:

A primeira preocupação do governador Antonio Carlos Magalhães, quando passa em revista o noticiário dos jornais baianos, é observar a publicidade carreada para outro matutino que tem manifestado arroubos emocionais de oposição ao seu governo. Ele quer saber se entre os seus amigos existe alguém que prefira fazer suas mensagens comerciais em um órgão que lhe faz oposição episódica e circunstancial, marcada sempre por uma hostilidade pessoal e gratuita, porque impulsionada por interesses que não são os do bem comum. Essas hostilidades podem confundir os desinformados, mas não amedrontam o governo. O que o governador não entende é que pessoas de suas relações de amizade fiquem a auxiliar, direta ou indiretamente, àqueles que lhe fazem oposição por caprichos pessoais. Pelo seu próprio temperamento, ele é homem que gosta de definições e quem ficar com o inimigo que não procure o governo (GOMES, 2001, p. 109).

A nota teve ampla repercussão, inclusive nos jornais de grande circulação do país, o que provocou muitas manifestações de solidariedade ao *Jornal da Bahia*. Gomes (2001) relata que o jornal ainda esperou um desmentido do governador, mas como não aconteceu, no dia 16 de maio de 1971, publicou um editorial intitulado *O governador e a liberdade de imprensa*, respondendo às ameaças feita por Magalhães, através da coluna de Garcia.

Para enfrentar o governador que já havia suprimido do jornal a publicidade oficial e agora passava a intimidar os anunciantes da iniciativa privada, o *Jornal da Bahia* lançou uma campanha publicitária, cujo slogan era: *Não deixe essa chama de apagar*, criado pelo jornalista e publicitário, Ponce de Leon, convocando o leitor a se solidarizar com o veículo, que passou a sobreviver apenas de suas vendas avulso. De certo. O número de vendas

aumentou e os anunciantes de pequeno porte não se intimidaram com as ameaças, àquela altura não mais veladas.

A resistência do jornal e a solidariedade da população, porém, provocaram uma nova reação do governador: para obter a submissão dos anunciantes, ele empregou a fiscalização tributária sobre o caixa das empresas. Para se ter idéia da dimensão do prejuízo comercial, entre 9 de maio e 21 de setembro de 1971, o *Jornal da Bahia* experimentou uma queda de 30 por cento na publicidade. Os números assumem maiores proporções se relacionados com mesmo período do ano anterior, quando o jornal apresentou um crescimento da ordem de 54 por cento de publicidade. Entretanto, as receitas provenientes da vendagem avulsa e das novas assinaturas aumentaram em 100 por cento, somente no ano de 1971, conforme comprovação do IVC e do Ibope (GOMES, 2001, p. 122). Obviamente, os recursos arrecadados através da venda de exemplares e das assinaturas não eram suficientes para arcar com os custos do jornal. As medidas tomadas para reduzir o déficit abrangiam a demissão de empregados e a redução de número de páginas, que passaram, gradativamente, de 24 para 16 e, posteriormente, 12 já nos últimos anos. Transcrevemos abaixo (Quadro 1) os dados comerciais do jornal, publicada por Gomes (2001, p.257):

ANO	PUBLICIDADE	VENDAGEM
1970	\$ 2.255.722,00	\$ 807.008,00
1971	\$ 2.411.834,00	\$ 1.795.770,00
1972	\$ 1.098.419,00	\$ 2.595.059,00
1973	\$ 1.946.474,00	\$ 3.299.796,72

Fonte: GOMES, 2001, p. 257

**Quadro 1** – Publicidade *Jornal da Bahia*

As pressões contra os anunciantes continuaram até 1975. Em 1972, 90 por cento dos anunciantes locais deixaram de fazer publicidade no jornal. Entre as técnicas empregadas pelo governador contra o *Jornal da Bahia* encontravam-se algumas peculiares, como a ameaça de não comparecer a nenhum evento de empresa que fosse anunciante, a sonegação de informações aos repórteres do jornal, tanto por parte do governo quanto pelo prefeito, Clériston de Andrade, nomeado ao cargo por indicação de Magalhães, e o processo contra o jornal e seu redator-chefe com base na Lei de Segurança Nacional. Vários atentados ocorreram, posteriormente, como o sofrido por João Falcão, na noite de 13 de janeiro de 1973, quando ocupantes de um “fusquinha creme” atiraram uma bomba no veículo que ele dirigia. O carro de João Carlos Teixeira Gomes também foi totalmente destruído em outra ocasião.

Em 1972, o jornal lançou uma nova campanha: *Mantenha essa chama acesa*. O comparecimento da população foi maciço e as vendas do *Jornal da Bahia* ultrapassaram a do seu principal concorrente, o jornal *A Tarde* (GOMES, 2001, p. 145). Ainda assim, o jornal teve que fazer diversas demissões, chegando a dispensar dos seus quadros nada menos que 80 funcionários.

A fase mais crítica da briga aconteceu em setembro de 1972, quando o *Jornal da Bahia* publicou uma matéria denunciando o favorecimento fiscal do governador a empresa Magnesita S.A, da qual era um dos acionistas. A resposta de Magalhães foi dura: processou o jornal e o seu redator-chefe com base na Lei de Segurança Nacional. Mas, apesar da estreita ligação que o governador mantinha com o Alto-Comando das Forças Armadas, a Justiça absolveu o jornal das acusações.

No final de 1972, a perseguição do governador ao *Jornal da Bahia* já recebia ampla cobertura da imprensa nacional. No início, Magalhães defendia-se argumentando que o jornal o caluniava. Depois passou também a denegrir os acionistas do jornal e, principalmente, a família Falcão, do dono do jornal, chamando-os de *bando de sonegadores*.

O espaço conquistado pela contenda com o *Jornal da Bahia* no noticiário dos principais jornais do país levou ACM a aumentar os esforços que já vinha fazendo desde a Prefeitura, para aparecer no cenário político nacional. Nesse sentido, buscou aproximação com os dois mais importantes empresários de comunicação: Roberto Marinho, das Organizações Globo, e Victor Civitta, da Editora Abril. O primeiro fruto desse investimento veio através de uma matéria da revista *Veja*, da Editora Abril, de 4 de outubro de 1972, na qual a denúncia de favorecimento a empresa Magnesita é relegada a segundo plano e enaltecida a grande administração que estava sendo realizada na Bahia pelo governador baiano.

Até fevereiro de 1975, quando o seu controle acionário foi vendido para um grupo de empresários, o *Jornal da Bahia* manteve-se em oposição ao governador que, por diversas vezes, tentou comprá-lo, através de “testas-de-ferro”.

As estratégias de perseguição ao *Jornal da Bahia* foram reconhecidas pelo próprio ACM no livro *Política é paixão*. Ao ser indagado pelos jornalistas que o entrevistam, ele não só confirmou a história como também relatou as negociações que se sucederam para adquirir o jornal. A pergunta foi feita pela jornalista Miriam Leitão, e complementada pelos jornalistas Rui Xavier e Ancelmo Góis, conforme reproduzimos na íntegra:



**Miriam** – O senhor acha correto usar o fato de ser governador para só dar anúncio a um determinado jornal e não dar para outros, para esmagá-los economicamente, como naquela época o senhor fez secar qualquer publicidade oficial para o Jornal da Bahia?

**Rui** – Não era o jornal mais lido da Bahia?

**ACM** – Não. Primeiro, o Jornal da Bahia não era o mais lido do estado. O jornal mais lido sempre foi A Tarde, quatro, cinco vezes mais do que o segundo.

**Ancelmo** – Mas o Jornal da Bahia era um jornal de prestígio.

**ACM** – Entre ter prestígio e ser o maior veículo, ter maior circulação, há alguma diferença. No jornal A tarde jamais deixou de sair publicação oficial, mesmo quando ele fazia oposição. Agora, porque é que eu, governador, devo pagar publicação num jornal que mente sobre o governo, sobre mim, a ponto de eu ter que recorrer à Justiça, de processá-lo? Como vou mandar publicação oficial para esse jornal? Seria uma incoerência.

**Ancelmo** – Mas quem estava processando, era o senhor ou o governo?

**ACM** – Era o procurador-geral do estado, representando o governador. Logo, não teria sentido eu pagar a publicidade e, ao mesmo tempo, processar o jornal. Se eu processo por calúnia e difamação é porque não fala a verdade. Então, vou dar publicidade a um jornal que não publica a verdade: seria em incoerência.

**Ancelmo** – Com o sentido que o senhor dá às coisas, parece que é a sua pessoa e não o governo que está brigando. O senhor diz “eu vou dar.

**ACM** – Sim, o governo vai dar. Pode ser uma colocação errada. Quando digo “vou dar” é porque a ordem é do governador. Não quero ser hipócrita e dizer que o secretário de imprensa vai dar, se todo mundo sabe que na realidade sou eu, enquanto governador. Não quero é mentir. Talvez você prefira que eu diga que o “secretário de imprensa ia dar”; se é assim, eu digo (MAGALHÃES, 1995, p. 69).

Em outro ponto da entrevista, Magalhães confirma as negociações para a compra do jornal:

**Rui** – [...] o senhor depois comprou, era de um inimigo seu, o João Falcão, não é isso?

**ACM** – Não cheguei a comprar, o negócio não se efetivou. Estava tudo certo mais depois ele desistiu.

**Rui** – Ele desistiu depois que o senhor disse que ia comprar?

**ACM** – Não. Mas não seria um bom negócio. Um jornal que vive só de publicidade oficial não é jornal. Qualquer jornal que se o governo deixa de dar dinheiro, morre, não é bom (MAGALHÃES, 1995, p. 69).

O primeiro governo de ACM foi marcado pela construção de grandes obras de engenharia civil, como as que o havia tornado popular na Prefeitura de Salvador. Nos quatro anos de gestão, construiu a avenida Luís Viana Filho (Paralela), o Centro Administrativo da Bahia (CAB) para onde transferiu a sede e as secretarias de governo e encomendou obras de artistas plásticos baianos para decorar interna e externamente o novo espaço. Construiu

também uma nova Estação Rodoviária de Salvador e ampliou a infra-estrutura do Centro Industrial de Aratu (CIA), inaugurado pelo seu antecessor.

Mas também enfrentou várias denúncias de corrupção. Todas elas, depois de repousarem por vários anos no Judiciário, foram sendo sistematicamente arquivadas, sem justificativa. Uma delas chegou a ficar três anos na mão de um juiz que nunca chegou a julgá-la, como veremos mais adiante. As irregularidades foram denunciadas, não só pelo Jornal da Bahia, mas também pela *Tribuna da Bahia*, pelos jornais *O Estado de São Paulo* e *Jornal do Brasil* e pelas revistas *Afinal* e *Senhor* nas décadas de 70 e 80.

Em abril de 2001, essas irregularidades foram objeto de representação de políticos da oposição, argüindo o presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, Robério Braga, sobre a situação dos processos. Braga decidiu remeter a argüição ao procurador-geral da República Geraldo Brindeiro. O documento foi protocolado sob o número 1.598/01, pelo deputado petista Luiz Bassuma, que até hoje não obteve resposta (SOUZA, 2001, p. 3).

Outro fato marcante do seu primeiro governo foi a sua disposição de romper com os antigos aliados políticos. Foi assim com Juracy Magalhães e também com Luís Viana Filho. As relações de ACM com Juracy já vinham se deteriorando desde a posse de Jango, mas se recrudesceram na década de 1970. Segundo ele, o rompimento deu-se em função da pretensão da Bahia em instalar no município de Camaçari, o Pólo Petroquímico. Juracy, conforme relata, teria se posicionado contrário, porque na época trabalhava para a Petroquímica União, empresa paulista que queria que o Pólo fosse implantado em estados no sul do país. Numa reunião de políticos baianos sobre o assunto, Antonio Carlos, de acordo com o relato feito no livro *Política é paixão*, teria dito a Juracy que os interesses pessoais dele não poderiam se sobrepor aos da Bahia (MAGALHÃES, 1995, p. 230). Até esta parte da história, as versões dos que participaram do episódio são coincidentes. A divergência é quanto à repercussão do fato na imprensa.

Segundo ACM, os jornais publicaram a discussão entre os dois políticos. Juracy ficou muito aborrecido com o vazamento da informação. E é aqui que se dá a diferença de versões. Os políticos ligados a Juracy garantem que foi ACM que teria passado a informação à imprensa. Ele nega, mas o fato é que Juracy respondeu ao então governador também através dos jornais. A partir daí, as versões voltam a coincidir, conforme a versão do próprio ACM:

Voltei à carga, disse que ele não poderá falar sobre o assunto, porque ele estava atendendo a 18 empresas (sabia que eram 21, mas disse 18 porque tinha certeza de que ele faria a correção – e foi o que ele fez). Publiquei nota, então, dizendo que Juracy punha os interesses internacionais acima dos interesses

nacionais – isso o aborrecia muito por causa daquela frase dele que ficou famosa: ‘O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil’(MAGALHÃES, 1995, p. 230).

Com Luís Viana, aconteceu algo semelhante. Em 1974, durante as articulações para a escolha do seu sucessor, Magalhães entra em conflito com o antigo aliado. Como governador do Estado, Magalhães teria que enviar ao Alto-Comando do regime militar uma lista tríplice com os nomes dos candidatos da Arena. No Livro *Política é paixão*, ele conta que, por sua vontade, teria preparado a lista com os nomes de Clériston Andrade, prefeito de Salvador; Luís Sande, seu secretário da Fazenda e José Mascarenhas, que era seu secretário de Minas e Energia. Mas, como Mascarenhas não quis entrar na lista, ele teria colocado o nome de Roberto Santos, filho de Edgard Santos, ex-reitor da UFBA, e presidente da Caixa Econômica Federal da Bahia (MAGALHÃES, 1995, p. 231).

O fato, porém, é contado de outra forma pelas outras correntes políticas do estado. Segundo relato de LEMOS (apud ABREU, 2001) Juracy Magalhães, Luís Viana, Lomanto Júnior, Rui Santos e Wilson Lins, todos seus adversários na época, decidiram cerrar fileiras em torno de Roberto Santos. ACM concentrou suas forças em Clériston Andrade, mas foi derrotado, pois a Assembléia Legislativa elegeu Santos, que assumiu o governo do Estado em 15 de março de 1975 (LEMOS apud ABREU, 2001, p. 3433). A partir daí, a sua relação com Luís Viana Filho não foi mais a mesma, como veremos posteriormente.

Ao ser indagado pela jornalista Miriam Leitão se o episódio não teria sido uma derrota, ACM afirma:

Não, não foi uma derrota porque, se eu quisesse, dizia: Não, não é esse não. Eu indicava outro. E se eu dissesse: é Clériston, podia ser ou não ser, mas Roberto não seria (MAGALHÃES, 1995, p. 231).

Neste mesmo ano, ACM também se envolveu em outra denúncia, mas dessa vez o fato era mais grave: o *suicídio* do genro José Fernando Marques dos Reis Valente, o médico Juca Valente, que segundo a família, teria sido assassinado pelo sogro governador, após uma briga com a mulher, Tereza Helena Magalhães. No dia 24 de janeiro de 1975, o médico foi encontrado morto, com uma “perfuração à bala” na região temporal direita. Ao seu lado, estranhamente ainda dentro do coldre, um revólver calibre 32.

O laudo da Polícia Civil apontou o suicídio como causa da morte. Os familiares de Juca Valente estranharam o laudo, e mais ainda, a omissão do sogro governador, que acatou,

sem nenhuma contestação, o laudo da polícia baiana, apesar das evidências apontarem em outra direção. A mãe de Juca Valente, Maria Celina Marques dos Reis Valente, empreendeu uma verdadeira saga, juntamente com o advogado e primo da vítima, José Carlos Baleeiro, na tentativa de reabrir o inquérito policial. As circunstâncias nebulosas da morte de Juca Valente e o estranho comportamento do sogro estão relatados no livro *Quem “Suicidou” Juca Valente?*, de autoria do advogado Baleeiro.

No livro *Política é paixão*, indagado sobre o assunto pelo jornalista Marcelo Pontes, ACM acusa o advogado Baleeiro de tentar extorqui-lo. Diz que o livro foi financiado por Paulo Maluf e que depois, na eleição de 1990, o advogado teria se oferecido a Nilo Coelho para falar sobre o episódio no programa eleitoral gratuito em troca de dinheiro, que a mãe da vítima queria era o apartamento onde Juca e Tereza moravam, que a tendência ao suicídio Juca teria herdado do pai, que também havia se suicidado, que não há contradições nos depoimentos prestados à polícia, mas não explica as evidências contrárias que contestam a conclusão do laudo por suicídio (MAGALHÃES, 1995, p. 174).

Outras mortes, porém, já tinham se tornado uma parte integrante da crônica policial baiana vinculada à imagem do governador. Em novembro de 1971, ao retornar da praia com outros cinco colegas, na avenida Otávio Mangabeira, o estudante Wilson Paulo Coutinho Lima teve o carro metralhado pelo agente de segurança do governador, Edmilson Paulo Apolinário da Silva, porque havia ultrapassado o veículo no qual Magalhães se encontrava. A versão oficial dada por Magalhães aos jornais da época foi a de que havia dado ordem aos seguranças para que apreendessem o carro dirigido pelo rapaz porque “ele estaria fazendo peripécias no volante”. De acordo com a mesma versão, os seguranças teriam perseguido o veículo e determinado que fosse encostado. Como não parou, a segurança metralhou o carro. A maior prova de que o governador e sua segurança estavam faltando com a verdade, conforme a *Tribuna da Bahia*, de 11 de novembro de 1986, ficou no Hospital Getúlio Vargas, onde o policial Jurandir da Silva não registrou sequer a versão oficial no livro de ocorrências (ESCARIZ, 1986, p. 13).

### 3.7 RUMO À ELETROBRÁS

De março a novembro de 1975, Antonio Carlos Magalhães permaneceu numa espécie de ostracismo político, até ser indicado pelo presidente Ernesto Geisel para a presidência da Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás). Tomou posse em 14 de novembro do mesmo ano, substituindo Mário Bhering, que havia rompido com o ministro das Minas e Energia, Shigeak Uéki. Uma das primeiras providências na presidência da estatal foi proibir os técnicos de darem informação à imprensa. Tomou para si a tarefa e colocou em prática o que já tinha experimentado, com relativo sucesso, na Prefeitura de Salvador: reunir jornalistas, diariamente, no fim da tarde, em seu gabinete, para um bate-papo informal.

Se como governador ACM já vinha tentando se projetar nacionalmente através do estreitamento de laços com os donos dos veículos, na Eletrobrás ele percebeu que para alcançar o seu objetivo, teria também que investir numa aproximação com os jornalistas responsáveis pela cobertura política e econômica. No livro *Política é paixão*, o jornalista Rui Xavier lembra o início deste relacionamento e o modelo de relacionamento com a imprensa implantado por Magalhães, conforme transcrevemos a seguir:

**Rui** – Quando o senhor veio para a Eletrobrás [...] acabou com a conversa de técnicos com jornalistas. Proibiu todo mundo de falar com a imprensa dentro da empresa. O senhor era o único que falava com a imprensa. [...] o senhor evitava que as técnicas conversassem com a imprensa, mas recebia a imprensa todo dia. Às cinco da tarde, todos os jornalistas iam lá e o senhor respondia a qualquer pergunta e pedia “off” para uma porção de coisas. Nós até brincávamos, dizendo que o senhor escrevia o jornal; saía no jornal o que o senhor queria [...].

**ACM** – na realidade havia muita política na Eletrobrás e os técnicos não podiam tratar disso [...] Então era melhor do ponto de vista político que eu falasse, para mim e para o jornal, porque eu era mais conhecido do que os técnicos [...] (MAGALHÃES, 1995, p. 183).

Segundo os jornalistas que o entrevistam no livro e confirmado pelo próprio, data desta época a sua máxima sobre relacionamento com a imprensa:

Há três tipos de repórteres: o que quer dinheiro, o que quer notícia e o que quer emprego. O correto é não dar dinheiro a quem quer notícia; notícia a quem quer emprego e emprego a quem quer dinheiro (MAGALHÃES, 1995, p.179).

Durante os três anos em que foi presidente da Eletrobrás, Magalhães foi notícia nos principais jornais do país. Mas, apesar da estreita relação que manteve com alguns dos mais importantes jornalistas brasileiros, a imprensa não se furtou a noticiar com bastante estardalhaço a escolha, sem licitação, da Construtora Norberto Odebrecht para realizar as obras civis das usinas nucleares de Angra II e III, de acordo com a matéria publicada pelo jornal *O Estado de São Paulo*, em 11 de outubro de 1978. Na reportagem, Magalhães alega que “a qualidade dos serviços prestados e os preços fornecidos pela Odebrecht não poderiam ser superados por outra construtora”.

Magalhães também levou uma outra estratégia que havia sido bem sucedida na Bahia. Quando chegou na Eletrobrás, a estatal possuía menos de mil funcionários. Ao sair, a estatal contabilizava nada menos que três mil funcionários.

### 3.8 2º GOVERNO (1979-1983)

Em maio de 1978, ACM pediu demissão da presidência da Eletrobrás para postular novamente a indicação ao governo do Estado, na convenção da Arena. Para isso, reconciliou-se com os antigos adversários na agremiação, ou seja, com as correntes políticas representadas por Luís Viana Filho e Lomanto Júnior, formando a chapa com Luís Viana Neto, filho de Luís Viana Filho, como vice-governador e o próprio Lomanto, como Senador biônico. Antonio Carlos Magalhães assumiu o governo da Bahia pela segunda vez, em 15 de março de 1979. Antes, porém, em janeiro deste ano, ele realizou um antigo sonho: inaugurou o seu próprio jornal, o *Correio da Bahia*, numa sociedade composta por 27 acionistas, entre eles o ex-governador Antonio Balbino, o embaixador Paulo de Tarso Flecha de Lima e o deputado Félix Mendonça.

Data também do início do seu segundo governo, a constituição da empresa OAS, hoje uma das principais empreiteiras do país, cujo principal acionista é César Araújo Mata Pires, segundo marido da sua filha Tereza Helena Magalhães, viúva de Juca Valente, e, portanto, seu genro. Criada em 1979, a OAS tinha como sócios Carlos Suarez e Carlos Oliveira Laranjeira, além de Mata Pires. A empresa começou pequena e passou a absorver obras dentro do estado da Bahia. O nome OAS foi formado a partir das iniciais dos sobrenomes dos sócios da empresa (O de Oliveira, A de Araújo e S de Suarez). Como o seu crescimento acompanhou o sucesso político de Magalhães, as três letras passaram a ser traduzidas de forma jocosa pelos baianos por *Obrigado Amigo Sogro* ou *Organização Apoiada pelo Sogro*.

Na área administrativa, o segundo governo de ACM foi marcado pela continuidade das obras realizadas na primeira gestão e também pela preocupação com o interior do estado, destacando-se o Plano de Valorização do Oeste, com aberturas de novas estradas e o estabelecimento de um novo pólo agrícola, voltado para a produção de soja. Na área política, principalmente em relação ao seu vice-governador, os conflitos começaram a se suceder. A picuinha com o grupo vianista estendeu-se nos quatro anos de governo. ACM não se afastou

do cargo de governador um único dia para impedir que Luís Viana Neto assumisse o governo do estado (FRANCO, 1990, p. 142).

A esta altura, já com relacionamento estabelecido com importantes jornalistas do país e com seu próprio jornal, ACM retornou ao governo com bases mais sólidas nos veículos de comunicação locais e nacionais. Naquela época, além dos periódicos *A Tarde*, *Jornal da Bahia*, *Tribuna da Bahia* e o novo *Correio da Bahia*, o estado contava com duas emissoras de TV: a TV Itapoan, retransmissora do SBT e administrada pelo espólio dos Diários Associados, e a TV Aratu, inaugurada em 1969, afiliada da Rede Globo e de propriedade do grupo econômico liderado por familiares do senador Luís Viana Filho. ACM contou com o apoio de todos os veículos, inclusive com o *Jornal da Bahia*, que àquela altura já havia sido adquirido por outro grupo.

Neste período, porém, os ventos da redemocratização já começavam a soprar em todo o país. Apesar de rude, o presidente Figueiredo já renunciava a abertura e o processo de anistia. Nesse contexto, ACM permitiu que o congresso que marcaria a reconstrução da União Nacional dos Estudantes (UNE), entidade na clandestinidade desde 1968, fosse realizado em Salvador. O congresso foi realizado no Centro de Convenções da Bahia, com autorização do governador e elegeu para a sua presidência o baiano, Rui César,

No livro *Política é paixão*, ACM relembra o episódio que, segundo ele, não contava com a simpatia do governo federal nem do então ministro da Educação Eduardo Portela.

ACM - O governo federal proibiu. Até o ministro da Educação da época, o nosso amigo Eduardo Portela, achava inconveniente. Mas eu disse que se fossem para a Bahia, eu deixaria fazer. Os estudantes foram e eu deixei fazer. Dei a eles o Centro de Convenções, que é o melhor local na Bahia para esse tipo de evento e não deixei que fossem para o centro da cidade. Dei transporte – dando transporte eu controlava o movimento deles, e não houve qualquer tumulto no centro da cidade. Eles fizeram o congresso na maior ordem.

Marcelo – Deu alimentação também, alojamento, essas coisas?

ACM – Não, nisso eu ajudei indiretamente. E os mais malandros, que ficavam me procurando e se faziam mais de esquerda e tal, esses eu mandava o serviço de alto-falante anunciar: o governador mandou chamar fulano de tal. Assim, os colegas deles ficavam sabendo que eles tinham contato comigo (risos). Para não ficarem lá reclamando, eu mandava chamar pelo alto-falante. Esse congresso da UNE foi uma coisa que marcou, no Brasil. Os estudantes ficaram satisfeitos, foram lá me agradecer; a diretoria da UNE agradeceu, na maior felicidade. Todos eles ficaram muito contentes. Tinham ido se entender comigo antes, duas ou três vezes no palácio. Ficaram muito satisfeitos. Foi uma prova de democracia no Brasil. E dada por quem? Quem teve coragem de se opor? O governo federal ficou satisfeito que eu reunisse? Não. Eu reuni. SNI ficou satisfeito com isso? Não. Fiz tudo isso. Na ocasião aplausos. Depois, esquecimento... Isso não contabiliza (MAGALHÃES, 1995, p 27-28).

Em 1980, no governo de João Batista Figueiredo, após a extinção do bipartidarismo e a instauração do pluripartidarismo, ACM filiou-se ao Partido Democrático Social (PDS), que congregou os políticos que apoiavam o regime militar. Como nas suas outras passagens pelo Executivo, o seu segundo governo também foi marcado pelo conjunto de ações planejadas com o objetivo de chamar a atenção da mídia.

Foi assim que, no início de 1980, para demonstrar prestígio e arregimentar apoio no interior do estado, distribuiu 330 ambulâncias para os prefeitos do PDS ou do PMDB que aderissem ao governo. A solenidade de entrega das ambulâncias foi realizada no Teatro Castro Alves e o custo da aquisição das ambulâncias foi de Cr\$ 105,6 milhões. No mesmo ano, promoveu em Salvador o *III Congresso de Vereadores do Estado*, reunindo milhares de vereadores e cerca de 200 prefeitos. No encerramento do evento, que contou com a presença do então ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, ACM distribuiu aos prefeitos medalhas de prata com a sua efígie, confeccionadas pela joalheria Gerson.

### 3.9 QUEBRA-QUEBRA, GUABIRABA

Mas a sua segunda gestão também contabiliza duas crises de repercussão nacional: a greve da Polícia Militar (PM) e o quebra-quebra de ônibus provocado pelo aumento das tarifas de ônibus concedido pela Prefeitura, ambos ocorridos em 1981, e fortemente reprimidos pela ação do governador. A greve dos policiais, ocorrida no mês de abril, teve com causa a reivindicação de soldados e oficiais da PM pela equiparação salarial com o exército. O movimento paredista durou dois dias, mas foi imobilizado pela ação dos fuzileiros navais e dos soldados e oficiais PM que não aderiram. No embate, morreu um tenente da PM. Do movimento que passou para a história como o *quebra-quebra*, a ação do governador não foi diferente. Era prefeito biônico de Salvador, Mário Kertész, então liderado do governador ACM.

Quando assumiu a Prefeitura, em 1979, Kertész encontrou um já organizado movimento comunitário nos bairros periféricos, posteriormente, liderados pela Federação das Associações de Bairros de Salvador (FABS). A entidade representava uma etapa posterior do incipiente movimento social, iniciado pelo chamado *Trabalho Conjunto*, que reunia representantes de entidades da sociedade civil organizada, como sindicatos, associações de



profissionais liberais, clubes de mães e associações de moradores com o objetivo de pensar a cidade e articular ações que visavam ao desgaste da ditadura e, conseqüentemente, ao restabelecimento da democracia<sup>7</sup>.

A partir da sua constituição, a FABS funcionava como uma coordenação do movimento de bairros, centralizando um conjunto de informações para facilitar a luta jurídica pela legalização de terras ocupadas e também como interlocutor com as autoridades locais na reivindicação de melhorias para os bairros<sup>8</sup>. A consolidação da entidade representava o amadurecimento do movimento social que, naquela época, já contava com lideranças das próprias comunidades e não mais com o apadrinhamento de religiosos ou de “intelectuais”. (ALMEIDA, 1999, p. 337).

Paralelamente ao movimento comunitário liderado pela FABS, dois outros movimentos se consolidavam na cidade como foco de resistência à ditadura militar: o movimento estudantil, que estava se reorganizando no país inteiro, e o Movimento Contra a Carestia (MCC), nascido da luta popular de combate à política econômica inflacionária do governo federal.

Depois de um período de inatividade decorrente do fechamento da UNE, na década de 1960, o movimento estudantil já ganhava as ruas novamente no fim dos anos 1970. Na Bahia, depois da greve contra o jubileamento, ocorrida em 1977, os estudantes intensificaram as manifestações públicas pela reconstrução da UNE, o que só aconteceu em 1979, e também, de forma mais politizada, engrossando as fileiras dos movimentos populares de protestos contra a ditadura<sup>9</sup>. Com a retomada da UNE, as eleições para os diretórios acadêmicos estudantis constituíram-se em embates ideológicos e também em protestos contra os governos militares, cuja representação na Bahia era personificada por ACM<sup>10</sup>.

Por outro lado, os primeiros movimentos contra a política inflacionária do governo federal surgem no trabalho desenvolvido pelas Pastorais da Igreja Católica, nas áreas periféricas das grandes cidades e junto aos sindicatos de trabalhadores. Concomitante à luta sindical pelo aumento dos salários, inicia-se um movimento dentro das associações de bairros e da própria Igreja para reduzir o custo dos gêneros alimentícios de primeira necessidade. Como o movimento pela anistia, o MCC ganhou corpo e forma e se organizou nacionalmente.

---

<sup>7</sup> Informações fornecidas durante a entrevista concedida por Waldemar Oliveira à autora desta Dissertação, em 18 de julho de 2006.

<sup>8</sup> Informações fornecidas durante a entrevista concedida por Waldemar Oliveira à autora desta Dissertação, em 18 de julho de 2006.

<sup>9</sup> Informações fornecidas por Lídice da Mata durante a entrevista concedida à autora desta Dissertação, em 13 de julho de 2006.

<sup>10</sup> Idem.

Na Bahia, ele era liderado pela médica Jane Vasconcelos, militante da área de saúde nos bairros populares e, posteriormente, eleita vereadora de Salvador<sup>11</sup>.

Juntos, a FABS, o MCC e o movimento estudantil, eram responsáveis pelas principais manifestações públicas em Salvador e também os principais interlocutores do prefeito recém-empossado. Para atender ao movimento popular organizado, Kertész elaborou um plano emergencial para a urbanização de vários bairros, ainda classificados como invasões. Entretanto, como a Prefeitura não dispunha de recursos suficientes para empreender o plano, Kertész partiu para a captação de recursos externos. A liberação desses recursos, porém, dependiam do aval do governador do Estado e ACM discordava do volume de dinheiro que teria de ser aplicado no projeto (ALMEIDA, 1999, p. 339).

Os compromissos assumidos pelo prefeito com a FABS, portanto, não puderam ser honrados. Sem as melhorias prometidas, a entidade desencadeou uma onda de protestos, com passeatas pelas principais ruas da cidade e conflitos verbais com o prefeito, que vinha disputando com o presidente do Banco do Estado da Bahia (Baneb), Clériston Andrade, a indicação do partido para o governo do estado, nas eleições de 1882.

As pretensões políticas do prefeito para o pleito de 1982 começaram a ruir definitivamente em julho do ano anterior, quando pressionado pelos empresários de transporte coletivo, Kertész anunciou um aumento da tarifa de ônibus para agosto e passou a ser alvo de protestos do MCC, da FABS e do movimento estudantil. Para minimizar o impacto da medida, Kertész agendou uma reunião com os representantes dos movimentos organizados. Mas no dia acordado ausentou-se da Prefeitura e utilizou até caçambas na porta do prédio para impedir o acesso das lideranças, conforme relata o ex-vereador Waldemar Oliveira, na época coordenador da Comissão de Terra e Habitação da FABS<sup>12</sup>. O aumento da tarifa e a ausência injustificada do prefeito na reunião acirraram os ânimos dos integrantes dos movimentos. Convocada pelo MCC para a sexta-feira, 14 de agosto, uma manifestação de protesto na Praça Municipal estendeu-se por vários bairros da cidade e transformou-se em quebra-quebra, com ampla repercussão na mídia local e nacional, e, posteriormente, desdobraram-se em uma série de episódios que culminaram na demissão do prefeito.

Waldemar Oliveira lembra que os discursos das lideranças dos movimentos foram contundentes, mas em nenhum momento houve por parte deles o estímulo para o quebra-quebra. Segundo seu relato, as primeiras agressões partiram de um pequeno grupo que

---

<sup>11</sup> Idem.

<sup>12</sup> Informações fornecidas por Waldemar Oliveira durante a entrevista concedida à autora desta Dissertação, em 18 de julho de 2006.

utilizou pedaços de madeiras das faixas da própria manifestação e depois pedras para quebrar os vidros de alguns ônibus que circulavam, naquela hora, pela Praça Municipal. Depois, continua Oliveira, esse grupo foi ganhando adesão à medida que se deslocava para a Praça da Sé, Ladeira da Praça e Barroquinha.

Inicialmente, a polícia assistiu passivamente ao quebra-quebra e, somente após o grupo atingir a avenida Joana Angélica é que ocorreu a mudança de postura da PM, com espancamento e prisões dos manifestantes. Isso, no entanto, não impediu que o conflito se estendesse a vários pontos da cidade, principalmente, nos bairros populares, sem qualquer orientação ou estímulo das entidades<sup>13</sup>. Na época, líder do movimento estudantil, Lídice da Mata relembra que o quebra-quebra, desencadeado naquela noite, surpreendeu os próprios líderes dos movimentos organizados que acompanhavam pelo rádio as notícias sobre o aparecimento de novos focos do conflito.

O quebra-quebra prosseguiu no dia seguinte. Fora do estado naquele momento, ACM retornou à capital baiana desancando o prefeito. Os jornais locais registraram as declarações do então governador que atribuía a culpa dos fatos ao seu auxiliar, “um neófito, que não teve pulso para enfrentar a situação”. Ato contínuo, além de colocar todo o efetivo da Polícia Militar nas ruas, convocou o exército para fazer o policiamento das ruas e reprimir a revolta popular. A crônica policial dos jornais de então registra o saldo do conflito em que várias pessoas foram presas e outras tantas feridas em decorrência da violência policial.

O troco da população veio em forma de vaia na primeira aparição pública de ACM e do seu pupilo Kertész. Exatamente no dia 2 de setembro, quando os dois políticos inauguravam obras no Largo do Aquidabã, na Baixa dos Sapateiros. A idéia era demonstrar que a situação estava sob controle, mas erraram na avaliação, porque a população continuava insatisfeita com o alto custo de vida e revoltada com a violência policial. Os apupos partiram das pessoas que, por volta das 18h, circulavam no local, retornando do trabalho para casa, e se intensificaram com o lançamento de objetos nos dois políticos, principalmente, quando cantor contratado para animar a festa, Raimundo Sodré, começou a entoar os versos da canção “quebra-quebra guabiraba, quero ver quebrar”. A manifestação não foi organizada pela FABS nem pelo MCC, conforme registram os jornais *Tribuna da Bahia*, *A Tarde* e *Jornal da Bahia*, do dia 3 de setembro de 1981. Mas ACM a atribuiu aos líderes dos movimentos populares e mandou a polícia reprimir as manifestações.

---

<sup>13</sup> Informações fornecidas por Waldemar Oliveira durante a entrevista concedida à autora desta Dissertação, em 18 de julho de 2006.

O episódio acabou em um grande tumulto, com o espancamento de várias pessoas e a morte de um estudante. Do rescaldo, emergiu uma nova onda de protestos que, durante os meses de setembro, outubro e novembro eclodiram por toda a cidade. Percebendo que não teria o apoio de ACM para disputar as eleições para o governo do estado pelo PDS, Kertész cobrou do então governador uma definição imediata. ACM não gostou da cobrança e, em 4 de novembro de 1981, demitiu Mário Kertész da Prefeitura e no seu lugar nomeou Renan Baleeiro.

Kertész, no entanto, já estava preparado para este desfecho. A sua saída da sede do Executivo Municipal transformou-se numa grande manifestação contra ACM, o regime militar e a política econômica do governo federal. Milhares de pessoas aglomeravam-se na Praça Municipal para assistir à despedida do prefeito, que conseguiu reverter a derrota interna numa expressiva vitória política, colocando-se como vítima de ACM. Nisso contou com a ajuda providencial do ex-chefe que, fiel ao seu estilo intempestivo, chamou-o de “judeu fedorento”.

Embora tivesse sido o pivô do embate, Kertész recebeu o apoio incondicional dos chamados movimentos de esquerda e também da FABS, do MCC e do movimento estudantil. A sua habilidade de articulação política ficou evidente neste episódio. Lídice da Mata lembra que em 10 anos de ditadura, Salvador já contabilizava 10 prefeitos e todos eles seguiam à risca as orientações dos governos militares. Com Mário Kertész foi diferente. Ele assumiu uma nova postura, abrindo diálogo com os movimentos populares e de esquerda, incluindo no seu staff técnicos perseguidos pelo regime e mantinha, através deles, uma relação mais aberta com esses segmentos<sup>14</sup>.

Quando concedeu o reajuste da tarifa de ônibus e, posteriormente, não recebeu em audiência marcada os líderes das entidades, o então prefeito fez vazar a versão de que havia sido obrigado por ACM a tomar essas atitudes. Portanto, quando rompeu com ACM e, mesmo sendo por motivos políticos, foi chamado de “judeu fedorento”, Kertész recebeu o apoio de todos os segmentos de esquerda. Por outro lado, ele já gozava de altos índices de popularidade e sua administração vinha sendo aprovada por parcelas significativas da população<sup>15</sup>. Para Waldemar Oliveira<sup>16</sup>, no entanto, no início chegou-se a comemorar a deposição do prefeito como uma vitória do movimento organizado, mas quando ele foi xingado de “judeu fedorento”, ACM conseguiu transformá-lo em vítima e a situação reverteu-se a seu favor.

---

<sup>14</sup> Entrevista concedida por Lídice da Mata à autora desta Dissertação, em 13 de julho de 2006.

<sup>15</sup> Idem.

<sup>16</sup> Entrevista concedida à autora desta Dissertação, em 18 julho de 2006.

A popularidade de Kertész aumentou mais ainda com o rompimento e ele abandonou a idéia de candidatar-se a deputado federal pelo PDS para eleger a sua mulher, Eliana Kertész, vereadora de Salvador. Para se ter idéia da simpatia popular ao ex-prefeito, Eliana foi eleita com 90 mil votos, até hoje a mais votada da história da Bahia. Posteriormente, já pelo PMDB, Mário Kertész saiu candidato e venceu o pleito de 1985 para a Prefeitura de Salvador.

A opção de ACM por Clériston Andrade para sucedê-lo no governo do Estado, porém, não vitimou apenas Kertész. A indicação gerou também uma crise interna no PDS local, pois, pela segunda vez, Lomanto Júnior havia sido preterido para ocupar o cargo. Em junho de 1982, acusando Magalhães de controlar as bases partidárias, Lomanto rompeu com o governador e ameaçou deixar o partido. A crise assumiu maiores proporções porque a eleição deste ano era a primeira a ser realizada pela via direta, após o golpe militar de 1964.

ACM manteve a indicação de Clériston Andrade que, no entanto, faleceu antes do pleito, num acidente aéreo, em plena campanha eleitoral. Magalhães voltou, então, a tomar para si a atribuição de escolher o candidato do PDS, optando pelo ex-prefeito de Feira de Santana e seu secretário de Saneamento, João Durval Carneiro, que foi eleito em novembro, derrotando o candidato do PMDB e seu antigo desafeto, o professor Roberto Santos.

A morte de Clériston e a posterior indicação de João Durval num período tão próximo ao pleito, desencadeou um processo de acirramento político na campanha, provocando um misto de euforia e esperança entre os opositoristas, que passaram a cogitar a possibilidade de derrotar ACM nas urnas, apesar do controle que ele exercia sob a máquina administrativa e partidária. A maior preocupação do PMDB era combater a possibilidade de fraude nas eleições. Nesse sentido, diversas instituições da sociedade civil organizada, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/BA), Associação Bahiana de Imprensa (ABI) e Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado da Bahia (Sinjorba) encamparam um movimento pela lisura das eleições. A idéia era alertar a população para os tipos de fraude que poderiam ser cometidas durante o pleito, dando ampla divulgação no noticiário dos meios de comunicação. O Sinjorba chegou a publicar nos jornais *A Tarde*, *Tribuna da Bahia* e *Jornal da Bahia* um manifesto, assinado por vários jornalistas baianos, denunciando a possibilidade de fraude e exigindo a lisura do processo eleitoral.

A resposta do governador não tardou. Sentindo-se pessoalmente atingido pelo manifesto, ACM iniciou um processo de perseguição aos jornalistas que haviam assinado o texto publicado nos jornais. Tão logo findou o prazo previsto na legislação eleitoral para assegurar estabilidade no emprego aos funcionários públicos, ele mandou demitir todos os jornalistas, signatários do manifesto, que trabalhavam nos órgãos públicos estaduais. Os que

eram contratados fora do regime celetista e que não podiam ser demitidos sem justa causa foram transferidos para outros municípios e tiveram suspenso o pagamento de vantagens financeiras que haviam sido incorporadas aos salários. O exemplo das jornalistas Vera Martins e Lúcia Ferreira ilustra bem a perseguição desencadeada pelo governador.

À época assessora de comunicação da Bahiatursa, Vera Martins foi demitida pelo presidente do órgão, Paulo Gaudenzi, sem qualquer explicação. Lúcia Ferreira, que possuía estabilidade, prevista pelo regime de contrato de trabalho denominado de RTI, perdeu as gratificações e vantagens adicionais conquistada e foi transferida do cargo de assessora-chefe da Secretaria de Planejamento para o de repórter da Secretaria de Comunicação do Governo, comandada pelo jornalista Carlos Libório.

No esteio dos conflitos que permearam todo o período eleitoral de 1982 na Bahia, o governador ACM, a exemplo do que já ocorrera em seu primeiro governo com o *Jornal da Bahia*, entrou em rota de colisão com a *Tribuna da Bahia*, que naquela época era comandada pelo grupo empresarial de Joaci Góes. O conflito estabeleceu-se dentro dos mesmos princípios dos verificados com o *Jornal da Bahia*, no governo anterior.

O superintendente da *Tribuna da Bahia*, Walter Pinheiro<sup>17</sup> lembra que a cobertura independente do jornal sobre a escolha do candidato do PDS para o pleito de 1982, indicação disputada por Mário Kertész e Clériston Andrade, está na origem do conflito. Ao interpretar o cenário político, apontando os sinais de preferência de ACM por Clériston, o jornal foi acusado de parcialidade. Àquela altura, conta Pinheiro, já era eminente o rompimento do governador com o prefeito. Ele relata, inclusive, que na inauguração do Jóquei Clube da Bahia, poucos dias antes da demissão de Kertész da Prefeitura, foi alertado por Renan Baleeiro sobre a mudança que ACM pretendia fazer no Executivo Municipal e que essa mudança se daria caso Kertész, mais uma vez, não convidasse Clériston para participar das inaugurações que a Prefeitura vinha realizando naqueles dias.

Por outro lado, a *Tribuna da Bahia* também deu ampla repercussão ao quebra-quebra e ao episódio do Aquidabã, o que foi interpretado pelo então governador como oposição ao seu governo. Quando o jornal cobriu, de forma independente, a demissão de Mário Kertész e os episódios políticos que se sucederam, o governador e seu grupo passaram a considerar a *Tribuna da Bahia* não apenas como inimiga. Mas o fato que se acabou constituindo em marco desse conflito foi uma entrevista concedida por Clériston Andrade a um outro veículo de comunicação, no qual afirmava que a “oposição” da Tribuna a sua candidatura e ao governo

---

<sup>17</sup> Entrevista concedida à autora desta Dissertação, em 23 de outubro de 2006.

do Estado residia no pedido de empréstimo feito pelo jornal ao Baneb e que havia sido recusado por ele, Clériston, quando presidia o banco estadual<sup>18</sup>.

A partir daí, a *Tribuna* passou a fazer oposição acirrada ao grupo carlista, inclusive respondendo no mesmo tom e pelo próprio jornal, aos ataques que seus proprietários sofriam do *Correio da Bahia*. O embate chegou a tal ponto que o jornal se referia a ACM como A. Carlos e, posteriormente, como Antonio Peixoto, numa alusão ao segundo nome e ao sobrenome do meio do então governador. Em contrapartida, o empresário Joaci Góes era tratado pelo *Correio* como J. Góes, e até seu pai, João Góes, passou a receber referências pouco elogiosas do jornal carlista, sendo denominado de “Seo Gozinho”.

A pendenga envolvendo a *Tribuna da Bahia* e o grupo carlista atravessou todo o governo João Durval e teve seu ápice em 1986, durante a campanha de Waldir Pires para o governo e de Joaci Góes à Câmara dos Deputados. O conflito, porém, estendeu-se até a década de 1990, quando o periódico foi vendido para a cooperativa de empregados do jornal. Da mesma forma que fez na gestão anterior, quando brigou com o *Jornal da Bahia*, ACM cortou a verba publicitária do governo para o jornal, que sobreviveu em função da receita das outras empresas do grupo de Joaci Góes.

Ao deixar o governo em 15 de março de 1983, ACM criou, na sede do Banco de Desenvolvimento da Bahia (Desenbanco), a Fundação Baiana de Estudos Econômicos e Sociais com o objetivo de promover a discussão de temas nacionais e internacionais. Sem mandato parlamentar ou executivo, a presidência da fundação foi a maneira encontrada pelo ex-governador para manter-se atuante no cenário político. E foi exatamente através do debate de temas nacionais que ele tentou se credenciar como um dos candidatos do PDS à sucessão do presidente Figueiredo.

### 3.10 DIRETAS JÁ

Em 1984, o PMDB iniciou a campanha pelas eleições diretas para a presidência da República, mas foi derrotado pelo PDS que votou a favor da eleição através do colégio eleitoral. ACM se opôs à campanha e preocupado com o crescimento da candidatura de Maluf, endossou a proposta de reeleição de Figueiredo, feita na ocasião pelo ministro das

---

<sup>18</sup> Informações fornecidas por Walter Pinheiro, durante entrevista concedida à autora desta Dissertação, em 23 de outubro de 2006.

Minas e Energia, César Cals. Descartada a reeleição, apoiou a candidatura de Mário Andreazza, sendo cogitado para ser o candidato a vice-presidência. Para Magalhães, as dificuldades econômico-financeiras vividas pelo país impediriam a execução de obra, “sem as quais nenhum governo é capaz de vencer eleições diretas”. Além disso, argumentava ACM que as eleições diretas levariam os partidos oposicionistas a desenvolver campanhas demagógicas que complicariam a situação política (LEMOS apud ABREU, 2001, p. 3433).

Até a convenção do PDS, realizada em agosto de 1984, ACM estava certo que Andreazza venceria Maluf. A campanha pelas eleições diretas, mais tarde denominada de *Diretas Já*, porém, já ganhava às ruas. Do primeiro comício, realizado pelo Partido dos Trabalhadores, em novembro de 1984, em São Paulo, e que reuniu 10 mil pessoas, a campanha chegava ao mês de abril registrando comícios em várias cidades do país, a exemplo dos dois principais, realizados no dia 10, na Candelária, no Rio de Janeiro, com mais de um milhão de pessoas, e no dia 16, no Anhangabaú, em São Paulo, onde compareceram mais de 1,5 milhão de pessoas.

Por outro lado, a disputa no PDS levou o partido a uma crise interna, sem precedentes. Em 11 de junho, o presidente da agremiação José Sarney renunciou, depois que a comissão executiva rejeitou a sua proposta de realização de uma prévia para a escolha do candidato. Dias mais tarde, foi divulgada pela oposição, a *Declaração dos governadores oposicionistas*, que anunciava a candidatura do governador de Minas Tancredo Neves à Presidência da República. A crise no PDS agravou-se em julho, quando Aureliano Chaves e Marco Maciel, que também disputavam a indicação do PDS à sucessão presidencial, anunciaram a retirada da candidatura, a formação da Frente Liberal e a consolidação do apoio desta Frente a Tancredo Neves. Dias mais tarde, foi formalizada a aliança entre o PMDB e a Frente Liberal, denominada de Aliança Democrática, e anunciado o nome de José Sarney como candidato a vice-presidente na chapa do candidato do PMDB.

Como já se esperava, a convenção do PDS, realizada em 11 de agosto, deu a vitória a Paulo Maluf por 493 contra 350 obtidos por Andreazza e no dia 16 do mesmo mês, Magalhães enviou telegrama ao presidente Figueiredo informando a sua adesão à dissidência do PDS e o seu apoio a candidatura de Tancredo Neves. Em seguida, fez um contato pessoal com o governador mineiro e lhe garantiu os 15 votos que controlava no Colégio Eleitoral entre os 25 votos do PDS.

Por isso, no dia 4 de setembro, dia do seu aniversário, durante inauguração de obras no Aeroporto Dois de Julho, foi chamado de traidor pelo ministro da Aeronáutica, Délio Jardim de Matos. A resposta de ACM veio de pronto, através de um discurso e de uma contundente



nota pública, afirmando que “traidor era quem apoiava um corrupto, como Paulo Maluf”. O bate-boca ganhou repercussão nacional e até hoje ACM regozija-se do fato. Em Política é Paixão, ACM diz aos jornalistas que o entrevistaram que, sem o episódio, “Tancredo talvez não tivesse tomado posse” (MAGALHÃES, 1995, p. 65). Tancredo foi eleito pelo Colégio Eleitoral, em 15 de janeiro de 1985, por 480 votos contra os 180 recebidos por Maluf, e ACM foi escolhido pelo presidente eleito para ocupar o Ministério das Comunicações. O Ministério escolhido por Tancredo também contemplava outras correntes políticas da Bahia que ocuparam dois ministérios: Waldir Pires, na Previdência Social, e Carlos Sant’Anna, na Saúde.

### 3.11 O FIM DO PRIMEIRO CICLO

O ciclo de poder de ACM, iniciado em 1967 e que perdurou durante todo o regime militar, foi interrompido pela primeira vez em 1986, com a eleição do ex-ministro da Previdência Social, Waldir Pires para o governo do Estado. Para vencer o pleito, Pires costurou uma ampla aliança político-partidária, envolvendo desde as forças oligárquicas históricas, como o *vianismo* e o *juracisismo*, até setores de esquerda, passando pelos partidários da família Coelho, de Guanambi, e da então emergente oligarquia rural de Ruy Bacelar e outras forças menores.

Fruto legítimo da aglutinação de forças políticas, construída por Tancredo Neves em nível nacional e da mobilização da campanha das Diretas Já, Waldir reproduziu no estado o mesmo pacto obtido na eleição de Mário Kertész à Prefeitura de Salvador, em 1985. Com a promessa de governar com as forças políticas que o apoiassem, Waldir conseguiu uma vitória de quase 1,5 milhão de votos sobre o candidato de ACM, Josaphat Marinho. A aliança começou a ser selada já com os cargos da chapa majoritária que disputaria a eleição junto com Waldir. O candidato a vice-governador foi Nilo Coelho e os dois candidatos ao Senado foram Jutahy Magalhães e Ruy Bacelar, todos abrigados no PMDB. O ex-ministro da Previdência Social contava ainda com o apoio de todos os grupos políticos do próprio partido, como o do ex-governador Roberto Santos, a Tendência Popular, do deputado Chico Pinto, o Comitê Conjunto, do então também deputado Domingos Leonelli, e do grupo do empresário Pedro Irujo, que em 1980, adquirira o controle acionário da TV Itapoan e das emissoras de rádio

Itapoan FM e Sociedade da Bahia (AM). Além disso, tinha também o apoio incondicional do PC do B, de Haroldo Lima, do PCB, de Fernando Sant'Anna, do PDT, de Brizola, e o apoio parcial do PT.

Para além dos votos dos currais eleitorais, as forças oligárquicas trouxeram consigo o apoio de alguns dos principais meios de comunicação, da capital e do interior. O principal deles foi o da TV Aratu, na época retransmissora local da Rede Globo e de propriedade da família do então senador Luís Viana Filho. Em torno de Josaphat Marinho, candidato do recém-formado PFL, além do grupo de ACM, mantiveram-se apenas o então governador João Durval e o ex-governador Lomanto Júnior. O racha interno das correntes políticas conservadoras do estado levou Waldir a uma estrondosa vitória, com 1.456.588 votos de diferença.

A vitória de Waldir Pires já vinha sendo antecipada pelos institutos de pesquisa de opinião. O estilo intempestivo de ACM, porém, deu uma grande contribuição para ampliar ainda mais a vantagem prevista. Ao chegar para votar no Clube Bahiano de Tênis, na manhã de 15 de novembro de 1986, dia da eleição, ACM foi vaiado por eleitores que estavam nesta sessão de votação. No local, também se encontrava uma equipe da TV Itapoan, liderada pelo repórter Antonio Fraga, que resolveu perguntar a ACM a que ele atribuía os apupos. A resposta veio em forma de agressão. Tentando tapar o microfone com uma mão, ACM disse ao repórter: “Respeite um ministro, seu filho da puta”. Ato contínuo, dando um chute na perna e um tapa nas costas do repórter, ameaçou em seu ouvido: “Vou te matar, seu filho da puta, você e o seu patrão, aquele basco ladrão”, disse, referindo-se ao proprietário da emissora, o empresário Pedro Irujo (BAIXARIAS..., 1986, p.22).

Espancado pelos seguranças que tentavam destruir a fita gravada com as agressões do ministro, Fraga conseguiu escapar e seguiu direto para a emissora, que colocou a reportagem no ar e a repetia, seguidamente, durante todo o dia. A pantomina de ACM, no entanto, não acabou com a fuga do repórter. Além de esbofetear uma das eleitoras que o vaiava no local, ACM distribuiu grosserias: “Vão tomar no ...”, repetia ele, seguidas vezes, enquanto era retirado do local por correligionários (BAIXARIAS..., 1986, p.22).

Para impedir que a emissora continuasse a transmitir a matéria, ACM mandou cortar os telefones da televisão, bloqueou os telex baianos que tivessem o nome do repórter ou da emissora e, através do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), tirou a emissora do ar e obteve um mandato de prisão para o repórter, que foi salvo por um habeas-corpus de um juiz federal. Além disso, interveio no sistema da empresa de Correios, subordinada ao seu Ministério, bloqueando todos os telegramas enviados pelos populares ao presidente Sarney, relatando o

episódio. Paralelamente, levou ao ar, na sua TV Bahia, então retransmissora da Rede Manchete, matéria editorial feita no local, antes do incidente, para comprovar que no Clube Bahiano de Tênis estava tudo tranqüilo e que a matéria da TV Itapoan era uma farsa montada com o objetivo de caluniá-lo (BAIXARIAS..., 1986, p.23).

A série de atos tresloucados de ACM com a derrota, contudo, não se encerraram neste episódio. Na semana seguinte, com a apuração bastante avançada e uma frente de mais de 500 mil votos, o então governador João Durval comunicou a ACM que ia admitir a derrota publicamente e aceitá-la como um fato legítimo, referendado pelo voto popular. A resposta veio de bate e pronto, com tapas no rosto do governador. Com o choque, Durval teve uma crise de hipertensão e foi internado às pressas no Instituto Cardio-Pulmonar de Salvador. Mas ao deixar a clínica na noite seguinte, deu entrevista aos veículos de comunicação que o aguardavam na saída, reconhecendo a derrota e que, “como bom democrata, respeitava o resultado das urnas” (BAIXARIAS..., 1986, p.22).

As forças políticas reunidas em torno de Waldir Pires, porém, sofreram uma baixa imediata, antes mesmo da posse. Em 21 de janeiro de 1987, a TV Bahia, de ACM, inaugurada em 10 de março de 1985, como afiliada da Rede Manchete, passou a retransmitir a programação da Rede Globo, que rompeu um contrato de 18 anos com a TV Aratu, sem nenhuma justificativa, como veremos mais adiante. Trata-se da primeira investida de ACM para deter o monopólio da informação política no estado, como analisaremos nos próximos capítulos.

O governo de Waldir Pires foi marcado pelo ciclo vicioso da retaliação política imposta pelo governo federal que gerava ineficiência administrativa. Waldir deixou o governo no início de 1989, para disputar a vice-presidência da República na chapa do PMDB encabeçada por Ulysses Guimarães. É substituído pelo vice Nilo Coelho. Meses depois das eleições de 1989, Nilo rompe com Waldir e demite os secretários ligados ao ex-governador que ainda permaneceram no governo.

### 3.12 ACM, O RETORNO

No pleito presidencial de 1989, apesar de apoiar oficialmente o candidato do seu partido, Aureliano Chaves (PFL), ACM informalmente ajudava Fernando Collor de Melo, do

inexpressivo PRN, a consolidar-se como o “caçador de marajás” e, posteriormente, a eleger-se no segundo turno. Com isso, manteve uma antiga estratégia: a aliança com o oficialismo no plano nacional para manter a sua indicação a cargos federais na Bahia e assegurar o repasse de recursos para o estado no seu futuro governo.

No plano político local, embalado pela decepção da população com o governos Waldir Pires (1987-1989) e Nilo Coelho (1989-1990), ACM construiu para si um discurso, mesclando eficiência administrativa e moralidade pública, que encontrou forte ressonância na Bahia e em nível nacional, graças à publicização massificada dos veículos de comunicação. Para potencializar ainda mais a disseminação desse discurso, lançou mão de recursos da propaganda e do marketing político para fazer uma associação identitária desses atributos com a sua imagem pública, através da sigla ACM, traduzida no trinômio: **Ação, Competência e Moralidade**.

Paralelamente, o grupo começou a colocar em curso uma nova estratégia de marketing, que somente se consolidaria em meados da década de 1990, mas que já se expressava fortemente nesta campanha: a apropriação de signos e elementos da identidade cultural da Bahia - como as cores da bandeira do estado e a medida do Bonfim-, a chamada baianidade, que, segundo Moura (2001, p. 173), traduz-se num universo simbólico da identidade cultural, através da qual os baianos representam-se e a Bahia encontra-se representada no cenário nacional e internacional. Embora desde a década de 1970, a política de turismo adotada pelos governos carlista já privilegiasse as belezas naturais do estado e suas tradições culturais - sobretudo as de origem afro-descendente -, através da estratégia de marketing batizada de “produto Bahia”, esse arsenal simbólico só passou a ser associado identitariamente ao grupo político, a partir da campanha de 1990.

Este pleito foi, sem dúvida, um marco divisor da trajetória política de ACM. Depois de administrar Salvador e governar duas vezes a Bahia por nomeação, era a primeira vez que ele se submetia ao voto popular. Essa fase é marcada principalmente pela sua metamorfose de um político tradicional para um político midiático, como refere Almeida (1999), e pela transformação do estilo “Toninho Malvadeza” em “Toninho Ternura”, como observa Rubim (2001, p. 12), destacada pelo próprio marketing da campanha, através do slogan “ACM, meu amor”.

Para Dantas Neto (2000 apud RUBIM, 2001, p.11), a campanha de 1990 marca, na verdade, o renascimento do grupo político:

Em sua performance de Fênix, o carlismo reforçou a dimensão paroquial de seu discurso, usando a imagem de maus baianos para estigmatizar os adversários vencidos, apelando para os brios de uma baianidade ferida por fracassos administrativos e anunciando uma nova era de reconstrução e progresso (ação, competência e moralidade) para a Bahia, que passaria a ser uma virtual ilha de prosperidade num país tomado pela recessão e por uma crise de credibilidade política.

Rubim (2001, p.12) observa, porém, que o discurso construído pelo grupo também:

[...] configura uma via de acesso privilegiada à tradição, a uma ancestralidade assumida pelos baianos, a um mito de raiz, que encara a ‘boa terra’ como nascedouro da pátria e da brasilidade. A Bahia aqui se reivindica, com orgulho, como um lugar de tradição seja ela de suas famílias e elites oligárquicas, seja ela de seu povo, sertanejo ou afro-descendente.

Apesar de ter sido amplamente trabalhada e difundida pelos meios de comunicação sob o seu comando, a nova imagem construída por ACM teve seu auge de exposição no horário eleitoral. O opositor de ACM com mais peso político era o candidato do PMDB, Roberto Santos, mas foi no programa do candidato do PRN, Luís Pedro Irujo, que ele encontrou maior contraponto. Na tentativa de “desconstruir” o discurso da moralidade, o programa levou ao ar o clip “Sucessos do cabeça branca”, uma paródia do samba de Noel Rosa que nos primeiros versos já indicava a sua intenção e era finalizado com o carimbo – “Diga não a governador ladrão”:

Vestiu uma camisa listrada e saiu por aí/ deu um tapa na moça e chutou o guri/  
levava o dinheiro no cinto e o chicote na mão/ e sorria quando o povo dizia / lá  
vai o ladrão, lá vai o ladrão (FERNANDES, 1990, p. 27).

A idéia era refrescar a memória do eleitor, pondo em dúvida a propalada honestidade de ACM, lembrando também a sua truculência no episódio ocorrido quatro anos antes, no Clube Bahiano de Tênis. A resposta do grupo carlista vinha na mesma altura e com bem mais ressonância. Além de tempo maior no horário eleitoral, ACM contava com o apoio irrestrito do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), que punia os adversários e garantia direito de reposta, (FERNANDES, 1990, p. 27), como veremos mais detalhadamente no próximo capítulo. Ao privilegiar o embate na questão da moralidade e subestimar a influência no eleitorado da apropriação do arsenal simbólico da baianidade, o discurso da oposição não sensibilizou os

eleitores que passaram a justificar seu voto com a máxima do “rouba, mas faz”. (FERNANDES, 1990, p. 31).

O objetivo de aliar sua imagem pública aos atributos da moralidade e da probidade administrativa, no entanto, persistiu além da campanha. O início do seu terceiro mandato como governador da Bahia foi marcado pelo grande número de ações que moveu contra o antecessor Nilo Coelho por malversação de dinheiro público. Todas elas, no entanto, apesar de algumas evidências, sucumbiram anos depois na justiça, por falta de provas. O terceiro mandato de ACM foi marcado por ações de grande repercussão nacional, como a restauração do parque arquitetônico do Pelourinho e de outras obras de impacto. Mas também por fatos nebulosos que envolveram o caixa de sua campanha. Conhecidos nacionalmente como os escândalos das pastas Rosa e Azul, os episódios não geraram grande repercussão por parte da mídia, mas se contrapuseram ao discurso de paladino da moralidade pública. Apesar de terem se tornado públicos em 1992, esses escândalos somente ganham maior dimensão em 1995: o resultado das investigações da Polícia Federal apontou o ex-gerente do Citybank, Renato Tourinho, e o diretor da TV Bahia, Marcos Souza, como os “laranjas” Hugo e Heloísa Freire Filho, nomes fictícios com os quais foram abertas as contas de caixa 2 da campanha de ACM. O delegado da PF, responsável pelo inquérito, acabou sendo transferido e as investigações foram arquivadas pelo governo FHC.

Se, no plano local, a imagem de austeridade administrativa e de “paladino da moralidade” era estrategicamente disseminada, no âmbito federal a idéia ficou em segundo plano. ACM foi um dos poucos líderes políticos do país que permaneceu ao lado de Collor até o fim, orientando sua bancada a votar contra o *impeachment* e rompendo, inclusive, com o então deputado Benito Gama, relator da CPI que investigou as irregularidades do governo e pediu a cassação do então presidente. O apoio de ACM a Collor, porém, trafegou na contramão da opinião pública e trouxe conseqüências diretas para o grupo nas eleições municipais de 1992, em Salvador. O candidato do PFL, Manoel Castro, foi derrotado pela candidata do PSDB, Lídice da Mata, hoje no PSB.

Em abril de 1994, ACM desincompatibilizou-se do cargo de governador para disputar as eleições de 1994 para o Senado. Como o seu vice-governador Paulo Souto também era o candidato do grupo ao governo do Estado, o então presidente da Assembléia Legislativa, Antonio Imbassahy, assumiu o governo num mandato tampão.

### 3.13 OS ALIADOS

Como referido anteriormente, ACM começou a formar o seu próprio grupo político quando assumiu a Prefeitura de Salvador e, paralelamente, o comando do Diretório Estadual da Arena. Da velha guarda do carlismo, a maioria já faleceu ou abandonou a política. Outros, que inicialmente seguiram a sua liderança, romperam ou se afastaram para assumir funções na iniciativa privada. Ao longo dos anos, o grupo foi incorporando membros, mas também registrou várias defecções.

Um capítulo à parte, no círculo de amizade de ACM, merece o ex-banqueiro Ângelo Calmon de Sá, ex-presidente do Banco Econômico. Diretor da Construtora Norberto Odebrecht em 1962, Calmon de Sá ingressou na vida pública durante o governo de Lomanto Júnior, quando foi superintendente do Centro Industrial de Aratu (CIA). Em 1966, foi convidado por Luís Viana Filho para assumir a Secretaria de Indústria e Comércio e, no final do governo, acumulou também as funções de secretário da Fazenda. No ano de 1971, foi convidado a sanear administrativamente o Banco Econômico, a primeira casa bancária do país, fundada em 1834. Começou a ganhar evidência nacional em 1973, quando junto com o amigo e então governador ACM, posicionou-se contrariamente a venda do controle acionário do Banco da Bahia para o Bradesco. Na verdade, o ato político escondia a fracassada tentativa de adquirir o banco baiano. Do episódio, restou-lhe uma enorme dívida, que o amigo ACM, providencialmente, conseguiu com o presidente Médici que fosse negociada com Amador Aguiar, do Bradesco (ABREU, 2001, p. 5156-5157).

Em 1974 foi nomeado por Geisel presidente do Banco do Brasil e, posteriormente, ministro da Indústria e Comércio, até a posse do presidente Figueiredo, em 1979. De volta ao Econômico, foi eleito presidente neste mesmo ano. Em 1992, no governo Collor, Calmon de Sá retornou à vida pública para assumir o Ministério do Desenvolvimento Regional. Coincidentemente, na mesma ocasião, o grupo empresarial pertencente à família Collor de Melo obteve no Banco Econômico um empréstimo de US\$ 600 mil. Com o afastamento de Collor da Presidência da República, ele retornou novamente ao banco, de onde só saiu após a intervenção do Banco Central (BC), em 1995. Durante esse processo, acabou-se descobrindo que as ligações de Calmon de Sá com ACM eram bem mais estreitas que se supunha, a ponto do banqueiro ser o principal financiador da campanha do amigo em busca do terceiro mandato. O episódio de liquidação do Econômico é também bastante ilustrativo da forma como ACM e seu grupo usam a informação. Depois de tentar em vão que o BC não decretasse a intervenção, ACM reuniu o grupo e traçou uma estratégia para reverter a situação. Tratava-se, na verdade, de uma ofensiva de chantagens à equipe econômica do governo FHC para que

o Econômico fosse adquirido pelo governo baiano ao preço simbólico de R\$ 1 e o BC assumisse o rombo estimado em R\$ 1,8 bilhão. Essa dívida seria quitada pelo governo baiano em longo prazo, com juros de caderneta de poupança.

O então deputado federal Benito Gama convocaria uma sessão secreta da Comissão do Sistema Financeiro da Câmara, da qual era membro, para sabatinar o então ministro da Fazenda, Pedro Malan. A assessoria de imprensa de ACM ficou responsável em vaziar para a imprensa a versão de que ele possuía um dossiê contra o presidente do BC, Gustavo Loyola. A idéia era criar um clima de insegurança no mercado financeiro e, com isso, ter poder de barganha para reverter a intervenção. Por fim, Luís Eduardo, na ocasião, presidente da Câmara dos Deputados, ligaria para o presidente FHC ameaçando fazer um requerimento de informações financeiras.

A estratégia contou ainda com uma manifestação pública em frente à sede do banco em Salvador, da qual participaram pessoas ilustres como escritor o Jorge Amado e sua mulher Zélia Gattai, além do arcebispo Primaz do Brasil, D. Lucas Moreira Neves. O ato teatral, no entanto, não contou com a adesão da população. Apesar da balbúrdia criada, ACM e seu grupo “perderam no grito”. O BC manteve a intervenção e, posteriormente, a liquidação do Econômico. Nenhum dossiê foi divulgado, apesar do episódio ter permeado todo o noticiário da mídia por três semanas.

Do segundo governo, emergiram do grupo carlista o ex-secretário de Minas e Energia, ex-senador e hoje pela segunda vez governador do Estado, Paulo Souto; o ex-secretário do Planejamento e ex-deputado pelo PTB Antonio Osório; o ex-chefe da Casa Civil, Paulo Furtado, depois nomeado desembargador e presidente do Tribunal de Justiça; o ex-prefeito de Salvador Renan Baleeeiro, posteriormente, nomeado para o TCE; o secretário de Indústria e Comércio, ex-prefeito de Salvador e ex-deputado, Manoel Castro, atualmente no TCE; o ex-secretário de Educação e ex-deputado Eraldo Tinoco, hoje vice-governador da Bahia e candidato à reeleição no pleito de 2006; o ex-presidente da Bahiatursa e ex-secretário da Cultura, Paulo Gaudenzi, e o ex-secretário de Saneamento e ex-governador da Bahia, João Durval Carneiro, que rompeu com o carlismo nos anos 1990 e foi eleito para uma vaga no Senado, pelo PDT, nas eleições de 2006.

Ao eleger João Durval ao governo do estado, em 1982, ACM produziu o surgimento de novos integrantes do grupo que foram indicados por ele para cargos importantes da gestão que se iniciava. Para a Secretaria da Fazenda, ACM indicou o nome de Benito Gama depois eleito deputado federal por duas legislaturas consecutivas e que rompeu com o líder quando



foi relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), responsável pela investigação das denúncias que culminaram no afastamento de Fernando Collor da Presidência da República.

Benito Gama reconciliou-se com o grupo, posteriormente, e foi indicado para ocupar a Secretaria da Indústria e Comércio no segundo governo de César Borges. Voltou a romper com o grupo em 2002, aliou-se à oposição, mas perdeu a eleição pelo PTB. Foi um dos políticos que tiveram o telefone grampeado a mando de ACM nas eleições desse mesmo ano. Derrotado nas urnas de 2002, foi candidato à Prefeitura de Salvador no pleito de 2004. Atualmente, integra a base de apoio do prefeito João Henrique, do PDT, e do governador Jacques Wagner, do PT.

Outros dois nomes do chamado *neocarlismo* também emergiram no governo João Durval. O ex-secretário do Planejamento Waldeck Ornelas, depois eleito deputado federal e senador pelo grupo e indicado por ACM para o Ministério da Previdência Social, no segundo governo Fernando Henrique. Saiu do Ministério, em 2001, quando o líder rompeu com FHC, em meio a denúncias de corrupção. Ao ser preterido por Paulo Souto nas eleições de 2002, deixou a política e hoje se encontra na iniciativa privada. O outro é o ex-secretário de Saneamento, Antonio Imbassahy, que já integrava o grupo, ocupando cargos, por indicação do líder, na Coelba e na Chesf. Em 1994, assumiu o governo do estado em mandato tampão, quando ACM e seu vice-governador Paulo Souto, desincompatibilizaram-se para disputar as eleições majoritárias daquele ano ao cargo de senador e governador, respectivamente. Em 1996, foi o candidato do grupo à Prefeitura de Salvador. Reeleito em 2000, rompeu com o carlismo em 2006, ingressou no PSDB e atualmente encontra-se sem mandato, depois de ter sido derrotado nas eleições de 2006 para o Senado.

Do terceiro mandato de ACM no governo do estado, emergiram três nomes que passaram a integrar a cúpula carlista. Amigo do filho de ACM, Luís Eduardo Magalhães, morto em 1998, César Borges já fazia parte do grupo, mas sem muita expressão. Com reduto eleitoral em Jequié, era deputado estadual quando foi convocado a assumir a Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos pelo então governador eleito ACM. Surpreendeu o líder e foi indicado como vice-governador na chapa majoritária encabeçada por Paulo Souto nas eleições de 1994. No início, desentendeu-se com Souto, porque pretendia permanecer à frente da Secretaria de Saneamento, mas o governador nomeou para o cargo um primo, Roberto Moussalem, deixando Borges fora do secretariado. A rusga entre os dois só foi amenizada no final do governo, quando o vice-governador assumiu o cargo para que Souto, que havia sido vetado por ACM para disputar a reeleição, se desincompatibilizasse para concorrer ao Senado.

Borges assumiria apenas um mandato tampão, mas com a morte prematura de Luís Eduardo Magalhães, o candidato do carlismo ao governo, foi indicado por ACM para disputar a reeleição, em 1998. Governador da Bahia entre 1998 e 2002, foi durante a sua gestão que ocorreram as escutas clandestinas feitas pela Secretaria de Segurança Pública, por determinação de ACM, nos telefones de adversários políticos do grupo. Borges deixou o cargo em abril de 2002 para ser candidato ao Senado. Eleito, voltou para a Bahia a contragosto, em 2004, como candidato do grupo à Prefeitura de Salvador. Derrotado no segundo turno por uma larga margem de votos – obteve 25,31 por cento dos votos válidos contra 74,69 por cento do candidato vencedor, João Henrique (PDT), segundo dados divulgados pelo Tribunal Regional Eleitoral -, assumiu novamente o mandato de senador que vai até 2010.

Outra “estrela” que passou a brilhar na constelação carlista foi a do ex-secretário de Energia, Transportes e Comunicações, Raimundo Brito. Considerado um técnico de alto nível, foi guindado à condição de ministro das Minas e Energia, no governo Fernando Henrique Cardoso, por indicação do líder. Mas, ao contrário do esperado, teve uma pífia atuação, levando o país ao racionamento de energia (apagão).

Foi substituído por Rodolpho Tourinho Neto, outro nome que ascendeu no panteão carlista nessa época. Secretário da Fazenda no terceiro governo de ACM, permaneceu à frente do órgão durante a gestão de Paulo Souto. Em 1998, candidatou-se como suplente de Souto ao senado. Ocupou o Ministério, entre 1999 e 2001, e assumiu o mandato de senador em 2003, quando Paulo Souto deixou o Senado para candidatar-se novamente ao governo baiano. Tourinho também é acusado de ter uma parcela de contribuição na crise de energia que levou o país ao racionamento, em 2001. Segundo essas denúncias, na sua gestão, o ex-ministro teria investido todo o orçamento no programa de construção de 49 termelétricas, porque beneficiava a OAS. Ao descartar outras alternativas de geração de energia e apostar apenas em grandes turbinas produzidas só por quatro fabricantes em todo o mundo e que registram uma fila de espera de cerca de três anos para entrega, Tourinho teria negligenciado a questão, levando o país ao racionamento (MEIRELES; FILGUEIRAS, 2001). O ex-ministro foi acusado também de superfaturar contratos de suprimento e intercâmbio de energia elétrica, entre a Eletrobras, Furnas e Centrais Elétricas, no valor de R\$ 190,96 milhões (ALVOS..., 2001, p. A4).

Outro braço forte dentro do carlismo é o publicitário Fernando Barros, um dos donos da Agência de Propaganda Propeg. Detentora da maioria das contas publicitárias dos governos do grupo e dos nichos carlistas no governo federal, a Propeg tem uma história parecida com a

OAS: ou seja, seu crescimento acompanha a ascensão de ACM na política. As ligações de ACM com Barros, no entanto, extrapolam os contratos de prestação de serviço na área de propaganda. No dia 24 de abril de 2006, o então deputado estadual petista Emiliano José acusou o publicitário de ser o testa-de-ferro de ACM em outros negócios (FORTES, 2006, p. 34 - 36). Apresentando farta documentação da Secretaria da Fazenda do Estado e da Junta Comercial da Bahia, o deputado tornou público que, em 1999, uma empresa de Barros adquiriu uma área de 230 mil metros quadrados na região da Base Naval de Aratu, litoral da Bahia, próxima a Salvador. A empresa, denominada Terminal Portuário Cotegipe (TPC) tomou posse do lugar ao incorporar a companhia Creso Amorim, esta, sim, vencedora da licitação anterior da área em questão. Os terrenos estão localizados em pontos geográficos de nomes emblemáticos: *Ponta do Fernandinho* e *Ponta do Criminoso*.

No ano seguinte, outubro de 2000, a TPC começou a negociar com a empresa Moinho Dias Branco uma sociedade para a implantação e exploração do terminal portuário. Para isso, prometeu vender o terreno concessionado à Creso Amorim. A promessa de venda, porém, feria o contrato de concessão firmado com a Marinha. Para resolver o imbróglio, aconteceu uma negociata estranha: o governo do estado, à época sob o comendo de César Borges, resolveu comprar o terreno da TPC, através da Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial (Sudic). O negócio foi feito em três etapas. Na primeira, em 14 de agosto de 2000, o governo comprou da TPC por R\$ 663 mil uma área de 81.885,34 metros quadrados.

Em 7 de maio de 2001, a Sudic revendeu a mesma área para a Moinho Dias Branco em sociedade com a TPC de Fernando Barros por R\$ 22,6 mil. Outras duas transações firmadas nos dias 5 e 15 de abril de 2002, resultaram simplesmente na transferência de 392 mil metros quadrados de terras do governo para a dupla TPC e Moinho Dias Branco, ou seja, 165 mil metros quadrados ou 72 por cento acima da área inicialmente concedida para o terminal portuário. A peculiar negociação, porém, não passou incólume pela Gerência de Patrimônio da União que argüi na justiça a legalidade do ato, uma vez que o terreno está localizado em área de domínio da Marinha.

Em 2001, o grupo de Barros passou a atuar também na exploração do terminal vizinho ao de Aratu, conhecido como Porto da Ponta da Laje. O terminal foi um empreendimento construído por R\$ 24 milhões pelo governo baiano para garantir a presença da multinacional Ford no estado. É por este porto que a montadora exporta os veículos produzidos na fábrica de Camaçari e a TPC opera como provedora logística da montadora.

Ao longo dos últimos anos, o Grupo TPC ramificou-se em uma grande quantidade de empresas. Entre elas: C Port Porto Cotegipe, Terminal Portuário Cotegipe, TPC Operador Logístico, Pronto Logístico, Pronto Express, Pronto Express Logística, Porto Cotegipe Logística, Cosmo Express e Modal Serviços Retroportuários, todas sócias entre si. Expediente como esse é utilizado para dificultar o rastreamento contábil e fiscal de grupos empresariais. Mas é também através da análise desse amontoado de empresas que se acha a ligação de Barros e do clã dos Magalhães (FERNANDES, 2006).

Até 2003, o filho mais velho e ACM, o professor universitário e principal regente das empresas da família, ACM Júnior, pai do hoje deputado federal ACM Neto, era sócio de duas das empresas englobadas pelo grupo TPC: a Cosmo Express e a Pronto Express. Compradas por Barros, as empresas deixaram de ter o nome de Júnior (FORTES, 2006, p. 34-36). A denúncia ganhou destaque em alguns veículos de comunicação de circulação nacional e do Portal de Notícias Terra.

Como é peculiar ao seu estilo, ao ser confrontado com a denúncia do então deputado Emiliano José, ACM partiu para o ataque. Xingou o deputado e a mãe deste e atribuiu tudo a “tramóia do PT” para favorecer a multinacional Bunge, vencedora do processo licitatório, realizado pela Companhia de Docas da Bahia (Codeba) para o escoamento da produção de grãos do Oeste baiano, no qual a TPC foi preterida (FORTES, 2006, p. 34-36).

Na área publicitária, a Propeg, além de deter a maioria das contas dos governos carlistas, possui também, na sua carteira de clientes, as contas das principais empresas instaladas no estado através do programa de atração de investimentos, inaugurado no primeiro governo de Paulo Souto, a exemplo da Ford, e que consiste na isenção de taxas e impostos por um período longo de tempo, doação de terrenos, implantação e infra-estrutura, financiamento e outras benesses às empresas que se instalassem no estado.

### 3.14 A FAMÍLIA E AS LIGAÇÕES EMPRESARIAIS

O ciclo de poder de ACM foi marcado pela forte intercessão entre a política e os seus negócios empresariais, todos controlado por membros da família. Casado com Arlete Maron de Magalhães, ACM teve quatro filhos. O mais velho, Antonio Carlos Peixoto de Magalhães Júnior, é administrador de empresas, professor da Universidade Federal da Bahia e diretor-

presidente das empresas da família. Tereza Helena Maron de Magalhães é assistente social, foi casada com o médico Juca Valente, morto em 1975, e é oficialmente casada com César Mata Pires, um dos donos da OAS. Ana Lúcia Maron de Magalhães, falecida em 1986, era advogada e diretora do jornal *Correio da Bahia*, de propriedade da família. Único político entre todos os filhos, Luís Eduardo Maron de Magalhães, foi deputado estadual, deputado federal, presidiu a Câmara dos Deputados durante o primeiro governo de FHC e era candidato ao governo da Bahia, quando faleceu, em 1998, vítima de um infarto do miocárdio.

O vínculo entre as ações políticas de ACM e seu grupo e as empresas da sua família dão a medida exata da concepção patrimonialista que rege a relação entre o público e o privado na Bahia. O nome de ACM não aparece nos documentos empresariais da família. A sua assinatura muito menos. Mas a voz de comando parece ser sempre a mesma que coloca um seleto grupo de parentes e amigos à frente dos negócios, diretamente beneficiados pela sua força política.

Contraditoriamente e no lastro da sua rede de comunicação, ACM vem desempenhando o papel de paladino da moralidade, mas nunca conseguiu explicar como, exercendo apenas cargos públicos a vida toda, amealhou um patrimônio tão grande e diversificado para a família. Ao ser questionado sobre a sua ascensão econômica, utiliza-se de ironia ou de agressão com os seus interlocutores, conforme veremos nos capítulos posteriores.

Até assumir a presidência da Eletrobrás, o patrimônio de ACM e da sua família não excedia a posse de alguns imóveis. Mas o aumento súbito acontece depois que assume o Ministério das Comunicações.

Curva ascendente percorre também a OAS, do genro Mata Pires, que desde o segundo governo de ACM é a empresa responsável pelas principais obras dos governos do grupo carlista. No governo Sarney, paralelamente à sua atuação no Ministério das Comunicações, ACM conseguiu para o genro Mata Pires, as principais obras financiadas pela Caixa Econômica Federal, à época reduto de um outro genro: Jorge Murad, marido de Roseana Sarney e genro do presidente da República, de quem era também secretário Particular (EVELIN; PEDROSA; FILGUEIRAS, 1999). Investigada pela Polícia Federal desde dezembro de 1994, quando o então procurador da empresa, Raul Gigante, foi preso pela Polícia Federal no Aeroporto de Guarulhos, em São Paulo, a OAS responde a processo por sonegação fiscal, lavagem de dinheiro e evasão de divisas. Um golpe que totaliza cerca de US\$ 500 milhões (PEDROSA; SIMAS FILHO, 2000).

Embora fossem de domínio público na Bahia, as obscuras ligações de ACM com a OAS passaram a ganhar destaque na imprensa nacional dois meses depois, em fevereiro de 1995,

quando a Revista Veja publicou uma matéria de oito páginas, assinada pelos jornalistas Joaquim de Carvalho e William Waack, intitulada “OAS, ACM, FHC”, na qual revela, com detalhes, como a empreiteira baiana montou e alimentou uma rede de dinheiro clandestino no exterior, além de apontar as estreitas ligações com o cacique baiano (CARVALHO; WAACK, 1995).

A OAS já passou por diversas composições acionárias. A mais radical, porém, ocorreu em 1999, quando ACM, através dos netos, passou a deter 79 por cento das ações da empresa. (PEDROSA; SIMAS FILHO, 2000). As investigações da PF implicaram numa reviravolta no controle acionário da empreiteira que descartou os três sócios indiciados no inquérito. Nessa mesma ocasião, o casamento de Mata Pires com a filha de ACM dava mostras de que havia chegado ao fim. Em meio a essa turbulência, optou-se por um novo modelo societário no qual Mata Pires comprou a parte dos sócios envolvidos no escândalo, através da CMP Participação, e passou a representar 79 por cento do total de ações. Os 21 por cento restantes eram do sócio Carlos Laranjeira. Mas, as relações de Mata Pires com o sócio Laranjeira também não estavam boas. ACM apoiou o seu apadrinhado e para que não restasse qualquer dúvida sobre o seu poder de fogo, mandou que o então governador César Borges suspendesse todos os pagamentos devidos pelo governo baiano a OAS. Logo em seguida, concretizou-se a mudança na composição acionária da empresa. Mata Pires passou as cotas da CMP para o nome dos filhos, em partes iguais, ficando, porém, com o poder de gestão. No caso de uma eventual separação judicial, as cotas da CMP estariam ligadas umbilicalmente ao pai e ao avô (EVELIN; PEDROSA; FILGUEIRAS, 1999).

Entre 1994 e 2000, a OAS foi denunciada por uma série de irregularidades, desde a contribuição ilegal de recursos para a campanha de Paulo Maluf, em 1990, até superfaturamento de obras, com o beneplácito de diversos governos. Em 2000, porém, a empreiteira e ACM voltam às manchetes dos jornais, como mais estardalhaço, depois que Nicéa Pitta, ex-mulher do ex-prefeito de São Paulo, Celso Pitta, denunciou as pressões exercidas por ACM, em 1998, quando era presidente do Senado, para que a administração paulistana pagasse as suas dívidas para com a empreiteira baiana. Segundo o depoimento de Nicéa Pitta à Polícia Federal, ACM teria pressionado o seu marido por intermédio do ex-senador do PFL, Gilberto Miranda, ameaçando não colocar em votação no Senado os títulos precatórios que estavam para ser emitidos pela prefeitura paulista. Sem a autorização para a emissão desses títulos, o executivo municipal não tinha como custear o final da administração (DIAMANTE, 2000).

Apesar das denúncias de superfaturamento e outras irregularidades, a OAS nunca deixou de contar com o beneplácito das administrações carlistas. A parceria, iniciada em meados do segundo mandato de ACM no governo do estado, cresceu e frutificou. Responsável pela primeira reforma do Aeroporto de Salvador, em 1977, a OAS foi também a empreiteira escolhida pelo governo César Borges para realizar a obra mais recente, entre 1999 e 2002, quando já havia tido o seu nome original, Dois de Julho, substituído pela nova denominação: Aeroporto Internacional Luís Eduardo Magalhães.

Em 2001, porém, as obras de reforma, ampliação e modernização do Aeroporto, que vinham sendo feitas com recursos do governo federal, foram embargadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que constatou um desvio no valor de R\$ 30 milhões por parte da empreiteira e outras 43 irregularidades na sua realização. No relatório, os peritos do TCU apontaram também um superfaturamento de 17 itens. No dia 24 de outubro do mesmo ano, o Tribunal tornou indisponíveis os bens da empreiteira baiana no valor do desvio constatado que foram arestados pelo Ministério Público Federal e pela Advocacia Geral da União. No relatório, o TCU pedia também abertura de processo contra todos os dirigentes da Empresa Brasileira de Infra-estrutura Portuária (Infraero) que participaram de qualquer fase do contrato.

Orçada inicialmente em R\$ 120 milhões, a obra teve o seu custo total ampliado sete vezes, o que elevou o orçamento para R\$ 168 milhões. Segundo o TCU, teriam sido desviados R\$ 58 milhões. Somente a obra do edifício-garagem foi superfaturada em R\$ 5 milhões. O superfaturamento foi comprovado pelos peritos a partir das notas fiscais de compra de material emitidas pela empreiteira para a Infraero. Entre outras irregularidades, os peritos do TCU constataram que, na licitação, a OAS comprometeu-se a empregar 1.600 metros quadrados de madeiras para tapumes. O TCU descobriu que a OAS estava cobrando e a Infraero pagando 12.840 metros quadrados de madeira. Além de um aumento de 700% do preço, o TCU constatou que a quantidade de madeira seria suficiente para tapar dois campos de futebol maiores que o estádio da Fonte Nova; caixas sifonadas, utilizadas no sistema de esgoto interno e que custavam na ocasião R\$ 1,44 foram cobradas pela OAS a R\$ 17,30 a unidade; somente o ponto de ônibus do Aeroporto custou R\$ 700 mil. Além disso, ficou comprovado que a Infraero pagou a Prefeitura Municipal de Salvador o Imposto sobre Serviço (ISS) que deveria ter sido pago pela OAS (ALENCAR; VAZ, 2001).

As estreitas ligações dos diretores acusados de negligência na fiscalização das obras do Aeroporto de Salvador com a OAS parecem se estender para outro ramo da família de ACM. Coincidentemente, a agência baiana Pejota Propaganda, na ocasião a segunda no

ranking das agências que atendem ao governo baiano, ganhou, em 16 de novembro de 2000, a licitação da Infraero para a contratação de serviços de publicidade. A agência administrou por 12 meses a conta, cujo valor era de R\$ 2,5 milhões.

Trata-se, sem dúvida, de uma coincidência e tanto, uma vez que a Pejota é de propriedade de Paulo Viana, cunhado de ACM Júnior e sócio de Fred Marom, sobrinho de dona Arlete Marom de Magalhães, mulher de ACM e mãe de Júnior. A Pejota conta ainda com os relevantes serviços de Renato Tourinho como diretor financeiro. Tourinho passou a integrar os quadros da agência logo após ter sido indiciado no inquérito da Polícia Federal que investigou as contas “fantasmas”, abertas no Citybank para depósitos de cheques da campanha eleitoral de ACM, em 1990. Este Tourinho, que é primo do ex-ministro Rodolpho Tourinho, foi o gerente do Citybank responsável pela abertura da conta em nome do “fantasma” Hugo Freire Filho. Além de abrir a conta irregular, ele foi acusado de falsificação e falsidade ideológica por assinar os cheques da conta “fantasma”. Um dos cheques era da OAS, como veremos em capítulo posterior.

Paralelamente à repercussão do relatório do TCU, o empresário Luiz Carlos Anunciação denunciou o desvio de recursos do governo federal destinados à indenização pela desapropriação de um terreno da sua propriedade, correspondente a uma área de 131 mil metros quadrados, na qual estavam sendo realizadas as obras de ampliação do aeroporto. O dinheiro, segundo afirmou o empresário, havia sido recebido pela OAS. No dia 13 de setembro de 2001, o empresário apresentou ao presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) de Obras Inacabadas da Câmara dos Deputados, Damião Feliciano, um dossiê relatando o caso.

No documento, ele afirma que, no ato de assinatura do decreto de desapropriação da área, foi chamado pelo diretor de Planejamento da Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador (Conder), Renato Veloso, que lhe propôs uma negociação para receber o valor da indenização. Para efetivar a negociação, relatou o empresário, ele teria que assinar um recibo de R\$ 15 milhões, mas só receberia R\$ 4 milhões, a serem pagos em dois anos. As terras, segundo dizia o documento, seriam vendidas a Terwal Máquinas, que os repassaria ao governo do estado em pagamento de dívidas de ICMS. A intermediação do negócio seria feita pela empreiteira Encil, de propriedade do presidente da Conder, Mário Gordilho, e do sobrinho de ACM, André Maron (PEDROSA, 2001, p. 28-31).

Com a obra embargada pelo TCU desde 2001, a bancada carlista promoveu a obstrução da votação de créditos suplementares, ocorrida em 28 de dezembro daquele ano, no Congresso Nacional, para forçar a liberação de verbas para o aeroporto de Salvador. Como a



iniciativa não deu certo, o governo baiano, capitaneado por César Borges, resolveu bancar o custo final da obra, orçada em R\$ 23,8 milhões (FONSECA, 2002, p. 3).

O ano de 2000 foi bastante próspero para a OAS. Além das obras do Aeroporto, a empreiteira abocanhou outro contrato milionário. Junto com outras empresas, a empreiteira formou o Consórcio Litoral Norte e venceu a licitação para a exploração do pedágio da rodovia BA-099, Estrada do Coco, por 25 anos, única via de acesso ao Litoral Norte da Bahia. O contrato vem sendo questionado na justiça, porque a privatização de estradas só pode feita quando existe uma outra via de acesso local.

A sociedade da família Magalhães com Mata Pires, no entanto, estende-se para além dos domínios da OAS. Na Bahiapar Participações e Investimentos Ltda., a holding que controla boa parte das empresas da família, Mata Pires figura como sócio de Arlete Magalhães, Antonio Carlos Magalhães Júnior e dos filhos do ex-deputado Luís Eduardo Magalhães: Paula, Carolina e Luís Eduardo Magalhães Filho, o Duquinho. Fundada em agosto de 1992, a Bahiapar teve seu contrato social alterado em 1999 e hoje controla as empresas Santa Helena Serviços de Informática e Comunicação, Salvadorsat Comunicação, Bahiasat, Bahia Cabo Telecomunicações, Companhia de Investimentos e Participação, Bahia Vídeo e Bahia Eventos (MEIRELES; PEDROSA; FILGUEIRAS, 2000, p. 26-31), conforme veremos no capítulo seguinte.

Fundada em 1975, no interregno entre o convite do presidente Geisel para a assumir a presidência da Eletrobrás e a sua posse na estatal, a Construtora Santa Helena, assim como o jornal *Correio da Bahia*, são os dois únicos empreendimentos da família que tem ACM como acionista. Inaugurado em 1978, o jornal *Correio da Bahia* tem, na sua composição acionária, amigos diletos de ACM, como o deputado Félix Mendonça (PTB) e o ex-embaixador e amigo dileto Paulo Tarso Flecha de Lima (MEIRELES; PEDROSA; FILGUEIRAS, 2000, p. 26-31). Já as empresas de comunicação da família, que somam mais de 60 emissoras de rádio e televisão e portais de notícias na Internet, estão abrigadas em outra holding, a Rede Bahia de Comunicação, como veremos mais detalhadamente no capítulo seguinte.

Acostumada a dividir com o governo do estado e as prefeituras comandadas pelo grupo a promoção de grandes espetáculos populares, a Bahia Eventos foi denunciada pelo Ministério Público, em setembro de 2003, por ter-se beneficiado de vantagens concedidas pelo governo Paulo Souto para a realização do Festival de Verão, um evento totalmente privado, que anualmente é realizado pela empresa, no Parque de Exposições Agropecuária de Salvador. Para promover a festa, a Bahia Eventos alugou, como se fosse de sua propriedade, o canteiro central da Avenida Paralela, onde está situado o Parque de Exposições, para uma

terceira empresa, a Well Park, explorar o estacionamento de veículos, durante os dias do Festival de Verão daquele ano, sem autorização da Prefeitura de Salvador.

A irregularidade veio à tona, porque a Well Park foi autuada por fiscais da Prefeitura, já que não possuía alvará temporário para a exploração do serviço no local. O contrato firmado pela Bahia Eventos e a empresa previa o pagamento de 40 por cento do lucro auferido na exploração do estacionamento, na época, representado pela quantia de R\$ 36 mil (SOUZA, 2003b, p. 12).

Além de alugar a área pública, a Bahia Eventos foi também denunciada, na mesma ocasião, pelo Ministério Público por não ter cumprido sua parte no acordo de cessão do Parque de Exposições para a realização do Festival. No contrato assinado com a Secretaria de Agricultura (Seagri), a Bahia Eventos daria, como pagamento pela utilização do espaço, quatro veículos: uma Kombi e três Fiat Pálio. Estranhamente, sete meses após a realização do evento, quando o caso veio a público, a Seagri ainda não havia recebido os carros. O mais estranho é que o governo do estado não havia se preocupado em cobrar a dívida e a Prefeitura, na época administrada por Antonio Imbassahy, antes de seu rompimento com o carlismo, também não havia processado a Bahia Eventos pelo aluguel da área pública (SOUZA, 2003c p. 10).

A área de eventos tem sido um filão tão bom para os negócios da família que o filho de ACM Júnior, ACM Neto, também entrou no ramo com a empresa Penteventos, que passou a dividir com a co-irmã a organização das festas populares, como o *Bonfim Light*, festa que acontece simultaneamente à tradicional Lavagem do Bonfim. O nome de ACM Neto não consta da composição acionária da empresa, mas é de domínio público na Bahia a sua sociedade com mais quatro amigos que fundaram a empresa em 1997. Os cinco sócios originais eram oriundos do Colégio Marista. Dois deles, deixaram o negócio logo no início. Dos três que continuaram o empreendimento, ACM Neto seria um deles. Os outros dois são Flávio Maron, primo de ACM Neto e filho do dono da agência de propaganda Pejota, e Luciano Cardoso, à época seu cunhado (FERNANDES, 2002, p. 31-35).

Outro membro da família acusado de se beneficiar da atividade política do pai é a sua filha Tereza Helena. Em 2000, ela dirigia o órgão que coordenava o Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC), uma cadeia de postos de serviço que é cantada em prosa e verso pela propaganda oficial das administrações carlistas. O SAC é vinculado à Secretaria da Administração, que naquela ocasião era comandada por Sérgio Moysés, namorado da filha de ACM que é oficialmente casada, como vimos anteriormente, com César Mata Pires, da OAS.

O imbróglio envolveu os dois amantes numa teia de armações: licitações viciadas, favorecimento a empresas familiares e cabide de emprego. Além de enriquecimento ilícito, Moysés foi acusado de ser proprietário das duas empresas que assumiram o comando do SAC: Postdata e Sergil. Contratada sem licitação, a Postdata passou a empregar, sem concurso, todo o pessoal responsável por expedir carteiras de identidade, passaporte, título de eleitor e outros documentos. Somente em 1999, o governo baiano repassou, segundo relatório do TCE, R\$ 47,2 milhões à Postdata. A Sergil, que tinha como sócio o irmão do secretário, Augusto Moysés, alugava a preços superfaturados os caminhões do serviço SAC Móvel. Todos os contratos firmados pelo SAC levavam a assinatura da filha de ACM (PEDROSA, 2000, p. 26-29).

O caso veio a público porque o SAC foi denunciado por derrama de documentos falsos em uma série de reportagens publicadas pelo jornal *A Tarde*. Mas as denúncias veiculadas sofreram um efeito oposto. O governo do estado, então comandado por César Borges, processou o repórter do jornal por calúnia e por falsificação de documento, uma vez que, para comprovar as denúncias ele havia tirado uma carteira de identidade falsa. Meses depois, porém, ao ser denunciado pelo Ministério Público, o secretário Moysés foi demitido da Secretaria, fugiu para Portugal, deixando a namorada, que também pediu exoneração do cargo (PEDROSA, 2000, p. 26-29).

### 3.15 O PERCENTUAL ELEITORAL

Além dos aspectos vistos anteriormente, a hegemonia de ACM e do seu grupo político no estado reside, em parte, na ausência de uma liderança expressiva no campo das oposições. Prova disso é o percentual de votação do grupo nas eleições majoritárias para o governo do Estado que, desde 1986, mantém-se no patamar dos 30 por cento. Em 1986, o candidato de ACM ao governo baiano, Josaphat Marinho, obteve 25 por cento dos votos, enquanto o então candidato do PMDB, Waldir Pires foi eleito com 2 milhões 670 mil votos, equivalente a 55,5 por cento do eleitorado total.

As tabelas abaixo comprovam que ACM e seu grupo político venceram as eleições de 1990, 1994, 1998 e 2002 ao governo do Estado com a mesma proporção de votos, ou seja, com mais ou menos 30 por cento do total de eleitores.

**Tabela 1 - Eleições 1986**

	<b>Números Absolutos</b>	<b>Percentual do Total do Eleitorado</b>
Eleitorado	4.845.503	100%
Waldir Pires	2.675.033	58,75%
Josaphat Marinho	1.218.445	25,1%
Outros candidatos	9.705	0,2%
Abstenção	267.471	5,52%
Votos brancos + nulos	319.732	6,5%

**Fonte:** TRE-BA<sup>19</sup>

**Tabela 2 – Eleições 1990**

	<b>Números Absolutos</b>	<b>Percentual do Total do Eleitorado</b>
Eleitorado	6.019.317	100%
ACM	1.642.366	27,28%
Candidatos da Oposição	1.574.283	26,15%
Outros candidatos	22.125	0,4%
Abstenção	1.288.133	21,3%
Votos válidos	4.731.184	78,6%
Votos brancos	1.700.000	28,24%
Votos nulos	586.000	9,7%

**Fonte:** TER-BA<sup>20</sup>

**Tabela 3 - Eleições 1994 (2º turno)**

	<b>Números Absolutos</b>	<b>Percentual do Total do Eleitorado</b>
Eleitorado	7.031.624	100%
Paulo Souto (PFL)	2.235.659	31,8%
João Durval (PMN)	1.577.043	22,3%
Abstenção	2.663.432	37,87%
Votos válidos	3.812.702	62,12%
Votos brancos	75.722	1,78%
Votos nulos	479.768	10,98%

**Fonte:** TSE

**Tabela 4 - Eleições 1998**

	<b>Números Absolutos</b>	<b>Percentual do Total do Eleitorado</b>
Eleitorado	7.932.228	100%
César Borges	2.418.765	30,49%
Candidatos da Oposição	967.833	12,2%
Outros candidatos	73.260	0,9%
Abstenção	2.525.806	31,82%
Votos válidos	3.459.797	43,62%
Votos brancos	1.419.238	17,8%
Votos nulos	527.326	9,72%

**Fonte:** TRE-BA

<sup>19</sup> Dados fornecidos pelo TRE-BA.

<sup>20</sup> Idem.

**Tabela 5 - Eleições 2002**

	<b>Números Absolutos</b>	<b>Percentual do Total do Eleitorado</b>
Eleitorado	8.568.602	100%
Paulo Souto	2.871.025	33,5%
Jaques Wagner	2.057.022	24,0%
Outros candidatos	418.895	4,8%
Abstenção	2.168.773	25,3%
Votos válidos	3.459.858	74,7%
Votos brancos	311.961	1,8%
Votos nulos	740.409	10,5%

**Fonte:** TRE-BA

**Tabela 6 – Eleições 2006**

	<b>Números Absolutos</b>	<b>Percentual do Total do Eleitorado</b>
Eleitorado	9.109.353	100%
Jaques Wagner	3.242.336	35,59%
Paulo Souto	2.638.215	28,96%
Outros Candidatos	250.315	2,7%
Abstenção	1.884.249	20,68%
Votos válidos	6.130.866	84,86%
Votos brancos	356.363	3,9%
Votos nulos	737.875	8,1%

**Fonte:** TRE-BA

Em 1990, o próprio ACM recebeu apenas 27,3 por cento dos votos do total de eleitores, enquanto que a soma do índice de abstenção mais os percentuais de votos nulos e brancos foi de 46,20 por cento. Na eleição de 1994, a proporção dos que não se manifestaram por nenhum dos candidatos foi ainda maior. Enquanto o candidato do grupo, Paulo Souto, obteve apenas 23 por cento do total de votantes, a abstenção e os votos nulos e brancos somados ultrapassou a casa dos 53 por cento do total de votos do estado, conforme demonstrado na Tabela 3.

Novamente em 1998, o candidato do grupo carlista, César Borges, ficou com 30,5 por cento dos votos, enquanto a soma dos índices de abstenção e de votos nulos e brancos ficou com mais da metade dos votos do eleitorado, ou seja, 56,37 por cento (Tabela 4). No pleito de 2002, o candidato Paulo Souto retornou ao governo da Bahia com 33,5 por cento do total de votos, enquanto o percentual de abstenção e votos nulos e brancos foi de 41,87 por cento (Tabela 5). As eleições de 2006 surpreenderam tanto pelo que vinham anunciando os institutos de pesquisa quanto pela vitória do candidato do PT no primeiro turno. Além da diminuição do índice de abstenção, 20,68 por cento contra os 25,3 por cento registrados em 2002, o percentual de votos obtidos pelos dois principais candidatos, Paulo Souto e Jaques

Wagner nas duas últimas eleições inverteram-se. O candidato do PT conseguiu superar a marca que vinham sendo alcançada pelos candidatos da oposição, e o próprio Paulo Souto, mesmo derrotado, obteve um percentual maior de votos que o alcançado na sua primeira eleição, em 1994.

A decepção provocada pela renúncia de Waldir Pires, em 1988, explica em parte a descrença do eleitorado nos partidos de oposição e o grande percentual dos índices de abstenção, votos nulos e brancos nas eleições baianas. Entretanto, o vácuo de liderança no campo das oposições, que não conseguia produzir um nome de maior envergadura, pode ser outro fator determinante da apatia do eleitorado. Os políticos de oposição que conquistaram evidência neste período e conseguiram se eleger para cargos majoritários, como a ex-prefeita Lídice da Mata, hoje no PSB, sofreram uma perseguição política sem precedente na história baiana, tanto no âmbito político, através do grupo de ACM, como dos seus veículos de comunicação, conforme veremos em capítulo posterior. Entretanto, todas as vezes que os partidos de oposição ao carlismo se uniram, venceram o pleito, a exemplo do que se verificou nas eleições de 2004, para a Prefeitura de Salvador e, em 2006, para o governo do Estado.

### 3.16 AS INSTITUIÇÕES

Como vimos anteriormente, desde as eleições majoritárias de 1990, ACM e seu grupo político dominaram o cenário político local, através do Governo do Estado. O ex-governador Paulo Souto, eleito pela primeira vez em 1994, foi substituído pelo atual senador César Borges, indicado em 1998, após a morte do filho de ACM e então candidato ao governo, Luís Eduardo Magalhães. Em 2002, Souto voltou novamente ao Executivo Estadual. Mas nas eleições de 2006, contrariando todas as pesquisas de opinião, perdeu a reeleição para o candidato do PT, Jaques Wagner. Neste subcapítulo, analisaremos a rede constituída pelas instituições do campo político do Executivo, Legislativo e Judiciário, na Bahia, e a relação de ACM e seu grupo com o Executivo federal.

### 3.16.1 O Oficialismo Federal e o Executivo Estadual

No âmbito do governo federal, a aliança de ACM com o oficialismo, conforme referimos no início deste capítulo, sempre foi parte integrante da sua estratégia política para se manter no poder. Desde o início da sua trajetória política, sempre esteve ligado às lideranças que governavam o país. Primeiro, aproximou-se de Juscelino Kubitschek. Afastou-se de Jânio Quadros e João Goulart por absoluta falta de espaço. Com os governos militares, conquistou notoriedade regional e nacional, além de obter recursos para obras na Bahia e indicar nomes para ocupar os cargos federais no estado.

Com a redemocratização do país, quem esperava vê-lo fora do cenário político errou nas previsões. Foi convidado para ocupar o Ministério das Comunicações de Tancredo Neves e mantido por José Sarney, transformando-se na eminência parda do governo. Apoiou Fernando Collor, embora o candidato do seu partido, o PFL, fosse Aureliano Chaves, e continuou preenchendo com seus apadrinhados os cargos federais e conseguindo verbas para suas ações e do seu grupo político no estado.

Um breve interregno, no governo Itamar Franco, afastou-o da intimidade palaciana. Mas voltou à condição de prócere na gestão de Fernando Henrique Cardoso, cuja aliança do seu partido, o PFL, foi costurada pelo filho Luís Eduardo Magalhães. As rugas com FHC começaram tão logo seus interesses não puderam ser atendidos de pronto, como foi o caso da intervenção e posterior liquidação extra-judicial do Bando Econômico. Rompeu com o presidente já no final do segundo governo e depois da morte do filho político.

Nas eleições de 2002, apoiou formalmente Ciro Gomes, mas prevendo a inevitável vitória do candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, tentou passar a impressão de que o apoiava informalmente. No segundo turno disputado por Lula e o candidato do PSDB José Serra, declarou em diversas ocasiões que liberaria seus comandados para votar no candidato que quisessem e que daria seu voto a Lula, conforme o registrado pelos jornais da época. Nos primeiros meses do governo Lula, declarou o seu apoio crítico ao petista. Nessa ocasião, ACM ainda precisava da ajuda do Planalto para arquivar o processo das escutas clandestinas (grampos) na Bahia, do qual era o principal suspeito. Mas tão logo se livrou da ação, iniciou uma série de bombardeios verbais contra o governo. Coincidentemente, no mesmo instante, os cargos federais no estado começaram a ser ocupados por indicação do PT e da base aliada deste partido.

Na campanha municipal de 2004, esperneou a cada vez que os ministros de Lula vinham a Salvador inaugurar obras. Reclamava e “denunciava” a ajuda do Planalto ao candidato do PT no pleito, Nelson Pelegrino. No jogo ambíguo patrocinado pela direção nacional do PT, ACM conseguiu desestabilizar a candidatura de Pelegrino, sobretudo por ocasião do jantar do presidente da República com alguns senadores, promovido na casa do então ministro José Dirceu a pretexto do governo conseguir ampliar a sua base de sustentação no Congresso Nacional. Os principais jornais de circulação nacional, como a *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*, reportam no dia 13 de setembro de 2004, que os principais aliados do governo no Senado e articuladores do encontro eram ACM e Roseana Sarney.

No alvorecer das primeiras denúncias de corrupção contra o governo Lula, mais precisamente no caso Waldomiro Diniz, ACM saiu em defesa de José Dirceu, referindo-se a este como “um homem íntegro”, conforme revela reportagem do jornal *A Tarde*, de 2 de março de 2004. Segundo a matéria, ACM manifestou-se contrário à postura do senador Almeida Lima (PDT-SE), pela fragilidade da denúncia contra o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, no plenário do Senado. Ele criticou o senador por ter acionado um "alarme falso" sobre o caso Waldomiro Diniz e o possível envolvimento do ministro. “José Dirceu é um homem íntegro. Defendo-o porque já fui administrador público e sei que as pessoas não podem ser punidas por atos de subordinados”, afirmou na ocasião, acrescentando que o fato só serviu para fortalecer a imagem do ministro José Dirceu. “Se eu pudesse eu erguia uma estátua para o senador Lima, pois ele foi o primeiro a defender Dirceu”, ironizou ACM. Entretanto, tão logo as denúncias de Roberto Jéferson passaram a permear o noticiário dos jornais, rádios e televisões do país, ACM foi mudando o discurso, principalmente depois que José Dirceu deixou o governo, em junho de 2005.

### **3.16.2 O Legislativo**

O Poder Legislativo é, sem dúvida, a instituição que melhor define o regime democrático. É no parlamento que se dá a base da atividade política regular, em que acontece o jogo político propriamente dito, seja entre Executivo e Legislativo ou entre governo e oposição. É também o lugar por onde transitam os grupos de pressão na defesa de interesses políticos, econômicos, sociais, religiosos, entre outros (GOMES, 2004, p. 92). Enquanto o Executivo tem o poder de administrar os recursos públicos, é o Legislativo que tem o poder



de deliberar sobre a aplicação desses recursos. Apesar da supremacia e do fascínio que o Executivo exerce no conjunto dos poderes republicanos, o Legislativo tem-se constituído, ao longo dos últimos anos, no Brasil, numa instância de resistência ao arbítrio e promotora de transformações no sistema político e de desenvolvimento econômico e social, como observa Sampaio (1992).

Em situação de competição pelo poder político, Gomes (2004) refere que existem três modos principais de acordo com as forças em disputa. O primeiro se dá quando uma das partes acumula tanta força que pode retirar todo o poder do outro. Trata-se, segundo este autor, do domínio, que é a maneira mais eficiente para a implementação de projetos e programas por parte do grupo dominante, porque não existe resistência às suas pretensões. Essa forma, porém, não é aceita pelas regras do jogo democrático, porque alija, do centro de decisão, a autorização conferida pelos eleitores ao parlamentar.

O segundo modo é o do convencimento discursivo, como observa Gomes (2004), que segundo ele, consiste em um conjunto de rituais, em que as pretensões convertem-se em palavras, que se apresentam como argumentos para, então, confrontar-se em discussões que são controladas pelas regras do jogo democrático através dos argumentos expostos pelos outros participantes. O pressuposto é de que o acordo se dê pelo convencimento (GOMES, 2004, p. 96).

O terceiro modo, de acordo com o mesmo autor, estabelece-se entre a ilegitimidade do domínio e a inconveniência da argumentação para os grupos políticos dominantes. Pode ser praticado sozinho ou em combinação com a segunda forma, sempre de acordo com a conveniência. Gomes denomina esse modo de negociação. Usualmente, para os governos que, pelo ordenamento jurídico, dependem da decisão política parlamentar, o modo de entendimento dá-se pela negociação, seja para obter uma maioria estável, seja para conquistar o controle para uma demanda específica. Esse controle pode se dar de diversas maneiras. A mais recorrente delas é a oferta de participação no poder de Estado controlado pelo governo, através da oferta de cargos e verba pública, em troca do apoio na produção da decisão / deliberação parlamentar, a exemplo do que acontece no Brasil após a redemocratização. (GOMES, 2004, p.97).

Na Bahia, porém, o princípio da separação e autonomia dos três poderes é controverso e bastante peculiar. Com suas atribuições parcialmente suprimidas durante a ditadura militar, o parlamento baiano, nos últimos 36 anos, sempre esteve à reboque do Executivo. O momento de maior independência e autonomia ocorreu na 11<sup>o</sup> Legislatura, entre 1987-1991, nos governos Waldir Pires e Nilo Coelho. Dos 63 deputados, mais de dois terços foram eleitos

pela coligação liderada pelo PMDB e continuaram apoiando o governo até 1989, quando Pires renunciou para disputar a vice-presidência da república na chapa encabeçada por Ulysses Guimarães. Apesar de contar com a maioria parlamentar, o Legislativo teve espaço para negociar com o Executivo, aspectos importantes de projetos e programas governamentais.

Nas eleições de 1990, o primeiro pleito direto disputado por ACM, o processo de apoio verificado na eleição anterior inverteu-se. A adesão à candidatura do PFL foi maciça e ACM, como nas suas duas gestões anteriores, governou com folgada maioria parlamentar. Embora o processo de redemocratização do país já estivesse consolidado, ACM manteve o mesmo tipo de relação que prevaleceu nos seus governos anteriores, ou seja, o apoio político deu-se através do domínio, da corrupção, das ameaças e intimidações. Com a oposição em minoria, ACM nunca precisou negociar apoio a projetos e programas do Executivo. A prática de ignorar, solenemente, as oposições prosseguiu nos governos Paulo Souto, César Borges e nos dois mandatos-tampão, quando Antonio Imbassahy, em 1994, e Otto Alencar, em 2002, assumiram o governo do estado.

O tipo de relação institucional que ACM pretendia manter com o Legislativo ficou claro logo nos primeiros dias de governo. Assim que assumiu, o novo governador suspendeu um procedimento que havia sido implantado na gestão de Waldir Pires para o acompanhamento e fiscalização dos gastos públicos pelo Legislativo, que consistia na entrega de uma senha de acesso aos sistemas financeiros do estado. Desde então, os deputados estaduais passaram a não dispor desse instrumento para fiscalização dos gastos e da aplicação dos recursos do estado. No início de 2003, no segundo governo Paulo Souto, os deputados de oposição recorreram à Justiça para garantir o direito à senha. Mesmo com o mérito da causa julgada a seu favor, os deputados não conseguiram obter a senha de acesso. No final de 2005, depois de diversas desculpas, o presidente da Assembléia disponibilizou para todos os 63 deputados um único terminal de acesso, mas não entregou a senha de acesso.

A estratégia de controle político do Legislativo abrange também o Tribunal de Contas do Estado (TCE) e do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), órgãos vinculados ao Poder Legislativo, que tem entre as suas atribuições, conferida pelas constituições Federal (1988) e Estadual (1989), o papel de auxiliar a Assembléia Legislativa no exercício do controle externo das contas públicas. No Brasil, apenas seis estados possuem um Tribunal de Contas dos Municípios. A Bahia é um deles.

De acordo com a Constituição Estadual, dos sete conselheiros de cada Tribunal, dois são indicados diretamente pelo governador do estado e cinco pela maioria da Assembléia

Legislativa, acompanhando os requisitos previstos na Constituição Federal: brasileiro com mais de 35 e menos de 65 anos; idoneidade moral e reputação ilibada; notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos, financeiros ou de administração pública; mais de 10 anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que enseja os conhecimentos acima mencionados. Esses critérios, no entanto, não se constituem em impedimento para a nomeação de conselheiros na Bahia.

Da atual composição do TCE somente dois conselheiros não foram indicados pelo grupo carlista: Filemon Matos, nomeado no governo Waldir Pires, em 1988, e França Teixeira, indicado no governo Nilo Coelho, em 1989. Os demais conselheiros são: Antonio Honorato Neto (ex-integrante do grupo liderado pelo ex-senador Luís Viana Filho, passou a seguir a orientação de ACM após a morte do líder do grupo, foi nomeado em 2000), Manoel Castro (ex-prefeito biônico de Salvador, ex-deputado federal integrante da bancada carlista, foi nomeado em 2000), Pedro Lino (ex-secretário de Governo nas gestões Paulo Souto e César Borges, foi nomeado em 1999, mas atualmente está rompido com o líder do grupo), Ridalva Figueiredo (ex-secretária do Trabalho e Ação Social, foi nomeada em 2001) e Ursicino Queiroz (ex-deputado, integrante do grupo, foi nomeado em 2001).

Já na composição atual do TCM não há um só conselheiro nomeado por outro grupo político. O presidente Raimundo Moreira ocupou diversos cargos nas administrações carlistas; Paulo Maracajá, ex-deputado, integrante da bancada carlista; Francisco Neto, ex-secretário de Segurança Pública no terceiro governo de ACM; José Alfredo Rocha Dias, funcionário de carreira do TCM, é irmão da ex-secretária de Saúde de Salvador, Aldely Rocha; Paolo Marconi, jornalista, ex-coordenador da Assessoria Geral de Comunicação (Agecom) no terceiro governo de ACM e ex-diretor do Instituto de Radiodifusão da Bahia (Irdeb) no governo Paulo Souto; Fernando Vita, jornalista, ex-coordenador da Agecom de Paulo Souto e ex-diretor do Irdeb no governo de ACM; Otto Alencar, ex-vice-governador de César Borges, assumiu mandato-tampão, substituindo Borges em 2002, antes de ser nomeado conselheiro do TCM.

A formação de um bloco carlista dentro dos tribunais tem gerado bons frutos ao grupo, pois o máximo que acontece na fiscalização das contas públicas do estado e dos municípios administrados pelos partidos da base aliada ao carlismo são advertências em decorrências de trâmites burocráticos, embora relatórios polêmicos das contas dos últimos anos tenham sido denunciados pela imprensa, como a apreciação das contas 2001 e 2004, relatadas respectivamente por Filemon Matos e Pedro Lino, como vimos anteriormente.

O privilégio de ser empossado no TCE ou no TCM, entretanto, não é uma prática recente. Muito antes da composição atual dos dois tribunais, outros integrantes do grupo já vinham trabalhando no controle das contas públicas. A ocupação começou a ser vista como imprescindível ao projeto de dominação e hegemonia política do grupo no primeiro governo de ACM, quando os próprios conselheiros do TCE denunciaram uma série de irregularidades verificadas nas contas públicas, a exemplo das obras de construção do Centro Administrativo da Bahia (CAB). Desde então, as indicações para os dois tribunais passaram a ter também como pré-requisito a fidelidade às orientações do líder ACM.

Nos últimos 36 anos, todos os conselheiros do TCE, especialmente, e do TCM são considerados carlistas ortodoxos. A única exceção, afora as duas já mencionadas, é do conselheiro José Borba Pedreira Lapa, nomeado por Waldir Pires para o TCE, em 1987, e aposentado em 1994. Na galeria de ex-conselheiros do TCE figuram Adhemar Bento Gomes (carlista de primeira hora, era conhecido pela sua fidelidade canina ao líder do grupo, foi nomeado por ACM, em 1981); Renan Baleeiro (ex-prefeito de Salvador, nomeado, em 1983, por João Durval Carneiro, quando este ainda seguia orientação de ACM); Faustino Lima (ex-deputado, também nomeado por João Durval, em 1986); Eliel Martins (ex-deputado estadual pelo PFL, nomeado em 1994 e falecido em 2000); Bernardo Spector (ex-secretário de ACM, também conhecido pela fidelidade ao líder, foi nomeado em 1980 e aposentado em 1999); Joaquim Batista Neves (ex-deputado, foi nomeado por Roberto Santos em 1976 e faleceu em 1988); Horácio Matos Júnior (nomeado por João Durval, em 1985, aposentou-se em 1986); Augusto Mathias da Silva (ex-deputado carlista, nomeado em 1984, aposentou-se em 1985); Orlando Spínola (ex-deputado nomeado por ACM em 1982, aposentou-se no mesmo ano); Kleber Pacheco (ex-secretário de Educação e de Comunicação, foi nomeado por ACM em 1981 e aposentado em 1982); Heitor Dias (ex-prefeito de Salvador, foi nomeado por ACM em 1979 e aposentado em 1980) e Menandro Minhaim (ex-vice-governador de ACM, foi nomeado em 1983 e aposentou-se em 1987).

### **3.16.3 Judiciário**

Pela sua própria natureza, o Poder Judiciário entra em cena como um poder coadjuvante. Sem o fascínio do Executivo e a visibilidade do Legislativo, o Judiciário atua na esfera

pública como elemento catalisador para a harmonia e o equilíbrio da sociedade. O seu objetivo é traduzir a realidade efetiva do direito, aplicando a justiça nas relações humanas. Entretanto, ao contrário dos membros do Executivo e do Legislativo que são escolhidos pelo voto direto dos eleitores, os membros das instâncias hierarquicamente superiores do Judiciário são nomeados com a participação dos outros dois poderes, conforme previsto nas Constituições Federal e Estadual.

De meados da década 1970 até 2002, o princípio de divisão e repartição do poder político, que, em tese, impede ou ao menos dificulta o arbítrio de um dos poderes republicanos sobre o outro, não foi seguido pelo Judiciário baiano. O conluio das autoridades deste poder com o Executivo estadual refletiu-se na atuação parcial da Justiça na Bahia, com prejuízos imensuráveis para a vida democrática no estado. Eleito três vezes governador e elegendo sob a sua liderança quatro outros chefes do Executivo neste período, ACM, foi, sem dúvida, o político que mais indicou desembargadores para o Tribunal de Justiça da Bahia. A sua influência está presente em discursos de desembargadores, despachos de juízes e até em estátua do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), onde seu domínio foi mais evidente.

Pelo artigo 122 da Constituição estadual, o TJ é composto por um máximo de 35 desembargadores nomeados pelo governador do Estado, com aprovação da maioria absoluta da Assembléia Legislativa, sendo quatro quintos escolhidos entre juízes de carreira de última entrância, alternadamente, por critério de antiguidade e merecimento, e um quinto reservado, alternadamente, a membros do Ministério Público e a advogados com mais de 10 anos de carreira e menos de 65 anos de idade, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos representativos das respectivas classes. No último caso, cabe ao TJ reduzir a indicação a uma lista tríplice para apresentar ao governador do Estado a quem cabe a escolha final.

Em 1993, contudo, a inconstitucionalidade do artigo 122 foi questionada pela oposição ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), que julgou procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n° 202-3/BA e suprimiu do texto original a expressão “pelo governador do Estado com aprovação da maioria absoluta da Assembléia Legislativa”. A partir de então, o governador do Estado só tem participação na nomeação de um quinto da composição do TJ. Ainda assim, o grupo carlista manteve o seu domínio no Judiciário até 2002, quando o candidato de ACM foi derrotado pelo desembargador Carlos Alberto Dutra Cintra na eleição para presidência do TJ.

A estratégia de controle do Judiciário teve início logo no primeiro ano do seu primeiro governo, em 1971, quando a escolha dos membros do TJ e do TRE ainda dependia do aval do governador do estado. Com o poder da caneta nas mãos, ACM começou a formar um grupo

dentro dessas duas instâncias. Uma das primeiras providências foi o aumento do número de desembargadores do TJ, que passou de 21 para 27. Os seis novos membros foram nomeados por ele. O grupo de ACM, no TJ, era conhecido como *grupo dos 13*. Com maioria entre os 27 desembargadores que compunham o Tribunal Pleno, o grupo detinha o poder de decisão sobre todas as questões que envolviam o Judiciário e também, em última instância, questões que haviam sido julgadas em instâncias hierarquicamente inferiores (AMARAL, 1987).

Através do *grupo dos 13*, ACM continuou dominando o Judiciário mesmo quando o seu grupo esteve fora do governo, entre 15 de março de 1987 e 1º de janeiro de 1991. Um episódio que ilustra bem as estreitas ligações deste Poder com ACM aconteceu em 1987. Empossado em março daquele ano, Waldir Pires teria que escolher, da lista tríplice do TJ, o nome do juiz que seria promovido a desembargador. Da lista apresentada, constavam os nomes de um juiz ostensivamente ligado ao grupo de ACM, uma juíza considerada da ala independente e o do juiz Robério Braga, irmão do secretário da Agricultura do governo de Waldir, Reinaldo Braga, indicado para o cargo pelo grupo do então senador Luiz Viana Filho.

A idéia, planejada pelo desembargador Ruy Trindade, era de que a escolha lógica de Waldir seria pelo nome da juíza independente Gabriela Seixas. Mas, para indicá-la, o governador teria que enfrentar o lobby do grupo vianista pelo nome de Braga, que se fazia passar por liderado do senador, mas, na verdade, seguia estritamente as orientações de Trindade, a quem, inclusive, devia a indicação na lista tríplice pelo critério de merecimento. Waldir, conforme o previsto, optou pelo nome de Robério Braga, para evitar qualquer tipo de confronto com a sua base aliada. Depois de empossado, Braga passou a integrar e manter a composição numérica do chamado “grupo dos 13” (AMARAL, 1987).

O número de desembargadores aliados manteve-se por um longo período. Em 1999, um levantamento realizado pela jornalista Mônica Bergamo (1999), da *Folha de São Paulo*, dava conta que dos 30 desembargadores do TJ, ACM e os governadores que ele elegeu haviam nomeado nove. O TJ promoveu 10. Somente dois foram nomeados pela oposição e nove foram promovidos por merecimento (BERGAMO, 1999, p. 1-10). Até 2002, ACM indicou também todos os presidentes do TJ e do TRE. O último do “ranking” foi Robério Braga (2000-2002), que substituiu Jatahy Fonseca (1998-2000), o mais exótico entre todos os desembargadores carlistas. Nomeado em 1982, Fonseca, como a maioria dos colegas, referia-se a ACM como “chefe”. No seu discurso de posse, fez questão de citar ACM, a quem dedicou “uma saudação especial e justa aquele sempre constante nos momentos mais importantes de minha vida profissional”.

Assim que tomou posse, o desembargador reuniu os 10 juizes da Fazenda Pública da Bahia, responsáveis pelo julgamento das questões tributárias, para recomendar que eles tivessem mais cuidado na concessão de liminares contra o governo e a Prefeitura de Salvador, na ocasião administrada por Antonio Imbassahy, então aliado de ACM. Ele alertou que essas decisões temporárias só deveriam ser concedidas depois que o poder público fosse ouvido. Do juiz da 3ª Vara da Fazenda, Expedito de Carvalho, Fonseca recebeu a sugestão de encaminhar um projeto-de-lei a Assembléia Legislativa extinguindo as Varas de Fazenda. Cauteloso, Fonseca optou por não levar a proposta adiante, mas a conversa surtiu o efeito desejado. Na sua gestão, que foi até 2000, poucas liminares foram concedidas contra o governo e a Prefeitura. As que chegaram a ser concedidas, foram derrubadas pelo presidente Jatahy Fonseca (BERGAMO, 1999, p. 1-10).

Disposição diferente encontrou a ex-prefeita Lídice da Mata na sua gestão no Executivo municipal. Segundo Lídice<sup>21</sup> “era uma chuva de liminares todos os dias”. Para se ter idéia da parcialidade do Judiciário baiano, à época comandado pelo desembargador Aloísio Batista, no fim da gestão da ex-prefeita, todos os recursos financeiros da prefeitura foram bloqueados por uma liminar por causa do atraso de quatro meses no pagamento dos salários dos servidores. A prefeitura conseguiu quitar dois meses e solicitou a suspensão da liminar, mas o pedido não foi julgado até o final de governo.

Outros três integrantes do chamado *grupo dos 13*, que também costumavam se referir a ACM como “chefe”, eram os desembargadores Ruy Trindade, Aloísio Batista e Paulo Furtado, que durante alguns anos se revezaram entre nas presidências do TJ e do TRE. Os serviços prestados por Batista ao grupo carlista tiveram o seu ápice durante o processo eleitoral de 2000. Como presidente do TRE, o desembargador julgou improcedentes as ações movidas por Waldir Pires, que acusara de fraudulento o pleito em que perdeu por 0,03 por cento dos votos para Waldeck Ornelas. Dos três, somente Furtado se afastou do carlismo. Trindade já faleceu e Batista está aposentado, mas continua a se referir a ACM como “chefe”.

Na década de 1990, um outro nome ascendeu na constelação carlista do Judiciário. Advogado de ACM em muitas ações, Amadiz Barreto foi nomeado desembargador do TJ em 1994, e, em 1996, já assumia a presidência do TRE. As ligações de Barreto e ACM tornaram-se bastante estreitas, a partir do “namoro” do líder político com a filha do ainda então advogado. Com o *affair*, Barreto foi levado à condição de membro do TJ e de comandante do TRE. De reconhecida subserviência, Barreto não poupava elogios públicos a ACM. Em

---

<sup>21</sup> Informações prestadas durante entrevista concedida à autora desta Dissertação, em 13 julho de 2006.

agosto de 1998, ele inaugurou seu próprio busto na sede do TRE. Ao lado colocou uma frase em que o líder lhe faz elogios: “Esta casa é fruto do amor à Bahia e, sobretudo, da pertinácia, da coragem, do espírito de decisão e da competência administrativa do desembargador Amadiz Barreto”. Ao deixar a presidência, Barreto passou o cargo para Aloísio Batista que, dois anos mais tarde, voltou a repassá-lo ao antecessor, em 2000 (BERGAMO, 1999, p. 1-10)

Em 2002, Barreto deixou o TRE e candidatou-se à presidência do TJ, representando o grupo carlista. Nesse ano, porém, houve uma grande renovação, estimada exatamente em 50 por cento do total da sua composição. Dois desembargadores morreram e outros 13 se aposentaram. Entre os novos, boa parte havia sido perseguida nos áureos tempos de ingerência política. Junto com os desembargadores que já não seguiam a orientação do grupo, passaram a constituir a maioria absoluta do TJ. O resultado dessa renovação culminou na eleição do desembargador Carlos Alberto Dutra Cintra que derrotou Amadiz Barreto com a proposta de independência e autonomia do Judiciário (VASCONCELOS, 2005).

O grupo perdeu também a eleição no TRE. Disputando a eleição com o desembargador Eduardo Jorge de Magalhães, irmão de ACM e nomeado por ele em 1995, o desembargador Manoel Moreira, também da ala progressista do TJ, venceu folgadoamente a eleição. De 2004 a 2006, o grupo de ACM sofreu mais três derrotas. A primeira foi em 2004, quando o desembargador Gilberto Caribé foi eleito para a presidência do TJ em substituição a Dutra Cintra. A segunda foi na eleição para o novo presidente do TRE, quando o próprio Dutra Cintra foi eleito com a maioria dos votos. A terceira e mais avassaladora ocorreu no final de 2005, quando o candidato de Dutra Cintra, o desembargador Benito Figueiredo, venceu a eleição para a presidência do TJ com 20 votos contra os seis obtidos pelo concorrente Eduardo Jorge Magalhães, candidato de ACM, e os quatro votos da terceira candidata, a desembargadora Lucy Moreira. A vingança do líder político veio a galope. Reconduzido à presidência do TRE, Dutra Cintra foi afastado do tribunal por causa de uma liminar solicitada pelo PFL nacional e concedida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), na qual a inconstitucionalidade da reeleição de Cintra é questionada.

No próximo capítulo, iniciaremos a análise dos dados pesquisados a partir da identificação das formas de controle e uso político da informação, realizadas por ACM e seu grupo. No capítulo seguinte, examinaremos os seus meios preferenciais de informação e comunicação, bem como a eficiência desses meios no novo contexto informacional, gerado pela popularização das novas tecnologias de informação e comunicação.



#### **4 AS FORMAS DE CONTROLE DA INFORMAÇÃO DO GRUPO DE ACM**

As formas empregadas por ACM e seu grupo para controlar a informação na Bahia são variadas, mas todas elas recorrentes. No capítulo anterior, observamos que, muito antes de construir para si mesmo um império de comunicação, ele já sustentava sua estratégia política no tripé formado pela combinação inteligente entre utilização da informação, aliança com o oficialismo e perseguição aos seus adversários. Foi assim que se credenciou para ser prefeito biônico de Salvador e governador nomeado da Bahia por duas vezes. Mas foi assim também que ressurgiu, em 1990, depois de ser fragorosamente derrotado nas urnas, em 1986.

O modelo político do grupo e as formas de controle e utilização da informação continuaram os mesmos. A diferença que demarca o período anterior do posterior a 1986 é que a informação política produzida pelo seu grupo passou a ter ressonância bem maior, através da sua própria mídia e dos órgãos de imprensa, cujos proprietários foram beneficiados na sua gestão no Ministério das Comunicações. A partir da posse dos meios, ACM passou a ter acesso total ao processo de controle, tratamento e disseminação da informação política na Bahia.

Por outro lado, com a redemocratização do país, a atividade política teve que se adequar a novas regras, passando obrigatoriamente pelo referendo das urnas. Para conquistar os eleitores e exercer o poder nesses novos tempos, os políticos tiveram que recorrer a práticas bem diferentes daquelas usadas há mais de 20 anos, antes do Golpe Militar, dos seus atos institucionais e da Lei Falcão, de 1976, que impedia o debate político nos meios de comunicação, particularmente no rádio e TV.

O fim da ditadura levou o debate político direto para o campo da mídia e ACM, depois da derrota de 1986, foi um dos primeiros políticos a perceber que a visibilidade proporcionada pela mídia promove uma publicidade baseada em inspirações simbólicas e que, no campo político, essas inspirações representam a conquista de reputação e de confiança.

O controle da informação passa então a ser uma estratégia fundamental para a conquista da hegemonia política do grupo. Os métodos utilizados podem ser observados por

meio de diversas táticas. Para um melhor entendimento deste capítulo, optamos por dividi-lo em quatro subcapítulos distintos, correspondentes a cada uma dessas táticas, sem necessariamente seguir uma ordem cronológica dos fatos. No primeiro, examinaremos as formas de controle da informação política no âmbito do Estado, observando o processo de difusão da informação pública / governamental e o papel desempenhado pelos órgãos públicos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e que compõem a segunda rede do regime de informação, objeto deste estudo. No segundo subcapítulo, trataremos das formas de domínio sobre os meios de comunicação que se concretizam através do padrão da “posse privada dos meios”, como refere Gomes (2004); da barganha com as verbas da publicidade oficial, e do controle na distribuição na Bahia de jornais e revistas de circulação nacional.

O terceiro subcapítulo abordará a polêmica relação que ACM mantém com jornalistas e que se dá em três níveis: como fonte privilegiada de informação; com a concessão de favores e benefícios, e, na sua forma mais truculenta, com a intimidação. No quarto e último subcapítulo, analisaremos a utilização da informação para a perseguição e intimidação no campo político. Através de levantamentos de dados contra seus desafetos e que, no jargão político-midiático, são denominados de dossiês, a informação é usada em dois níveis: como barganha para chantagens e ameaças e como conteúdo jornalístico na mídia para denegrir a reputação dos seus adversários e inimigos.

#### 4.1 O CONTROLE DA INFORMAÇÃO NO ÂMBITO DO ESTADO

Conforme referido no capítulo 2, a informação pública / governamental num estado democrático nos remete às noções de direito à informação e de transparência administrativa e, conseqüentemente, ao de opacidade e das respectivas gradações entre estes dois pólos (JARDIM, 1999, p. 51). Como vimos no capítulo 3, os gastos com propaganda / publicidade governamental são sonegados à população, uma vez que nas prestações de contas ao Legislativo encontram-se camuflados em outras rubricas que não as determinadas nos artigos 37 e 27 das constituições Federal e Estadual.

Este mesmo tipo de mecanismo era usado também para esconder outras informações, como os montantes referentes ao pagamento do custeio da dívida do Estado, que ultrapassava

em muito os 11,5 por cento da Receita Corrente Líquida, determinado pela legislação<sup>22</sup>. Da mesma forma eram camuflados, também, os gastos com patrocínio de artistas e de festas, como o Carnaval, por exemplo, em que o Estado, com o argumento de atrair turistas, promoveu um verdadeiro festival de distribuição de recursos para entidades carnavalescas privadas, escolhidas por critérios políticos, e que já cobram altos valores de seus participantes. Era o caso da empresa estatal de turismo, a Bahiatura, em que os gastos nesta área vinham embutidos na rubrica “ações de promoção cultural”, na prestação de contas, como demonstram os relatórios do TCE de 2000 a 2005.

Acostumada a dividir com a Secretaria de Cultura e Turismo, à qual era vinculada, a promoção das atividades culturais no estado, a Bahiatura teve uma atuação bastante controversa nos governos do grupo de ACM. Em novembro de 2005, em meio à avalanche de denúncias de corrupção contra o PT e o governo Lula, enquanto ACM e seu grupo apresentavam-se, em Brasília, como paladinos da moralidade pública, na Bahia o Tribunal de Contas do Estado (TCE), pela primeira vez nos últimos 16 anos, divulgava um relatório contundente sobre os gastos públicos do governo Paulo Souto. A auditoria, realizada pelo conselheiro Pedro Henrique Lino de Souza, ex-integrante do grupo carlista e indicado para o cargo pelo ex-governador César Borges, em março de 1999, comprovou diversas irregularidades nas contas do estado, a exemplo dos contratos firmados entre a Bahiatura, a agência de publicidade Rede Interamericana/Propeg, do publicitário e amigo Fernando Barros, e organizações não-governamentais, formadas por servidores públicos.

O documento do TCE apontou uma movimentação, entre 2003 e abril de 2005, do montante de R\$ 101 milhões por meio de uma conta bancária não registrada no sistema de controle do Erário público. Ou seja, quase o dobro dos R\$ 55 milhões, movimentado pelo publicitário Marcos Valério no chamado *escândalo do mensalão*. Parte desse recurso, R\$ 48,1 milhões, segundo o relatório do TCE, foi depositado na conta 0800-1, do Bradesco, em nome da Rede Interamericana/Propeg. A conta que movimentou todo esse recurso não estava registrada no Sistema de Informações Contábeis e Financeiras (Sicof) nem no Sistema de Gestão de Gastos Públicos (Sigap), que controlam e fiscalizam os gastos públicos na Bahia (FORTES, 2005, p. 24 - 29).

Segundo afirmou o conselheiro no seu relatório, o caminho do dinheiro configura um esquema clássico de caixa 2, que funcionava da seguinte forma: a Bahiatura recebe recursos do Tesouro estadual e os repassa para pagamento de despesas e transferências para empresas

---

<sup>22</sup> Informações prestadas por Emiliano José durante entrevista concedida à autora desta Dissertação, em 26 de novembro de 2006.

privadas ou organizações não-governamentais por meio de convênios. Uma das ONGs beneficiadas é a Oficina de Artes, que segundo o TCE, recebeu da Bahiatursa, via Rede Interamericana/Propeg, R\$ 10,5 milhões. Criada com o objetivo de fomentar atividades artísticas e culturais, ações de conscientização turística e organização de eventos artísticos e culturais, a ONG, na prática, produz instrumentos musicais de plástico para jovens de baixa renda do centro histórico de Salvador. Os cinco sócios da ONG e dois membros do seu Conselho Fiscal, no entanto, pertenciam aos quadros da Secretaria de Cultura e Turismo do Estado à qual estava vinculada a Bahiatursa. Uma das sócias era Maria de Fátima Dantas Gaudenzi, irmã do secretário de Cultura e Turismo e ex-presidente da Bahiatursa, Paulo Renato Dantas Gaudenzi (FORTES, 2005, p. 24 - 29).

O relatório aponta outras irregularidades, como o apoio da Bahiatursa para a campanha *Amigos da Escola*, da Rede Globo, para a qual doou nada menos que R\$ 2,25 milhões. Há também patrocínio para uma série de eventos, a exemplo do concurso de Miss Bahia 2005, apoio à participação de artistas plásticos na V Bienal di Roma e nas comemorações dos 101 anos de Mãe Menininha do Gantois. Nada, porém, chama mais a atenção do que a malversação dos recursos destinados à implantação do Museu Rodin, em Salvador, que somaram R\$ 3,7 milhões. O festival de irregularidades começa com o pagamento de uma consultoria de Feng Shui (antiga ciência chinesa capaz, em tese, de localizar diferentes tipos de energia em um ambiente), compra de camisa de grife para o engenheiro responsável pela obra de reforma da casa onde será instalado o futuro museu, pagamento de hospedagem em fim de semana, na Praia do Forte para representantes do Museu Rodin de Paris, compra de cadeira em couro natural por R\$ 1,8 mil e pacotes de despesas superfaturadas com empresas de fotocópias. Além disso, somente o aluguel da casa onde será instalado o museu custava, mensalmente, aos cofres públicos R\$ 2,6 mil. A reforma do casarão, localizado no elegante bairro da Graça, teve um custo, até aquele momento, de R\$ 30,1 mil (FORTES, 2005, p. 24 - 29).

A revista *Época* anunciou a mesma reportagem no seu site por duas semanas. Na edição de 10 de outubro de 2005, com a chamada “Bahia: ONG que tem sete funcionários públicos em seus quadros recebeu dinheiro do governo – página 43”. Mas nada de texto. Na edição de 17 de outubro, a mesma chamada, mas para a página 37. Novamente, nada foi publicado ou veiculado sobre o assunto. Ouvido pelo repórter, Leandro Fortes, da revista *Carta Capital*, o editor-chefe da revista, David Friedlander, negou qualquer interferência externa para evitar a veiculação da matéria. Disse que nas duas edições não houve espaço para a publicação do texto e que depois ele mesmo resolveu retirar o material por considerar

“falhas na apuração”. A revista nunca publicou a matéria (FORTES, 2005, p. 24 - 29). A revista *Época* é uma publicação da Editora Globo.

A auditoria do TCE estranha também o volume de recursos estaduais destinados à agência de publicidade Propeg. Para o conselheiro Pedro Lino, as relações do governo do estado com a agência baiana são bastante generosas. Em 1999, a Propeg assinou um contrato de R\$ 40 milhões para prestação de “serviços de comunicação”, durante a gestão do ex-governador César Borges. Em 22 de dezembro de 2000, um termo aditivo prorrogou o contrato original para mais 12 meses e acrescentou mais R\$ 2 milhões aos valores iniciais. Em 10 de agosto de 2001, quando a Propeg gerou a empresa irmã Rede Interamericana, outros dois aditivos jogaram o prazo de vigência do contrato para mais três anos. Com isso, a agência teve outros R\$ 25 milhões disponibilizados. Somente da Bahiaturisa, a Propeg abocanhou, nos quatro primeiros meses de 2005, 62 por cento de todos os recursos da estatal, que durante este mesmo período gastou 94,55 por cento do seu orçamento anual (FORTES, 2005, p. 24 - 29).

A resposta do governo do Estado para o TCE explica, por si só, a tênue fronteira que separa o público e o privado na Bahia. Em entrevista a *Carta Capital*, o então secretário da Fazenda, Albérico Mascarenhas, que era também presidente do Conselho de Administração da Bahiaturisa, admitiu que a conta 0800-1 em nome da Propeg não estava registrada nos sistemas de fiscalização e justificou que “isso ocorria por conta de uma tradição de duas décadas”, porque essa conta recebe os repasses de aumento de capital da Bahiaturisa desde 1988, contabilizados como despesa “para evitar dupla tributação”. Quanto aos repasses para entidades, como a Oficina das Artes e a Fundação Museu Rodin, Mascarenhas alegou que se baseou numa resolução unânime do TCE, que, em 2004, posicionou-se favoravelmente ao mesmo expediente, utilizado pela Prefeitura de Ilhéus para repassar recursos para paróquias da Igreja Católica.

A utilização de mecanismos desse tipo, no entanto, só era possível em função de dois fatores. O primeiro é o controle que ACM exercia sobre os conselheiros do TCE, conforme demonstrado no Capítulo 3. Dos sete conselheiros do Tribunal, apenas dois não foram indicados por ele e pelo seu grupo político. Embora pudessem exercer o direito de votar em separado, a posição desses conselheiros, Filemon Matos e França Teixeira, não reverteria o resultado da votação das contas do Executivo Estadual, que sempre foram aprovadas pelos outros cinco membros. Em 2003, a dupla de conselheiros passou a contar com o voto de Pedro Lino, que rompeu com o carlismo. Ainda assim, ACM continuou com a maioria dos votos do TCE.

O segundo fator refere-se à fiscalização dos deputados estaduais que não tinham acesso aos sistemas de controle e fiscalização das contas públicas no decorrer do exercício. A senha de acesso ao Sistema de Informações Contábeis e Financeiras (Sicof), fornecida aos parlamentares logo após a conclusão do processo de informatização da Secretaria da Fazenda, no início do governo Waldir Pires, em 1987, foi alterada e negada aos deputados estaduais, quando ACM assumiu o governo da Bahia pela terceira vez, em março de 1991<sup>23</sup>.

Desde então, a execução orçamentária do Estado não era acompanhada e fiscalizada, como deveria, pelos parlamentares. A luta dos deputados estaduais para obter a senha de acesso durou mais de 15 anos e contabiliza lances novelescos. Depois de diversas tentativas frustradas de entendimento, os parlamentares de oposição decidiram recorrer à justiça, impetrando um mandado de segurança contra o governo. Também controlado durante anos por ACM, o Tribunal de Justiça (TJ), que jamais se pronunciara sobre a questão, comprovou, na prática, sua independência, conquistada nas eleições diretas para a Presidência do TJ e do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), em 2002, conforme registrado no Capítulo 3, e, em 16 de dezembro de 2004, decidiu favoravelmente aos deputados. A sentença foi publicada no Diário Oficial da Justiça, de 16 de fevereiro de 2005, mas a Procuradoria Geral do Estado recorreu da decisão, através de um embargo de declaração, alegando que, para entregar a senha, o governo teria que promover algumas alterações para torná-lo mais seguro<sup>24</sup>.

No dia 13 de abril, os deputados contestaram os argumentos e pediram o cumprimento da sentença. Em outubro, porém, a Secretaria da Fazenda propõe um acordo, no qual se compromete a disponibilizar, a partir de janeiro de 2006, uma senha ao presidente da Assembléia Legislativa que, por sua vez, fica responsável em organizar um local para instalação de um terminal de computador e fornecer as condições necessárias para o acesso dos deputados. Nos primeiros 30 dias, os parlamentares só teriam acesso ao primeiro dos três estágios da contabilidade pública, ao empenho, que se refere à contratação de serviço ao Estado.

Decorrido este prazo, os deputados, então, teriam também acesso aos estágios da liquidação, que corresponde à fase da entrega dos serviços, e ao pagamento, quando se dá a quitação de débito com os prestadores dos serviços. Além disso, o acordo previa também a entrega de uma senha individual para cada deputado, a partir de janeiro de 2007, quando a Secretaria da Fazenda já teria concluído os procedimentos técnicos necessários à

---

<sup>23</sup> Informações prestadas por Sérgio Gaudenzi durante entrevista à autora desta Dissertação, em 2 de agosto de 2006.

<sup>24</sup> Informações prestadas por Emiliano José durante entrevista à autora desta Dissertação, em 26 de novembro de 2006.

modernização e segurança do sistema. O acordo foi homologado na justiça, em 12 de dezembro de 2005<sup>25</sup>.

O que parecia um avanço nas relações entre o Executivo, comandado pelo governador Paulo Souto, e o Legislativo estadual, no entanto, não passou de um engodo para que o processo judicial fosse extinto. O então presidente da Assembléia Legislativa, deputado Clóvis Ferraz (PFL), nunca instalou o terminal de acesso na Casa nem disponibilizou a senha para os deputados que continuaram sem poder acompanhar a execução do orçamento até o fim do governo Paulo Souto<sup>26</sup>. Vale destacar que, no âmbito federal, o sistema de controle das contas públicas, o Siaf, pode ser acessado por qualquer deputado, do seu próprio gabinete, desde o início do governo FHC.

A quebra de acordos com outras instâncias de poder para alcançar um determinado objetivo não é um fato isolado na prática do grupo. Em julho de 1999, na guerra fiscal que empreendeu com o Rio Grande do Sul para trazer a sede da montadora Ford para a Bahia, ACM e seu grupo utilizaram-se de expediente semelhante com o governo federal, alterando o artigo 12 da Medida Provisória 1.740/32, que concedia incentivos fiscais para as empresas do setor automotivo que se instalassem no Norte, Nordeste e Centro Oeste do país. ACM tentou, mas não conseguiu que o presidente Fernando Henrique Cardoso prorrogasse o prazo de adesão das montadoras para 31 de dezembro de 1999, com vistas a incluir a Ford. Irritado com a recusa, utilizou o deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA), relator da MP, para fraudar a versão do texto que havia sido enviado pela Casa Civil, incluindo a chamada “Emenda Ford”. Por outro lado, aproveitando da desarticulação do governo, obteve a adesão do vice-líder do governo na Câmara, deputado Ronaldo Cezar Coelho (PSDB-RJ), que mentiu ao informar no plenário que o Palácio do Planalto havia concordado com a mudança. A MP foi, então, aprovada com maioria folgada, 290 votos a favor, com o esdrúxulo adendo: foi votada com dois artigos 12, o que havia sido preparado pela Casa Civil e o que tinha sido incluído por Aleluia. Quando o governo soube da armação, não teve pulso para enfrentar o então presidente do Senado e sua tropa de choque (EVELIN; PEDROSA; FILGUEIRAS, 1999).

Se práticas como essas contradizem o discurso da moralidade pública, o mesmo acontece com o discurso do grupo sobre o crescimento do Estado. No vácuo entre a realização dos censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1990 e 2000, o discurso de crescimento econômico e social da Bahia encontrou grande ressonância na população, sobretudo, pela ação da mídia controlada por ACM, dos órgãos de imprensa de

---

<sup>25</sup> Informações prestadas por Emiliano José durante entrevista à autora desta Dissertação, em 26 de novembro de 2006.

<sup>26</sup> Idem.

circulação nacional dos seus amigos e da máquina da propaganda / publicidade governamental. Com a divulgação dos primeiros resultados do Censo 2000, a falsa idéia de crescimento, disseminada ao logo dos 10 anos anteriores, começou a ruir.

Os números apurados pelo IBGE e amplamente divulgados pela mídia seguiam na contramão do que vinha sendo difundido pelo grupo. Até então, só eram divulgados no Estado os dados positivos para o governo, verificados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), que depois do Censo de 2000, passou também a divulgar os dados do IBGE. Embora não se possa comprovar a manipulação desses dados, as evidências sugerem que, ao longo desse período, além de sonegados à população, os números não refletiam o discurso da propaganda / publicidade governamental. Diversos veículos de imprensa, registravam, inclusive nacionalmente, a discrepância do que era apregoado pelo grupo com o cenário que se desenhava a partir da divulgação da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD), do IBGE, conforme registra a *Folha de São Paulo*, inclusive com chamada da capa:

Diversamente do cenário pintado pelos adeptos do ex-senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), os últimos dez anos de administração carlista na Bahia (1991 -2001) aprofundaram a desigualdade na distribuição de renda, colocaram mais trabalhadores na informalidade e atrasaram o crescimento econômico do Estado. [...]. De 1992 a 1999, período em que a Bahia foi governada por ACM, Paulo Souto e César Borges, o décimo mais pobre da população baiana ficou ainda mais pobre.[...] O décimo mais abastado da população elevou sua participação na renda de 46,7% para 47,1%. [...] Entre 1990 e 2000, o produto interno bruto do país registrou uma variação de 30,1%. Nesse mesmo período, a economia da Bahia cresceu apenas 26,6%. (GRAMACHO, 2001, p. A5).

A mesma distorção é registrada pela revista *Isto É*:

A sedutora Salvador do Farol da Barra e da multidão dançante que sai atrás do trio elétrico no Carnaval é só alegria. Um pouco mais distante da orla, a cidade do axé está longe da folia. Confinada em grandes áreas de miséria, a Salvador que não aparece nos roteiros turísticos tem altas taxas de desemprego, violência e baixa qualidade de vida. A capital baiana é uma expressão cabal da concentração de renda no País. Os indicadores econômicos divulgados nos últimos dias mostram que o prefeito Antônio Imbassahy (PFL) está longe de combater a pobreza e a miséria. Com o objetivo de elaborar um índice de preços com abrangência nacional, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) pesquisou o rendimento dos brasileiros em 12 principais capitais do País. [...]. De acordo com a FGV, 80% dos trabalhadores de Salvador recebem de um a oito salários mínimos, uma das piores distribuições de renda da pesquisa. Para completar, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) divulgou números que colocam em xeque a qualidade da administração do



grupo carlista, que há pouco mais de dez anos controla o governo do Estado e há quatro, o da capital (FILGUEIRAS, 2001a)

Na mesma ocasião, o jornal *A Tarde* também passa a destacar os indicadores sociais apurados em pesquisas de órgãos habilitados:

A Bahia é o Estado que tem os piores índices sociais do Brasil e abriga 13,67% dos 23 milhões de indigentes do País, de acordo com o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), órgão do Ministério do Planejamento. Esse foi o dado que mais chamou a atenção do relator especial da comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas para o Direito à Alimentação, Jean Ziegler, que esteve em Salvador para discutir com a sociedade civil a situação da fome (SAMPAIO, 2002, p. 3).

## 4.2 DOMÍNIO SOBRE OS MEIOS

Uma das formas de controle da informação exercida pelo grupo de ACM verifica-se no padrão “posse privada dos meios”, que, segundo Gomes (2004, p. 177), consiste no fato de um grupo ou sujeito de interesse do campo político controlar os direitos de emissão de rádio / televisão ou possuir jornais para, através desses meios, obter vantagens no campo político. Há, no entanto, três aspectos que merecem considerações. O primeiro, como refere Gomes (2004), diz respeito ao horizonte de valores a que está associada a informação de massa, que se apóia basicamente na idéia de que esse é hoje o modo predominante de se ter conhecimento sobre os fatos da atualidade e também o modo pelo qual se pode construir ou denegrir honras, nomes e imagens públicas.

O segundo, como visto no início deste capítulo, refere-se à legitimidade do poder político que, para Bourdieu (2005) e Thompson (1998), só é conquistada de fato através do exercício do poder simbólico, construído através de representações simbólicas, difundidas pelos meios de informação e comunicação, e que se constituem em Cenários de Representação da Política (CRP), como refere Lima (2004a, p. 14).

O terceiro aspecto a ser considerado está vinculado a principal prerrogativa do campo do Jornalismo que é a credibilidade. A mídia é utilizada pelos sujeitos do campo político, porque as informações por ela veiculadas inspiram confiança. Entretanto, esses meios podem cair em descrédito, quando interferem, desproporcionalmente, na verdade factual para beneficiar um determinado grupo ou indivíduo. As informações transmitidas por estes veículos passam então a serem vistas como duvidosas pelos leitores / ouvintes /

telespectadores (THOMPSON, 1998, p.152). Isto posto, vejamos, então, as formas de controle exercidas pelo grupo, através dos meios de comunicação de massa de sua propriedade.

Na mídia controlada por ACM, a informação política é censurada, enquadrada, manipulada e difundida, conforme a sua conveniência. Através do enquadramento (*framing*) deliberado (LIMA, 2004a, p. 17) do conteúdo jornalístico, pessoas, fatos e instituições são privilegiadas ou omitidas e tratadas de forma positiva ou negativa. A noção de enquadramento, portanto, como observa Lima (2004a), passa a ser entendida aqui como um importante instrumento de alinhamento dos conteúdos da mídia com o hegemônico.

O modelo operado por ACM e seu grupo abrange ainda outra forma de utilização do conteúdo jornalístico veiculado por estes meios. Trata-se da manipulação planejada das matérias jornalísticas, através do “padrão de inversão”, em que se opera o reordenamento de partes da realidade, invertendo o conteúdo pela forma e a versão pelo fato. A realidade é substituída pela versão originada no próprio órgão de imprensa (ABRAMO, 2003, p. 29). Mas, como observamos no Capítulo 2, neste tipo de padrão de controle não apenas se fragmenta a realidade ou se ignoram pessoas, fatos e instituições. No processo de tratamento da informação, fatos e acontecimentos também são criados como em obras de ficção tanto para construir imagens públicas como para denegrir reputações.

Para dimensionarmos a utilização da mídia na estratégia de controle da informação política do grupo, tomamos como base todas as matérias veiculadas no noticiário político do *Correio da Bahia*, publicado nas páginas 2 e 3, durante uma semana, entre os dias 22 e 29 de novembro de 2006. Para calcular o espaço ocupado, recorreremos ao padrão de medição da mancha gráfica, utilizado na área de publicidade dos jornais impressos, em que a altura das matérias é multiplicada pelo número de colunas ocupadas na página. O resultado obtido com a multiplicação é referenciado como a unidade de medida centímetro por coluna (cm/col). Para se ter idéia do volume do material, uma página inteira de jornal corresponde a 324 cm/col.

**Tabela 7** - Quadro comparativo de matérias do *Correio da Bahia*

<b>Dia</b>	<b>Matérias Favoráveis ao Grupo</b>	<b>Matérias Contra os Adversários</b>	<b>Matérias Neutras</b>
22/11	180 cm/col	290 cm/col	-
23/11	150 cm/col	196,5 cm/col	83 cm/col
24/11	294 cm/col	157 cm/col	-
25/11	30 cm/col	404 cm/col	-
26/11	-	460 cm/col	-
27/11	-	388 cm/col	33 cm/col
28/11	251 cm/col	251 cm/col	-
29/11	206 cm/col	246 cm/col	-
<b>Total (cm/col)</b>	<b>1.111 cm/col</b>	<b>2.392,5 cm/col</b>	<b>116 cm/col</b>
<b>Total (%)</b>	<b>30,7%</b>	<b>66,1%</b>	<b>3,3%</b>

Fonte: *Correio da Bahia*

Dos 3.619,5 cm/col destinado ao noticiário político, 66,1 por cento foi utilizado por ACM para denegrir a reputação dos seus adversários políticos e 30,7 por cento para destacar as posições e qualidades políticas do grupo. Apenas 3,3 por cento desse espaço foi destinado a matérias neutras ou meramente informativas, do ponto de vista jornalístico. O conteúdo jornalístico é tão exagerado na crítica aos adversários que o jornal mais se assemelha a um panfleto<sup>27</sup>. Por outro lado, o caráter autopromocional das matérias transforma ACM em base de remissão do discurso do grupo, o que Teixeira (apud NOGUEIRA, 1996, p.46) denomina de “Fonte Discursiva”. Para a pesquisadora, todos os assuntos abordados sobre política surgem desta base ou remetem a ela, em algum momento (TEIXEIRA, 1995 apud NOGUEIRA, 1996).

Tanto o exagero na crítica aos adversários como o protagonismo discursivo de ACM, podem ser observados com bastante nitidez no noticiário da semana analisada acima. No dia 22 de novembro, por exemplo, duas matérias são bastante ilustrativas: *ACM critica uso eleitoreiro da Petrobrás* e *Senador cobra solução para o setor aeroviário*. As duas matérias são, ao mesmo tempo, utilizadas para atacar os adversários (a Petrobrás, que é presidida por um petista baiano, José Sérgio Gabrielli, e o ministro da Defesa, Waldir Pires) e protagonizar o discurso da moralidade pública e competência administrativa, apresentando essas duas qualidades como uma espécie de “patrimônio privativo” do seu grupo político na Bahia.

A mesma fórmula repete-se ao longo da semana. No dia 23, as principais matérias da Editoria de Política insistem nas mesmas questões: *ACM critica gastos da Petrobrás com*

<sup>27</sup> Panfleto é aqui entendido na sua concepção técnica, como um texto em estilo veemente, violento e sensacionalista, geralmente sobre assuntos políticos que se destina a criticar instituições ou pessoas ou a convocar a população para uma ação política (RABAÇA; BARBOSA, 1978, p. 342)

*ONGs ligadas ao PT, Para senador governo é incapaz de conter crise (aeroviária), Casa Civil interfere e decide sobre militarização do serviço (de controle do tráfego aéreo), Defesa diz que solução só sai em 60 dias e ACM alerta Lula para que governe com moralidade.*

O fato do noticiário desta semana apresentar um volume maior de notícias contra seus adversários do que de matérias favoráveis ao seu grupo político reside, em parte, na nova posição que ACM passou a ocupar depois das eleições de 2006, quando, pela primeira vez em toda a sua trajetória política, ficou na oposição nos três níveis de poder político: federal, estadual e municipal (Salvador).

Esse novo posicionamento político fica evidente nas matérias: *Wagner pede ajuda a Dilma para montar equipe, Pedido de ajuda a Dilma gera polêmica, Contas de campanha de Wagner são rejeitadas, Fornecedores doam R\$ 2,5 milhões a petistas, Governo Lula quer cortar R\$ 45 milhões do metrô de Salvador, Governo Lula gasta mais com viagens do que com controle aéreo, Competência do ministro da defesa é questionada, Prefeito é acusado de abandonar a saúde, PCdoB cobra promessas de João Henrique, PDT não vai a reunião com João Henrique, Aumento de IPTU atinge todos os imóveis novos e Projeto pode reduzir arrecadação municipal.*

A utilização que ACM faz da própria mídia é de domínio público e já foi objeto de matérias jornalísticas em vários órgãos de imprensa nacionais. Durante a investigação da violação do painel eletrônico do Senado, no entanto, o noticiário do *Correio da Bahia* e da TV Bahia foram tão parciais que mereceram destaque em *O Estado de São Paulo*:

Nas páginas do *Correio da Bahia*, há um mundo sem quebra de decoro, possibilidades de renúncia ou cassação e sem manifestações contra o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). O jornal que pertence à família do pefelista, considerou que a notícia mais importante a apresentar ontem era o fato da Polícia Militar ter controlado a “baderna” (na realidade uma manifestação) em Salvador, em que houve uma “suposta” invasão do campus da Universidade Federal da Bahia (o campus foi invadido) em que a PM agiu de forma moderada (professores e estudantes foram agredidos e feridos). Detalhe: o jornal não diz por qual motivo começaram os protestos e os confrontos com os policiais (o pedido de cassação de ACM) (PORTELLA, 2001).

Exemplos como estes circulam diariamente no *Correio da Bahia* e nos programas jornalísticos da TV Bahia. O tipo de exposição do grupo político é contínuo e não se limita a períodos de crise nem pré-eleitorais.

A constatação de que há o predomínio de notícias ligadas à administração pública e à política não causa espanto, uma vez que elas dão destaque a pessoas e aos atos do governo do estado, evidenciando dessa forma, a ligação que existe entre o governo e a TV Bahia (NOGUEIRA, 1996)..

#### 4.2.1 Barganha com a publicidade oficial

Se para o grupo o controle da informação na sua própria mídia cristalizou-se como eficiente estratégia política, o mesmo não acontece quando eles tentam aplicar a fórmula em outros órgãos de imprensa local. O estilo intempestivo e autoritário de ACM é, sem dúvida, o principal entrave para isso. Como visto no Capítulo 3, para consolidar a sua nomeação para o governo do Estado, ACM buscou uma aproximação mais sólida com a imprensa, através de três caminhos. O primeiro era abastecer os meios de comunicação com verba da publicidade oficial. No segundo, oferecia comissões em dinheiro ou emprego público para jornalistas. Os que não aceitavam este tipo de suborno passavam a ter atenção especial em reuniões e bate-papos informais promovidos por ele diariamente, no fim de tarde, em seu gabinete de prefeito.

A estratégia, porém, mostrou-se ineficiente tanto naquela época como ainda hoje, porque ACM exige adesão total dos meios e dos jornalistas e não admite nenhum tipo de crítica ou contestação. Ainda no início do seu mandato na Prefeitura de Salvador, desentendeu-se com o jornal *A Tarde*. Depois, na década de 1970, durante o seu primeiro mandato de governador, brigou com o *Jornal da Bahia*, conforme relatado no Capítulo 3. Entre as décadas de 1980 e 1990, na sua segunda gestão no governo do estado, foi a vez da *Tribuna da Bahia*, como também descrito no Capítulo 3. Na terceira vez que ocupou o governo baiano, voltou a brigar com o jornal *A Tarde*, só que desta vez, com muito mais agressividade. Mas, em todas as situações, a arma sempre recorrente é a suspensão das verbas da publicidade oficial.

Esse tipo de barganha funcionou e ainda continua em operação com alguns veículos da mídia eletrônica, principalmente, com emissoras de rádio. Embora não possam ser comprovadas, as evidências sugerem um tipo de apoio ao carlismo baseado no padrão “de convicção e estratégia” que, segundo Gomes (2004, p. 177), é recorrente a uma espécie de servidão voluntária que se dá quando o patrão ou instância editorial de um órgão de imprensa submete os interesses jornalísticos a cálculos de vantagens. Como vimos no Capítulo 3, tanto o *Jornal da Bahia* quanto a *Tribuna da Bahia* não receberam um único centavo da

publicidade oficial e tiveram que assistir à fuga de vários outros anunciantes que foram pressionados pelo grupo de ACM a não veicular qualquer tipo de propaganda nos dois periódicos.

Com o jornal *A Tarde*, porém, a história foi um pouco diferente, mas as verbas da publicidade oficial deixaram de chegar ao periódico por um bom tempo. O conflito entre ACM e o jornal, na verdade, tem origem ainda no governo Waldir Pires, em 1987, quando o presidente do Desenbanco, Murilo Leite, demitiu o jornalista Joaquim Cruz Rios, aliado de ACM e um dos mais antigos editores de *A Tarde*, e o acionou na justiça, junto com outros ex-diretores do órgão, para que devolvessem ao Estado os recursos gastos com a manutenção da Fundação para Estudos Econômicos e Sociais, que, como vimos também no Capítulo 3, foi criada por ACM, no final de 1983, já com a intenção de ocupar a sua presidência e manter-se atuante no cenário político, quando transmitisse o cargo para o seu sucessor, João Durval.

Aconselhado pelo amigo ACM, que inclusive contratou advogado, Cruz Rios entrou na justiça contra o Estado, pedindo indenização por danos morais, uma vez que o Conselho Diretor do Desenbanco não tinha autorizado a ação proposta pelo presidente Murilo Leite. A justiça, porém, só se pronunciou em 1992, quando ACM exercia o seu terceiro mandato no governo baiano e, através da Procuradoria Geral do Estado, recorreu da sentença da juíza Lisbete Souto, da 7ª Vara da Justiça Estadual que havia estipulado o valor da indenização a ser recebida pelo proponente da ação em 2 milhões de cruzeiros. A reação de Cruz Rios veio na forma de independência editorial do jornal *A Tarde*, no qual sempre defendeu uma linha editorial próxima ao carlismo.

Enquanto os demais diretores optaram por esquecer a ação contra o Estado, Cruz Rios contratou novo advogado e deu continuidade ao processo. O imbróglio só teve fim em junho de 2001, quando o Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve a decisão do Tribunal de Justiça da Bahia (TJ) que já havia reduzido a sentença da juíza Lisbete Souto para R\$ 18 mil. A partir daí, a posição do jornal *A Tarde*, que já vinha sofrendo boicote na distribuição das verbas publicitárias do governo do Estado e da Prefeitura de Salvador, consolidou-se como oposição a ACM e ao seu grupo político. Dois textos publicados em tom de editorial, em *A Tarde* e no *Correio da Bahia*, respectivamente *STF (na verdade foi o STJ) derruba indenização milionária reivindicada por Joaquim Cruz Rios* e *A resposta ao pasquim da Paralela*, que reproduzimos abaixo, marcam o rompimento do jornal com ACM e o bloqueio total das verbas da publicidade do governo e da Prefeitura de Salvador:

Diretor de A Tarde queria tirar quase R\$ 5 milhões do Desenbanco e só terá R\$ 18 mil.

Acompanhando voto do relator, ministro Aldir Passarinho Júnior, a Turma do STJ acatou outra decisão do tribunal baiano, que estabeleceu, a título de indenização, correspondente a apenas cem salários mínimos, ou seja, de R\$18 mil. Cruz Rios, que havia obtido a megaindenização através de uma sentença da juíza Lisbete Souto, da 7ª Vara da Justiça estadual, viu seus milhões desaparecerem após o Tribunal de Justiça rever a decisão da juíza, em 1992. Rios tentou por todos os meios impedir que o governo do estado recorresse da decisão, de modo a que ele pudesse embolsar a injusta e milionária indenização. Como não obteve sucesso, e as autoridades baianas, ciosas dos seus deveres, não aceitaram qualquer negociação, e decidiram pelo recurso judicial em defesa do erário, o diretor de redação de A Tarde deu início a uma virulenta campanha contra o governo do estado, ignorando até mesmo o compromisso do jornal com a verdade. Esta campanha - a mais indigna da história de A Tarde - persiste até os dias de hoje. Mas autoridades estaduais jamais arredaram dos princípios ético e do compromisso com a moralidade no trato com o dinheiro público. Sem alternativa, o jornalista então apelou ao STJ, que ontem colocou uma pá de cal nas suas pretensões. O procurador geral do estado, Raimundo Vianna, considera a decisão da 4ª Turma do STJ como inapelável. "Ele pode até querer recorrer da decisão dos ministros do Superior Tribunal de Justiça, indo ao Supremo Tribunal Federal (STF). Mas eu não vejo como conseguir isso, pois o STF só acata recurso quando se trata de matéria constitucional, o que não é o caso desta revisão de indenização", explicou. Para Raimundo Vianna, o estado tem que comemorar a decisão do STJ, pois o Desenbanco deixará de pagar uma indenização absurda com recursos que, pela própria natureza do banco, servirão para investimentos que gerarão mais desenvolvimento para a Bahia. "Outros três ex-diretores do Desenbanco, que também tiveram suas indenizações revistas pelo Tribunal de Justiça da Bahia, em 1992, escolheram, por questões éticas e por responsabilidade para com uma instituição à qual pertenceram, não recorrer da decisão do STJ. Ao contrário do senhor Joaquim Alves da Cruz Rios, que queria porque queria esses milhões ao qual não tem direito", afirmou (DIRETOR de A Tarde..., 2001, p. 2)

A resposta de Cruz Rios foi publicada pelo *A Tarde*, dois dias depois:

O Correio da Bahia, edição de 27 do corrente, saiu de seus cuidados para agredir-me espontaneamente, tentando apresentar-me aos seus raros leitores como um ganancioso explorador do Desenbanco, do qual fui diretor e pelo qual fui, com outros companheiros de diretoria, acionado quando era seu presidente o sr. Murilo Leite, para devolver-lhe o que havia gasto com a manutenção da Fundação de Estudos Econômicos e Sociais, da qual era presidente o sr. Antonio Carlos Magalhães. Ganhamos a ação, com sentença em primeira instância, considerando o banco litigante de má-fé. Mas, o advogado contratado pelo sr. Antonio Carlos Magalhães para nos defender, evidentemente obedecendo a ordens dele, escusou-se a executar a sentença, o que nos levou a propor-lhe, o que foi imediatamente aceito, substabelecer a procuração a advogado escolhido por nós. Por que o sr. Antonio Carlos, então governador do Estado, nos retribuiu a criação da Fundação, para ser por ele presidida com tal atitude não atinamos. Mas a verdade é que se obstinou no propósito de não permitir que auferíssemos qualquer proveito com a vitória no

Judiciário e acompanhou o andamento do processo passo a passo, tanto que, logo julgado no STJ o recurso que interpusemos, ele estava informado. Apenas em respeito aos que me conhecem, sinto-se obrigado à seguinte satisfação:

1º – Não estava na busca de uma indenização de 5 milhões de reais. É mentira do pasquineiro da Paralela.

2º – A indenização fixada pela juíza competente foi de 2 milhões de reais para cada ex-diretor, e não de 5 só para mim.

3º – Não movi nenhuma ação contra o Desenbanco. Fui, como os demais ex-diretores, acionado pelo seu presidente ilegalmente (não houve autorização do seu Conselho Diretor).

4º – Se o STJ fixou na quantia divulgada pelo pasquim da Paralela a indenização que devemos receber foi porque reconheceu o nosso direito a uma reparação.

5º – A demanda em apreço nada tem a ver com a diretoria que ocupo em ATARDE, que o pasquim da Paralela tenta envolver na sua tendenciosa notícia com objetivo por ele inconfessável.

6º – Não sou mentiroso nem tenho fortuna inexplicável, como se tornou comum hoje em dia na alta esfera política. *Ó tempora! Ó mores!*

7º – Não contribuirei novamente para elevar a circulação do pasquim da Paralela, especialista em mentir, bajular e mamar em leitosas tetas.

8º – Não voltarei ao assunto. Cruz Rios (RIOS, 2001, p. 2)

De 1999 a 2003, o jornal *A Tarde* não recebeu um único centavo da propaganda / publicidade governamental do estado e da Prefeitura de Salvador, nas duas gestões de Antonio Imbassahy, quando ainda era vinculado ao grupo de ACM. A suspensão das verbas publicitárias governamentais no jornal foi denunciada, inclusive no relatório anual de 2001 da organização Repórteres Sem Fronteiras, que registra os indicadores de repressão ou censura contra a imprensa mundial (WEISSHEIMER, 2002). Com menos força junto ao empresariado, no entanto, o grupo não conseguiu a adesão deles para um boicote total ao jornal, como já havia sido feito em outras ocasiões. Na verdade, nesta briga ACM não contou nem com a adesão total do grupo. O jornal acabou ganhando na justiça uma indenização no valor de R\$ 10,8 milhões, como veremos no próximo capítulo. Em 2003, quando já havia assumido o governo novamente, Paulo Souto entrou em negociação com o jornal e a propaganda / publicidade do governo do Estado voltou a irrigar o caixa da empresa, na mesma proporção em que diminuiram as matérias mais contundentes contra o governo.

Vale destacar que, ao se defender das acusações de ter suspenso as verbas publicitárias do governo no Jornal da Bahia, ACM sempre as rebateu, afirmando que o periódico não tinha circulação significativa. Por diversas vezes, ele argumentou que no jornal *A Tarde*, o de maior tiragem no estado, jamais deixou de sair publicação oficial, mesmo quando este veículo fazia oposição:



Miriam Leitão – O senhor acha correto usar o fato de ser governador para só dar anúncio a um determinado jornal e não dar para outros, para esmagá-los economicamente, como naquela época em que o senhor fez secar qualquer publicidade oficial para o Jornal da Bahia?

ACM – Não. Primeiro o Jornal da Bahia não era o mais lido do estado. O mais lido sempre foi A Tarde, quatro, a cinco vezes mais do que o segundo colocado.

Ancelmo Góis – Mas o Jornal da Bahia era um jornal de prestígio.

ACM - Entre ter prestígio e ser o de maior veículo, ter maior circulação, há alguma diferença. No jornal A Tarde jamais deixou de sair publicação oficial, mesmo quando ele fazia oposição. Agora, por que é que eu governador, devo pagar publicação num jornal que mente sobre o governo, sobre mim, a ponto de eu ter de recorrer à Justiça, de processá-lo? Como vou mandar publicação oficial para esse jornal? Seria uma incoerência (MAGALHÃES, 1995, p. 69)

#### 4.2.2 Controle na distribuição de jornais e revistas na Bahia

Quando não conseguia a adesão total dos veículos de comunicação local, ACM utilizava a barganha da propaganda / publicidade governamental, mas com os veículos de circulação nacional que não se submetem a sua orientação, ACM e seu grupo lançaram mão de um outro recurso: o controle que exerceram na distribuição local dos jornais e revistas de fora do estado. O esquema funcionava de duas formas. Uma delas era o aliciamento das empresas que fazem a distribuição local dessas publicações, através da compra do reparte direcionado para o estado ou de ameaça de retaliação. A outra forma envolvia o Sindicato dos Taxistas que comandava uma operação de compra dos exemplares na maioria dos pontos de venda, sobretudo os localizados em Salvador.

O método foi denunciado pela revista *Carta Capital*, porque a matéria que revelava as irregularidades na Bahiatursa, como vimos no início deste capítulo, não pode ser lida pelos seus leitores habituais no estado. Tão logo a edição chegou às bancas, sumiu de circulação, através deste velho expediente que é utilizado pelo grupo toda vez que um órgão de imprensa, de circulação nacional, publica material jornalístico de grande impacto contra eles. Em edição posterior da revista, o jornalista Mino Carta expôs pela primeira vez este método de ACM para controlar a informação na Bahia. Intitulado *Ao som da operação Bartolo*, o texto compara ACM ao personagem da Ópera Barbeiro de Sevilha, Dom Bartolo, que na ária *La Calunnia é un venticello*, desenvolve a tese de que a calúnia começa a circular como brisa sutil, cresce nas cabeças inclinadas à maledicência e acaba em furacão. Além de relatar a retirada de circulação da edição que veiculava a matéria *Um duto baiano*, Carta enumera

também os recursos utilizados por ACM para desacreditar a reportagem. Um deles, afirma o jornalista, é levantar calúnias contra quem se coloca contra ele, como ensina o personagem de Rossini. Na semana subsequente à publicação da matéria, o político baiano foi a tribuna do Senado para afirmar que a *Carta Capital* sobrevivia de recursos do esquema que ficou conhecido como “valerioduto” (CARTA, 2005, p. 18).

O resultado, porém, é que a ação de ACM chamou mais ainda a atenção dos baianos. A *Carta Capital* disponibilizou a matéria no seu site e centenas de e-mails com a reprodução da reportagem, circularam pela rede mundial de computadores, a Internet, com o texto adicional de que a revista foi recolhida das bancas pelo esquema de ACM.

#### 4.3 ENTRE TAPAS E BEIJOS: A CONTROVERSA RELAÇÃO COM OS JORNALISTAS

As relações de ACM com jornalistas sempre foram controversas. Trata-se de uma categoria profissional que esteve em primeiro plano na sua vida e da qual se utilizou para ascender politicamente. Ao mesmo tempo, porém, ao longo da sua trajetória, já protagonizou episódios de autoritarismo e truculência com aqueles que o desafiaram. Para o bem ou para o mal, o fato é que ACM sempre dispensou atenção especial aos profissionais de imprensa. O conhecimento que adquiriu na atividade jornalística, como vimos no Capítulo 3, ACM trouxe para a política e a utiliza tanto para lidar com os jornalistas quanto para planejar a sua própria comunicação, como observa o seu ex-assessor de imprensa, o jornalista Paolo Marconi, em entrevista a mim concedida, em 28 de novembro de 2006.

Em sua fala. Marconi assim se expressa:

*Com bastante conhecimento da área de comunicação e da forma de trabalho da imprensa, ACM nunca dependeu de assessor de imprensa. Ele dava espaço para iniciativas, embora ele próprio fosse ao mesmo tempo, assessor e assessorado. Pela sua longa convivência com jornalistas, mas em Brasília do que em Salvador, sabia se impor como fonte junto aos jornalistas. Seus contatos eram tão bons na imprensa nacional que nem sempre o assessor de imprensa precisava se mobilizar.*

Não foi à-toa que, desde a Prefeitura de Salvador e, principalmente, quando presidiu a Eletrobrás, era seu costume reunir repórteres no fim de tarde, em seu gabinete, para bate-papos informais.

Ainda segundo Marconi:

*ACM sempre teve trânsito livre tanto com os proprietários dos veículos de comunicação quanto com os jornalistas. É difícil quantificar junto a quem ele tinha mais acesso. Mas ele sempre optou por apelar para os donos só em casos em que se sentia injustiçado pelos jornalistas (MARCONI, 2006).*

Suas qualidades como fonte privilegiada de informação são enaltecidas pelo jornalista Marcos Sá Corrêa, um dos seus principais interlocutores, no livro *Política é paixão*, e confirmadas, no decorrer da entrevista que compõe o livro, pelos jornalistas: Ancelmo Góis, Marcelo Pontes, Maurício Dias, Miriam Leitão e Rui Xavier. No texto de apresentação do livro, Corrêa chega a afirmar que se engana quem pensa que a permanência de ACM na mídia se deve a sua proximidade com os proprietários dos veículos de comunicação:

ACM é, de longe, o político brasileiro que melhor trafica com a moeda de mais alta cotação nesse mercado, a única universalmente válida para comprar espaço na imprensa ano após ano, regime após regime. Essa moeda é a notícia. ACM é o que, no jargão das redações, chama-se de fonte. [...] ACM dá plantão para atender a colunista precisando de uma frase para fechar o expediente, editores perdidos em seu labirinto de páginas e jornalistas de televisão precisando de uma cena que rompa a monotonia das declarações políticas. Tem sempre uma briga pronta para o fechamento de uma edição. Em nome da notícia, pode até exercer a medicina (MAGALHÃES, 1995, p. 16-17).

A sua experiência nessa área já o autorizou até a criar uma máxima sobre os profissionais de imprensa. Segundo ele, os políticos são procurados por três tipos de jornalistas: os que buscam as autoridades para obter uma nomeação, os que querem dinheiro e os que demandam por informação. “É perigoso confundi-los, dando, por exemplo, informação a quem quer emprego público. Mas é um desastre certo oferecer emprego público ou dinheiro a quem quer informação” (MAGALHÃES, 1995, p. 18). Para Sá Corrêa, é essa experiência que faz de ACM o “monstro mitológico”, ao qual se referiu certa feita o escritor Jorge Amado. “Sua mania de se informar faz dele uma espécie de arquivista – da própria vida e, sobretudo, da alheia”. Mas assinala também as ações estrategicamente planejadas de ACM para se destacar no cenário de representação da mídia:

ACM pode ser conhecido pela agressividade que, sendo nele aparentemente natural, é também um estilo cuidadosamente treinado. Está convencido de dever a ela, mais que a outros atributos, seu grande trunfo político – o fato de ser reconhecido como um assunto jornalisticamente interessante (MAGALHÃES, 1995, p. 17).

Ao longo dos seus 50 anos de vida pública, ACM alimentou uma rede de relações com alguns dos mais importantes repórteres e colunistas políticos do país. A prática, que por anos a fio foi mantida nos bastidores da imprensa, começou a chegar ao conhecimento público no decorrer do processo de investigação da violação do painel eletrônico do Senado, em 2001, através dos *sites* e *blogs* que acompanham e analisam a cobertura da mídia. Em junho de 2001, o âncora do *Observatório da Imprensa*, jornalista Alberto Dines, registrou:

Pauteiro e controlador da mídia brasileira há 30 anos, o ex-senador aprendeu os segredos do ofício com o general Golbery do Couto e Silva (criador do SNI e da arapongagem). [...] A diferença entre mestre e aluno está no uso do poder: enquanto Golbery preferia agir nas sombras porque não alimentava projetos pessoais, ACM sempre recorreu à exibição da sua força. Como caudilho, precisa exibir o seu poder para melhor exercitá-lo, Este é um processo de auto-alimentação, infindável.

Da mesma forma, o jornalista Luís Nassif, em artigo na *Folha de São Paulo*, também expôs a forma como se dá a relação de ACM com os jornalistas da chamada grande imprensa:

[...] um ponto relevante do tiroteio que explodiu contra ACM expôs um dos aspectos interessantes do seu poder: a rede de relações de que dispõe na mídia. Não se trata do jornalismo sabujo, facilmente identificável, mas de aliados fiéis, competentes, que raramente elogiam ACM, mas são ferramentas poderosas das quais ele sempre se valeu nas disputas contra seus adversários. Reside aí a fonte maior de seu poder. Diferentemente dos dossiês e gravações clandestinas, esse jogo se dá entre fontes e jornalistas de primeira grandeza. Não é aquela relação dúbia e subordinada do jornalista que se rende a bandido, mas um pacto entre iguais, em torno de uma mercadoria fundamental para o jornalista: informação e análises exclusivas que lhe são repassadas, ajudando a consolidar sua reputação, competência e poder. E aí entra o grande foco de influência de ACM (NASSIF, 2001, p. B3).

Ao longo da sua trajetória política, porém, ACM já conquistou muitos desafetos entre os profissionais de imprensa, exatamente pela agressividade e truculência com que trata aqueles que o questionam. Na Bahia, a sua fama de “perseguidor implacável” já assombrou mais de uma geração. Como vimos no Capítulo 3, além da perseguição econômica ao *Jornal da Bahia*, fez diversas vítimas entre os jornalistas deste periódico que trabalhavam também nas assessorias de imprensa dos órgãos públicos do estado e do município. Nas eleições de 1986, protagonizou cenas de pugilato explícito, com a eleitora que o vaiou e com o repórter da TV Itapoan que registrou a vaia.

Fazem parte da história política nacional os telegramas e faxes enviados por ACM a políticos e desafetos ou a jornalistas críticos. Ele mesmo já manifestou publicamente a vontade de transformar esse material em livro específico. Na sua terceira passagem pelo governo do Estado, brigou publicamente com os jornalistas Gilberto Dimenstein e Clóvis Rossi, da *Folha de São Paulo*; Fernando Pedreira, de *O Estado de São Paulo*, e Cláudio Humberto<sup>28</sup>. Naquela ocasião a troca de insultos com jornalistas, via fax, na qual xingava até a mãe dos repórteres, foi exposta por ele mesmo, no livro *Política é paixão* (MAGALHÃES, 1995, p. 177). Na Bahia, mais recentemente, perseguiu e processou na Justiça o repórter Marconi de Souza, do jornal *A Tarde*, por este ter denunciado o esquema que ligava a propaganda / publicidade governamental ao caixa das suas empresas de comunicação, em 2000.

Mas no cenário nacional, o estilo truculento da fonte ACM só ficou mais exposto, a partir de 1995, quando ele assumiu uma cadeira no Senado Federal. O caso mais rumoroso envolveu ACM e a jornalista Mônica Waldvogel, na época repórter de política do SBT. Em agosto de 1995, como vimos no Capítulo 3, ACM estava às voltas com a crise do Banco Econômico e, para pressionar o presidente Fernando Henrique a salvar o banco, vinha ameaçando divulgar um dossiê sobre os diretores do Banco do Brasil. Nesse ínterim, a equipe econômica do governo decidiu comprar o Econômico pelo valor simbólico de um real. A novidade foi transmitida à mídia pelo próprio ACM, que estava dando várias entrevistas, ao mesmo tempo, quando foi indagado pela jornalista sobre o dossiê. Ele respondeu que não ia mais falar sobre o assunto, mas ela insistiu, conforme reproduziu em uma entrevista concedida, em 2006, a revista eletrônica *Go Where? São Paulo*, do Portal Terra:

Eu insisti no assunto e perguntei se era uma chantagem. O homem se enfureceu, falou um monte de desaforos, quase me bateu. Estava um tumulto danado, repórteres para lá e para cá, as rádios colocaram o bate-boca no ar ao vivo e ficou claro que ele havia feito uma chantagem. Resultado: o governo voltou atrás. O Sérgio Mota me disse depois que por causa do show do ACM o governo breou a iniciativa. Se isso ajudou o Tesouro Nacional fico contente (SOUZA, 2006).

Outro episódio ilustrativo da truculência de ACM com a imprensa foi a sua briga com o empresário Paulo Cabral, presidente do grupo Diários Associados e do jornal *Correio Braziliense*, à época também presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ). Em 1999, quando presidia o Congresso Nacional, ACM empreendeu uma verdadeira cruzada para

---

<sup>28</sup> Informações prestadas por Paolo Marconi durante a entrevista à autora desta Dissertação, em 28 de novembro de 2006.

instalar a CPI do Judiciário. A Folha de São Paulo havia noticiado as críticas do senador ao nepotismo do Judiciário e junto publicou uma reportagem sobre os 11 parentes dele que ocupavam cargos públicos na Bahia. No dia seguinte, o *Correio Braziliense* reproduziu a matéria da Folha com as explicações do senador, mas na mesma edição veiculou também um editorial contrário a instalação da CPI.

A reação do então presidente do Senado veio de bate-pronto. Através de fax, estrategicamente divulgado para os outros órgãos de imprensa, classificou a posição do jornal como “molecagem”: “Não faça molecagem comigo! Eu sei reagir. Sei que você está com o Judiciário porque recebeu uma indenização milionária”, escreveu ACM, no velho estilo de desqualificar os opositores. No dia seguinte, o *Correio Braziliense* publicou, na primeira página, o texto do fax de ACM e o editorial intitulado *Vocação Autoritária*, no qual atribuiu a ação de ACM à reportagem sobre os seus 11 parentes empregados no serviço público (ACM classifica ..., 1999).

Os conflitos de ACM com a imprensa, no entanto, chegaram ao apogeu no episódio da violação do painel eletrônico do Senado. Enquanto os seus principais interlocutores preferiram desviar-se do assunto, grande parte da mídia concentrou-se na cobertura dos fatos, iniciada pela revista *Isto É*, ao publicar a existência de uma fita gravada pelo procurador Luís Francisco, conforme veremos mais detalhadamente no final deste capítulo, dando conta da quebra de sigilo da votação da cassação do deputado Luiz Estevão. A seqüência de matérias negativas, produzidas pelos diversos órgãos de imprensa colocaram ACM numa berlinda na qual jamais esteve. Diariamente, foram registradas cenas de agressões a jornalistas. A mais grave aconteceu em Salvador, com o repórter fotográfico da revista *Isto É*, Ricardo Stucker, no dia 27 de maio de 2001. Ao sair de sua residência para receber a solidariedade de correligionários que se encontravam na porta do seu prédio, ACM viu o fotógrafo e partiu para cima dele, agarrando com força o seu braço esquerdo e dedo em riste ameaçou: “Seu filho da puta. Já não te falei pra você não me fotografar mais?”, esbravejou. Dias antes, porém, ACM já ensaiava o show de truculência. Com o mesmo *script*, na sexta-feira, 25 de maio de 2001, os fotógrafos que faziam plantão na porta do seu prédio, receberam como cumprimento: “Vão se fuder”, disse, rindo do próprio destempero (MEIRELES; PEDROSA, 2001, p. 33).

Depois de passar por duas crises de imagem consecutivas, conseqüências da violação do painel do Senado, em 2001, e dos grampos na Bahia contra os adversários, em 2003, ACM iniciou uma campanha defendendo uma lei de responsabilidade da imprensa para, segundo ele, “evitar a impunidade, a calúnia, as inverdades e a infâmia”. Da tribuna do Senado,

ironicamente, ACM lembrou que tem sido vítima freqüente de intrigas em colunas conceituadas, como a Coluna Painei, do jornal *Folha de São Paulo*, e outras que não citou o nome, conforme nota publicada no *Correio da Bahia* (2004, p. 3). O tema, no entanto, não repercutiu e assim como foi abordado, caiu no esquecimento. ACM só voltou a falar das suas relações com a imprensa em 2006. Depois de ter sido derrotado nas urnas, na primeira entrevista que concedeu depois das eleições, foi indagado pela repórter da revista *Veja* sobre a forma truculenta no trato com os jornalistas.

Os meus adversários me adjetivam assim, mas não sou. Eu lhe digo sinceramente: há jornalistas de quem não gosto. Nunca me fizeram nada, mas não gosto deles. Eu sei que não gostam de mim, por que vou gostar deles? [...] Por exemplo: se você me faz uma pergunta altamente ofensiva, fecho a cara para você e você não faz a segunda (OYAMA, 2006, p. 14-15).

#### 4.4 O CONTROLE DA INFORMAÇÃO NO CAMPO POLÍTICO

Nos últimos 30 anos, atuando como fonte privilegiada de jornalistas e controlando boa parte da mídia baiana, ACM tem recorrido a um expediente pouco convencional para intimidar e derrotar seus desafetos e adversários políticos. No jargão político-midiático, essa prática recebe o nome de *dossiê* e consiste no levantamento de informações da vida pessoal, profissional ou política dessas pessoas, que são usadas tanto para intimidar e ameaçar, revertendo uma situação que lhes seja desfavorável, quanto para denegrir a reputação de adversários, inviabilizando-lhes a sustentação no campo político.

São informações com ou sem consistência, mas que ganham dimensão na mídia, principalmente nas páginas do seu *Correio da Bahia*. Documentos, fotos, cópias de cheques com ou sem fundos, fotocópias de declarações de Imposto de Renda, entre outros recursos, que podem implicar ou não em contravenção, mas que são sempre utilizados como tal, em sucessivos blefes e ameaças e também transformado em matérias jornalísticas. Todo esse material é arquivado e contabilizado como “prova” de ilícitos cometidos por seus desafetos. Através deste tipo de expediente, ACM vem nocauteando políticos, afrontando procuradores, promotores e juízes e denegrindo a honra de seus desafetos.

O deputado Marcos Medrado (PDT), ex-prefeito de Salvador, já foi nocauteado por um desses blefes e retirou a sua candidatura ao governo do Estado, em 1990, com medo de ser vítima de um desses dossiês de ACM. Naquele ano, ACM, que também era candidato ao

governo da Bahia, encontrou-se com o então deputado federal, no Aeroporto de Brasília, e lhe disse que tinha levantado uma informação sobre ele que a Polícia Federal ia gostar muito. Medrado ficou assustado e entendeu a ameaça. Dias depois, procurou ACM no seu escritório político de campanha e anunciou a saída do pleito e o seu apoio a candidatura pefelista. No entanto, disse a ACM que ficara curioso em saber o que ele tinha levantando a seu respeito. Foi então que ACM mostrou-lhe uma pasta com apenas uma foto dentro. Na fotografia, apenas uma banca de jogo do bicho com um adesivo autocolante do slogan usado pelo deputado: “Unindo Forças”. Perplexo, Medrado questionou: “Mas o que isso prova contra mim?”. A resposta de ACM o deixou ainda mais intrigado: “Você não sabe o que posso fazer contra você com uma foto como esta”<sup>29</sup>

Para o sucesso desta tática, ACM conta com certa cumplicidade das pessoas que, temerosas de contrariá-lo, acabam cedendo às pressões. Este tipo de chantagem política, porém, acabou sendo exposta na mídia pelo ex-presidente Itamar Franco. Comandando da Bahia a oposição ao novo governo que se instalara após o impeachment de Collor, ACM passou a denunciar pela imprensa que havia uma rede de corrupção no governo Itamar Franco, principalmente no Ministério do Bem Estar Social, que era ocupado pelo seu adversário no plano local Jutahy Magalhães Júnior (PSDB). Em janeiro de 1993, ACM foi convidado a mostrar suas denúncias. No dia acertado, 20 de janeiro, para surpresa de ACM, Itamar chamou a imprensa para assistir à audiência e convocou o Ministro da Justiça, Maurício Correia, para registrar as denúncias. Constrangido, ACM mostrou que só tinha indícios de desvios cometidos por prefeitos do interior da Bahia, mas nenhuma prova de corrupção. Os indícios eram, na verdade, matérias jornalísticas publicadas pelo seu *Correio da Bahia*. Após a reunião, Itamar negou ter montado uma armadilha: "Não fiz nada premeditado. Eu sou bobo", disse o presidente que, meses antes, havia sido chamado de bobo por ACM (ACM sempre..., 2001).

Comentando o episódio em 1995, ACM admite ter sido surpreendido pelo ex-presidente:

Anselmo Góis – O Itamar Franco enfrentou o senhor de uma maneira inteligente, deu uma de Antonio Carlos. O senhor dizia que tinha corrupção no governo. Aí o bobão de Juiz de Fora chamou a imprensa toda para ver o senhor fazendo as denúncias, e o pegou de surpresa.  
ACM – Ele, nesse episódio, pagou um preço alto, teve que recuar.

---

<sup>29</sup> Informação prestada durante uma entrevista à jornalista, autora desta Dissertação, em 1991.



Miriam Leitão – O senhor, naquele momento, em que ele chamou a imprensa, ficou sem graça.

ACM – Eu não esperava que ele fizesse aquilo. É óbvio que não esperava. Mas, de qualquer modo, depois bati muito nele em função daquilo [...] (MAGALHÃES, 1995, p. 71).

Mas, antes de blefar, ACM tenta de todas as formas conseguir informações consistentes contra seus adversários. O expediente do blefe só é usado quando não consegue levantar evidências ou provas, seja por falta da existência real de fatos desabonadores, seja por impossibilidade de reunir documentos. Para obter informações contra seus adversários, porém, ele e seu grupo recorrem a meios legais e ilegais, como os dois mais rumorosos casos em que se envolveu recentemente: a violação do painel eletrônico do Senado, em 2001, e os grampos telefônicos na Bahia, em 2002, mas que veio a público, em 2003. Nos dois casos as infrações e irregularidades cometidas por ACM e seu grupo tinham o mesmo objetivo: obter informações contra seus adversários políticos.

#### **4.4.1 O controle da informação secreta: a violação do painel**

Para melhor entender o alcance do episódio de violação do painel eletrônico do Senado, é necessário retroceder a março de 2000, quando o senador Jader Barbalho, líder do PMDB, lançou a sua candidatura para substituir ACM na presidência do Senado. Disposto a fazer o seu sucessor, ACM deflagrou uma verdadeira guerra contra o senador paraense. Durante dois meses, os dois trocaram acusações e denúncias na tribuna da Casa, que ganharam ampla repercussão na mídia, graças às baixarias de ambas as partes.

O confronto teve seu ponto mais alto em abril, com um bate-boca em plenário, no qual ACM chamou o colega de “corrupto, ladrão, bajulador, truculento, mentiroso e indigno” e o líder do PMDB revidou, qualificando o baiano de “corrupto, ladrão, truculento, farsante e mentiroso”. A discussão levou o Conselho de Ética a aprovar, pela primeira vez na história, um pedido de censura aos dois senadores por quebra de decoro parlamentar (CRONOLOGIA..., 2001). Ato contínuo, ACM enviou carta ao presidente FHC sobre denúncias de corrupção na Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam),

envolvendo Jader Barbalho e, utilizando a sua rede de relações com jornalistas, faz chegar à mídia as mesmas informações que passara ao presidente.

É nesse clima de tensão e de troca de acusações que, em junho, ACM preside a sessão que votou a cassação do empresário Luiz Estevão (PMDB-DF). A votação foi secreta, mas, nos dias seguintes, começam a surgir rumores sobre o voto de alguns senadores. Até janeiro de 2001, ACM e o líder do PMDB protagonizaram novas cenas de truculência, principalmente depois que o PSDB formalizou o apoio a Barbalho e a dobradinha com Aécio Neves para a presidência da Câmara dos Deputados ganhou mais força. Irritado com o apoio tácito do Palácio do Planalto à candidatura de Jader e o conseqüente isolamento do seu PFL, ACM acusou publicamente FHC “de ser tolerante com a corrupção” (NÃO é do meu estilo..., 2001, p. A5) e lança o provocativo livro *Jader Barbalho, o Brasil não merece*, em que reúne, sem provas definitivas, inúmeras denúncias contra o líder do PMDB, sendo, em sua maioria, recortes de matérias de jornais que têm ele mesmo como fonte de informação.

Em fevereiro, Jader e Aécio são eleitos e ACM parte para o ataque contra o presidente FHC, acusando-o de “acobertar a corrupção” (CRONOLOGIA..., 2001). Para fundamentar as denúncias contra o presidente, ACM ressuscitou o caso do ex-secretário-geral da Presidência da República, Eduardo Jorge, que, em julho de 2000, respondeu a inquérito do Ministério Público pelo suposto envolvimento no desvio de verbas da obra do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo, mas inocentado, posteriormente. Foi com essa idéia na cabeça que ACM entrou no Ministério Público Federal, na manhã do dia 19 de fevereiro de 2001, para sugerir aos procuradores Luiz Francisco de Souza, Eliane Torelly e Guilherme Schelb que quebrassem o sigilo bancário e telefônico de Eduardo Jorge, entre 1994 e 1998. Nesse mesmo encontro, ACM acabou confessando que o sigilo do painel eletrônico do Senado havia sido violado (MEIRELES; PEDROSA, 2001, p. 26).

Acostumado a gravar conversas alheias, ACM não se deu conta de que aquela conversa estava sendo gravada pelo procurador Luiz Francisco de Souza. Um dia antes, porém, ACM havia votado contra a criação da CPI da Corrupção que a oposição pretendia instalar para apurar, entre outras denúncias, as que envolviam Eduardo Jorge. Na verdade, ACM estava fazendo o seu habitual jogo duplo. Votara contra a CPI na véspera na tentativa de manter os seus dois ministros no cargo (Waldeck Ornelas, da Previdência Social, e Rodolpho Tourinho, das Minas e Energia), mas, no Ministério Público, cuja visita tinha o verdadeiro objetivo de obter documentos e uma suposta gravação que comprometiam Jader Barbalho, tentava trocar munição com os procuradores (MEIRELES; PEDROSA, 2001, p. 26).

Na ânsia de se exhibir aos procuradores como um político influente e, sobretudo, bem-informado, ACM revelou diversos episódios, além das informações contra o ex-secretário-geral da Presidência, envolvendo várias personagens do mundo político e jurídico, como os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), Nelson Jobim e Ellen Gracie; o ministro dos Transportes, Eliseu Padilha; o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, e o governador de Tocantins, Siqueira Campos (PFL). Entre outras acusações, disse que Jobim e Gracie barraram no STF, por razões não jurídicas, uma CPI que investigaria na Assembléia Legislativa da Bahia, denúncias de irregularidades na Companhia de Docas da Bahia (Codeba), à época presidida por um outro desafeto, o ex-deputado Afrísio Vieira Lima, pai do então líder do PMDB na Câmara, Geddel Vieira Lima. Mas para mostrar todo o seu poder, acabou confessando o crime de ter violado o painel do Senado (MEIRELES; PEDROSA, 2001, p. 26).

Na conversa com os procuradores, ACM deixou escapar que tinha muitas outras informações relevantes, mas que, atendendo a um conselho do jornalista Villas Boas Correia, não usaria naquele momento toda a sua munição contra o governo. Guardaria parte delas para revelar depois do Carnaval (MEIRELES; PEDROSA, 2001, p. 29). O encontro de ACM com os procuradores, bem como suas inconfidências foram reveladas com exclusividade pela revista *Isto É*, em 28 de fevereiro de 2001. A partir daí, ele passa a ocupar diariamente as páginas dos jornais e revistas de todo o país. Tão logo a revista começou a circular, ACM recebeu a notícia das primeiras defecções do seu grupo no governo FHC. De uma só canetada, o presidente demitiu os dois ministros e mais o presidente da Eletrobrás, Firmino Sampaio, e o presidente do INSS, Crésio Rolim. Em exílio voluntário em Miami, ACM reagiu, desmentindo a matéria da revista *Isto É*. Como o procurador Luiz Francisco havia destruído a fita gravada no encontro, após uma discussão com os outros dois procuradores que discordavam da sua posição de entregar a prova da conversa para a imprensa, ACM passou a desqualificá-lo. “Esse Luiz Francisco é um irresponsável. Em vez de atuar como procurador foi repórter da *Isto É*. Ele só destruiu a fita porque ficaria muito mal se ela viesse à tona”, declarou, antes de tomar conhecimento que o procurador havia gravado mais de uma fita e que já a tinha entregue para ser periciada pelo foneticista Ricardo Molina (MEIRELES; SIMAS; PEDROSA, 2001, p. 26).

Atestada pelo perito, o conteúdo da fita foi divulgado pelo procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, e veiculada com estardalhaço pela maioria dos órgãos de imprensa do país. Uma simples leitura dos trechos do diálogo que se estabeleceu entre ACM, seu assessor de imprensa, Fernando César Mesquita, e os procuradores Luiz Francisco de

Souza, Eliane Torelly e Guilherme Schelb, dá a medida exata da utilização que ACM e seu grupo fazem da informação política e do modo como operam para obter este tipo de informação:

**Guilherme Schelb:** O Ministério Público tem vários recursos de investigação, como gravações telefônicas e depoimentos na procuradoria...

**Fernando César Mesquita:** Hoje, o Ministério Público na Amazônia está investigando várias denúncias de corrupção na Sudam, não é isso? E no meio dessas investigações descobriu, pois pegou um empresário que, nas gravações telefônicas, fala de roubalheiras de políticos. No meio tinha o Eduardo Jorge.

**ACM:** Os dados que vocês receberam pra pegar o Eduardo Jorge estão incompletos. Se quebrar os sigilos, vai chegar ao governo, ao presidente.

**Schelb:** O sr. disse que o governo não resiste se quebrados os sigilos...

**ACM:** Os sigilos nos serviços públicos.

**Schelb:** O sr. quer dizer quebrar os sigilos...

**Fernando César:** ...telefônicos do Eduardo Jorge.

**Schelb:** De 94 para cá?

**ACM:** Em 94, já no Ministério da Fazenda, antes de assumir o governo.

**Luiz Francisco:** Na época da campanha, então?

**ACM:** O Nicolau já fazia contatos.

**Schelb:** Na Secretaria-Geral também, né?

**Fernando César:** O problema dele é o sigilo telefônico, mais do que o bancário.

**ACM:** Essa gravação de corrupção dos deputados (José Lourenço, que trocou o PFL pelo PMDB baiano, e Jonival Luccas, ex-deputado)... está na cara que as vozes são deles. O grampo tem valor. Não tem nada mais digno de credibilidade do que uma voz.

**Luiz Francisco:** Mas os grampos precisam ser autorizados para ter valor legal.

**ACM:** Enquanto ministro, nunca mandei fazer esse tipo de investigação. O SNI botava militares como operários, vestidos de macacão, dentro da Telefônica para fazer a escuta.

**Guilherme Schelb:** Hoje o que temos é uma estrutura fora do controle (Abin).

**ACM:** Um empresário de Mato Grosso foi na minha casa, chorou e disse que pagava propina para o Jader Barbalho (presidente do Senado).

**Luiz Francisco:** Ele deixou provas com o sr.?

**ACM:** Não. O cara do Ministério Público estadual lá do Pará fez sumir os cheques que incriminavam o Jader. O banco, que era o Itaú, passou tudo para o Banco Central, mas as provas eles só me dão se eu entrar com uma ação popular ou uma CPI. Eu acho que esse processo até já prescreveu.

**Eliane:** O processo pode até prescrever, mas a aplicação do dinheiro ele teria que devolver.

**ACM:** Mas não devolveu. E, mesmo sabendo desses casos de corrupção, o governo participou da operação para ajudar o Jader.

**Guilherme Schelb:** Toda vez que um órgão federal fiscaliza as atividades, há uma omissão desse órgão, que tem sede em Brasília... Então, o Banco Central, onde foi a fraude da BMF com o Banco Marka e FonteCidam?

**ACM:** A fraude está lá em São Paulo.

**Schelb:** Não. Foi no Banco Central... as decisões foram tomadas aqui...

**Fernando César:** É sempre assim... o pessoal da BMF liga para cá...

**ACM:** ...E o governo tem que abafar. DNER

**Luiz Francisco:** O sr. tem que entrar com uma Ação Cautelar Preparatória da Ação Popular...

**ACM:** É. Eu vou provocar, acusar. Eu tenho uma estratégia. Vou acusar e ele vai me interpelar. Aí eu vou confirmar que o chamei de Eliseu Quadrilha. Ele me processa e eu peço a exceção da verdade.

**Eliana Torelly:** Lá em Tocantins o negócio é pesado. Tem até kit para fraudar licitações...

**ACM:** É, lá em Tocantins o Jader está todo enrolado com o Siqueira. Tudo o que tem de irregularidade lá o Jader tá junto.

**ACM:** **Vou dizer aqui para vocês, a Heloísa Helena (senadora do PT-AL) votou a favor do Luiz Estevão. Votou a pedido do Renan Calheiros (senador do PMDB-AL). Depois ela disse que não votou, xingou... Eu tenho a lista de todo mundo que votou a favor e contra o Luiz Estevão.**

**Fernando César:** Mas isso não se pode falar. Tem que tomar cuidado. Ele pode querer anular e vai dizer que o sr. quebrou o sigilo da votação.

**ACM:** Anistiar o Luiz Estevão? Aí quebra o Senado... tem a opinião pública.

**Guilherme Schelb:** O Luiz Estevão e o Eduardo Jorge estão querendo indicar o novo presidente do Prodasen (Serviço de Processamento de Dados do Senado Federal).

**ACM:** Me dá o nome dele...

**Schelb:** Nilton Rabelo. Ele trabalhou com Eduardo Jorge, foi chefe de gabinete do Luiz Estevão e está envolvido diretamente com a fraude no Serpro (Serviço de Processamento de Dados do Senado Federal).

**Eliana Torelly:** Ele tem um currículo e tanto.

**Schelb:** Na apuração do esquema do Serpro, nós quebramos os sigilos dele, do Sérgio Otero, de várias pessoas e de um grupo de empresas que estão na fogueira.

**ACM:** Quem fez a Ellen (ministra Ellen Gracie Northfleet, do STF, que concedeu liminar tirando da assembléia baiana o poder de investigar irregularidades na Companhia Docas da Bahia) foi o Jobim

(ex-ministro da Justiça e também do STF). Mas, denunciar isso é impossível. Essa é a nossa Justiça. Joga por terra tudo, tudo!! Uma firma beneficiada nas irregularidades tem ligação com o escritório do Jobim e do Padilha (ministro dos Transportes). Eles são sócios. **Fernando César:** Na época da CPI do Judiciário chegaram mais de seis mil denúncias, algumas contra os ministros do STF. Mas tivemos que concentrar forças no Nicolau, senão abria muito o leque. Tenho toda a documentação do dinheiro e do sigilo bancário de Luiz Estevão. As ligações do Nicolau, aquela coisa toda. **Todo o sigilo bancário e telefônico dele eu diariamente vazava para a imprensa.** Tinha gente dele lá dentro da CPI do Judiciário, eu pegava tudo escondido (MEIRELES; SIMAS, PEDROSA, 2001, p. 26-29 (grifos nossos).

A fama de ACM na produção de dossiês, que já havia servido até de inspiração para personagem de novela<sup>30</sup>, ficou também comprovada no episódio. Depois que demitiu seus apadrinhados políticos, FHC tornou público que estava preparado para enfrentar o velho esquema de ACM, como comprova o trecho da reportagem veiculada pela mesma revista, na semana seguinte à defecção dos carlistas do governo:

Fernando Henrique e seus parceiros políticos preparam-se também para combater ACM num campo em que o senador se julga um craque – a produção de dossiês. Vai mostrar que não há nada mais falso do que a pose do senador paladino da moralidade. Está passando um pente fino nas administrações de todos os apadrinhados de Antônio Carlos. ACM vai experimentar o gostinho do próprio veneno: dossiês de todos os tipos vão começar a despencar sobre a sua cabeça. FHC resolveu mandar a Infraero – a estatal responsável pela administração dos aeroportos em todo o País – fazer, por exemplo, uma devassa nas obras de ampliação do Aeroporto Luís Eduardo Magalhães, em Salvador. Apontada pelo Tribunal de Contas da União como suspeita de irregularidades graves, a obra está sendo tocada pela OAS (MEIRELES; ABDALA; FILGUEIRAS, 2001, p. 24).

Até então, a preocupação de FHC fazia sentido, porque a violação do painel ainda não havia sido provada. Certo, apenas, era a existência da lista. A situação de ACM, porém, se complica no início de abril, quando o laudo dos engenheiros de computação da Universidade de Campinas (Unicamp), contratados pelo Senado para atestar a inviolabilidade do painel, confirma a possibilidade de fraude. Por outro lado, os outros dois procuradores que participaram do encontro com ACM admitem, em depoimento reservado ao Conselho de Ética do Senado, que ele realmente falou sobre a lista de quem votou a favor e contra a cassação de Luiz Estevão. O tiro de misericórdia veio do operador do painel, Heitor Ledur,

---

<sup>30</sup> O personagem do ator Lima Duarte na novela *Porto dos Milagres*, que vivia produzindo dossiês contra seus adversários políticos, foi inspirado em ACM, segundo o autor do folhetim Agnaldo Silva.

que confessou ter alterado o sistema de votação para possibilitar a impressão da lista dos senadores com seus respectivos votos.

A confissão de Ledur levou a ex-diretora do Serviço de Processamento de Dados do Senado (Prodasen), Regina Célia Borges, a assumir a autoria da fraude, depois de tê-la negado com veemência. Em depoimento ao Conselho de Ética, em 19 de abril, ela revelou que comandou a violação do painel a pedido do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), que lhe falou em nome do então presidente do Senado. A ordem foi confirmada pelo próprio ACM que depois de receber a lista lhe telefonou para agradecer o serviço. A ex-diretora do Prodasen contou ainda ter começado a ficar preocupada com o desfecho do episódio, quando leu uma nota publicada na Coluna Ricardo Boechat, do jornal O Globo, na qual o jornalista revelava o voto da senadora Heloísa Helena a favor de Luiz Estevão (MIRANDA, 2001, p. 32-33).

A sessão de acareação entre a ex-diretora do Prodasen e os dois senadores, realizada pelo Conselho de Ética, em 3 de maio, selou definitivamente o destino de ACM: renunciava ou seria cassado, perdendo seus direitos políticos por oito anos. Ainda assim, ele tentou viabilizar a sua permanência no Senado através do seu PFL e do governo. Em 9 de maio, traindo seus aliados da oposição, retirou o apoio da sua bancada à criação da CPI da Corrupção, a mesma CPI que reiteradas vezes cobrou de FHC. Mas o presidente não se sensibilizou (MEIRELES; PEDROSA, 2001a, p. 35). No dia 30 de maio de 2001, ACM renunciou ao mandato de senador para não ser cassado. No discurso, recheado de críticas ao governo e aos colegas do Conselho de Ética, ACM poupou o presidente do Senado Jader Barbalho (MEIRELES; PEDROSA, 2001b, p. 26). ACM foi substituído pelo filho ACM Jr., que era seu suplente.

Durante todo o processo, entre a descoberta da fraude e a sua renúncia, ACM contou com a complacência de boa parte da mídia, sobretudo, a de propriedade dos amigos, como a revista *Veja* e a Rede Globo. Denunciada pela revista *Isto É*, em 28 de fevereiro, a violação do painel só ganha destaque nesses veículos depois do depoimento da ex-diretora do Prodasen, em 19 de abril. Na sua edição de 14 de março, a *Veja* chega a desmentir a reportagem da *Isto É*. Com o título ... *E todo o barulho era só fita – Conversa de ACM com procuradores não é o que foi publicado*, a matéria, assinada pelo jornalista Rudolfo Lago, traz o seguinte trecho, logo na abertura:

Além da jabuticaba, o Brasil acaba de ganhar outra exclusividade mundial: é a fita que faz um tremendo barulho, derruba dois ministros, coloca um senador

sob risco de cassação de seu mandato – e, depois de todo esse salseiro, constata-se que a fita não era bem aquilo (LAGO, 2001, p. 47).

Na contramão da cobertura dos demais veículos, a revista já publicara na edição de 7 de março, em pleno processo de investigação da fraude, matéria assinada por um enviado especial a Miami, onde ACM auto-exilou-se, intitulada *A bala que ACM vai disparar – O senador descobriu que um tucanão cobrou propina de 90 milhões na venda das teles*, fato esse nunca revelado por ACM. A edição de 25 de abril marca a entrada da *Veja* na cobertura da fraude do painel, mas em todas as chamadas de capa e títulos das matérias, a preocupação em poupar ACM é evidente. Nesta edição, por exemplo, o título da matéria sobre o depoimento da ex-diretora do Prodasen é: *Semana de Fúria – O Senado vive seu momento mais conturbado em décadas. Acusações graves pesam sobre três de seus maiores caciques*. A reportagem traz informações sobre a violação do painel, mas destina um destaque bem maior para denúncias contra Jader Barbalho, as mesmas que já haviam sido veiculadas no início do ano, antes da eleição do senador paraense para a Presidência da Casa.

*A Ilha da fantasia – Engolfado numa crise avassaladora, o Senado protagoniza um festival de mentiras – de funcionários e parlamentares – e tenta reagir pressionado pela opinião pública* é o título da matéria veiculada em 2 de maio, sobre a sessão de acareação dos dois senadores e da ex-diretora do Prodasen. Na edição seguinte, com a situação de ACM já irreversível, a manchete é *A Hora da Verdade – A opinião pública quer mandar ACM e Arruda para casa. Mas o senado ainda não sabe o que fazer*. Com a renúncia eminente, a edição de 23 de maio registra: *Pronto para a renúncia* e na edição de 30 de maio, enfatiza mais as ações de ACM do que a sua decisão oficial de renunciar: *Data e hora marcadas para a renúncia – Depois da despedida de Arruda, ACM promete abandonar o mandato e ameaça tocar o trombone contra o governo*. A matéria que fecha o ciclo da cobertura de *Veja* circula na edição de 6 de junho com o título *Meu mundo caiu – Ao renunciar ACM tenta salto triplo: parecer de oposição, vitorioso e perseguido*.

Na Globo, a cobertura da fraude no painel também é comedida até o fim de abril. A partir do depoimento da Regina Borges, tanto a TV quanto o jornal abrem espaço para matérias isentas sobre os fatos, inclusive para as manifestações locais contra ACM e os protestos dos estudantes baianos que culminaram no conflito com a PM e a invasão da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 16 de maio. Mas para exibir as cenas de pancadaria da polícia militar baiana, a Globo teve que comprar as imagens feitas pelo



cinematógrafo do Sindicato dos Bancários, porque a sua retransmissora local, a TV Bahia, apesar de ter as imagens, recusou-se a retransmiti-las (PAIVA, 2001, p. A31).

A atitude da TV Bahia causou profundo mal estar com os filhos do empresário Roberto Marinho, que haviam assumido a direção dos negócios depois do afastamento definitivo do pai. A Rede Globo chegou a cogitar a possibilidade de não renovar o contrato de retransmissão com a rede baiana que venceria em agosto daquele mesmo ano. Os filhos de Marinho chegaram a sondar o empresário Roberto Coelho, irmão do ex-governador Nilo Coelho, e atual proprietário da TV Aratu, a antiga retransmissora da Globo no estado. Mas retrocederam a pedido do pai e renovaram o contrato com a família de ACM, na condição de poder exercer uma espécie de intervenção, mantendo um diretor da rede dentro da TV Bahia (PAIVA, 2001, p. A31). Desde 2001, a Rede Bahia conta com a colaboração do jornalista Roberto Appel, responsável por equilibrar a cobertura política do jornalismo local.

A preocupação da Globo com o controle da informação exercido por ACM, através da TV Bahia, tem sua lógica na análise da expressiva audiência registrada pela TV Senado e outras emissoras abertas que transmitiram, ao vivo, os momentos mais quentes do processo de investigação da fraude no painel pelo Conselho de Ética. Em 26 de abril, na transmissão ao vivo do depoimento de ACM no Conselho, o SBT bateu a Globo. Segundo dados do Ibope, publicados pela *Folha de São Paulo*, o SBT teve uma audiência média de 13 pontos, entre às 14h30min e às 17h30min, contra 11 pontos da Globo (que exibia filme), 5 da Record e 1 da Band, que também transmitiam o depoimento de ACM (SBT transmite..., 2001, p. A9).

O depoimento de ACM também aumentou a audiência do site do Senado na Internet. O número de acessos à página da TV Senado, que costuma ser de 200 a 300 por dia, chegou a 2.500 acessos diários, nos momentos de maior tensão nas reuniões do Conselho de Ética. O depoimento seria transmitido ao vivo pela Web, mas o número de internautas foi tão grande que acabou congestionando o site do Senado, que ficou fora do ar das 15 às 17h. A crise no painel elevou também a audiência da TV Senado, mas o diretor da TV não dispõe de números, mas revelou à *Folha* que o retorno dos telespectadores, através de telefone e e-mail, foi bastante expressivo (PAIVA, 2001, p. A31).

Além do acompanhamento cotidiano dos acontecimentos políticos mais importantes, as novas tecnologias de informação e comunicação proporcionaram também revelações interessantes sobre um outro modo do grupo de ACM tratar a informação: o plágio. As primeiras seis linhas do discurso de renúncia do senador é uma cópia literal de um pronunciamento feito pelo então deputado Afonso Arinos, em 9 de agosto de 1954, coincidentemente o mesmo ano que ACM entrou para a vida política. A pequena fraude foi

descoberta por Sérgio Farias, do Blog Catarro Verde, depois noticiado pelo jornalista Marcelo Tas, no seu programa Vitrine, da TVE e, no dia seguinte era chamada de capa dos principais jornais de circulação nacional, como mostra o texto do post de Farias, que reproduzimos abaixo:

Caralho! Descobri que nem mesmo no discurso de renúncia o ACM foi honesto: plagiou um discurso do Afonso Arinos, da antiga UDN, em que este pedia a renúncia de Getúlio Vargas após o famoso atentado a Carlos Lacerda na Rua Toneleros (RJ). O discurso está no livro/álbum **Grandes Momentos do Parlamento Brasileiro** (Senado, 1998, vol. 1, pg. 16 e CD correspondente) e foi copiado sem que o pilantra citasse a fonte. Detalhe: a apresentação desse livro/álbum foi feita pelo próprio ACM, em 98. Muita cara-de-pau. O plágio começa já no primeiro parágrafo do discurso de renúncia.

**Afonso Arinos, em 9 de agosto de 1954:**

[...] no momento em que a maior justiça se encontrou com a maior injustiça, e no dia em que o erro supremo se defrontou com a suprema verdade, e neste dia o juiz [...], o representante do poder estatal, que era Pôncio Pilatos, em face da perturbadora fúria [...], esquecendo-se dos deveres morais que incumbiam a sua pessoa e dos misteres políticos que incumbiam ao seu cargo, respondeu, a uma advertência, com estas palavras melancólicas: “– Mas o que é a verdade?”

**ACM, em 30 de maio de 2001:**

*No momento em que a maior justiça se encontrou com a maior injustiça, e no dia em que o erro supremo se defrontou com a suprema verdade, nesse dia o juiz, o representante do poder estatal, que era Pôncio Pilatos, em face à perturbadora fúria, em face das multidões arrebatadas, esquecendo-se dos deveres morais que incumbiam à sua pessoa e dos misteres políticos que incumbiam ao seu cargo, respondeu com estas palavras melancólicas: “– Mas o que é a verdade?”*

**Sergio Faria...8:20 AM”**

De volta à Bahia, para minimizar a repercussão da onda de protestos gerados pela sua renúncia, ACM e seu grupo tiveram que produzir manifestações de agravo em seu próprio favor. Uma delas foi a publicação, por mais de uma vez, de um manifesto assinado por centenas de personalidades do mundo político, cultural e artístico do estado, em 14 páginas do seu *Correio da Bahia*. Em outra frente, distribuiu, gratuitamente, para segmentos específicos da população, o livro *ACM: Ninguém cala esta voz*, de autoria do filho ACM Jr., editado e impresso pela gráfica do Senado.

Com a situação política contornada, apesar do desgaste, ACM teve ainda muita dor de cabeça com a fraude do painel. Depois da renúncia, teve que preparar a sua defesa em outra seara, a jurídica. Além do processo movido pelo Senado, ACM naquela altura respondia também a ações movidas pelo presidente da República, que havia sido, por diversas vezes,

atacado por ACM. Para não ser processado, o ex-senador teve que redigir duas cartas a FHC se retratando pelas acusações formuladas durante o processo. Com a retratação, o presidente pediu o arquivamento das ações (ACM se retrata..., 2001, p. 11). O processo aberto pelo Senado foi extinto pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em 2003. Na entrevista que concedeu à revista *Veja*, depois das eleições de 2006, ACM reconheceu que a briga com Jader Barbalho foi o seu erro político mais grave. Foi também quando mais sentiu a ausência do filho morto Luís Eduardo Magalhães (OYAMA, 2006).

#### **4.4.2 O controle da informação pessoal: os grampos e a invasão da privacidade**

A crise provocada pela fraude no painel do Senado não foi suficiente para afastar ACM da prática de colher informações por meios ilícitos. Menos de um ano depois da sua renúncia, ele e seu grupo protagonizaram outro escândalo político<sup>31</sup>. A mando de ACM, a Secretaria de Segurança Pública da Bahia (SSP) promoveu um festival de escutas clandestinas, popularmente denominadas de grampos, em centenas de telefones na Bahia e fora do estado. Entre as vítimas, encontravam-se os deputados Geddel Vieira Lima (PMDB), Nelson Pelegrino (PT), Jutahy Magalhães Júnior (PSDB), o ex-deputado e antigo aliado Benito Gama (PTB), a sua ex-namorada Adriana Barreto, filha do desembargador Amadiz Barreto, e o atual marido dela, o advogado Plácido Farias. Todos eles foram grampeados durante 90 dias, entre 19 de maio e 21 de agosto de 2002, no período pré-eleitoral. Como na fraude do painel, a origem do crime foi descoberta pela inconfidência do próprio autor que, utilizando as informações obtidas nas escutas, acabou passando também para a imprensa a forma como as tinha conseguido.

Vítima de matérias negativas na imprensa, fruto de informações plantadas por ACM, o deputado Geddel Vieira Lima passou a desconfiar que havia algo estranho com o seu telefone celular, em julho de 2002, quando começou a aparecer, na coluna política do *Correio da Bahia*, notinhas de suas conversas telefônicas. Em agosto, ele já estava convencido de estar sendo alvo de grampo e, em ofício ao Ministério da Justiça, solicitou uma varredura nos seus telefones e em um de seu pai, o ex-deputado Afrísio Vieira Lima. Um mês depois enviou um outro ofício à Polícia Federal, pedindo a mesma providência. Faltando poucos dias para as

---

<sup>31</sup> Escândalo político é aqui entendido como fato ou acontecimento amplamente divulgado pela mídia, que implica certos tipos de transgressões e envolve indivíduos ou instituições do campo político, atingindo a sua reputação - capital simbólico (THOMPSON, 2000, p. 37).

eleições, finalmente recebeu uma equipe da PF em seu apartamento, em Salvador, para fazer a varredura. No laudo preliminar, a PF confirmou as suspeitas do deputado. Com o documento em mãos, requereu informações da TIM Maxitel e da Telemar, as operadoras dos seus telefones. No dia 28 de novembro, recebeu ofício da TIM Maxitel, dando conta de que o seu celular era objeto de questão jurídica na Vara Criminal de Itapetinga. Atônito, o parlamentar pediu ao seu advogado que fosse ao município saber do que se tratava. Foi, então, que a fraude começou a aparecer<sup>32</sup>.

A história do grampo remonta a março de 2002, quando o delegado Valdir Barbosa, braço direito da então secretária de Segurança Pública, Kátia Alves, e policial de confiança de ACM, procurou a juíza Tereza Cristina Navarro Ribeiro, da Vara Criminal de Itapetinga, pedindo autorização para o monitoramento de 24 telefones de suspeitos de envolvimento em crime de seqüestro. Apesar dos culpados já estarem presos, o delegado convenceu a juíza de que se tratava de uma quadrilha e que ele precisava identificar o restante da gangue (SOUZA, 2003a, p. 12-13).

Com essa mesma justificativa, Barbosa, que logo depois da primeira autorização da juíza havia sido promovido a delegado-chefe da Polícia Civil baiana, obteve mais cinco autorizações judiciais para novos telefones. Com um volume grande de números, o delegado falsificou o ofício da juíza e acrescentou ao documento que seria encaminhado às operadoras, outros tantos números, inclusive escritos à mão, como foi o caso do número do celular do deputado Geddel (SOUZA, 2003a, p. 12-13).

Ao todo, foram grampeados 232 telefones, atingindo mais de 200 pessoas, entre políticos, jornalistas, profissionais liberais e desconhecidos. Para realizar a operação nos 90 dias, a secretária de Segurança Pública reservou uma sala especial para a degravação das fitas e adquiriu um sofisticado equipamento de escuta e transcrição, que custou aos cofres públicos US\$ 12 mil (SOUZA, 2003a, p. 12-13).

Antes mesmo da conclusão do inquérito aberto pela PF, o comando e a participação de ACM no crime já estavam comprovados. De posse das degravações das conversas dos adversários, o próprio ACM se encarregou de entregar a jornalistas o resumo das conversas atribuídas a Geddel Vieira Lima, em forma de relatório, com algumas anotações manuscritas, do próprio punho, mas com a ressalva: “não tenho nada a ver com isso” (CUNHA; DINIZ, 2003c, p. 29-33). Na edição de 26 de fevereiro de 2003, a revista Isto É resolveu revelar a fonte da matéria sobre os grampos, publicada na edição anterior, e o teor da conversa de ACM

---

<sup>32</sup> Informações prestadas durante entrevista concedida por Geddel Vieira Lima à autora desta Dissertação, em 8 de junho de 2004.

com o repórter Luiz Cláudio Cunha, a quem havia entregado o resumo das gravações das fitas e confidenciado a forma como a obteve.

Eu mandei grampear o Geddel', disse o senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), sem ser perguntado, ao repórter Luiz Cláudio Cunha, de ISTOÉ, na tarde de quinta-feira, 30 de janeiro, um dia agitado no Congresso, conturbado pelos últimos acertos políticos para a eleição das mesas da Câmara e do Senado. ACM discorria sobre seu acerto de contas com um arquiinimigo na Bahia, o deputado federal Geddel Veira Lima, durante anos o poderoso líder da bancada do PMDB e candidato, naquele dia, a primeiro secretário da Mesa. O repórter procurava esclarecer fatos que envolviam o nome do deputado com denúncias de corrupção e, nesse campo, o senador é sempre uma fonte incansável. [...] 'O que eu vou lhe dizer você não pode publicar: eu mandei grampear o Geddel. Gravei quase 200 horas de conversas vergonhosas dele, inclusive com o presidente da República.' Surpreso com a revelação, o repórter pergunta se o próprio senador gravou. 'Não, uns amigos meus gravaram. Gravaram tudo, a meu pedido. [...] ACM esclareceu que o documento de 170 páginas sob o título "Relatório confidencial", com o registro de 126 conversas de Geddel entre 19 de maio e 21 de agosto de 2002, não é a gravação, mas "um resumo do CD que mandei gravar". A reportagem de ISTOÉ indaga pelo CD original, e o senador faz uma nova revelação: "Eu não tenho mais. Na época em que estava sendo grampeado, o Geddel desconfiou de alguma coisa, acionou a Polícia Federal e o meu pessoal destruiu o material de gravação... Se apavoraram e, sem me consultar, destruíram o material. Destruíram tudo. Fiquei irritadíssimo quando soube que destruíram..." Quando o repórter pede para ver o material, ACM recusa: "Não, isso aqui é um crime, não posso lhe mostrar." O senador revela que os únicos repórteres que receberam o material, "em confiança", foram dois jornalistas, um da *Folha de S.Paulo* e outro da revista *Veja*. "Mas ninguém tem o CD. Eu não disse que ele foi destruído? Fiquei puto por isso. O que a *Folha* tem é isso, o resumo. A primeira parte é em ordem cronológica. Depois, na segunda parte, o material está reunido por temas. Está tudo aqui, com algumas anotações minhas, alguns comentários". Se alguns jornalistas têm, o senhor podia nos dar uma cópia também, insiste o repórter. "Não, não pode publicar isso. Isso é crime", repete o senador. O jornalista da revista esclarece que o material, por ser mero resumo e não a transcrição do grampo, não pode ser publicado, mas pode servir como pré-pauta para futuras investigações. ACM concorda, sob o compromisso de receber o material de volta até o final da tarde do dia seguinte, sexta-feira 31 de janeiro. "Vou viajar à noite para Salvador e preciso dele (CUNHA; DINIZ, 2003a, p. 26).

No trecho da reportagem da revista, confirmada, posteriormente, em depoimento do repórter Luiz Cláudio Cunha ao Conselho de Ética do Senado, ACM, mais uma vez, expõe o controle que exerce sob a máquina pública e como a utiliza em benefício próprio. Da mesma forma que usou a ex-diretora e os técnicos do Prodasen para fraudar o painel do Senado e obter informações sigilosas dos votos dos senadores, ACM utilizou os recursos técnicos, humanos e financeiros da Secretaria de Segurança Pública da Bahia para fraudar documentos

judiciais e grampear seus adversários locais e conseguir informações sobre eles. Igualmente, recorre a meios ilícitos para elaboração de dossiês contra seus inimigos e desafetos. Do mesmo modo, utiliza a imprensa para veicular informações que vão denegrir a imagem pública e a honra de pessoas e, exatamente do mesmo jeito, acaba confessando um crime para mostrar-se bem-informado.

Outro padrão recorrente, exposto pelos dois episódios, é a forma como ACM direciona o enquadramento das notícias, articulando para que informações de pouca significância pareçam atos ilícitos ou grandes revelações sobre o caráter dos seus adversários. Esse expediente fica claro ao confrontarmos os trechos de sua conversa com o repórter da revista *Isto É* e o resumo das degravações das conversas do deputado Geddel, publicados pela imprensa, a partir do documento que foi passado pelo próprio ACM: “Gravei quase 200 horas de conversas vergonhosas dele (Geddel), inclusive com o presidente da República”, diz ACM ao repórter, dando a entender que “essas conversas” comprovariam atos de corrupção do deputado.

Entretanto, nos trechos selecionados e publicados pela imprensa, extraídos das 170 páginas do “relatório confidencial” entregue por ACM, a promessa não se concretiza. As partes escolhidas, que, pela lógica dos critérios jornalísticos, seriam as mais comprometedoras, não revelam nem sugerem nenhum ato ilícito do deputado. Os três veículos – jornal *Folha de São Paulo* e as revistas *Veja* e *Isto É* – que receberam o resumo das degravações não publicaram nada de desabonador contra Vieira Lima, como pode ser observado abaixo:

A mãe, Marluce, também foi acionada no dia 23 de maio, uma quinta-feira, às 18h5032s. O tema é a investigação da Receita Federal sobre fazendas e imóveis da família, denunciada na imprensa. Dona Marluce reclama que estão “exagerando” nos pedidos de documentos (movimento diário de 1997 e mensal de 97 a 99). Geddel manda guardar cópia do pedido e diz que na terça-feira vai a FHC reclamar do “absurdo”. As contas são do antigo Bamerindus e dona Marluce acha que não vai conseguir a papelada no limite de dez dias. Geddel, diz o resumo, se compromete a pedir um prazo maior a FHC (CUNHA; DINIZ, 2003c, p. 30).

Em outro trecho, na reprodução de uma conversa com o presidente FHC, que ACM qualifica como “vergonhosa”, o que se vê é outro blefe:

O próprio Serra, preocupado com a subida de Ciro Gomes nas pesquisas, liga em 10 de junho, às 7h00m54s. “Ele é um desequilibrado, mistura de Collor e ACM”, diz o tucano. Geddel aconselha Serra a explorar o apoio do PPS a Collor em Alagoas. No dia 15 de junho, às 9h55m22s, Geddel liga para FHC,

reclamando da desorganização da campanha de Serra. “Tem que haver um comando mais político, mais ativo”, concorda o presidente. “Não vamos entregar a rapadura, assim.” Geddel emenda: “E entregar para o que há de pior (Ciro). Nesse nível, prefiro o barbudo (Lula).” Geddel reclama de Serra: “Ele não pode chegar aos lugares de mau humor.”. “Na tevê, isso é decisivo”, completa FHC. Geddel diz que está angustiado com os rumos da campanha. “Eu também”, confessa o presidente (CUNHA; DINIZ, 2003c, p. 30).

Acrescido da observação de ACM, manuscrita ao lado “Corrupção”, o trecho a seguir não revela nenhuma prova ou mesmo evidência de envolvimento de Vieira Lima em negócios escusos:

No dia 8 de junho, a prova de que o araponga madrugava para executar seu ofício: a gravação começa às 5h01m54s, horário ideal para confidência entre mãe e filho. O registro diz que era Geddel ligando para a mãe, dona Marluce, para comentar uma denúncia do *Correio da Bahia*, jornal de ACM, contra ele e Benito. Ele se diz aliviado por não ter saído nada em O Globo: “Foi melhor não ter saído nacionalmente”, disse Geddel, segundo o grampo. O deputado comenta com a mãe que Benito pode perder a influência que tem na Receita Federal e, por isso, tem conversado com Everardo Maciel. “Eu quero que ele se foda”, desdenha Geddel de Benito (CUNHA; DINIZ, 2003c, p. 30).

O trecho que pode ser classificado como “mais comprometedor” e que merece um comentário do repórter: “Os trechos do documento vão esquentar o Congresso como fritura no dendê e muito parlamentar graúdo pode sair queimado”, revela apenas tráfico de influência do parlamentar para conseguir uma audiência para um representante da Odebrecht:

Cláudio Melo liga no dia 23 de maio, às 12h31m43s, para reclamar da ameaça de cancelamento da concorrência do porto de Alcântara, no Maranhão, só porque a empreiteira Camargo Corrêa foi desclassificada. No relatório em poder de ISTOÉ, sobre o nome sublinhado de Melo, anotação de ACM indica sua origem funcional: Odebrecht. Oito minutos depois, às 12h39m50s, Geddel liga para Temer e este coloca na linha ninguém menos que o ministro dos Transportes, João Henrique, que promete analisar o caso. No dia 11 de julho, às 12h26m39s, Melo, da Odebrecht, volta a ligar, reclamando que o ministro não o recebe. No minuto seguinte, 12h27m00s, Geddel liga para o ministro, que se dispõe a receber o executivo da Odebrecht depois do expediente – às 21h (CUNHA; DINIZ, 2003c, p. 30).

As informações passadas à imprensa eram também utilizadas por ACM para denunciar o deputado às autoridades do governo FHC. Em março de 2003, durante a apuração dos grampos pelo Conselho de Ética do Senado, Vieira Lima apresentou, como uma das provas do envolvimento de ACM na fraude, documentos enviados pelo senador baiano ao ministro da

Casa Civil Pedro Parente, denunciando “uma tentativa de corrupção na Codevasf” e, em outro ofício, informa “ter notícias” das articulações de Vieira Lima para anular a concorrência em Porto de Alcântara, no Maranhão. As datas das correspondências coincidem com as datas das escutas, anotadas pelos arapongas, no “relatório confidencial”, passado aos jornalistas por ACM, como mostram o fax símile, publicado pela revista *Isto É*, na edição de 12 de março de 2003, com a seguinte observação do repórter:

Documentos oficiais assinados pelo senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) que circulam pelo Palácio do Planalto mostram que as denúncias que ele fazia ao presidente Fernando Henrique Cardoso e a vários de seus ministros – apontando supostas falcatruas de adversários políticos – tinham origem ilícita. As fontes de informação do senador eram as conversas entre políticos e autoridades baianas grampeadas pelo esquema de escuta clandestina montada na Secretaria de Segurança Pública da Bahia. **A reportagem de ISTOÉ fez a comparação do conteúdo das cartas-denúncias enviadas por ACM ao governo passado com o resumo do grampo que o próprio senador distribuía aos repórteres de diversos veículos.** O resultado é uma perturbadora e crucial evidência de seu envolvimento direto na origem e nas consequências da arapongagem. Em pelo menos quatro correspondências enviadas para os ex-ministros Pedro Parente (Casa Civil), Guilherme Dias (Planejamento) e Anadyr Rodrigues (Corregedoria-Geral) entre maio e setembro de 2002, o senador reproduz com riqueza de detalhes informações que só um leitor privilegiado dos grampos poderia ter. Não era mera coincidência: as cartas de ACM apareciam no Planalto dias depois que os arapongas escutavam as conversas e as transcreviam. O que era produto de escuta ilegal se transformava, na linguagem formal utilizada pelo senador na correspondência, em “tenho notícias (CUNHA; DINIZ, 2003b, p. 26) (grifos nossos).

O processo investigativo sobre os grampos telefônicos na Bahia prosseguiu durante quase o ano todo. O enredo, que ganhou corpo com a descoberta dos grampos nos telefones da ex-namorada de ACM e do atual marido dela, Plácido Faria, assumiu uma dimensão ainda maior em abril, quando as investigações da Polícia Federal apontavam a extensão do crime: o número original de 232 telefones monitorados era apenas a ponta de um iceberg. Na verdade, os policiais da Secretaria de Segurança Pública haviam gravado conversas de mais de mil pessoas em cinco estados, a partir da falsificação dos documentos emitidos pela juíza de Itapetinga e por outros juizes de comarca do interior. No rol dos grampeadas, estão pessoas que nem sequer imaginam o motivo de terem suas conversas monitoradas. Mas, na sua maioria, a lista envolve o nome de pessoas ligadas ao marido de Adriana Barreto, como a sua ex-mulher, amigos, cunhado e outros familiares, e outras tantas, ligadas a políticos do PFL ou a seus adversários ou desafetos (CUNHA; DINIZ, 2003c, p. 29-33).



A dimensão da rede montada por ACM e seu grupo na Bahia, para recolher informações, foi exposta pela primeira vez, na sua total plenitude, nesta mesma ocasião. O que os políticos baianos já desconfiavam há muito tempo ficou comprovado por uma reportagem da revista Carta Capital. Assinada pelo jornalista Luiz Alberto Weber, a matéria desnudou o esquema de ACM e tornou pública a utilização da informação como base de sustentação do modelo político e administrativo do grupo. Segundo a matéria, que é fundamentada em investigação do Ministério Público Federal, a rede é dividida em duas bandas, a A e a B (WEBER, 2003, p. 24).

A banda A, revelada pelo escândalo dos grampos, é formada por agentes do serviço público e comandada pela Secretaria de Segurança Pública do estado. A este grupo é atribuída a função de monitorar os assuntos mais íntimos e reservados. A banda B, conforme apurou o repórter, é monopólio das empresas privadas de segurança do empresário Cláudio Neves, mais conhecido na Bahia por ser cônsul do Gabão. Atualmente prefeito do município de Itaparica, Neves é dono de um sofisticado aparelho, chamado no meio policial de “Guardião”, capaz de gravar até 400 conversas simultâneas. Todas as conversas captadas pelo “Guardião” são repassadas para o ex-eterno chefe da Casa Militar dos governos carlistas, coronel Cristóvam Rios (WEBER, 2003, p. 24). Seriam produtos da banda B, por exemplo, as gravações das conversas dos deputados federais que deixaram o PFL e migraram para o PMDB, em 2001, supostamente atraídos pelo dinheiro oferecido pelo deputado Geddel Vieira Lima, como veremos mais adiante (WEBER, 2003, p. 24).

Como se trata de um serviço pago e pouco reservado, uma vez que os manipuladores são capitalistas do grampo, sempre dispostos a negociar o melhor preço, os assuntos mais íntimos e reservados ficariam a cargo dos analistas da Banda A, enquanto a tarefa de monitoramento geral do Estado ficaria com o Guardião (WEBER, 2003, p. 24).

Apesar de todas as provas levantadas pela Polícia Federal e o Conselho de Ética do Senado, uma manobra política, articulada pelo ex-presidente José Sarney, à época presidente do Senado, e o então chefe da Casa Civil da Presidência da República, José Dirceu, livrou ACM de uma segunda cassação. A jogada previa o arquivamento do processo contra a ACM no Senado pelo presidente da Casa, que justificou a decisão com o argumento de que o inquérito da Polícia Federal seria encaminhado ao Supremo Tribunal Federal (STF) que, por sua vez, julgaria os supostos crimes cometidos por ACM. Em contrapartida, os aliados de ACM ajudariam a sepultar os pedidos de CPI que estavam emperrando a pauta do Congresso Nacional e adiando as votações de interesse do governo Lula, como os projetos de reforma da

Previdência, entre outros (CUNHA; DINIZ, 2003d, p. 30-32). Em outubro de 2003, o Ministério Público Federal denunciou ACM como autor intelectual dos grampos na Bahia e por formação de quadrilha. Mas em abril de 2005, o STF determinou o arquivamento da denúncia do MPF.

Ao contrário do que foi verificado na fraude do painel, quando ACM contou com o respaldo da mídia, mas não encontrou sustentação política, no episódio dos grampos telefônicos dá-se exatamente o oposto. Junto aos seus pares, o senador baiano conseguiu se livrar das acusações e sair impune das investigações do Conselho de Ética. Entretanto, já não contou mais com o mesmo beneplácito dos órgãos da imprensa nacional. Tanto a antiga aliada, a revista *Veja*, quanto a revista *Época*, da editora Globo, do amigo Roberto Marinho, não só destacaram a verdade factual como produziram matérias investigativas sobre a questão, incluindo entrevistas exclusivas com Adriana Barreto e Plácido Faria. Foram bastante críticos também em relação às articulações do governo e do Senado, que lhe permitiram sair ileso do processo.

#### **4.4.3 Novos grampos: a história se repete com o Judiciário**

A rede montada por ACM para obter informações confidenciais sobre os seus adversários continuou a funcionar na Bahia, mesmo depois da exposição a que foi submetida com o escândalo dos grampos. Em dezembro de 2005, ele repetiu o mesmo expediente para atacar seus adversários. Neste caso, porém, o alvo não foi um inimigo político, mas desembargadores do Tribunal de Justiça da Bahia. Como vimos anteriormente, ACM perdeu o controle que exercia no Judiciário baiano em 2002, com a eleição do desembargador Carlos Alberto Dultra Cintra para a presidência do TJ. Na tentativa de retomar o antigo domínio, através da candidatura de seu irmão, Eduardo Jorge Magalhães à presidência do Judiciário baiano, ACM mandou grampear os telefones de várias pessoas ligadas a Dultra Cintra e ao candidato dele na disputa, Benito Figueiredo. Logo após a vitória de Figueiredo, eleito pela maioria expressiva de desembargadores (20 votos a 6), ACM publicou no *Correio da Bahia* matéria sobre uma conversa, fruto de escuta clandestina, à qual o jornal teria tido acesso, entre o advogado e irmão de Dultra Cintra, Luciano Cintra, funcionário da Companhia de Ação e Desenvolvimento Regional (CAR), órgão do governo, e o arquiteto Fernando Frank.

Segundo o jornal, Frank estaria ofertando anéis de brilhante para as desembargadoras do TJ em troca de voto para Benito Figueiredo. Na matéria, o jornal afirma que o CD gravado com o diálogo entre os dois personagens teria sido enviado para dezenas de jornalistas e veículos de comunicação, entre eles o *Correio da Bahia*, edição de 11 de dezembro de 2005, página 3, por um remetente identificado como "Xuxu TooMuch". Com as edições do seu *Correio da Bahia*, dos dias 11 e 12 de dezembro de 2005, nas mãos, ACM foi a Tribuna do Senado no dia seguinte para “denunciar a corrupção na Justiça baiana” e pedir a apuração do caso pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) (ACM denuncia..., 2005, p.3).

No mesmo dia, o jornal *A Tarde* publicava também matéria sobre o assunto, mas com outro enfoque: o TJ, a OAB e os deputados de oposição da Assembléia Legislativa da Bahia iam acionar a Polícia Federal para investigar não as acusações contra o TJ, mas a origem dos grampos telefônicos “que voltavam a assustar a Bahia”. Segundo a matéria do jornal, *A Tarde* também teria recebido o mesmo CD, remetido sob o mesmo pseudônimo, mas este não trazia as informações que teriam embasado as denúncias que ACM fez no dia anterior da tribuna do Senado e analisa que “ as transcrições publicadas pelo *Correio da Bahia*, de propriedade da família do senador, também não apresentam falas que confirmem a denúncia de Magalhães”. (OLIVEIRA, 2005, p. 12).

As semelhanças deste episódio com o escândalo do grampo de 2003, embora sejam bastante consistentes, restringiram-se à escuta telefônica e ao seu arauto reverberador. Em nenhum momento veio a público se ACM tentou passar as informações para outro veículo que não fosse da sua propriedade, nem se assumiu a sua autoria. A repercussão dos fatos, que ficou limitada ao âmbito do estado, não trouxe vantagem para quem pretendia transformá-lo em escândalo, nem acarretou prejuízo para aqueles que cometeram o ilícito de invadir a privacidade alheia. Por outro lado, no entanto, maculou a imagem do arquiteto e colocou sob suspeição a vitória do presidente do Judiciário.

#### **4.4.4 O controle da informação midiática contra os adversários: as vítimas**

No arsenal de estratégias usadas pelo grupo de ACM contra seus adversários, a informação midiática é, sem dúvida, a que tem sido mais eficiente para manter a sua hegemonia política no estado. Como vimos no Capítulo 3, a perseguição e a truculência no

combate contra seus adversários são características redundantes no modelo político adotado por ele e seu grupo. Mas o principal trunfo é a manipulação de informações veiculadas pela mídia, sobretudo nos órgãos de imprensa de sua propriedade. São, preferencialmente, informações que podem minar ou denegrir reputações e honras e que acabam por consolidar uma imagem pública negativa.

Nessa seara, como vimos anteriormente, ACM opera tanto com informações distorcidas, fruto de enquadramento jornalístico direcionado e deliberado, mas também com informações falsas, criadas dentro dos próprios veículos de comunicação de sua propriedade, a partir de declarações ou análises de fontes, que geralmente integram seu grupo. Essa forma de controle da informação já fez numerosas vítimas ao longo da trajetória do cacique baiano. Algumas, no entanto, constituem-se em exemplos cabais do regime político de informação, por ele instituído na Bahia. Neste estudo, destacamos os exemplos de Waldir Pires, Lídice da Mata, Geddel Vieira Lima e do ex-ministro da Saúde do governo Collor, Alcení Guerra, por nos parecerem os mais emblemáticos da forma como o grupo opera nessa seara.

O ex-governador baiano que derrotou o grupo de ACM nas eleições de 1986, por uma diferença de quase 1,5 milhão de votos, foi a primeira vítima de ACM depois da formação da sua rede de comunicação no Estado. Para combater este adversário, ACM atuou em duas linhas: a retaliação política, através da influência que exercia sob o ex-presidente Sarney, e a perseguição midiática, por meio de informações políticas, veiculadas, sobretudo no *Correio da Bahia* e na TV Bahia.

O cerco político materializou-se na forma de retaliação do governo federal às posições do então governador, contrário ao mandato de cinco anos para Sarney e favorável ao parlamentarismo como sistema de governo. Àquela altura, Waldir liderava uma ala do PMDB, chamado de “Novo PMDB”, que reunia vários governadores, senadores e deputados do partido, descontentes com a forma como o partido vinha sendo conduzido pelo seu presidente nacional, o deputado Ulysses Guimarães. Absorvido completamente pelos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, da qual também era o presidente, Ulysses relegou a segundo plano a administração do governo, do qual era um dos baluartes. Em 1986, o PMDB havia eleito 22 governadores e a maioria deles não estava satisfeita com a condução daquele que era vice-presidente e acabou-se tornando presidente com a morte de Tancredo Neves. Além de Waldir, faziam parte do grupo os governadores Moreira Franco (RJ), Miguel Arraes (PE), Newton Cardoso (MG), Pedro Simon (RS) e diversos senadores e deputados federais (AMARAL, 1989b, p. 3).

Waldir governou como prometeu: junto com as forças que compunham a aliança que o elegeu. Mas, para impedir o aparelhamento do estado, tanto na administração centralizada quanto na descentralizada, optou por um sistema de composição dos cargos de chefia com indicações oriundas das diversas correntes políticas, evitando a formação de estruturas monolíticas. O que parecia ser uma solução progressista acabou-se transformando num problema, pois as decisões tomadas por um membro de um grupo eram questionadas pelos integrantes de outra corrente, o que immobilizava a já lenta burocracia governamental.

O caso mais grave ocorreu na Companhia de Energia Elétrica da Bahia (Coelba) e culminou com a demissão do vice-governador Nilo Coelho, que era também secretário de Minas e Energia. O ex-prefeito de Guanambi, que havia indicado o presidente da Coelba, Fausto Azevedo, deu entrada num projeto de eletrificação rural para uma de suas fazendas, no interior do estado. O projeto foi recusado pela Diretoria de Operações da companhia, cujo titular, José Roberto Araújo, tinha sido indicado pelo então deputado Domingos Leonelli. Sem o aval técnico da Coelba, Nilo Coelho fez uma ligação de energia clandestina, “um gato”, como se diz na linguagem popular, na fazenda. O ilícito chegou às manchetes dos jornais quando o vizinho, do qual ele havia puxado o *gato*, denunciou o cambalacho, apresentando à imprensa fotografias da tal ligação. Waldir viu-se obrigado a demitir o secretário (AMARAL, 1989a, p. 6-7).

O sistema de indicações adotado por Waldir para nomear os cargos públicos, na verdade, chocava-se com o sistema de mando da política no estado e que estava culturalmente sedimentado nos grupos conservadores que compunham a aliança, mas incomodava também os setores ditos progressistas, que não viram com bons olhos o arco da aliança construída por Waldir desde a campanha.

Esses dois fatores vinham fazendo do governo de Waldir um retumbante fracasso administrativo e, por sua vez, tornara-se uma presa fácil para o cerco midiático imposto pelos veículos de comunicação de ACM. Qualquer ação do governo, por mais banal, transformava-se em munição para o *Correio da Bahia* e a TV Bahia. Um bom exemplo da distorção das informações veiculadas pela mídia carlista foi o acesso dos deputados ao sistema de controle das informações financeiras e fiscais do estado, uma das medidas adotadas pelo governo para dar transparência à administração. Com a senha de acesso ao sistema, os deputados do PFL acompanhavam até os gêneros alimentícios que eram comprados pelo Palácio de Ondina. Embora não houvesse nada de irregular, o cardápio do governador passou a ser objeto de matérias freqüentes do jornal e da televisão do grupo, que anunciavam com estardalhaço a compra de gêneros, rotulados de “supérfluos”, como os camarões adquiridos para uma

recepção a um embaixador, a exemplo da matéria publicada no *Correio da Bahia*, em 27 de setembro de 1987.

Outro exemplo bastante ilustrativo foi a aquisição de uma escada magiros para o Corpo de Bombeiros. Quando assumiu, Waldir encontrou a máquina administrativa completamente desaparelhada e uma das solicitações mais prementes era o compra de equipamentos para as polícias. Ao entregar a escada à corporação, Waldir, a pedido dos repórteres fotográficos, subiu na escada. Essas fotos foram publicadas em diversos órgãos de imprensa, inclusive, de circulação nacional, para apontar a ineficiência administrativa do governo “que nada fazia, além de comer camarões e pousar para fotos, quando entregou ao estado apenas um simples equipamento, como a escada magiros”. Até hoje, o episódio da escada magiros repercute no *Correio da Bahia*:

O governador eleito da Bahia, Jaques Wagner (PT), afirmou ontem em entrevista coletiva para a imprensa, no Hotel Pestana, em Salvador, que vai se inspirar no ex-governador Waldir Pires (PT) para conduzir sua administração. O atual ministro da Defesa foi eleito em 1986 com o apoio de um amplo arco de aliança. Sua gestão ficou conhecida como o “desgoverno da mudança”, quando abandonou o mandato, depois de dois anos no poder, para se lançar em uma aventura política e concorrer à vaga de vice-presidente da República, na chapa do PMDB. O grande projeto do “desgoverno da mudança” foi comprar uma escada magirus, do Corpo de Bombeiros, e inaugurá-la num ato público e amplamente divulgado, no Campo Grande (WAGNER..., 2006, p. 3).

Para tentar minimizar os estragos à sua imagem pública, Waldir Pires optou por vãos mais altos e aceitou ser candidato a vice-presidência da República na chapa do PMDB encabeçada por Ulysses Guimarães, nas eleições de 1989. Na verdade, Waldir era um dos candidatos do partido à presidência. Mas, na convenção peemedebista, realizada em 1989 e disputada por quatro candidatos – Waldir Pires, Ulysses Guimarães, Orestes Quércia e Íris Rezende -, ele e Ulysses ficaram com as primeiras colocações e as negociações levaram à formação da chapa, tendo Waldir que renunciar ao governo da Bahia. Naquela época, o PMDB era uma potência partidária e as análises políticas indicavam que, mesmo contando àquela altura com índices irrisórios de votos, Ulysses poderia vencer as eleições com o trabalho da máquina do partido (AMARAL, 1989b, p. 3). Pesou também, a favor da renúncia, a difícil situação financeira do estado. Havia meses o governo federal não repassava um único centavo para a Bahia e na avaliação dos próprios integrantes do seu grupo no governo, a melhor

alternativa seria disputar as eleições presidenciais<sup>33</sup>. Waldir Pires, é, sem dúvida, o adversário político que mais incomoda ACM, sendo alvo constante de declarações jocosas por parte do hoje senador e de matérias e editoriais da mídia por ele controlada. Nos episódios que envolveram o controle aéreo de tráfego nos aeroportos do país, em 2006, o atual ministro da Defesa figurou diariamente no noticiário dos órgãos de imprensa do grupo de ACM.

A mesma fórmula foi utilizada para combater a ex-prefeita de Salvador, Lídice da Mata, na época filiada ao PSDB. Ao contrário de Waldir, porém, ela resistiu até o último dia de governo. A perseguição política sofrida pela ex-prefeita já foi objeto de dissertações e teses acadêmicas. Neste estudo, porém, o exemplo de Lídice é bastante ilustrativo por dois aspectos. Primeiro, porque as formas de perseguição usadas pelo grupo de ACM demonstram como a informação política é utilizada. Segundo, porque, diferente do período de Waldir, entre 1993 e 1996, a Rede Bahia de Comunicação já estava quase toda consolidada na sua plenitude, o que nos oferece mais um elemento de análise.

Apesar de ter sido candidata ao governo nas eleições de 1990, a perseguição de ACM contra Lídice começou mesmo na campanha para Prefeitura, em 1992. Ainda no período pré-eleitoral, o *Correio da Bahia* já publicava páginas inteiras contra a sua candidatura. Numa das matérias mais polêmicas, o jornal simulava uma conversa dela com o seu psicanalista, com diálogos inventados pelos próprios jornalistas, e depois reproduzidos no horário eleitoral do rádio e da TV. O Instituto Pensar, onde Lídice foi trabalhar após o pleito de 1990, foi invadido por um repórter da TV Bahia, que queria saber a qualquer custo, quais as funções desempenhadas por ela<sup>34</sup>.

Durante a entrevista, Lídice comentou que:

*O repórter invadiu o Instituto Pensar com a câmara ligada e perguntava aos funcionários, ao porteiro e aos vizinhos se eu trabalhava lá, que horas eu aparecia, nos restaurantes da vizinhança com uma foto minha, como se eu fosse uma marginal. Fizeram entrevistas com pessoas na rua perguntando se sabiam o que era o Instituto Pensar. ACM chegou a fazer um pronunciamento na TV dizendo que eu não trabalhava. O locutor do programa me desafiava a apresentar a minha carteira de trabalho para mostrar se eu já tinha trabalhado uma vez na vida sequer. A isso respondi mostrando a minha carteira de trabalho assinada pelo próprio ACM quando tinha trabalhado na Secretaria de Planejamento (Seplantec). Era um ataque frontal, de baixo nível, pessoal, e não político. ACM dizia que eu era uma reles agitadora desqualificada, embora eu já tivesse sido vereadora e deputado federal constituinte”.*

<sup>33</sup> Informações fornecidas por Sérgio Gaudenzi durante entrevista concedida à autora desta Dissertação, em 2 de agosto de 2005.

<sup>34</sup> Informações fornecidas por Lídice da Mata durante entrevista concedida à autora desta dissertação, em 13 de julho de 2005.

A manipulação dos meios de comunicação, segundo a ex-prefeita, era tão escancarada, que a TV Bahia, as emissoras de rádio do grupo e o *Correio da Bahia* entravam diretamente na campanha eleitoral, sem disfarces. Os apresentadores dos telejornais da TV Bahia eram os mesmos apresentadores do programa eleitoral do candidato do PFL, Manuel Castro, numa clara tentativa de confundir os telespectadores, usando a credibilidade dos veículos de comunicação junto à opinião pública<sup>35</sup>.

Empossada, Lídice recebeu, logo nos primeiros dias de governo, uma amostra de como se daria o embate político com ACM. Naquela época, com a inflação galopante, o transporte coletivo aumentava, mensalmente, em todo o Brasil. O ex-prefeito Fernando José (PMDB) transmitiu o cargo sem dar o aumento, previsto para dezembro, para deixar o desgaste político para Lídice. Como já era uma coisa esperada, a TV Bahia começou a anunciar o aumento, fazendo enquetes nas ruas com as pessoas para saber o que elas achavam da decisão da prefeita e, é claro, que as manifestações eram hostis, porque ninguém queria que o transporte aumentasse. A estratégia, lembra Lídice<sup>36</sup>, consistia em criar um clima de revolta na população para, qualquer que fosse o percentual de aumento, gerar insatisfação nas pessoas.

*Então, a primeira vez foi logo após a posse, quando eles anunciaram que eu aumentaria a tarifa do transporte em 1º de janeiro. Eu só fui aumentar a tarifa em março, mas desde janeiro começou a ocorrer uma movimentação nos bairros contra o aumento. Pela televisão, eles insistiam na informação de que a tarifa de ônibus de Salvador era a mais cara do país, quando na verdade havia deixado de ser, desde que não dei aumento em janeiro e fevereiro, mas eles continuavam dizendo que era a maior do Brasil. Em março dei um aumento abaixo da inflação do período e eles exploraram isso longamente, sem revelar que o percentual concedido era abaixo da inflação. Isso ocorreu durante todo o meu governo. Primeiro anunciavam que teria o aumento, arbitravam um número, criavam o clima de revolta na cidade contra o aumento. Quando nós anunciávamos o percentual, mesmo que fosse bem abaixo do que se cogitava, o clima de revolta já estava estabelecido. Eles jogavam com a possibilidade de nós não termos condições políticas de dar o aumento para haver uma crise no transporte, uma revolta popular, um quebra-quebra e eles reforçarem os argumentos utilizados na campanha de que o meu governo seria marcado por greves e paralisações nos serviços da cidade. Só que não aconteceu nem uma coisa nem outra. Havia, sim, indignação, mas não a revolta que eles esperavam. Nós trabalhamos para tirar Salvador do patamar das cidades com maior tarifa de transporte. Conseguimos ficar abaixo de Brasília, Rio de Janeiro e Recife. E mesmo assim, a TV Bahia continuava batendo na mesma tecla, de que Salvador tinha a tarifa mais cara do país. Usávamos outros instrumentos para desmentir, mas a supremacia da TV naquele momento era maior que os outros veículos de que dispúnhamos. O noticiário da TV Bahia, das rádios do grupo e do Correio da Bahia influenciava também os noticiários dos outros veículos que repercutiam as matérias jornalísticas, mesmo que não fosse verdade. Perdíamos um tempo enorme para desmentir as matérias e, muitas vezes, não*

---

<sup>35</sup> Idem.

<sup>36</sup> Informações fornecidas por Lídice da Mata durante entrevista concedida à autora desta Dissertação, em 13 de julho de 2005.



*convencíamos os jornalistas dos demais veículos, apesar das provas. A TV Bahia era um instrumento fulminante. Então, essa questão do aumento da tarifa foi um elemento desestruturador que ACM manipulou durante mais de um ano da minha administração.*

Em outras áreas, a estratégia era a mesma. Os meios de comunicação do grupo veiculavam notícias distorcidas ou sempre pela metade. Lídice nunca foi entrevistada pela TV Bahia. Nas entrevistas coletivas concedidas pela então prefeita, os repórteres do *Correio da Bahia* e da TV Bahia deixavam para fazer perguntas por último, sempre de uma forma que podia ser manipulada. Se a resposta fosse boa ou difícil de ser tratada, a entrevista não era veiculada. A gestão de Lídice registrou também um fato inédito. A TV Bahia recusou-se a veicular publicidade da Prefeitura de Salvador. Apesar de ter sido advertida pela Associação Bahiana de Imprensa (ABI), a emissora não veiculou um VT sobre o Carnaval, no qual a administração municipal explicava quais eram as suas responsabilidades na festa e quais eram as do governo do Estado<sup>37</sup>.

#### **4.4.5 Estratégia ambígua**

Ao mesmo tempo em que atacava e desgastava a administração pela mídia, ACM jogava com a possibilidade de cooptar politicamente a prefeita. A idéia era desgastar a prefeitura para depois, ele, governador, aparecer para salvá-la e, com isso, cooptá-la. Lídice conta que, todas as vezes, em que o procurou para negociar com o governo do Estado, ele fazia questão de recebê-la e tratá-la bem<sup>38</sup>.

*No caso do seqüestro das verbas da prefeitura pelas empreiteiras, por mais de uma vez, solicitamos do governo que segurasse a ordem judicial no Baneb e ele atendeu ao pedido. Sempre acenando com a possibilidade de me cooptar. Ele usava muito também a diplomacia, a exemplo do comportamento que adotou durante a Conferência Iberoamericana, realizada em julho de 1993, em que preparamos a cidade e ele nos elogiou publicamente. Na verdade, este evento foi trazido para a Bahia por ele na época de Collor. Itamar, quando assumiu, quis tirar de Salvador, mas só permitiu a realização aqui, por minha causa e, em função disso, me incluiu em todo o cerimonial, diferente do que acontecia na prática, porque todo cerimonial dirigido a chefes de estado, eu estava, contracenando com ACM.*

Essa estratégia ambígua de ACM durou até a campanha de 1994, quando se consolidou a aliança do PSDB com o PFL. Ao reagir a composição e anunciar o apoio a Lula,

---

<sup>37</sup> Idem.

<sup>38</sup> Informações fornecidas por Lídice da Mata durante entrevista concedida à autora desta Dissertação, em 13 de julho de 2005.

mesmo sendo eleita pelo PSDB, ACM percebeu claramente que ela não seria cooptada e passou a ter também argumentos para lhe perseguir. Até 1994, a administração de Lídice teve uma boa relação com Itamar Franco e contava com recursos do governo federal. Até a posse de FHC, os recursos federais minimizavam os impactos dos seqüestros de verbas, promovidos pelas empreiteiras. A partir daí, as contas começaram a se desequilibrar, ao mesmo tempo em que as dificuldades políticas começaram a aumentar. Nessa mesma época, todos os credores da Prefeitura entraram na Justiça, que acolhia os seus argumentos. Choviam sentenças favoráveis aos credores, inclusive de dívidas contraídas em administrações passadas. A Limpurb, por exemplo, virou um centro de conflito permanente. Todos os contratos de dívida, que haviam sido negociados no início da administração, foram parar na Justiça, que dava ganho de causa aos empresários e bloqueava as contas da empresa, vinculando os recursos ao pagamento das dívidas. Com isso a Prefeitura tinha que manter o funcionamento da Limpurb com recursos próprios<sup>39</sup>.

*Nós fizemos um trabalho muito bom junto à bancada federal para a apresentação de emendas. Conseguimos muito dinheiro do orçamento, mesmo no governo FHC. Foi assim que consegui governar. Tivemos, na verdade, dois contingenciamentos do governo FHC. A emenda parlamentar previa, por exemplo, 50 milhões, e só recebíamos 25 milhões, porque o restante havia sido cotingenciado. Mas até mesmo esses recursos poderiam ser direcionados para o pagamento de dívidas. Uma vez conseguimos um recurso, através de uma emenda parlamentar, para a compra de equipamentos para a Limpurb. Compramos carros novos para a Limpurb e os credores entraram na justiça solicitando o arrestamento dos carros para eles, tendo como dado o número dos chassis dos carros que nem eu sabia. De forma que, quando os carros chegassem aqui, já seriam arrestados para eles. Só que nós conseguimos descobrir essa ação, porque eles deram entrada na justiça antes dos carros saírem da concessionária, e fizemos uma transferência de patrimônio da Limpurb para a Prefeitura, como forma de pagamento da dívida da empresa com o próprio município, com a Secretaria da Fazenda do Município. Assim, impedimos o arrestamento dos equipamentos. Um dos principais credores era a OAS, que no governo Fernando José atuou em todas as obras.*

O relacionamento da Prefeitura com os vereadores também foi manipulado por ACM, inclusive com os aliados. A estratégia era a de dar espaço nos meios de comunicação ao grupo dos vereadores que fossem de encontro aos interesses da administração. Isso ficou bastante claro nas discussões da Taxa de Iluminação Pública (TIP) e da Taxa do Lixo. Os vereadores João Henrique e Batista Neves, por exemplo, ganharam os holofotes da TV Bahia, quando decidiram entrar na justiça contra a cobrança. O destaque obtido na mídia influenciava as ações deles na Câmara.

---

<sup>39</sup> Idem.

A TIP, inclusive, é outro exemplo da perseguição política de ACM na administração de Lídice. A Companhia de Energia Elétrica da Bahia (Coelba) suspendeu a cobrança da TIP dos consumidores de Salvador. A taxa ainda poderia ser cobrada dos contribuintes, mas a Prefeitura não tinha estrutura nem o cadastro dos consumidores para fazer a cobrança. ACM utilizou-se, também, de outros órgãos do governo estadual para perseguir a administração. Além da Coelba, a Empresa Baiana de Saneamento (Embasa), a Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador (Conder) e até mesmo a Telebahia, que era vinculada ao governo federal, deram a sua parcela de contribuição para o desgaste da Prefeitura. Todos esses órgãos eram usados para a tarefa de esburacar a cidade sob o pretexto de estarem fazendo obras, perversamente, em lugares que a Prefeitura acabara de fazer obra. Um exemplo bem ilustrativo foi o buraco aberto em frente ao Clube de Engenharia pela Embasa, onde, propositadamente, o governo do Estado não colocara placa de sinalização de obra. O buraco ficou meses lá, atrapalhando o trânsito. Tudo era feito de forma a ficar parecendo que se tratava apenas de um simples buraco e que a prefeitura não fazia nada. As reclamações chegaram a um nível de desgaste que a Prefeitura viu-se obrigada a colocar placa de sinalização, informando que se tratava de obra da Embasa. Tudo isso era explorado pelos meios de comunicação e apareciam para a cidade como se fosse de responsabilidade da Prefeitura<sup>40</sup>.

Para se ter a dimensão exata da perseguição, um funcionário da Embasa, quando se aposentou, anos depois de Lídice ter saído da Prefeitura, foi até a sua casa contar, que durante a sua administração, ele recebia ordens diretas para fechar as comportas do canal que passa no Chame-Chame, toda vez que chovesse. Com a obstrução do canal, as ruas daquela área da cidade ficavam completamente alagadas. A vida pessoal de Lídice também sofreu devassa dos meios de comunicação de ACM. O ponto culminante foi uma nota plantada na Coluna Ricardo Boechat, do jornal *O Globo*, segundo a qual, num espetáculo no Teatro Castro Alves, a prefeita de Salvador exibia a sua gravidez. No dia seguinte, o *Correio da Bahia* repetiu a nota, acrescentando, porém, que ela não sabia quem era o pai<sup>41</sup>.

As desavenças de Lídice com ACM tiveram o seu ponto máximo nos festejos do 2 de Julho, de 1994, quando eles chegaram até ao embate físico<sup>42</sup>.

---

<sup>40</sup> Informações fornecidas por Lídice da Mata durante entrevista concedida à autora desta Dissertação, em 13 de julho de 2005.

<sup>41</sup> Idem.

<sup>42</sup> Idem.

*O cortejo do 2 de Julho é municipal. Cheguei com outros secretários para formar o cortejo e vi um bloqueio de soldados da PM. Ultrapassei a barreira humana e vi que o governo do estado, cujo governador era Imbassahy, havia formado um cortejo paralelo em torno do caboclo. Na época, ACM estava licenciado para disputar o Senado. Olhei para traz e disse a Imbassahy: governador, o senhor é meu convidado, se quiser vir comigo, pode vir. Ele, respondeu: Fique à vontade, eu prefiro ir com o governador ACM. Eu, então, retruquei: Eu pensei que o senhor era o governador, me desculpe. Nesse momento, começaram a chegar os secretários municipais e nos colocamos na frente deles, junto com o governador de Minas, Patrus Ananias. ACM então partiu para o desaforo: o que você está fazendo aqui sua chata. Quem vai ficar aqui é o governo do estado e não a Prefeitura. E foi me dizendo dichote até quando viu que eu não ia sair do cortejo e me deu um pontapé. Foi aí que eu gritei: desencarna ACM. Ele ficou tão irritado que deu uma declaração para TV Bahia dizendo: O 2 de Julho é a Bahia e a Bahia é ACM. O 2 de Julho é meu.*

Lídice saiu da Prefeitura de Salvador com a imagem pública completamente desgastada. Os estragos da perseguição de ACM só começaram a ser minimizados, em 2004, com a sua candidatura à Prefeitura de Salvador. Com tempo razoavelmente grande, cerca de 5 minutos diários, no horário eleitoral gratuito, a ex-prefeita conseguiu desmistificar a imagem de ineficiência administrativa e apresentar aos baianos a sua versão dos fatos e a perseguição política sofrida durante a sua gestão. Os frutos da campanha foram colhidos, em 2006, ao ser eleita a deputada federal mais votada de Salvador.

O caso de Alcení Guerra, o ex-ministro da Saúde de Collor, é bastante emblemático para este estudo, porque indica a ascendência que ACM exercia com jornalistas da chamada grande imprensa e também o poder de fogo da parceria dele com Roberto Marinho. O inferno astral de Guerra começa em dezembro de 1990, quando Collor pede a ele que seja o interlocutor do governo na aproximação com o então governador eleito do Rio de Janeiro, Leonel Brizola. O presidente mostrava-se preocupado com o fato da ONU ter escolhido o Rio para sediar a Conferência Internacional das Nações Unidas para a Ecologia, a ECO 92, e que, sem uma parceria efetiva do governo federal e estadual, o evento poderia ser um fiasco. (CONTI, 1999, p. 494).

Apesar de ter status de superministro, Alcení mostrou-se apreensivo com a missão. Ele sabia que isso lhe traria problemas futuros, uma vez que Roberto Marinho e Brizola eram inimigos declarados. Collor, no entanto, tranqüilizou-o, garantindo que já havia conversado com o dono da Globo. Em janeiro de 1991, o acordo entre Collor e Brizola foi selado. O governador do Rio apoiaria o governo, que, por sua vez, adotaria o modelo dos CIEPs construídos por Brizola, na sua primeira gestão, no Rio. O novo programa foi batizado pelo governo federal de Centros Integrados de Assistência à Criança (CIACs) e começou a ser tocado pelo próprio Alcení Guerra (CONTI, 1999, p. 495).

Ao tempo que agilizava os CIACs, o ministro tentava agradar Roberto Marinho. Mas o dono da Globo continuava não aceitando a aproximação do governo com Brizola. Em junho, começaram a ser veiculadas, na Rede Globo, as primeiras matérias contra os CIACs, denunciando irregularidades no processo de licitação para a construção das primeiras cinco mil unidades do programa. Para agradar Marinho, Guerra anulou a concorrência e transferiu a responsabilidade das licitações para a Fundação Nacional de Saúde. A esta altura, não parecia haver uma predisposição da rede contra o ministro. O processo só começou a se tornar pessoal, quando Guerra se recusou a nomear para a superintendência da fundação um afilhado político de ACM, João Mata Pires, irmão do genro César Mata Pires, um dos donos da OAS, exatamente em função das suas ligações com a empreiteira. Quando comunicou a decisão a Luís Eduardo Magalhães, o ministro ouviu do então deputado: “Você é para mim um irmão, mas cometeu um erro fatal: agora você mexeu com a família” (CONTI, 1999, p. 500).

Dois meses depois, a vida de Alcení havia se transformado completamente. De superministro, passou à condição de vilão do governo. Choviam denúncias diariamente, nos jornais e nos noticiários da televisão. A compra de bicicletas para o programa de Agentes da Saúde foi denunciada como superfaturada, os processos de licitação dos CIACs enfrentavam desgastes permanentes. As reportagens da Globo sobre as irregularidades no Ministério da Saúde começaram a fugir do padrão de discrição com que vinham sendo abordadas outras denúncias contra o governo. Segundo o ministro, nos 48 dias, entre a primeira denúncia e a sua demissão, em 23 de janeiro de 1992, ele contabilizou 100 horas gravadas de reportagens negativas na TV e 10 mil metros quadrados de matérias negativas veiculadas em jornais impressos (ROSA, 2003, p. 394).

Ao ser demitido por Collor, porém, Alcení não se calou. Responsabilizou a Rede Globo e ACM pela sua queda:

Houve um bombardeio contra o projeto dos CIACs pela Rede Globo, depois a campanha contra mim. Durante 60 dias eles me massacraram e negaram espaço para a minha defesa. São 60 milhões de pessoas assistindo àquilo, meus filhos, meu pai. Eu me senti espartilhado, impotente. Foi uma campanha orquestrada. Antonio Carlos Magalhães é o grande vitorioso nessa parada. Eu sou o grande derrotado. O doutor Roberto Marinho é como um cidadão que tem uma BMW de doze cilindros em uma auto-estrada alemã. É uma grande máquina, um grande piloto e uma legislação absolutamente livre. Enquanto não houver uma legislação que possa determinar a velocidade máxima e guardas suficientes para fiscalizar, ele vai andar com a velocidade máxima. Muitas das acusações que me foram feitas, envolvem a família do governador (Antonio Carlos Magalhães). Foi a OAS que liderou o boicote à construção dos CIACs (GUERRA apud CONTI, 1999, p. 505-506).

Ao comentar as declarações do ex-ministro, ACM se limitou a afirmar: “Não discuto os atos do presidente, mas louvo quando ele retira um corrupto” (CONTI, 1999, p. 506). Alceni foi inocentado de todas as acusações em todas as instâncias.

Com o deputado Geddel Vieira Lima, como vimos anteriormente na abordagem sobre os grampos telefônicos na Bahia, não foi diferente. ACM utilizou os mesmos métodos. Mas as condições políticas em que se deu o embate foram outras. A briga do cacique baiano com a família Vieira Lima é antiga. Remonta a 1983, no final do segundo governo de ACM, quando o pai de Geddel, o ex-deputado Afrísio Vieira Lima, desafiou o então governador e os dois chegaram às vias de fato, dentro do Palácio de Ondina (O ANIVERSÁRIO... 1984, p. 2). Uma nova aproximação dos Vieira Lima com o grupo de ACM só foi acontecer em 1998, mas através dos filhos, Luís Eduardo, então pré-candidato ao governo da Bahia, e Geddel, já presidente regional do PMDB. Os dois haviam se tornado amigos, na Câmara dos Deputados, e selaram uma aliança entre PMDB e o PFL para as eleições daquele ano. Com morte a prematura de Luís Eduardo, no entanto, ACM procurou Geddel para confirmar o apoio do PMDB à candidatura César Borges. Mesmo ressabiado, o deputado peemedebista manteve a palavra<sup>43</sup>.

As novas desavenças começaram em dezembro daquele ano. Geddel organizou uma confraternização com jornalistas e ali teceu um comentário tolo acerca da personalidade forte de ACM, mal interpretado pelo repórter do *Correio da Bahia*, que participava do encontro com o então líder do PMDB na Câmara dos Deputados. Poucos dias depois, Geddel começou a ver circular no jornal da família de ACM notas irônicas a seu respeito, mas relevou a situação. A relação dos dois veio a recrudescer meses depois, quando ACM exigiu um pronunciamento público de Geddel contra Jader Barbalho. O deputado não só se recusou a fazer o pronunciamento como apoiou a candidatura de Barbalho à presidência do Senado. Desde então, Geddel se tornou um dos principais alvos de ACM<sup>44</sup>.

A peleja começou fraca, mas ganhou dimensão, em 2001, depois que quatro deputados federais do PFL - Jonival Lucas, José Lourenço, Leur Lomanto e Roland Lavigne - saíram do partido e foram acolhidos pelo PMDB, que, pouco tempo depois, recebeu também o ex-secretário da Indústria e Comércio, Benito Gama. ACM mandou grampear os telefones dos deputados (WEBER, 2003, p. 20-25) e, da mesma forma que se verificou no episódio dos grampos telefônicos, distribuiu as gravações das conversas para a imprensa. Publicada em

---

<sup>43</sup> Informações fornecidas por Geddel Vieira Lima durante entrevista concedida à autora desta Dissertação, em 8 de junho de 2004.

<sup>44</sup> Idem.

primeira mão pela revista *Veja*, as gravações davam conta de conversas, entre o deputado Jonival Lucas e seu filho Jonival Lucas Júnior, e o deputado José Lourenço, sobre cobrança de dinheiro que, supostamente, teria sido prometido por Geddel para que eles se filiassem ao PMDB (OLTRAMARI; LAGO, 2001, p. 42-47).

Depois de publicada na revista *Veja*, a denúncia ganha destaque freqüente no *Correio da Bahia*, que passa a chamar Vieira Lima de “o agatunado”, que foi como a ele se referiu o deputado José Lourenço na conversa grampeada. Na verdade, a revista não revela, nos trechos transcritos das gravações, que o dinheiro referido pelos deputados se tratava de emendas parlamentares que o líder do PMDB tentava liberar do governo FHC. Já no fim do texto é que a origem dos recursos é mencionada pela revista. O episódio motivou o grupo de ACM a imprimir também um folheto intitulado “Pega Ladrão”, reproduzindo partes da matéria da revista *Veja*, que foi distribuído em Salvador, a partir do *mailling list* de empresas do governo do estado, como a Embasa.

Geddel, porém, não se acouou. Devolveu as agressões em forma de fita VHS, distribuída para todos os parlamentares do Congresso Nacional, com um vídeo intitulado “Um caso de polícia”, em que ACM é comparado ao juiz Nicolau dos Santos, o do TRT de São Paulo, e é questionado pelo seu enriquecimento. Mas o jogo não acaba aí. ACM dispara outro torpedo, além de uma série de matérias no *Correio da Bahia*, imprime um novo folheto *Geddel vai às compras*, em que denuncia a compra, pela família Vieira Lima, de diversas fazendas no interior da Bahia, supostamente declaradas ao Imposto de Renda a valores irrisórios, e pagas em dinheiro vivo, sugerindo tratar-se de recursos não declarados. A resposta chega a ACM em dose dupla: uma nova fita VHS intitulada “ACM sem limites”, sobre as traições políticas do líder baiano, sua truculência, e um outro folheto “A casa do artista”, com a reprodução de uma matéria do *Correio Braziliense* sobre a casa que ACM estava construindo em Brasília.

No rol dos expedientes usados para perseguir, ACM acrescentou mais um contra Geddel e sua família. Depois de publicar denúncias de corrupção contra o deputado no seu *Correio da Bahia*, ACM mandava o então presidente do Tribunal de Justiça, Aloísio Batista, entrar com ação do Ministério Público, solicitando investigação do órgão para os casos citados nas reportagens. Dezenas de ações foram abertas, inclusive com devassa nas declarações de imposto de renda de todos os membros da família, como vimos anteriormente no episódio dos grampos telefônicos.

Helicópteros com fotógrafos, cinegrafistas e repórteres do *Correio da Bahia* e da TV Bahia sobrevoavam as fazendas e a casa de praia da família, em Interlagos, para obter imagens do patrimônio do deputado. Em dezembro de 2000, o *Correio* chegou a publicar uma foto da

entrada de acesso ao Condomínio Interlagos, como sendo o portão da casa da família. Até a vizinhança do deputado foi atingida. Em uma longa reportagem, o *Correio* afirmava que a casa ao lado pertencia a um doleiro, quando, na verdade, na única casa vizinha reside um casal de oftalmologistas. As matérias sobre as fazendas do deputado eram ilustradas com fotografias de outras propriedades luxuosas. Intitulada “Patrimônio rural de Geddel chega a R\$ 10 milhões”, uma matéria publicada pelo *Correio da Bahia*, em 14 de maio de 2000, foi ilustrada com a fotografia de uma propriedade, que segundo a matéria estava localizada no município de Potiraguá, na região de Itapetinga, e era banhada por 10 quilômetros do Rio Pardo. Os Vieira Lima realmente possuem uma fazenda em Potiraguá, mas é banhada por um pequeno córrego. O Rio Pardo passa muito longe da região, precisamente, no Sul do Estado, o que pode ser comprovado por qualquer pessoa que recorra a um mapa do estado<sup>45</sup>.

O embate de Vieira Lima com ACM difere dos que foram estabelecidos com outros adversários locais em função da projeção nacional que o deputado desfrutava na ocasião. Aliado e amigo do presidente FHC, o deputado encontrou apoio do governo federal, sobretudo, porque este também estava sendo alvo de ACM na cruzada que ele empreendeu, para tentar derrotar Jader Barbalho. Um outro aspecto relevante é que ACM encontrou, em Vieira Lima, um adversário tão determinado quanto ele e que soube criar alternativas de mídia para enfrentá-lo no mesmo campo. Além disso, Geddel e a família entraram com 16 processos na Justiça contra ACM, seu grupo e seus veículos de comunicação, o que arrefecia, temporariamente, os ânimos.

O desgaste de imagem, no entanto, foi inevitável. Apesar da maioria absoluta das informações plantadas na imprensa serem fantasiosas, os meios alternativos utilizados por Geddel foram infinitamente inferiores aos que ACM e seu grupo dispunham. Dos 16 processos movidos na Justiça, ACM tem-se livrado de todos, alegando imunidade parlamentar ou apelando para atenuante de idade avançada. Entretanto, como Lídice, o trabalho de reposição de imagem tem sido beneficiado pelo descrédito que ACM e seu grupo vem sofrendo desde a sua renúncia ao Senado, em 2001.

Neste capítulo procuramos identificar e evidenciar todas as estratégias de controle e uso político da informação, utilizadas por ACM e seu grupo. No próximo capítulo, analisaremos os meios preferenciais recorridos pelo grupo para disseminar a informação. Além disso, vamos comparar a eficiência do modelo representado pelo grupo, no novo contexto

---

<sup>45</sup> Informações fornecidas por Geddel Vieira Lima durante entrevista concedida à autora desta Dissertação, em 8 de junho de 2004.



informacional, proporcionado pelos paradigmas estabelecidos, na chamada Sociedade da Informação.

## 5 OS MEIOS DE CONTROLE DA INFORMAÇÃO

Os meios preferenciais de informação e comunicação do grupo político de ACM são os meios de comunicação de massa e a publicidade / propaganda oficial, aqui analisada como suporte (meio) para a transmissão de informação. Entretanto, a partir dos anos 2000, os integrantes do grupo passaram a utilizar as chamadas novas mídias como meio de informação e comunicação, sem, no entanto, incorporar os novos paradigmas da sociedade pós-industrial, conforme veremos mais adiante.

Para efeito deste estudo, optamos por dividir e analisar a utilização que o grupo faz desses meios em duas fases distintas, relacionadas à trajetória política do líder e que abrangem o período de recorte deste estudo. A primeira tem início em 1985, quando ACM começa a construir para si e sua família um império eletrônico, composto por diversas emissoras de rádio e televisão. A segunda, que abrange o período atual, começa em 2000 e é caracterizado pela introdução e popularização das novas tecnologias de informação e comunicação.

### 5.1 PALANQUE ELETRÔNICO

Os meios de comunicação de massa na Bahia, como vimos anteriormente, têm sido amplamente utilizados para exaltar as qualidades administrativas e políticas dos integrantes do grupo de ACM bem como para denegrir a reputação dos seus adversários. Ao optar por essa estratégia, eles recorrem à principal prerrogativa do campo do Jornalismo, a credibilidade, que vem a ser o capital simbólico deste Campo, como refere Bourdieu (2005, p. 14-15). No diálogo com o leitor, ouvinte ou espectador, os elementos veiculados pelos órgãos de imprensa têm efeito de verdade, porque são, tecnicamente, construídos para servirem de argumentos de autoridades, testemunhas e provas.

A luta que é travada no interior do Campo do Jornalismo gira em torno do ato de nomear, pois nele se encontra o poder de incluir ou excluir, de qualificar ou

desqualificar, de legitimar ou não, de dar voz, publicitar e tornar público. Esse poder se concentra em quem escolhe a manchete, a foto, a notícia de primeira página, o espaço ocupado, o texto assinado ou não (BERGER, 2006).

Como detalhamos no capítulo 3, desde o seu primeiro mandato parlamentar, ainda na Assembléia Legislativa da Bahia, ACM já pautava a sua atuação política em atitudes e ações planejadas, sempre com o objetivo maior de atrair a atenção e gerar repercussão na mídia. Aliado incondicional dos governos militares, ACM, no entanto, mesclava esses gestos em perfeita harmonia com a sua conveniência política. Foi assim no bate-boca em que se envolveu com o ministro da Aeronáutica, Délio Jardim de Matos, como vimos anteriormente. Mas a forma como o episódio foi repercutido pela imprensa é que ilustra bem a utilização que ACM faz dos meios de comunicação.

Segundo relata o jornalista Mário Sérgio Conti, no livro *Notícias do Planalto*, depois de responder ao ministro da Aeronáutica, ACM ligou para o diretor de telejornais da Rede Globo, Alberico Souza Cruz, para saber se ele daria o seu discurso na íntegra. Souza Cruz respondeu que veicularia os trechos mais fortes com destaque. Dez minutos depois, era o próprio dono da rede, Roberto Marinho, que ligava para o diretor de telejornais, dando a ordem: “Alberico, vamos dar na íntegra o que o Antonio Carlos disse sobre o ministro da Aeronáutica” (CONTI, 1999, p. 40-41). Para ACM, contudo, o fato foi de tal relevância para a democracia brasileira que, se não tivesse acontecido, “talvez Tancredo não tivesse tomado posse” (MAGALHÃES, 1995, p. 65). Tancredo foi eleito pelo Colégio Eleitoral e ACM escolhido por ele para ocupar o Ministério das Comunicações.

Se, por um lado, o Ministério das Comunicações não garantiu a vitória do seu grupo nas eleições de 1986, por outro trouxe muitas complicações para o seu opositor. Waldir Pires ainda não havia tomado posse no governo da Bahia, quando as forças políticas reunidas em torno do seu nome sofreram uma baixa imediata. Em 21 de janeiro de 1987, a TV Bahia, de ACM, inaugurada em 10 de março de 1985, como afiliada da Rede Manchete, passou a retransmitir a programação da Rede Globo, que rompeu um contrato de 18 anos com a TV Aratu, sem nenhuma justificativa. Para o grupo que acabava de vencer as eleições, o fato se constituía numa perda inestimável, mas, àquela altura, ainda não se tinha a dimensão exata dos prejuízos que o fato traria para a administração que começava.

## 5.2 O MINISTÉRIO, A NEC, A GLOBO E AS CONCESSÕES

O contrato com a Rede Globo deu novo fôlego a ACM que, além de derrotado nas urnas, havia perdido uma filha, Ana Lúcia Maron de Magalhães, que se suicidou pouco tempo depois do pleito de novembro. Embora as circunstâncias nebulosas em que se deu a transferência do contrato tenham sido objeto de denúncias, processos e até de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), ACM e Roberto Marinho nunca responderam, de fato, as acusações de favorecimento.

Segundo denúncias de parlamentares e reportagens publicadas por diversos órgãos de imprensa, a transferência do direito de retransmissão da Rede Globo para a TV Bahia começou a ser planejada ainda em 1985. Primeiro, porém, o então ministro das Comunicações de Sarney teve que provar a sua lealdade à família Marinho. ACM, na verdade, não era o ministro que o dono da Globo imaginava comandando a área das Comunicações. O seu preferido era Rômulo Furtado, que já vinha ocupando a Secretaria-geral do Ministério, desde 1974 (O ATACADO..., 1987, p. 44-45).

Durante as negociações que envolveram a composição do Ministério de Tancredo Neves, coube ao presidente das Organizações Globo indicar o futuro ministro das Comunicações, como de praxe ele já fazia durante os governos militares. Mas o então presidente eleito acabou ficando sem Pasta para ACM. Convenceu, então, Roberto Marinho a aceitar uma composição: ACM exerceria no Ministério o papel político e a Furtado caberia o trabalho técnico. Mesmo assim foi necessária uma longa conversa entre Marinho e ACM para que o entendimento fosse selado (O ATACADO..., 1987, p. 44-45).

Foi nesse clima de amizade que se deu a venda da empresa NEC do Brasil. Como é do conhecimento público, esta empresa foi comprada pela família Marinho por um valor simbólico, depois que o seu sócio brasileiro, Mário Garnero, foi asfixiado financeiramente pelo Ministério das Comunicações. A NEC do Brasil era fruto de uma parceria de Garnero, líder do Grupo Brasilinvest, com a empresa japonesa NEC Corporation, de equipamentos para telecomunicações.

Em março de 1985, sem explicação plausível, o recém-empossado ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, sobrinho de Tancredo Neves, decretou a liquidação extrajudicial do Banco Brasilinvest e de todo o ramo financeiro operado por Garnero. A Brasilinvest Informática e Telecomunicações (BIT), empresa com a qual o empresário participava da NEC do Brasil, ficou fora da intervenção (GARNERO, 1988, p. 243). Até então, como determinava a Constituição brasileira, a presidência do conselho da NEC era ocupada pelo sócio brasileiro, no caso Garnero.

Mas com a exposição negativa da intervenção, os sócios japoneses consideraram a sua permanência na presidência prejudicial para os negócios e passaram a exigir, na justiça, o controle acionário da corporação. A justiça, porém, posicionou-se favorável a Garnero, que embora já se considerasse fora do negócio, pretendia vender bem a sua participação na empresa. Obteve diversas propostas, inclusive do empresário Mathias Machline, mas, estranhamente, todos desistiam logo em seguida. Até que, em abril deste mesmo ano, Roberto Marinho mostrou-se interessado na compra da NEC (O ATACADO..., 1987, p. 45).

Ato contínuo, teve início a operação de asfixia de Garnero, protagonizada pelo ministro das Comunicações, suspendendo “preventivamente” todos os pagamentos da dívida do Ministério com a NEC do Brasil, que girava em torno de 100 milhões de cruzados mensais. O processo durou cinco meses até Garnero passar a presidência do Conselho de Administração da NEC para Roberto Marinho em troca de um valor simbólico. Logo após a transação ter sido concluída, o Ministério das Comunicações quitou, com juros e correção, as suas dívidas com a empresa (O ATACADO..., 1987, p. 45).

As estreitas ligações de ACM com Roberto Marinho e com o controle de canais de rádio e televisão, no entanto, não se limitaram ao episódio NEC e a transferência do contrato da Globo para a TV Bahia. Pelo contrário. Esse foi apenas o primeiro passo de uma longa jornada com o objetivo político, estrategicamente bem definido, por parte de ACM: obter o controle da informação política no estado, através dos meios de comunicação de massa.

Desde o início da sua gestão, ele já demonstrava interesse na distribuição de canais de rádio e televisão. Em maio de 1985, anunciou a anulação de 144 concessões que haviam sido distribuídas pelo ex-presidente Figueiredo, porque, segundo ele, haviam sido adotados critérios políticos e não técnicos (ANTONIO Carlos defende..., 1985, p. A5). No mês seguinte, o decreto revogando as concessões autorizadas pelo ex-presidente foi publicado no *Diário Oficial da União* (DECRETO..., 1985, p.7). Dessa lista, estava excluída a TV Bahia, que lhe havia sido concedida por Figueiredo, em 5 de agosto de 1984.

Os argumentos utilizados por ACM para anular as concessões ruíram menos de três meses depois, quando, contraditoriamente, começou a patrocinar um verdadeiro festival de distribuição de canais de rádio e televisão, principalmente para os deputados e senadores constituintes, no período de votação de matérias do interesse do governo, como o mandato do presidente Sarney e o sistema de governo do país.

Entre 1985 e 1988, ACM e Sarney distribuíram nada menos que 1 028 concessões de rádio e televisão, número bem superior as 634 que haviam sido distribuídas no governo Figueiredo, conforme mostra o Quadro abaixo (MOTTER, 1994):

TIPO - ANO	1985	1986	1987	1988 *	TOTAL
FM	66	91	143	332	632
OM	47	50	53	164	314
TV	14	13	12	43	82
<b>Total</b>	127	154	208	539	1.028

Fonte: MOTTER, 1994.

Nota: \* Até 5 de outubro, data da Promulgação da Constituição de 1988

#### Quadro 2 - Concessões de Rádio e TV

Analisando o levantamento de MOTTER (1994), observa-se que o número de concessões aumenta justamente nos meses de 1988, que antecedem a Promulgação da Constituição, período em que foram votadas as proposições referentes ao mandato para Sarney e o sistema de governo que seria adotado no país (presidencialismo ou parlamentarismo). No seu estudo, Motter (1994) identifica pelo menos 91 parlamentares que receberam concessões de rádio e TV em seu nome ou no de parentes e amigos. Desse total, segundo o pesquisador, 90 por cento votou a favor do mandato de cinco anos para Sarney e do presidencialismo como sistema de governo, exatamente como queria o ocupante do Palácio do Planalto.

### 5.3 CONCESSÕES NA BAHIA

Entretanto, cruzando os números de Motter (1994) com os números de emissoras de rádio e TV concedidas por ACM a políticos e correligionários baianos, percebe-se claramente que a intenção de distribuir esses canais na Bahia não estava diretamente associada à votação dessas proposições na Assembléia Nacional Constituinte. Até porque, ele já controlava os votos da bancada baiana do seu partido, o PFL, e dos partidos coligados, únicos beneficiados com a distribuição das concessões no estado. Durante a sua gestão no Ministério, ACM distribuiu nada menos que 114 emissoras de rádio (OM e FM) e seis emissoras de TV aberta para seus familiares e correligionários. Boa parte delas integra hoje a Rede Bahia de Comunicação, de propriedade da sua família, conforme detalharemos mais à frente.

Para contabilizar esses números e identificar o parentesco e a vinculação política dos beneficiados, percorremos o seguinte caminho: primeiro, recorremos aos decretos das concessões publicados no *Diário Oficial da União*, entre 1985 e 1990, catalogados e arquivados pelo ex-deputado estadual Ewerton Almeida (PMDB/BA), comparando-os com as cópias dos contratos sociais das empresas, registrados na Junta Comercial da Bahia (Juceb). Com isso, obtivemos uma primeira relação das emissoras, a data das concessões e o nome dos seus primeiros proprietários.

Para identificar o parentesco e o vínculo político dos proprietários, entrevistamos diversos políticos de vários partidos e também funcionários das emissoras. Finalmente, cruzamos essa primeira relação das emissoras com a listagem que se encontra disponível no site do Ministério das Comunicações, obtendo uma segunda lista com o nome dos proprietários atuais. Como algumas emissoras utilizam, atualmente, apenas o nome fantasia, realizamos uma pesquisa no site da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para fazer o cruzamento da razão social das emissoras com os seus respectivos nomes fantasia.

Além disso, verificamos também a situação atual da emissora para sabermos quais ainda estão em operação e quantas foram desativadas ou nunca entraram em funcionamento. Com esse cruzamento foi possível ainda analisar a trajetória dessas emissoras e verificar as que hoje compõem a Rede Bahia de Comunicação, informação esta que foi confirmada através do site da própria Rede, conforme mostra o Quadro 3 abaixo:

MUNICÍPIO	NOME DA EMISSORA	DATA DA CONCESSÃO	SÓCIOS, DIRETORES, GERENTES
Alagoinhas	Regional (96 FM)	02.05.86	Antonio Lomes do Nascimento (ex-presidente da Bahiafarma, ligado a ACM), Marcus Cavalcanti (filho do ex-deputado Murilo Cavalcanti do grupo de ACM e ex-superintendente do Faz Atleta), Alberto Belfort Neto
Alagoinhas	Rádio Emissora OM	08.06.85	Antonio Pena (ex-prefeito carlista)
Alagoinhas	Catuense FM	05.02.86	Antonio Pena (ex-prefeito carlista)
América Dourada	América Dourada FM	08.08.87	Sinobelino Dourado (ex-deputado do PFL e do PMDB) e Joelson Rosário (ex-prefeito pelo PFL) – Hoje pertence a Lourival Bispo do Rosário e Edivaldo Santos Lopes (ex-prefeito, ex-deputado e ex-conselheiro do TCM)
Barra do Mendes	Barra do Mendes OM	03.04.86	Vidalvo Bastos (ex-prefeito carlista) – Hoje pertence é administrada pelos filhos Sansão e Emanuel Sodré Bastos
Barreiras	FM Líder	02.02.86	Baltazarino Andrade (ex-prefeito e ex-deputado 94 – 98 do grupo de ACM) Paulo Braga (ex-deputado do grupo de ACM). Hoje pertence a Paulo Braga e aos filhos do ex-deputado Ney Ferreira, genro de Antonio Balbino
Belo Campo	Belo Campo OM	26.11.85	Lourival Ferreira dos Santos (ex-prefeito carlista) e Milton Nunes Tigre
Bom Jesus da Lapa	Bahiana FM	11.04.86	Cid Chirley de Melo e Nelma Dourado de Melo **
Bom Jesus da Lapa	Rio São Francisco OM	08.10.89	Amarildo Alves da Rocha Silva e Noelma Rocha (irmão e esposa do deputado carlista José Rocha)
Bom Jesus da Lapa	Bom Jesus OM	05.05.86	Igreja Católica
Caetité	Educadora OM	02.09.89	Igreja Católica
Camacã	Camacaense (Regional Sul FM)	05.01.86	Anísio Loureiro e Carolina Loureiro (ex-prefeito e esposa, sogros do ex-governador Paulo Souto). Hoje a emissora está no nome de Isabel Souto, Rodrigo Souto e Fábio Souto (esposa e filhos do ex-governador Paulo Souto) **
Camaçari	Região Industrial (Metropolitana)	03.01.86	Rodolpho Teles de Carvalho, Nelson Garcez Montenegro e Antonio Carlos Almeida Moreira
Camaçari	Metropolitana OM	03.04.86	Benito Gama (ex-deputado e ex-secretário da Indústria e Comércio, hoje rompido com o grupo), Félix Mendonça (deputado carlista do PFL) e Carlos Libório (diretor de jornalismo da TV Bahia). Hoje fundida com a emissora Região Industrial, cuja concessão era de Salvador.
Campo Formoso	Nuporanga FM	11.08.87	José Santana (ex-deputado carlista, do PFL, 94-98)
Canavieiras	Atalaia FM	01.06.88	Carlos Augusto de Castro Machado e filhos **
Carinhanha	Carinhanhense FM (Pontal 91.5)	04.01.86	Luiz Carlos Menezes, Hebert Ribeiro, Antonio Cardoso de Lima e José Menezes de Lima
Catu	FM Catu (Ouro Negro FM)	08.01.88	Luiz Moreira da Silva (ex-deputado do PTB carlista) e Neuza Sales da Silva **
Central	Líder OM	04.08.87	Raimundo Ribeiro de Carvalho, Rilza de Carvalho e Raul Ribeiro de Carvalho *
Cícero Dantas	Regional OM	04.01.86	Diocese de Paulo Afonso
Cruz das Almas	Panorama FM(93.7)	21.01.86	Antonio Lomes do Nascimento e Tânia Lomes (ex-presidente da Bahiafarma e esposa)
Euclides da Cunha	Cidade FM	06.12.86	José Renato Abreu (ex-prefeito carlista do PFL) e Ranulfo de Abreu Campos (sobrinho do ex-prefeito do PFL). Hoje é sociedade abrange mais quatro sócios sem a participação de José Renato.
Euclides da Cunha	FM Tropical	30.12.85	Aloísio Batista Filho (filho do ex-desembargador e presidente do TJ e TER) e Tânia Mota Lemos (mulher de Antônio Lomes)> Hoje a emissora é só de Aloísio Batista Filho.
Euclides da Cunha	Planalto OM	27.12.85	Antonio Lomes Nascimento. Hoje é de Antonio Batista de Carvalho Andrade e Gediél Sepúlveda Pereira. *
Eunápolis	Mundaí FM (Pataxós)	06.04.88	Arnoldo Pereira Lima (político pelo PTB). Hoje a emissora pertence a Edilson e Iuriola Favorato
Feira de Santana	Eldorado FM	06.09.86	Ângelo Mário Carvalho (ex-prefeito pela Arena)
Feira de Santana	Feira de Santana FM	30.12.85	Tânia e Karla Mota Lomes (mulher e filha de Antonio Lomes, ex-presidente da Bahiafarma)
Feira de Santana	Carioca OM	06.09.87	José Roberto Pazzi e Celeste Pazzi



MUNICÍPIO	NOME DA EMISSORA	DATA DA CONCESSÃO	SÓCIOS, DIRETORES, GERENTES
Feira de Santana	Subaé OM	11.04.89	Pedro Irujo (empresário de comunicação, ex-deputado que já trafegou pelo PMDB e PFL)
Feira de Santana	Nordeste FM	10.07.89	Pedro Irujo (empresário de comunicação, ex-deputado que já trafegou pelo PMDB e PFL)
Gandu	União OM	03.08.86	Oswaldo Souza (ex-deputado estadual do PFL carlista)
Guanambi	Gunambi FM	12.09.85	José Nilton Pimentel (Tek Produções) sem vínculo político
Guanambi	Alvorada OM	07.02.88	Jaime Bastos e Fernando B. Bastos
Ibotirama	Ibotirama FM	09.08.88	Roberval Alves de Souza, Arlindo Araújo de Souza e Onila Laranjeira de Souza **
Iguaí	Vale do Gongogi	30.10.85	Netanias Alves Veiga (ex-prefeito carlista), Clélia e Ruy Andrade. ***
Ilhéus	Santa Cruz OM	08.06.85	Fernando Gomes (prefeito de Itabuna já foi do PFL, PMDB e voltou ao PFL)
Ipiaú	Rio Novo FM	06.12.88	César Borges (ex-governador e senador carlista pelo PFL), Walter Lavigne e Cleraldo Andrade (ex-deputado carlista, sobrinho de Clériston Andrade)
Ipirá	Caboronga (Ipirá FM)	09.07.86	Delorme Martins Fernandes da Silva (ex-prefeito carlista) e Almir Miranda Fernandes (ex-deputado estadual) **
Irecê	Irecê OM	09.08.88	Nobelino Dourado (ex-deputado pelo PFL)
Irecê	Difusora OM	10.05.88	Henrique Sobral (ex-deputado pelo PFL) ***
Itabela	Pataxós FM	08.03.89	Evaristo Viana Martins e Noemi Martins Carvalho
Itaberaba	FM Chapada Diamantina	30.04.86	Paulo Luiz Andrade Santos (filho do ex-prefeito carlista Antonio Bodinho, PFL) e João Leão Carneiro. Hoje Paulo Luiz não é mais sócio e a emissora está em nome de familiares de João Leão Carneiro.
Itaberaba	Bahiana OM	11.04.89	Paulo Luiz Andrade Santos (filho do ex-prefeito carlista Antonio Bodinho, PFL) e João Leão Carneiro ***
Itabuna	Difusora OM	08.12.85	Fernando Gomes (ex-prefeito e ex-deputado que já trafegou pelo PMDB e pelo PFL)
Itabuna	Morena FM	10.04.85	Carlos Veloso Lerh e Manoel Oliveira. Aparentemente sem vínculo político, a emissora hoje está no nome de Vanderval Lima dos Santos e Sérgio dos Santos Correa.
Itabuna	Jornal OM	06.03.86	José Oduque Teixeira (ex-prefeito pelo PFL)
Itabuna	Meridional FM (FM Sul 102.1)	06.05.88	Antonio Menezes Filho e Lúcia Menezes (ex-deputado carlista e sócio da família Magalhães em empresas da Rede Bahia) **
Itajuípe	FM Cidade de Pirangi (96 Itajuípe FM)	18.03.86	Gilka Badaró (ex-prefeita carlista) **
Itamaraju	Extremo Sul OM	06.04.85	José Ubaldino Alves Pinto e José Ubaldino Alves Pinto Júnior (ex-prefeito de Porto Seguro que já trafegou pelo PMDB, PSB e PMN)
Itanhém	Sistema Mineiro de Radiodifusão	09.05.88	Alvaro Pinheiro dos Santos, José Pinheiro e Vera Lúcia Dias
Itapetinga	Cidade FM	05.05.87	Timóteo Alves Brito (ex-prefeito carlista, rompido com o grupo em 2006) **
Itapetinga	Jornal OM	11.04.85	Timóteo Alves Brito (ex-prefeito carlista, rompido com o grupo em 2006)
Itapicuru	Rádio Clube OM	10.07.86	Roberto Cunha (ex-deputado estadual do PDS do grupo de ACM)
Itororó	Itapuy FM	06.01.88	Edineu Santos (ex-prefeito do PFL) **
Ituaçu	Gruta da Mangabeira (Líder FM)	14.02.86	Fernando da Gama Santos (irmão de Benito Gama, ex-deputado carlista, hoje rompido com ACM), Manoel Carmo Filho e Manoelito dos Santos Souza
Ituberá	Litoral FM	03.03.90	Andrezito (ex-prefeito pelo PFL). Hoje a emissora está no nome de Hercília de Abreu Lisboa e Helder Abreu Lisboa. Aparentemente sem vínculo político
Jacobina	Canto da Sereia	03.01.88	Antonio Ueldo Gomes (marido de Ires Gomes, ex-deputada estadual do grupo de ACM)
Jaguaquara	Vale Aprazível OM	07.05.86	Ítalo Rabelo do Amaral (ex-prefeito carlista)
Jaguarari	Jaguarari FM(Jagua 103.3)	04.07.87	Edilberto Nunes de Sá, Everton Rocha e Alberto Nunes de Sá
Jequiê	Estação 93 FM	03.08.85	Leur Lomanto (deputado, filho do ex-governador Lomanto Júnior, na época da concessão aliado de ACM)
Jequiê	Cidade Sol FM	25.11.85	Waldomiro Borges (pai do ex-governador e hoje senador César Borges do grupo de ACM)

MUNICÍPIO	NOME DA EMISSORA	DATA DA CONCESSÃO	SÓCIOS, DIRETORES, GERENTES
Jeremoabo	Antena Azul OM (Vasa Barris)	08.01.89	Celso José da Anunciação e Rufina Conceição Evangelista (religiosa)
Jiquiriça	Vale do Jiquiriça	07.11.85	Maria Juvenice Farias Maia e Ivan Eça Menezes * **
Juazeiro	Independência S. Francisco	04.09.86	Jorge Khoury (deputado federal e ex-secretário de Indústria e Comércio). Hoje a emissora está no nome do ex-deputado Francisco Etelvir Dantas e de John Khoury Hedaye
Juazeiro	Vale Rio FM	04.10.86	Flávio Ciro (ex-candidato a prefeito que trafegou do carlismo ao PDT). **
Juazeiro	Vale Rio OM	09.02.88	Flávio Ciro (ex-candidato a prefeito que trafegou do carlismo ao PDT)
Lauro de Freitas	Litoral Norte FM	26.03.87	Félix Mendonça (deputado carlista do PFL)
Macarani	FM Cidade	05.06.86	Olisandro Pinto Nogueira (ex-prefeito carlista)
Macaúbas	FM Macaubense	04.08.86	Félix Mendonça Júnior (filho do deputado carlista Félix Mendonça) **
Mata de São João	Sauípe FM	09.03.88	Humberto Ellery e Cláudio Ellery (ex-prefeito do grupo carlista)
Medeiros Neto	Planalto FM	08.07.87	Adalberto Pinto (ex-prefeito, irmão do deputado Uldorico Pinto)
Morro do Chapéu	Ferro Doido OM	02.02.86	Wilson Martins (ex-prefeito carlista) e Odilon Gomes da Rocha (ex-prefeito carlista)
Monte Santo	Santa Cruz de Monte Santo OM	03.08.86	Ariston Andrade (ex-prefeito e ex-deputado carlista hoje rompido com o grupo e abrigado no PMDB)
Monte Santo	Santa Cruz de Monte Santo FM	11.07.86	Ariston Andrade (ex-prefeito e ex-deputado carlista hoje rompido com o grupo e abrigado no PMDB)
Mucuri	FM Mucuriense	19.09.86	Iracilda Azevedo (coordenadora local do PFL e depois do PTB)
Muritiba	Radiovox OM	05.04.88	Gileno Amado (ex-deputado pelo PFL) e Elias Vasconcelos
Mutuípe	Mutuípe FM	03.05.90	Antonio Rodrigues do Nascimento (ex-deputado carlista e ex-secretário dos governos carlistas), Gilberto Rocha e Carlos Alberto Rocha. **
Nazaré das Farinhas	O Cruzeiro FM	09.03.88	Paulo Mota, Maria José Mota e André Mota
Paripiranga	FM Patrocínio	23.05.86	Felix Mendonça Júnior (filho do deputado carlista Félix Mendonça). **
Paulo Afonso	Nordeste	11.06.86	Luiz Barbosa de Deus (ex-deputado estadual do PFL, irmão do secretário da Agricultura de Paulo Souto, Pedro de Deus)
Piritiba	FM Aimoré	05.03.86	César Borges (ex-governador do PFL e senador carlista), Djalma Bessa (ex-deputado estadual carlista) e Ivan Cedraz (ex-prefeito do PFL e liderado de César Borges).
Poções	Bela Vista OM	09.02.88	Eurípedes Rocha Lima (ex-prefeito carlista)
Porto Seguro	Difusora do Descobrimento	27.08.85	Antonio Osório (ex-deputado federal do PTB carlista, era diretor dos Correios estourou o escândalo do governo Lula) e Carlos Alberto Parracho (coordenador político do PFL na região).
Porto Seguro	Brasil FM	09.03.88	João Carlos – João da Sunga (ex-prefeito já falecido, considerado adesista). Hoje a emissora está no nome de Roberto Talma Vieira e Eunaide Freitas Caíres.
Presidente Dutra	FM Presidutrense (Noroeste FM)	09.07.86	Cristiana Mendonça Mathias (filha do deputado carlista Félix Mendonça), Walter da Silva Barreto (ex-prefeito carlista) e Agnelo Barreto Neto. **
Riacho de Santana	Aecofaba OM(N.S. de Guadalupe)	09.04.89	Joaquim de Oliveira Nogueira e Maria da Glória Melo
Riachão do Jacuípe	Jacuípe OM	04.10.86	Eliel Martins (ex-deputado carlista já falecido). Hoje a emissora está em nome de José Carneiro de Araújo e Valfredo Carneiro de Matos
Ribeira do Pombal	Pombal FM	04.01.86	Hélio Brito, Antonio Jorge Brito (sogro e cunhado do ex-deputado José Lourenço, hoje rompido com ACM) e Pedro Rodrigues da Conceição (ex-prefeito carlista)
Rio Real	Difusora OM	05.03.88	Benjamin Alves de Carvalho Neto, Ricardo e Alexandre Franco de Carvalho *
Ruy Barbosa	Oboró FM	12.12.85	Otto Alencar (ex-vice-governador, ex-governador tampão e ex-deputado do PTB carlista). Hoje a emissora está em nome de Manoel Antonio e Helena Jansen de Melo
Salvador	Aleluia 96 FM	13.03.87	Igreja Adventista do 7º Dia – Ex-Araru FM de Nilo Coelho
Salvador	Galeão FM	02.12.86	Maurício Gomes Sampaio, Antonio Tavares e Ricardo Eysen ***

MUNICÍPIO	NOME DA EMISSORA	DATA DA CONCESSÃO	SÓCIOS, DIRETORES, GERENTES
Salvador	Cristal OM	01.07.88	Eraldo Tinoco (vice-governador no segundo governo Paulo Souto, ex-deputado carlista). Hoje a emissora, cuja concessão foi dada para Lauro de Freitas, está no nome de Ruy Argel Amaral Andrade.
Salvador	FM Iemanjá	17.06.86	Kleber Pacheco (ex-secretário de Comunicação e depois de Educação de ACM) – Hoje a FM Iemanjá tem o nome fantasia de <b>Globo FM</b> e integra as emissoras da Rede Bahia da família de ACM.
Santana	Santana OM	08.07.88	Maria Messias Brandão, Afonso Brandão Leão e José Brandão Leão *
Santa Cruz Cabralia	Jacarandá	05.02.86	Demétrio Guerriere Neto (ex-prefeito carlista pelo PTB). **
Santa Maria da Vitória	Rio Corrente FM	12.11.85	José Rocha (deputado federal pelo PFL) e Noelma Rocha (esposa) **
Santa Maria da Vitória	Rio Corrente OM	04.08.88	José Rocha (deputado federal pelo PFL) e Noelma Rocha (esposa)
Santo Amaro	Independência OM	04.01.87	Genebaldo Correa (ex-deputado do PMDB e ex-prefeito do município) não ligado a ACM. Hoje a emissora está em nome de Adriano de Araújo Correia.
Santo Antonio de Jesus	Andaia	15.07.85	Raul Menezes, ex-deputado pelo PDT. Vendida para
Santo Antonio de Jesus	Recôncavo FM	09.09.86	Álvaro Martins (ex-deputado já falecido), mas ainda em nome dele.
Saúde	Paiaíá FM	09.08.88	Severiano Alves de Souza (ex-prefeito, hoje deputado pelo PDT, mas que já integrou o grupo carlista).
Senhor do Bonfim	FM Rainha	11.05.86	Antonio Lomes do Nascimento
Senhor do Bonfim	Caraíba FM	10.03.88	Lúcia Galvão Simões, Rômulo Galvão de Carvalho Filho e Eliana Galvão de Carvalho (filhos do ex-secretário Rômulo Galvão). **
Serrinha	Morena FM	10.02.85	Tânia e Antonio Lomes (ex-presidente da Bahiafarma e esposa). ***
Serrinha	Regional de Serrinha	04.07.86	Antonio Lomes Nascimento, Tânia Mota Lomes e Karla Mota Lomes (ex-presidente da Bahiafarma, esposa e filha)
Teixeira de Freitas	Caraípe FM	04.08.86	Timóteo Alves Brito (ex-prefeito aliado a ACM que rompeu em 2006)
Ubatã	Jornal de Ubatã FM	11.07.86	Edson Neves da Silva (ex-prefeito pelo PFL) e Nendy Neves da Silva (esposa)
Ubatã	Jornal de Ubatã OM	03.08.90	Edson Neves da Silva (ex-prefeito pelo PFL) e Nendy Neves da Silva (esposa)
Utinga	Cultura	22.09.86	Augusta Ferreira Araújo e Nendy Neves da Silva (esposa do ex-prefeito de Ubatã) **
Valença	HD Rádio(Rádio Clube FM)	09.03.88	Humberto Soares Leite e Domingos Antonio de Matos
Vitória da Conquista	Sudoeste FM(Transamérica)	09.03.88	Carlos Albuquerque de Almeida
Xique-Xique	Xique-Xique FM	12.03.86	Reinaldo Braga (deputado estadual que já transitou pelo PMDB e pelo PFL)

**Fonte:** Pesquisa da autora

**Notas:** \* Emissoras não licenciadas via Anatel; \*\* Emissoras que hoje compõem a Rede Bahia de Comunicação, da família de ACM<sup>46</sup>; \*\*\* Emissoras que hoje não aparecem mais na lista da Anatel

### Quadro 3 - Emissoras de Rádio concedidas por ACM (OM e FM)

<sup>46</sup> Além das citadas acima, a rede de emissoras de rádio FM da Rede Bahia de Comunicação é composta ainda das seguintes emissoras: Itarantim FM e da Rádio Jornal de Souto Soares, cujos proprietários aparentemente não possuem vínculos políticos com o grupo de ACM.

Das 114 emissoras de rádio (OM e FM), 76 foram concedidas entre 1985 e 1987, antes, portanto, do período mais polêmico da Constituinte. Entre 1988 e 1990, ACM distribuiu 38 concessões, exatamente a metade do período anterior, como mostra o Quadro a seguir. Dessas 38, somente 11 foram concedidas após a Promulgação da Constituição. Vale destacar, porém, que, após 5 de outubro de 1988, as concessões de canais de rádio e TV passaram a ser submetidas ao Congresso Nacional, conforme o estabelecido no Art. 223 da nova Carta. Diferente, portanto, do período anterior, quando a concessão dessas emissoras dependia apenas de decreto do presidente da República. Entretanto, algumas emissoras que tiveram suas concessões publicadas, posteriormente, já estavam com processo em curso e foram aprovadas pelo Congresso Nacional, depois da Constituição promulgada<sup>47</sup>.

<b>Ano da Concessão</b>	<b>Nº de emissoras</b>
1985	20
1986	46
1987	10
1988	27
1989	08*
1990	03*
<b>Total</b>	<b>114</b>

**Fonte:** Pesquisa da autora

**Nota:** \* Os processos já haviam sido despachados antes da Promulgação da Constituição

**Quadro 4** - Número de concessões de rádio na Bahia

No período em que permaneceu no Ministério das Comunicações, ACM distribuiu seis canais de TV aberta para a Bahia. Dessas seis, cinco integram hoje a Rede Bahia de Comunicação. Inicialmente, essas emissoras ficaram em nome de correligionários e amigos, mas a partir 1992, começam a passar para nomes de seus familiares. ACM sempre negou a sua participação no controle acionário dessas emissoras. Entretanto, o nome de seus filhos, do genro

<sup>47</sup> Em dezembro de 2006, a Rede Bahia fundou uma nova emissora de rádio, a Bahia FM. A concessão da emissora foi obtida através de leilão público, lançado pelo Ministério das Comunicações e a Anatel.

César Mata Pires, dono da empreiteira OAS, e dos netos sempre figuraram no contrato social da maioria delas. E a partir da formação da *holding* Rede Bahia de Comunicação, em 1998, o nome da sua esposa, Arlete Maron de Magalhães, também passou a integrar a composição acionária de parte expressiva dessas empresas, como diretora e sócia, conforme indica o Quadro 5 abaixo, obtida através dos mesmos procedimentos realizados nos dois quadros anteriores.

MUNICÍPIO	EMISSORA	CONCESSÃO/ INAUGURAÇÃO	PROPRIETÁRIOS
Salvador	TV Itapoan	19.11.60 *	Pertencente aos Diários Associados, a emissora foi adquirida pelo empresário Pedro Irujo, em 1980, e vendida à Igreja Universal do Reino de Deus, em 1997. Hoje retransmite a programação da Rede Record
Salvador	TV Aratu	15.03.69 *	Inaugurada pelo grupo econômico comandado pela família do senador Luís Viana Filho, retransmitia a Globo até 1987, quando passou a transmitir a programação da extinta Rede Manchete até 1995. Com a extinção da rede, foi afiliada da CNT até 1997, quando começou a transmitir a programação do SBT. Em 1990, foi vendida ao consórcio formado pelo ex-governador Nilo Coelho e o ex-deputado Joaci Góes, que deixou a sociedade em 2001.
Salvador	TV Bandeirantes	11.04.81	Inaugurada em 1981, mantém-se com os mesmos donos e a mesma programação da Rede Bandeirantes. A Tv está em nome de João Jorge, Maria Leonor e Maria Helena Saad, e do espólio de Renato Rebouças. **
Salvador	TV Educativa	06.11.85 *	Governo do Estado, vinculada à Secretaria da Cultura
Salvador	TV Bahia	05.08.84	Afilhada da Rede Manchete, em 1985, passou a retransmitir a programação da Globo em 1987. Seus proprietários registrados na Anatel são: Antonio Carlos Magalhães Júnior, Arlete Maron de Magalhães, César Mata Pires, Carolina Magalhães Guinle, Paula Magalhães Gusmão e Luís Eduardo Magalhães Filho. **
Feira de Santana	TV Subaé	10.04.85	Integrante da Rede Bahia de Comunicação. Sua composição abrange: Antonio Carlos Magalhães Júnior, Arlete Maron de Magalhães, Modezil Cerqueira, Zildete Cerqueira, Solange Rodrigues de Souza e Florisberto Cerqueira. **
Barreiras	TV Oeste	07.05.88	Integrante da Rede Bahia de Comunicação. Seus proprietários são: Marco Antonio Leão Carlos de Souza e Baltazarino Andrade, correligionários de ACM e sócios da família Magalhães. **
Juazeiro	TV São Francisco	08.06.88	Integrante da Rede Bahia de Comunicação, seus proprietárias são: Luis Fernando Pedreira Laranjeira e Bernardo Carvalho Farias, sócios da família de ACM. **
MUNICÍPIO	EMISSORA	CONCESSÃO/ INAUGURAÇÃO	PROPRIETÁRIOS
			Emissora da Rede Bahia, sua composição

Itabuna	TV Santa Cruz	04.11.86	acionária é formada por: César Mata Pires (genro de ACM) e Antonio Menezes (ex-deputado e sócio da família de ACM). A concessão foi dada quando ACM era ministro das Comunicações. **
Itabuna	TV Cabália	1987 *	Retransmissora da Rede Mulher, administrada pela Igreja Universal do Reino de Deus.
Vitória da Conquista	TV Sudoeste	08.01.88	Integrante da Rede Bahia de Comunicação. Pertence a Luís Eduardo Magalhães Filho, Carolina Magalhães Guinle e Paula Magalhães Gusmão. A concessão foi dada quando ACM era ministro das Comunicações**
Teixeira de Freitas	TV Sul Bahia	05.05.86	A concessão foi dada por ACM quando era ministro das Comunicações a Timóteo Alves Brito (ex-prefeito e correligionário de ACM). Transmítia a programação da Rede Record até a Igreja Universal comprar a Rede. Depois disso foi vendida ao publicitário Nizan Guanaes e a João Augusto Marques Valente e retransmite hoje a programação da emissora Canção Nova, de São Paulo, da ala carismática da Igreja Católica.

**Fonte:** Pesquisa da autora

**Notas:** \* Data/ano da inauguração; \*\* Emissoras que integram hoje a Rede Bahia de Comunicação

#### Quadro 5 - Emissoras de TV aberta na Bahia

### 5.3.1 Retransmissoras e TV por assinatura

Paralelamente à rede de emissoras, geradoras de rádio e TV aberta, que distribuiu para familiares, amigos e correligionários baianos, ACM ampliou significativamente para a TV Bahia, o número de estações retransmissoras (RTVs) - tipo de emissoras / repetidoras que têm o papel de possibilitar que sinais de emissoras geradoras alcancem locais que não recebem diretamente o sinal original. Diferente das concessões das emissoras geradoras, que, nesta época, eram distribuídas por decreto do presidente da República, as permissões de outorgas para as RTVs podiam ser autorizadas através de uma simples portaria do ministro das Comunicações, sem necessidade de licitações ou aprovação do Legislativo federal, conforme o previsto no Decreto nº 1.600, de 25 de abril de 1978.

Durante o tempo em que foi ministro, ACM outorgou para a TV Bahia 344 RTVs, segundo dados disponíveis no site da Anatel, no *link Plano Básico de Radiodifusão* (ANATEL, 2006). Somente entre maio e novembro de 1987, o *Diário Oficial da União* publicou portarias referentes a 52 outorgas de permissão para a retransmissão do sinal desta emissora. Em apenas um dia, 8 de maio de 1987, foram assinadas 19 portarias com outorgas de permissão de RTVs.

No governo Fernando Henrique Cardoso, através de Luís Eduardo Magalhães, então presidente da Câmara dos Deputados, a TV Bahia obteve mais três outorgas de permissão para retransmissão do sinal da TV Bahia nos municípios de Adustina, Antas e Alagoinhas, conforme portarias assinadas pelo então ministro das Comunicações Sérgio Mota e publicadas no *Diário Oficial da União*, respectivamente nos dias 17 de julho e 14 de novembro de 1996 e 21 de janeiro de 1997. Com mais essas outorgas, a TV Bahia passou a contar com 347 estações RTVs.

O festival de concessões de canais de rádio e TV patrocinado por ACM e Sarney teve duas conseqüências diretas. A primeira, de caráter político, veio à reboque da onda de protestos dos parlamentares da oposição e das discussões acaloradas na Constituinte: as mudanças nos critérios de concessões, estabelecidas na nova Constituição. O segundo, de caráter técnico, diz respeito ao espectro de frequência radioelétricas em VHF, que, segundo Motter (1994), foi totalmente ocupado pelas emissoras distribuídas naquele período. Em função disso, o governo Sarney apressou a regulamentação de novas tecnologias de comunicação, a exemplo do serviço de televisão por assinatura (TVAs), que teve início, em 1988, com o Decreto nº 95.744, de 23 de fevereiro. A distribuição de sinais de TVAs, no entanto, só foi regulamentada, posteriormente, pela Portaria 250/89, assinada por ACM, que estabelecia um único critério para concessão: as solicitações seriam examinadas pelo Ministério, tendo em vista os editais de convocação.

A medida, que atropelou os trabalhos da Constituinte, beneficiou diretamente Roberto Civita, do Grupo Abril; Walter Fontoura, diretor do jornal *O Globo*; Roberto Marinho, das Organizações Globo, e Mathias Machline, do Grupo Sharp, com um canal para cada um deles, em São Paulo (MOTTER, 1994, p. 110). No fim do ano de 1989, ACM e Sarney distribuíram mais nove concessões de TVAs no Rio de Janeiro. Os beneficiados foram novamente Roberto Marinho e Mathias Machline. Marinho também recebeu do Ministério das Comunicações mais quatro canais UHF: dois em São Paulo, um no Paraná e um no Rio de Janeiro, todos em nome de parentes, de acordo com o estudo de Motter (1994, p.106). O mercado de TV por assinatura no Brasil, portanto, já nasceu oligopolizado. Segundo levantamento realizado pela *Folha de São Paulo*, em 1994, quatro grandes operadoras controlavam este segmento: as Organizações Globo e os grupos RBS, Abril e Multicanal (MERCADO..., 1994, p. 1-4).

Na Bahia, o mercado de TVAs também está sob o controle da família de ACM. A diferença, no entanto, é que os negócios dos Magalhães nessa área estão restritos à disponibilização de tecnologia para a distribuição de sinal e não à geração de programação. Neste caso, os investimentos da família limitam-se a TV Salvador, um canal fechado de

televisão, inaugurado em 2000, com programação voltada para o entretenimento, a cultura e a economia do estado, transmitida em UHF em toda a cidade e também pela Net Salvador. É a única operadora local de TV fechada, que foi adquirida pelo grupo em 1998, via licitação de concessão de TV por assinatura, como faz questão de frisar Antonio Carlos Magalhães Júnior, o ACM Júnior, filho mais velho de ACM e responsável pelos negócios da família (TV SALVADOR ..., 1998, p. 9).

O interesse da família de ACM na área de TVAs, no entanto, remonta a 1993, quando o grupo criou três empresas para avançar neste nicho do mercado: a Bahia Cabo Telecomunicações (BCT), a Salvadorsat e a Bahiasat, sendo esta última a representante da Globosat no estado. Todo o sistema de TVAs do grupo (cabo, MMDS, DBS e Directv), na verdade, é vinculado à Net do Brasil, distribuidora dos sinais da Globosat. Os investimentos do grupo de ACM nessa área, até 1999, totalizaram R\$ 30 milhões. (GRAMACHO, 2000a).

Em 1999, o grupo de ACM, através da *holding* Bahiapar Participações e Investimentos, passou a interiorizar o serviço de TVAs, conforme comprova o contrato de adesão com a Anatel para exploração do serviço de distribuição de sinais multiponto multicanal (MMDS) em Feira de Santana, Vitória da Conquista, Itabuna e Barreiras e no município de Petrolina, em Pernambuco, conforme ato nº 1.915, da Anatel, disponível no site da agência reguladora. Em 2001, o grupo conseguiu o monopólio regional da prestação desse serviço, através da formação da MMDS Bahia Ltda, uma associação da Bahiasat com a TV Cidade S/A, outra empresa do ramo, fruto do consórcio das redes SBT/Bandeirantes, conforme demonstra a solicitação de transferência de autorização de operação, liberada pela Anatel, no Processo nº 53500843/2001, também disponível no site da agência.

#### 5.4 O DISCURSO POLÍTICO E O LASTRO ELETRÔNICO

O festival de distribuição de emissoras de rádio e TV, patrocinado por ACM no estado, e o conseqüente controle que passou a exercer sobre a comunicação de massa, estruturou-se numa espécie de poder paralelo na Bahia. Além do jornal *Correio da Bahia*, que já era da sua propriedade, e do comando de todo esse aparato eletrônico local, ACM conquistou também, no período em que permaneceu no Ministério, aliados importantes na imprensa nacional, como as Organizações Globo e o Grupo Abril, responsável pela publicação da revista *Veja*, a semanal de maior circulação do país. E foi no lastro dessa



superestrutura de apoio que ACM passou quatro anos denegrindo a reputação dos seus dois antecessores e pavimentando o seu retorno ao governo do estado, com vistas às eleições de 1990.

No período pré-eleitoral, esse aparato eletrônico não só potencializou as ações de ACM como deu amplo destaque ao seu discurso, baseado na competência e na moralidade administrativa, como vimos no capítulo 3. Uma das estratégias colocadas em prática nesta ocasião consistia no seguinte esquema: as principais matérias da editoria de política do jornal *Correio da Bahia*, de sua propriedade, eram repercutidas à exaustão pela TV Bahia e afiliadas e difundidas pelas emissoras de rádio que comentavam os assuntos em destaque e franqueavam os microfones dos programas de entrevista e jornalísticos para os integrantes do grupo explanarem as idéias-chave.

O jornal atuava, assim, como instrumento de comando de ACM para dar unicidade e repercussão a cobertura política no estado, através das emissoras sob a sua liderança. Mas o projeto político do grupo, que tinha o objetivo maior de marcar a transformação do estilo de ACM, como vimos no capítulo anterior, previa também a mudança da linha editorial do jornal. Concebido por Luís Eduardo Magalhães, o projeto, no entanto, como veremos mais adiante, só se sustentou por pouco tempo e antes de assumir o seu terceiro mandato, ACM já utilizava o jornal para o mesmo esquema.

Os procedimentos anteriores à campanha foram retomados durante toda a gestão de ACM. As medidas adotadas pelo governo e as ações espetaculares do governador, sempre sincronizadas com uma possível repercussão na mídia, eram exaltadas e recebiam tratamento privilegiado de todas as emissoras de rádio e TV, sob a sua liderança. Entretanto, esse suporte eletrônico não foi suficiente para garantir a vitória do candidato do grupo, Manoel Castro, sobre a candidata do PSDB, Lídice da Mata, nas eleições municipais de Salvador, em 1992. Trafegando na contramão da opinião pública que ia às ruas pedir o impeachment de Collor, ACM pagou um preço alto por manter o seu apoio incondicional ao ex-presidente até a renúncia.

#### **5.4.1 No reino da Rede Bahia de Comunicação**

Se a máquina de comunicação de massa comandada por ACM não foi capaz de evitar a derrota do grupo em Salvador, por outro lado orquestrou, na administração de Lídice da Mata, uma das maiores perseguições políticas da história recente do país. Na Bahia e fora do estado, como detalhamos no capítulo 4. Para afinar o discurso e produzir a sinfonia desejada, ACM começou a introduzir a concepção de rede de comunicação na administração das suas empresas de mídia. O projeto, porém, somente se consolidaria em 1998.

Na verdade, o embrião, gestado na sua passagem pelo Ministério das Comunicações, já havia germinado. Faltava apenas dar identidade, ou seja, nome e sobrenome as emissoras de rádio e TV sob o seu comando. Aos poucos, elas vão migrando completa ou parcialmente para a propriedade de membros da sua família ou integrando-se, através de contratos de gestão, como afiliadas do sistema liderado pela TV Bahia, a Rede Bahia de Televisão, e, posteriormente, pela Rede Bahia de Comunicação.

Para isso, foi criada a *holding* Bahiapar Participações e Investimentos Ltda, presidida pelo filho ACM Júnior, como vimos anteriormente. Dividida igualmente entre Júnior, com 33,33 por cento; César Mata Pires, genro e um dos donos de outra holding, a OAS, com o mesmo percentual de ações; e Luís Eduardo Magalhães, que detinha igual participação – depois da sua morte, em 1998, as suas ações foram passadas para o nome dos filhos: Paula, Carolina e Luís Eduardo Magalhães Filho (GRAMACHO, 2000a).

A construção do projeto de rede pode ser dividida em duas fases distintas, além daquela embrionária já mencionada. Na primeira, que tem início em 1992, o grupo começou a passar a administração das emissoras de rádio e TV para a *holding*<sup>48</sup> Bahiapar Participações e Investimentos, através de aquisição e de contratos de gestão (GRAMACHO, 2000b), formando a Rede Bahia de Televisão. A segunda tem início em 1998, quando é introduzido o conceito de grupo empresarial, através da implantação propriamente dita da marca Rede Bahia de Comunicação. Vejamos, então, a formação da rede, a partir da TV Bahia e a sua situação atual:

## **Rede Bahia de Televisão**

**(1992-1998)**

### **TV Subaé:**

---

<sup>48</sup> Adota-se aqui o conceito de Oscar Hardy (1949, p. 478-480) para quem *holding* é uma sociedade juridicamente independente que tem a finalidade de manter ações de outras sociedades juridicamente independentes, com o objetivo de controlá-las sem com isso praticar atividade comercial ou industrial. É também o elo que liga o empresário e sua família ao seu grupo patrimonial.

O grupo adquiriu 50 por cento do capital da emissora, cuja concessão, datada de 1985, pertencia integralmente à família do ex-prefeito de Feira de Santana e correligionário Modesil Cerqueira. A partir de 1992, a família Cerqueira associou-se a Arlete Maron de Magalhães, esposa de ACM, que responde pela direção do negócio, e a ACM Júnior. A emissora transmite a programação da TV Bahia para 39 municípios da região de Feira de Santana.

#### **TV Sudoeste:**

Na concessão datada de 1988 estava no nome do deputado Luís Eduardo Magalhães. Depois da sua morte, passou para o nome dos três filhos: Paula Maron de Magalhães Gusmão, Carolina Magalhães Guinle e Luís Eduardo Magalhães Filho. A emissora transmite a programação da TV Bahia para 57 municípios da região de Vitória da Conquista, no Sudoeste baiano.

#### **TV Santa Cruz:**

A concessão de 1986 foi autorizada em nome do ex-deputado Antonio Menezes Filho, Helenilson Jorge de Almeida Chaves, Manoel Souza Chaves e Paulo Ricardo Chaves. A partir de 1992, manteve apenas Antonio Menezes Filho no quadro societário que divide a participação no negócio com César Mata Pires, genro de ACM e um dos donos da OAS. A emissora atinge 53 municípios da região de Itabuna, no Sul do Estado.

#### **TV São Francisco:**

Com concessão datada de 1988, a antiga TV Norte Baiano continua no nome dos mesmos proprietários: Bernardo Carvalho Faria e Fernando Pedreira Laranjeira, o Lula, um dos melhores amigos de Luís Eduardo e primo de Carlos Laranjeira, executivo da OAS e tido como representante de ACM na empreiteira. A partir de 1992, tem contrato de gestão firmado com a Bahiapar, que administra a empresa. Em 1998, passou a ser denominada TV São Francisco. A emissora atinge 33 municípios da região de Juazeiro, no Norte do estado.

#### **TV Oeste:**

Da mesma forma que a TV São Francisco, esta emissora foi concedida por ACM em 1988 e continua em nome dos mesmos proprietários: Baltazarino Andrade, ex-prefeito de Barreiras, e Marco Antonio Leão Carlos de Souza. Mas, desde 1992, tem contrato de gestão com a Bahiapar que administra a empresa. Atinge 21 municípios da região de Barreiras.

## **Rede Bahia de Comunicação**

A partir de 1998, quando foi introduzido o conceito de rede, as emissoras de rádio também começaram a firmar contratos de gestão com a Bahiapar Participações e Investimentos, mas já através da outra holding que se formou, a Rede Bahia de Comunicação, mas que também é administrada pela holding mãe, a Bahiapar. Além da TV Bahia, das demais emissoras abertas, da TV Salvador e das 347 RTVs, já mencionadas anteriormente, a Rede Bahia passou a administrar empresas que já eram de propriedade do grupo e outras que foram sendo adquiridas e integradas, conforme a relação abaixo:

### **Globo FM:**

A razão social da empresa é Iemanjá FM, cuja concessão, em 1986, está no nome de Kleber Pacheco, ex-secretário de Educação e de Comunicação nos dois primeiros governos de ACM; Luiz Fernando Laranjeira, já mencionado; Carlos Rodenburg, sócio e cunhado do banqueiro Daniel Dantas; Carlos Borges Luz e Valnei Nunes. Tem contrato de gestão firmado com a Bahiapar e é a principal emissora do grupo em Salvador.

**Tropical Sat:**

Nome fantasia atual da emissora Diamantina Rádio e Televisão Ltda., de propriedade de Rosa Christina Medrado, esposa de Marcos Medrado, deputado e ex-vice-prefeito de Salvador na gestão Antonio Imbassahy. A sua concessão data de 1983. A partir de 2000, firmou contrato de gestão com a Rede Bahia e passou a ter a denominação fantasia Tropical Sat. No ano seguinte, foi inaugurada como cabeça da primeira rede de rádio da Bahia, transmitida pela Satélite Brasil Sat 2, para todo o estado, com cobertura nacional e 20 afiliadas no interior do estado. Em 2006, saiu do ar e o seu lugar na estrutura da rede foi ocupado pela 102,1 FM Sul.

**102,1 FM Sul:**

Sediada em Itabuna, a emissora foi concedida em maio de 1988, em nome do ex-deputado Antonio Menezes Filho e de sua esposa Lúcia Menezes. Com razão social Meridional FM, a emissora tem contrato de gestão firmado com a Bahiapar desde 1996.

**Emissoras afiliadas:**

Oficialmente afiliadas, a Rede Bahia de Comunicação tem 20 emissoras. Dessas, apenas duas não têm concessão dada por ACM e aparentemente não são de propriedade de políticos, mas hoje têm contrato de gestão e são administradas pela rede, conforme mostra o Quadro 6, abaixo:

EMISSORA	CONCESSÃO
96 Itajuípe	1986
Atalaia (Canavieiras)	1988
Baiana FM (Bom Jesus da Lapa)	1986
Caraíba (Sr. do Bonfim)	1988
Cidade FM (Itapetinga)	1987
FM Macaubense	1986
Ibotirama FM	1988
Ipirá FM	1986
Itapuy (Itororó)	1988
Itarantim FM	*
Jacarandá FM (Cabrália)	1986
Mutuípe FM	1990
Noroeste FM (Pres. Prudente)	1986
Ouro Negro FM (Catu)	1988
Patrocínio FM (Paripiranga)	1986
Cultura (Utinga)	1986
Rádio Jornal (Souto Soares)	*
Regional Sul (Camacã)	1986
Rio Corrente (S. Maria da Vitória)	1985
Vale FM (Juazeiro)	1986

**Fonte:** Site da Rede Bahia de Comunicação

**Nota:** \* Emissoras que não foram concedidas por ACM

**Quadro 6** – Emissoras de Rádio da Rede Bahia de Comunicação

A partir do ano 2001, a Rede Bahia passou a estruturar sua atuação em seis segmentos: mídia eletrônica, mídia impressa, TV por assinatura, Construção Civil, Conteúdo e Entretenimento e Desenvolvimento de Novos Negócios. No segmento mídia eletrônica, além das emissoras de rádio e TV e das RTVs, o grupo possui ainda a produtora de TV Bahia Vídeo, a produtora de discos Bahia Edições Musicais e o selo fonográfico Bahia Discos.

O segmento mídia impressa é composto pela gráfica Santa Helena e pelo jornal *Correio da Bahia*, inaugurado em 1979. No ramo de TV por assinatura, como mencionado em subcapítulo anterior, as empresas SalvadorSat e Bahia Cabo foram fechadas e a BahiaSat associou-se a TV Cidade, formando a MMDS Bahia Ltda. Na área de construção civil a Santa Helena é a representante do grupo no mercado imobiliário. Fundada em 1975, foi a primeira investida empresarial de ACM.

No segmento de Desenvolvimento de Novos Negócios, o grupo contemplou inicialmente um total de seis empresas. A Quatro A Nordeste, de telemarketing, inaugurada em 1999, foi vendida à Telefônica, no início de 2001, por R\$ 5,7 milhões (GRAMACHO, 2000b). Neste mesmo ano, o grupo adquiriu a franquia da Variglog no estado da Bahia e passou a atuar também na área de logística, através da Pronto Express e da Pronto Logística. Em 2003, estas duas empresas foram vendidas, em circunstâncias ainda nebulosas, para o

grupo TPC, encabeçado pelo publicitário Fernando Barros, presidente da agência de propaganda Propeg, responsável pela maior parte das contas publicitárias dos governos carlistas, como vimos anteriormente (FORTES, 2006).

Os negócios do grupo na área de entretenimento e conteúdo têm início em 2000, com a criação das empresas Icontent, de produção e realização de eventos, e a Ilimit, de soluções para Internet, idealizadora do portal ibahia.com, que hoje se constitui em mais uma empresa do grupo, tocada em parceria com a Santa Helena Informática, também administrada pela Bahiapar. Inicialmente, o ibahia.com foi apenas uma experiência, fruto de uma parceria da Santa Helena Informática com o megaportal Terra. Em 2002, foi criada a empresa ibahia.com que associou-se ao portal Globo.com. Em contrapartida, a empresa Ilimit deixou de fazer parte da holding. Numa transação também controversa, a Ilimit foi vendida, em 2003, para a Netra Tecnologia Ltda, que passou a ser responsável pelos sites de todas as empresas do grupo e também do ramo político da família (FORTES, 2005).

EMPRESA	INGRESSO NO GRUPO	ÁREA DE ATUAÇÃO	SITUAÇÃO ATUAL
Construtora Santa Helena	1975	Construção Civil	No grupo
<i>Correio da Bahia</i>	1979	Mídia impressa	No grupo
Gráfica Santa Helena	1979	Mídia impressa	No grupo
TV Bahia	1985	Mídia eletrônica	No grupo
Rádio Globo FM	1989	Mídia eletrônica	No grupo
Bahia Vídeo	1989	Mídia eletrônica	No grupo
TV Santa Cruz	1990	Mídia eletrônica	No grupo
TV Sudoeste	1990	Mídia eletrônica	No grupo
TV São Francisco	1992	Mídia eletrônica	No grupo
TV Oeste	1992	Mídia eletrônica	No grupo
TV Subaé	1992	Mídia eletrônica	No grupo
BahiaSat	1993	TV por assinatura	Fechada
Bahia Cabo	1993	TV por assinatura	Fechada
SalvadorSat	1993	TV por assinatura	Fechada
Rádio FM Sul	1996	Mídia eletrônica	No grupo
Quatro A Nordeste	1999	Telemarketing	Vendida a Telefônica
TV Salvador	2000	Mídia eletrônica	No grupo
Icontent	2000	Desenvolvimento de Novos Negócios	No grupo
Ilimit	2000	Desenvolvimento de Novos Negócios	Vendida para Netra
Pronto Express	2000	logística	Vendida para TPC
Pronto Logística	2000	logística	Vendida para TPC
Franquia Variglog	2000	logística	Vendida para TPC
Bahia Edições Musicais	2001	Mídia eletrônica	No grupo
Selo fonográfico Bahia Discos	2001	Mídia eletrônica	No grupo
MMDS Bahia	2001	TV por assinatura	No grupo
Rádio Tropical Sat	2001	Mídia eletrônica	Fora do ar
Rede Tropical Sat	2001/2002	Mídia eletrônica	No grupo
Ibahia.com	2006	Desenvolvimento de Novos Negócios	No grupo

**Fonte:** Pesquisa da autora

#### **Quadro 7** – Empresas da Rede Bahia de Comunicação

Ao todo, a Rede Bahia é composta atualmente por 21 empresas, incluindo a Rádio Tropical FM que se encontra desativada. As empresas de mídia atingem a totalidade dos 417 municípios baianos e detêm nada menos que 78 por cento da audiência no estado, conforme Tabela 8, abaixo. A partir de 2003, o grupo empresarial passou a dividir a sua área de atuação em três segmentos e um setor: Mídia, Conteúdo e Entretenimento, Desenvolvimento de Novos Negócios e o setor de Construção Civil. Em 20 de maio de 2006, a Rede inaugurou um novo núcleo de rádio e passou a anunciar a entrada em operação de uma nova emissora do grupo, a Rádio Bahia, de acordo com notícia veiculada no seu site. A emissora entrou no ar em dezembro de 2006.

#### **Tabela 8** - Capacidade de audiência das emissoras de TV da Rede Bahia



<b>Emissora</b>	<b>Municípios</b>	<b>População</b>	<b>Domicílios com Tv</b>	<b>Telespectadores Potenciais</b>	<b>Ipc (%)</b>
TV Bahia	214	6.896.169	1.481.387	5.550.982	2,524%
TV Oeste	21	533.241	95.645	398.410	0,136%
TV Santa Cruz	53	1.708.645	351.985	1.341.346	0,511%
TV São Francisco	33	1.153.689	228.173	880.068	0,233%
TV Subaé	39	1.653.858	340.056	1.305.632	0,443%
TV Sudoeste	57	1.637.322	310.094	1.239.342	0,377%
<b>Rede Bahia de Televisão</b>	<b>417</b>	<b>13.582.924</b>	<b>2.807.340</b>	<b>10.715.780</b>	<b>4,224%</b>

Fonte: Rede Bahia de Comunicação

#### 5.4.2 Mídia impressa

O espaço conquistado por ACM na mídia impressa nacional foi de grande valia para o projeto político do grupo. Embora usado amplamente, o espaço destinado a cobertura local pelas emissoras da rede é limitado pela programação nacional gerada pela Globo. Com isso, o grupo enfatizava pelas TVs os assuntos de destaque e garantia mais espaço na mídia impressa. A importância da mídia nacional no esquema era fundamental sob dois aspectos.

Primeiro, porque amplificava os acontecimentos para fora do estado, o que acrescentava relevância aos fatos e a quem os produzia. Em segundo lugar, garantia credibilidade às notícias veiculadas, característica que o seu jornal, o *Correio da Bahia*, já havia perdido tempo atrás. Vale lembrar, que naquela ocasião, na Bahia circulavam quatro jornais, além do *Correio*, *A Tarde*, *Jornal da Bahia*, *Tribuna da Bahia* e o novato *Bahia Hoje*, um empreendimento mal sucedido do empresário e então deputado Pedro Irujo, que circulou por pouco tempo no estado. Naquela época, a *Tribuna da Bahia*, como vimos anteriormente, ainda fazia oposição acirrada ao carlismo. Adquirido pelo ex-prefeito Mário Kertész, o *Jornal da Bahia* adotou primeiro uma linha editorial independente, passando depois por uma reformulação gráfica e editorial, que enfatizava notícias mais populares, com destaque nas editoriais de polícia e de esporte.

Jornal	Tiragem Média (dias de semana)	Tiragem Média (sábado)	Tiragem Média (domingo)	Nº de Assinantes
<i>A Tarde</i>	40 mil	45 mil	100 mil	25 mil
<i>Correio da Bahia</i>	20 mil	23 mil	25 mil	15 mil
<i>Tribuna da Bahia</i>	10 mil	12 mil	-	5 mil

Fonte: Departamento de Marketing dos três jornais (2006)

Nota: \* O jornal *A Tarde* é o único auditado pelo Instituto Verificador de Circulação (IVC)

#### Quadro 8 - Tiragem média dos jornais baianos em circulação

Já o *A Tarde*, o de maior circulação, convivia com um conflito interno, em que os herdeiros dos proprietários disputavam poder com a direção da redação, composta por um time da velha guarda do jornal, que, àquela altura, apoiava ACM. Isso, porém, levava o jornal a adotar uma linha dúbia, ora pendendo para o apoio explícito ao grupo de ACM, ora para uma atuação mais independente, apesar da preocupação com a verba publicitária do governo fosse sempre uma constante. No fim da década de 1990, porém, o jornal rompeu politicamente com ACM e passou a fazer oposição acirrada aos governos carlistas, como visto anteriormente.

Nesse contexto, o enquadramento tendencioso do noticiário político do *Correio da Bahia* e a parcialidade com que o jornal tratava os adversários do grupo o desqualificava perante os baianos, embora repercutisse através dos programas de rádio no interior do estado. Desde a sua inauguração, em 1979, o *Correio da Bahia* sempre atuou como porta-voz oficial de ACM. Com tiragem média de 21 mil exemplares, o matutino tem circulação forçada no estado, através dos órgãos públicos e das prefeituras do interior aliadas ao grupo. Mesmo assim, conta com apenas 15 mil assinantes, segundo informa o site da Rede Bahia, enquanto *A Tarde* possui uma tiragem média de 45 mil exemplares nos dias de semana e 100 mil aos domingos e conta com 25 mil assinantes.

Na tentativa de reposicionar a imagem desacreditada e conquistar a confiança do público, ACM produziu, em 1989, uma reforma gráfica e editorial, idealizada pelo filho Luís Eduardo Magalhães, dentro do projeto político do grupo, de também transformar a imagem truculenta de ACM em outra, de caráter mais democrático. Para isso, ele convidou o jornalista Marcos Sá Correa, do *Jornal do Brasil*, para assumir a chefia de redação do *Correio da Bahia*. Correa não aceitou, mas indicou Paulo Adário, à época editor do Caderno B do matutino nacional, que formou uma nova equipe e passou a conduzir a reforma.

A proposta passava por uma maior aproximação regional com a Bahia, dando destaque para o Caderno Aqui Salvador, da editoria local, e também pela busca de uma certa imparcialidade, com menos oficialidade. Um exemplo clássico do atrelamento político do jornal eram as matérias vetadas sobre Waldir Pires, eleito como arquinimigo, depois que

ganhou as eleições de 1986, com uma vantagem espetacular. Pelos novos parâmetros, Waldir não poderia sair na terceira página, que era o carro-chefe da Editoria Política, mas não era mais vetado em outras páginas e passou um bom período sendo noticiado<sup>49</sup> (MELO, 2006). Outro exemplo da nova linha do jornal foi a cobertura da campanha presidencial de 1990, que segundo Nice Melo, em sua entrevista, comentou que os candidatos que disputaram o segundo turno, Collor e Lula, tiveram espaços idênticos -uma página cada-, mesma diagramação, mesmo formato gráfico e igual edição das matérias sobre o polêmico debate da Globo.

Para atender a demanda por textos opinativos, o projeto gráfico destinou o espaço de uma coluna inteira, na página três, que era veiculado em negrito (para diferenciar do conteúdo jornalístico) sempre que ACM queria publicar textos em estilo de editoriais, da sua própria lavra. Segundo Nice Melo, as interferências de ACM, até dezembro de 1990, foram relativas. Na verdade, afirma a jornalista, ele não impôs vetos nem direcionamentos maiores. O único problema é que, como candidato ao governo, ele queria ocupar mais espaço. As maiores pressões partiam mais dos assessores de campanha, principalmente dos integrantes da sua assessoria de imprensa e da agência de propaganda, responsável pela campanha, a Propeg, mas eram controladas por Luís Eduardo.

Ainda de acordo com Nice Melo,

*Durante este período ele jamais pediu matérias. Escreveu alguns editoriais, que eram publicados em negrito (por força do projeto gráfico e não por decisão dele) na página 3 em uma coluna. Mas sempre passando por Paulo Adário ou por mim. Ou seja, até dezembro de 1990 ele, de uma certa forma, respeitou a redação e a proposta editorial. As suas interferências eram banais, ridículas até. Reclamava das fotos dele, que não eram as melhores, do nó da gravata torto e etc. Coisas que não chegaram a comprometer, de fato, a edição. Na Redação, por exemplo, havia três editores filiados ao PC do B, contratados pós-mudança, e não houve problemas quanto a isso.*

Depois da campanha, porém, precisamente em 13 de dezembro de 1990, por causa de um desses editoriais que não foi publicado, ACM demitiu o jornalista Paulo Adário, às 8h30min, por telefone. Em apoio ao editor demitido, outros seis editores e a Secretária de Redação, Nice Melo, pediram demissão. Na seqüência, assumiu a direção de Redação o jornalista Demóstenes Teixeira, que continua à frente do veículo até esta data, e o jornal retomou as suas características originais. Na verdade, o que aconteceu no *Correio da Bahia* foi um embate entre duas alas do grupo carlista: a liderada por Luís Eduardo Magalhães e a

---

<sup>49</sup> Informações fornecidas por Nice Melo durante entrevista concedida à autora desta Dissertação, em 22 de novembro de 2006.

ala dos profissionais da área de comunicação que assessoravam ACM na ocasião. Ambas, tinham o mesmo objetivo que era a utilização do jornal como instrumento para a conquista da hegemonia política. Apenas discordavam sobre a melhor forma de transformar isso em realidade.

Para Luís Eduardo, o *Correio da Bahia* só poderia cumprir este papel se conquistasse as prerrogativas exigidas no Campo do Jornalismo, que, como vimos no início deste Capítulo, estão associadas à credibilidade. Para a ala dos profissionais de comunicação da campanha e que comporiam pouco depois a retaguarda dessa área no governo do Estado, no entanto, o processo de recuperação de imagem era pouco viável. Pesquisas de opinião realizadas naquele período já indicavam que essa missão seria quase impossível e, que, com o conteúdo que estava circulando, o jornal não servia a nenhum propósito político. Entretanto, para esta ala, com ou sem credibilidade, o jornal era um instrumento nada desprezível, visto que tinha o poder de tornar pública, por meio de enquadramento tendencioso, informações de interesse político do grupo, que seriam reverberadas pelas emissoras de rádio e TV e até mesmo por veículos de comunicação que não pertenciam ao grupo.

A vitória da ala técnica levou, então, o jornal de volta às suas raízes. O enfoque tendencioso, o ataque a reputação dos adversários e a manipulação das informações passaram a fazer parte do conteúdo diário do jornal, como analisamos no capítulo anterior. A receita técnica, no entanto, passou da medida, principalmente ao que diz respeito às emissoras de televisão, afiliadas da Rede Globo, que, a partir de 2000, sofreram um processo de intervenção da Globo, que enviou um diretor da rede com a missão específica de equilibrar o conteúdo jornalístico transmitido pelas emissoras locais, conforme vimos no capítulo 4.

A crise de credibilidade da mídia controlada por ACM e a intervenção da Rede Globo nas emissoras de TV levaram o grupo a adotar uma nova estratégia para manter o controle da informação de massa local: a utilização de veículos que não são de propriedade do grupo nem vinculados a ele. A partir da campanha eleitoral de 2002, alguns desses veículos passaram a emitir sinais claros de que estavam alinhados ao carlismo. Assim foi com a TV Itapoan, afiliada da Rede Record, do bispo evangélico Edir Macedo, da Igreja Universal do Reino de Deus, TV Bandeirantes, da família Saad, e da *Tribuna da Bahia*, que passou a ser controlado pelos sócios majoritários da cooperativa de empregados que adquiriram o jornal do empresário Joaci Góes, na década de 1990.

A diferença entre os dois modelos é que nos veículos que não são de sua propriedade, os conteúdos jornalísticos referentes ao grupo são produzidos de forma comedida, embora visivelmente favorável. Além disso, os adversários políticos não são adjetivados e

desqualificados, apenas tratados dentro dos critérios técnicos jornalísticos. Nessa nova estratégia, a mídia controlada pelo grupo tem uma nova função. O noticiário das emissoras vem sendo utilizado para potencializar assuntos de interesse do grupo, tanto para que as qualidades políticas do grupo sejam destacadas quanto para atacar implicitamente os adversários.

## 5.5 A PROPAGANDA / PUBLICIDADE GOVERNAMENTAL

Outro meio tradicional empregado pelo grupo de ACM para controlar a informação na Bahia é o da propaganda / publicidade governamental que, como vimos no Capítulo 2, é aqui entendida como instrumento de disseminação de informações destinadas a influenciar opiniões, sentidos e atitudes das pessoas. Para avaliar a importância dessa estratégia de controle no esquema carlista, realizamos um levantamento dos recursos destinados à propaganda / publicidade pelo governo do estado, nos últimos oito anos, tempo suficiente para a identificação de um padrão, como mostra a Tabela 9, abaixo:

**Tabela 9** - Gastos do governo do Estado com propaganda / publicidade oficial

<b>Ano</b>	<b>Previsão autorizada na Lei Orçamentária</b>	<b>Gasto verificado na Prestação de Contas (TCE)</b>	<b>Conselheiro Relator</b>	<b>Diferença previsão e gasto (%)</b>
<b>1998</b>	R\$ 23 milhões	R\$ 38 milhões	Filemon Matos	65,2%
<b>1999</b>	R\$ 27,2 milhões	R\$ 63,4 milhões	França Teixeira	133%
<b>2000</b>	R\$ 10,8 milhões	R\$ 42,1 milhões	Pedro Lino	115%
<b>2001</b>	R\$ 20,5 milhões	R\$ 35,8 milhões	Antonio Honorato	74%
<b>2002</b>	R\$ 27,2 milhões	R\$ 44 milhões	Ridalva Figueiredo	61%
<b>2003</b>	R\$ 23,1 milhões	R\$ 45,9 milhões	Ursicino Queiroz	98%
<b>2004</b>	R\$ 31,4 milhões	R\$ 70,2 milhões	Filemon Matos	123%
<b>2005</b>	R\$ 38,9 milhões	R\$ 111,3 milhões	Manoel Castro	186%

**Fonte:** Pesquisa da autora nos Relatórios de Prestação de Contas do Tribunal de Contas do Estado (TCE)

A simples leitura dos números e das observações feitas pelos conselheiros relatores do Tribunal de Contas do Estado (TCE) já identifica um padrão recorrente de controle das informações sobre os gastos do grupo com propaganda / publicidade. Nesses oito anos, o grupo pediu autorização do Legislativo Estadual para empregar um determinado montante no ano anterior, mas gastou, no ano do exercício, muito mais do que foi facultado. O melhor exemplo encontra-se no ano de 2005, quando o governador Paulo Souto recebeu autorização legislativa, através da Lei Orçamentária nº 9 291, de 29 de dezembro de 2004, para empregar R\$ 38,9 milhões, mas gastou R\$ 111,3 milhões, ou seja, 186 por cento a mais, conforme constatou o conselheiro Manoel Castro, relator do Parecer sobre as Contas do Estado no exercício 2005.

Outro padrão verificado nos gastos públicos do grupo nessa área é a falta de transparência na prestação de contas. Desde o exercício de 1999 até 2004, todos os conselheiros relatores chamam atenção para o fato do Estado utilizar outras rubricas para camuflar despesas com publicidade. As observações dos conselheiros podem ser constatadas nos seguintes itens dos relatórios do TCE: 4.2.7.2.4.1.3.2 (1999); 4.2.7.2.4.1.3.2 (2000); 4.2.7.2.4.1.3.1 (2001); 4.1.7.2.7.3 (2002); 5.1.7.2.5.3.1 (2003) e 4.1.8.2.4.1.2 (2004). Pelo disposto no artigo 159 da Constituição Estadual, as despesas com propaganda / publicidade devem ser registradas na rubrica “Despesa com promoção e divulgação da ação governamental”.

Todos os relatores das contas desse período apontam a “necessidade de o Estado atentar para o detalhamento dos gastos com propaganda e publicidade”, mas nos últimos 16 anos, nenhuma conta do governo do Estado foi reprovada, apesar das evidências de opacidade. A única exceção ficou por conta do ano de 1998, que o conselheiro relator Filemon Matos deu seu voto em separado, alegando que além do significativo montante gasto, a publicidade governamental veiculada naquele ano tinha caráter autopromocional, constituída, segundo ele, de símbolos, imagens e pronunciamentos relacionados às autoridades, em flagrante desrespeito aos artigos 37 e 27 das constituições Federal e Estadual, respectivamente<sup>50</sup>.

Na verdade, os valores reais gastos pelo grupo nessa área são muito superiores aos constatados nos relatórios dos conselheiros do TCE. Para camuflar este tipo de informação, o grupo utilizava um outro expediente também recorrente, que é a inclusão desses gastos em outras rubricas, como “difusão cultural”, “difusão do conhecimento científico”, “promoção da produção vegetal”, “da animal”, “da industrial”, “da comercial”, “do turismo” e até do Programa de Educação Tributária (PET), que nada mais é que o programa “Sua Nota Vale um Show” e que consiste na troca de notas fiscais por ingressos de shows e jogos de futebol, patrocinados pelo governo do Estado. Na rubrica “difusão do turismo”, por exemplo, encontram-se todos os gastos com propaganda da Bahiatursa, que vão além da divulgação do chamado “produto Bahia”. Um levantamento feito pelo então deputado estadual Luís Bassuma (PT), na proposta orçamentária de 2001, revelou que o governo estadual pretendia gastar em propaganda / publicidade R\$ 147 milhões e não R\$ 20,5 milhões, como havia registrado na rubrica “Despesa com promoção e divulgação da ação governamental”. A enorme diferença estava embutida em diversas dessas rubricas. (SOUZA, 2000a).

A origem dos recursos destinados à propaganda / publicidade também é alvo de questionamento dos conselheiros do TCE e de denúncias dos parlamentares de oposição. Do montante destinado pelo governo federal para atendimento da população, através do Sistema Único de Saúde (SUS), parte significativa já foi aplicada pelo grupo em campanhas publicitárias de obras da Secretaria da Saúde. Segundo o deputado Zezéu Ribeiro (PT), em 2000, tanto a Prefeitura de Salvador quanto o governo do estado gastaram recursos do SUS em propaganda / publicidade, registrada posteriormente na prestação de contas, na rubrica “Promoção da saúde” (SOUZA, 2000a, p. 3).

---

<sup>50</sup> Informações fornecidas por Emiliano José concedidas durante a entrevista à autora desta Dissertação, em 26 de novembro de 2006.

A propaganda / publicidade governamental do grupo político era totalmente voltada para as realizações administrativas. Poucas campanhas tinham conteúdo de utilidade pública. O grau de importância dessa área nas ações de governo pode ser dimensionado quando comparados aos gastos realizados em outras áreas. Em 1999, por exemplo, os gastos com propaganda / publicidade foram superiores aos investimentos nas áreas de saúde, agricultura e combate ao desemprego. Aplicou apenas R\$ 32 milhões em agricultura, metade, portanto, dos R\$ 63,4 milhões empregados em publicidade, e quatro vezes menos, cerca de R\$ 15 milhões, em programas de combate ao desemprego. O mesmo verifica-se em 2002, quando o governo gastou R\$ 7,4 milhões em programas habitacionais, ou seis vezes menos do que em propaganda / publicidade, e em 2005, quando foram despendidos apenas R\$ 53,2 milhões para ciência e tecnologia, enquanto a área promocional teve o aporte de R\$ 111,3 milhões, conforme revelam as respectivas prestações de contas do governo ao TCE.

A volumosa verba destinada à propaganda / publicidade pelos governos do grupo de ACM, beneficiava diretamente os veículos das empresas de comunicação vinculadas à Rede Bahia, além, obviamente das agências de amigos e familiares, como é o caso da Propeg, de Fernando Barros, e da Pejota, de Paulo Viana, cunhado de ACM Jr., e do sobrinho Fred Maron. Os veículos do grupo abocanham a maior fatia desses recursos. Um levantamento realizado pelos advogados de defesa do então vereador Emiliano José (PT), que em 2000, foi processado na Justiça por calúnia e difamação pelo prefeito Antonio Imbassahy, na ocasião ligado ao grupo, e pelo presidente da Rede Bahia, ACM Jr., por ter denunciado o esquema, indicava que somente entre os dias 11 de outubro e 9 de novembro deste ano, o volume de propaganda / publicidade da Prefeitura de Salvador e do governo do estado, veiculado no *Correio da Bahia*, era de 77,42 por cento do total de 93 anúncios, enquanto a *Tribuna da Bahia* ficava com 22 por cento e *A Tarde*, o de maior circulação no estado, com zero por cento. Em 15 de dezembro de 2003, sentença judicial garantiu ao jornal *A Tarde* uma indenização de R\$ 10,8 milhões como ressarcimento por prejuízos decorrentes da ausência de publicidade oficial no jornal (FARIA, 2006, p. 11).

As próprias denúncias do vereador baseavam-se na análise dos números referente à verba publicitária destinada às emissoras de TV, calculada em valores médios de mercado, como mostram os Quadros abaixo:



<b>EMISSORA</b>	<b>VERBA (em valores médios de mercado)</b>
TV Aratu	R\$ 0,00
TV Itapoan	R\$ 260.903,00
TV Bandeirantes	R\$ 231.927,01
TV Bahia	R\$ 998.089,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 1.490.919,01</b>

Fonte: Emiliano José<sup>51</sup>

**Quadro 9** - Verba publicitária da Prefeitura de Salvador (2000) para TVs

<b>EMISSORA</b>	<b>VERBA (em valores médios de mercado)</b>
TV Aratu	R\$ 32.655,51
TV Itapoan	R\$ 160.022,00
TV Bandeirantes	R\$ 374.549,00
TV Bahia	R\$ 1.300.980,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 1.868.206,51</b>

Fonte: Emiliano José<sup>52</sup>

**Quadro 10** - Verba publicitária Governo do Estado (2000) para TVs

A pesquisa, realizada pelo vereador nos meses de janeiro, fevereiro, junho, novembro e dezembro de 2000, revela que o governo do estado destinou mais de dois terços do total da verba publicitária para a Rede Bahia. Da Prefeitura de Salvador, de um total de R\$ 1.490.919,00, exatos R\$ 998.089,00 foram para a Rede Bahia. Na queixa contra o ex-vereador, os advogados da Prefeitura e da Rede Bahia argumentavam que a maior parte da verba era destinada à TV Bahia, porque era a emissora de maior audiência. Por isso, os advogados de defesa de Emiliano fizeram o levantamento dos recursos destinados a mídia impressa, comprovando, assim, que as empresas do grupo não eram beneficiadas apenas por deterem a maior audiência, uma vez que o *Correio da Bahia* era o órgão da mídia impressa que mais se beneficiava da propaganda / publicidade governamental<sup>53</sup>.

As verbas destinadas pelo governo baiano não são nada desprezíveis. Segundo o *ranking* do Monitor do Ibope, o governo baiano entre 1990 e 2003, foi o 13º maior anunciante do país. Somente no primeiro trimestre de 2001, foram gastos R\$ 5,8 milhões. Entre os estados, a Bahia é disparadamente o que mais gasta com publicidade, superando São Paulo, que no mesmo período havia gasto R\$ 3,5 milhões, e ultrapassando em mais de três vezes o montante

<sup>51</sup> Pesquisa realizada pelo então vereador Emiliano José com Agências de Propaganda diversas de Salvador e apresentada durante sua entrevista à autora desta Dissertação, em 26 de novembro de 2006.

<sup>52</sup> Idem.

<sup>53</sup> Informações fornecidas por Emiliano José durante a entrevista à autora desta Dissertação, em 26 de novembro de 2006.

gasto por Minas Gerais, R\$ 1,8 milhões, e Rio Grande do Sul, R\$ 1,9 milhões (PAIVA, 2001, p. A31).

## 5.6 AS NOVAS MÍDIAS

Na primeira parte deste capítulo, analisamos os meios tradicionais de informação utilizados pelo grupo de ACM no modelo informacional que prevaleceu entre 1985 e 2000. Neste subcapítulo, examinaremos a eficiência desses meios a partir do modelo informacional que começou a se consolidar, em 2000, junto com a popularização das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs).

Como visto na Introdução deste trabalho, a Sociedade da Informação tem seus pilares fundamentados na convergência da informática, das telecomunicações e da indústria eletroeletrônica, que possibilita o rápido e permanente fluxo de informações, diminuindo distâncias e relativizando o fator tempo em uma série de atividades humanas. Dessa forma, a informação migra para o meio digital e tem, na Internet, o seu principal canal de transmissão e transferência (JAMBEIRO; SILVA, 2003). Entretanto, os avanços que se colocam nessa área trazem, em seu bojo, uma nova forma de pensar, uma nova cultura, que se baseia na interatividade, na participação e na democratização da informação e do conhecimento.

A popularização das TICs promoveu impactos profundos nos meios de comunicação de massa. A facilidade de transmitir informação e o baixo custo para a sua produção, características preponderantes do novo modelo, proporcionaram uma explosão de informações em rede e também um crescimento vertiginoso de novas mídias, como *sites*, *blogs*, comunidades de *orkut* e portais de notícias alternativos, que tornaram obsoletos qualquer tipo de censura ou restrição de informação na mídia convencional. Com a diversidade de opiniões e análises e espaço destinado à crítica da cobertura dos fatos pela mídia, realizada pelos próprios *medias*, acontecimentos que antes ficariam limitados a um pequeno círculo de pessoas, passaram a ter visibilidade e repercussão. O advento da internet, portanto, inverteu a lógica e permitiu a oxigenação do debate, refletindo diretamente no monopólio da informação, antes concentrado nos meios de comunicação de massa. Os tradicionais formadores de opinião no Brasil estão perdendo o posto, a hegemonia midiática

está se desfazendo e os exemplos mais ilustrativos do esgotamento desse modelo no Brasil são a reeleição de Lula e a derrota do grupo político de ACM, nas eleições de 2006.

Os números oficiais do Comitê Gestor da Internet no Brasil apontam o tamanho do desafio da inclusão digital no país, mas indicam também que o uso da rede já atinge a maioria da população brasileira com potencial de consumo. De acordo com a última pesquisa realizada pelo Ibope/NetRatings, 32,1 milhões de brasileiros possuíam acesso à internet no segundo trimestre de 2006, incluindo residências, local de trabalho, escolas, universidades e locais de acesso público, como cybercafés, telecentros e *lan houses*. O número é praticamente o dobro do que o próprio Instituto aferiu no terceiro trimestre de 2001, 17,5 milhões, mas é exatamente igual ao que foi registrado em 2005. Entretanto, quando é considerado somente o acesso domiciliar, o crescimento registrado em 2006 é bastante significativo. No segundo semestre deste ano, 14,1 milhões de usuários tiveram acesso domiciliar à internet, 11,2 por cento a mais que em 2005 e mais do dobro dos 6,2 milhões, registrados em 2001.

O brasileiro, segundo aferição do Ibope/NetRatings, registra o maior tempo médio de navegação residencial do mundo. Cada usuário navegou, em média, 20 horas por mês, enquanto em países como França, Japão e Estados Unidos, o tempo médio dos internautas ficou na faixa de 15 a 16 horas mensais. O recorde, verificado no primeiro trimestre deste ano, está diretamente associado ao crescimento do uso da banda larga para conexão que, no segundo trimestre de 2006 aumentou nove por cento em relação ao primeiro trimestre. (AMORIM, 2006a). Somente a empresa de Internet IG registrou um crescimento de 64 por cento do número de assinantes banda larga, em 2006, totalizando em outubro, um milhão de conexões à Internet, através dessa tecnologia (AMORIM, 2006a).

Os números aferidos pelo Ibope/NetRatings em 2006 devem ser superados significativamente em 2007. Um levantamento preliminar do Comitê Gestor da Internet no Brasil, previa, em outubro, que, até o fim do ano, 8,3 milhões de computadores seriam vendidos no Brasil. Só de *notebooks*, o número deve chegar a 650 mil unidades, um aumento de 100 por cento em relação a 2005 (AMORIM, 2006c).

O número de *blogs* também evidencia o crescimento de acessos à internet. De 2004 a 2006, o tamanho da chamada *blogosfera* cresceu 60 vezes em todo o mundo. No Brasil não existem estatísticas oficiais sobre os diários de internet, mas segundo o recém-criado serviço de catalogação de *blogs* brasileiros, o *Blogblogs*, em apenas três meses foram registrados voluntariamente 85 mil *blogs* (AMORIM; VIEIRA, 2006). O mesmo acontece no universo do *Orkut*, o site de relacionamentos do *Google*. Dos 13,2 milhões de usuários cadastrados, o

Brasil é o país com o maior número de membros, 72,91 por cento, superando, inclusive os Estados Unidos (TELLES, 2006, p. 24).

Aliado à crescente popularização das TICs, ao advento da Internet e à expansão da TV por assinatura, outro fator preponderante no esgotamento do modelo informacional midiático convencional não pode deixar de ser analisado neste estudo. Trata-se da disfunção institucional da mídia, como refere Nassif (2003), decorrente da perda de foco do jornalismo, que abriu mão de algumas qualidades intrínsecas à atividade, como credibilidade e rigor na apuração, em nome da espetacularização da notícia.

Segundo Nassif (2003, p. 20), a partir da década de 1990, a imprensa brasileira adotou o chamado marketing da notícia, passando a se ver como um produto que tem que responder às expectativas do público. Este padrão de comportamento da mídia, baseado na divulgação de escândalos, como refere Thompson (2000, p.24), está diretamente associado ao surgimento do chamado jornalismo investigativo, mas também aos interesses comerciais das empresas jornalísticas, porque esse tipo de notícia, baseada em escândalos, vende.

Na busca de satisfazer o leitor, a mídia vem recorrendo a departamentos de pesquisa e a leituras imediatistas do que essas pesquisas mostram, atendendo as demandas de curto prazo do leitor e tornando-se refém da ditadura da opinião pública, ou melhor, atuando passivamente para oferecer ao leitor aquilo que se pensa que ele quer (NASSIF, 2003, p. 20).

A partir dos anos 90, a imprensa brasileira abusou do chamado “esquentamento” das notícia, método, que levou o jornalismo aos limites da ficção. Em nome do espetáculo, atropelaram-se princípios básicos de direitos individuais, deixou-se de lado a objetividade e a isenção, abriu-se para os escândalos midiáticos e espaço para chantagistas, para dossiês falsos. Tudo em nome do show, da manchete de impacto, freqüentemente vendendo um produto que a matéria não entregava (NASSIF, 2003, p. 17).

Sufocando os critérios técnicos mínimos de apuração dos fatos, a sede da imprensa por escândalos abriu espaço para a aliança entre jornalistas especializados em escândalos e lobistas, que se valem da fabricação de dossiês ou de denúncias vagas ou simplesmente falsas. Nesse contexto, definiram-se, segundo ele, verdadeiros pactos de sangue. Quando a imprensa acolhe esse tipo de material sem questionar a sua veracidade ou até mesmo a sua verossimilhança, permite a existência de dois tipos de dossiês: os que são publicados e aqueles que se constituem em instrumentos de chantagens (NASSIF, 2003, p. 19-20).

Para Lima (2006), ao enveredar por este tipo de cobertura, além de não observar regras elementares do exercício e da ética profissionais, a mídia abandona também o princípio

constitucional da “presunção de inocência” das pessoas envolvidas e o substitui pelo princípio da “presunção de culpa”, apresentando aos seus públicos versões, muitas vezes, distorcidas da realidade, enquadradas a partir de critérios pouco claros (LIMA, 2006, p. 15).

A parcialidade recorrente dos órgãos de imprensa neste tipo de padrão jornalístico, segundo Thompson (2000), é bastante perigosa para o próprio órgão de imprensa. Se por um lado os escândalos trazem contribuições legítimas à vida pública, mesmo com seus aspectos sensacionalistas, por outro lado, podem trazer sérias conseqüências para os meios de comunicação. Se as pessoas passarem a achar que, aumentando os fatos desproporcionalmente, a mídia está indo longe demais, a crise de credibilidade e de reputação pode se inverter e recair na própria mídia. Desse modo, o ciclo do escândalo acaba evoluindo para outro sentido (THOMPSON, 2000, p. 152).

Para Martins (apud AMARAL, 2006, p. 35), o esgotamento do modelo informacional, adotado desde o fim da ditadura pela chamada grande imprensa, tornou-se evidente nas eleições de 2006 e reflete, de acordo com a sua análise, a mudança do padrão de comportamento da população, sobretudo da classe C. Até 2006, a imprensa produzia um fenômeno político, a classe média influenciada por ela, formava uma opinião a respeito e essa opinião se estendia para a periferia.

Como a pedra no lago: caiu a pedra na classe média, formando ondas concêntricas para os lados. A classe média era a dos formadores de opinião, você os conquistava, tinha resolvido a parada (MARTINS apud AMARAL, 2006, p. 35)

O que está se verificando na atualidade, segundo Martins, é que fatos produzidos pela grande imprensa encontram ressonância na classe média, mas já não ecoam, “como as ondas do passado”, na classe C, formada pelo segmento da população que ganha até cinco salários mínimos, e hoje se constitui em mais um centro de informação e opinião, graças à diversificação de meios de informação e comunicação. Um bom indicativo dessa tese, segundo o jornalista, são os índices de circulação dos jornais impressos dirigidos às classes A e B, que há mais de 10 anos registram indicadores negativos, enquanto os impressos voltados para a classe C vêm se proliferando na última década em todo o país, juntamente com outros meios, como as *lan houses* (MARTINS apud AMARAL, 2006, p. 35).

### 5.6.1 O panorama nacional

De fato, os indicadores de circulação e audiência da mídia vêm provocando, desde o início da década passada, uma crise sem precedentes nas empresas de comunicação do mundo inteiro e no Brasil não é diferente. Um estudo do jornalista Caio Túlio Costa para a revista da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP, e publicado no site do Observatório da Imprensa, comprova a delicada situação da mídia brasileira.

Segundo o jornalista, no Brasil, nas três últimas décadas do século passado, eram dez grupos familiares que controlavam a quase totalidade dos meios de comunicação de massa: Abravanel (SBT), Bloch (Manchete), Civita (Abril), Frias (*Folha de S.Paulo*), Levy (*Gazeta Mercantil*), Marinho (Globo), Mesquita (*O Estado de S.Paulo*), Nascimento Brito (*Jornal do Brasil*), Saad (Bandeirantes) e Sirotsky (Rede Brasil Sul).

O panorama agravou-se na virada do século, com a crise econômica que sacudiu todas essas empresas. O jogo de forças sofreria modificações também com a ajuda das mudanças constitucionais de dezembro de 2002, que permitiram a participação estrangeira no capital das empresas jornalísticas (máximo de 30%), além da participação de pessoa jurídica, até então vetada (COSTA, 2005).

Nos primeiros anos do novo século, quatro dos dez grupos familiares foram atingidos, sacudidos por uma crise que, na realidade, havia pegado três deles muito antes da virada de século. O furacão levou em seu torvelinho o grupo Bloch, fez mudar de mãos o *Jornal do Brasil* (Nascimento Brito) e também a *Gazeta Mercantil* (Levy) – ambos passaram para o controle do empresário Nelson Tanure – e retirou das mãos da família Mesquita a gestão do grupo Estado (COSTA, 2005).

Se o novo século surgiu com seis dos dez velhos grupos tradicionais de mídia ainda sob o comando das respectivas famílias (Abravanel, Civita, Frias, Marinho, Saad e Sirotsky), três entre esses sobreviventes passaram a dividir parte de seu capital com empresas estrangeiras. O grupo Abril vendeu 13,8% de suas ações a fundos norte-americanos de investimento administrados pela Capital International Inc. O Grupo Globo virou sócio minoritário de Rupert Murdoch na Sky Brasil e vendeu 36,5% do capital votante da NET (distribuição de TV paga) para a Telmex, grupo mexicano de telecomunicações. O Grupo Folha cedeu 20% de todo o seu capital para a Portugal Telecom, a PT, que era sua sócia, anteriormente, apenas na operação de internet, o UOL. Novidade não prevista em lei foi o fato de empresas internacionais, cem por cento de capital estrangeiro, praticarem jornalismo no

país via comunicação eletrônica. Empresas como America Online, Terra, Reuters, Bloomberg e muitas outras que nasceram e cresceram (ou já morreram) durante o fenômeno de implantação da Internet comercial apuram, editam e publicam notícias em solo nacional, via Internet, como qualquer companhia de mídia brasileira (COSTA, 2005).

### **5.6.2 A realidade local**

Na Bahia, o panorama é diferente, visto que o maior grupo de comunicação do estado pertence à família de ACM que, além de concessões públicas e outros privilégios, garantia a saúde financeira das empresas através da propaganda / publicidade governamental. O modelo político e informacional adotado pelo grupo de ACM, no entanto, que, como vimos ao longo deste estudo, fundamenta-se no controle da informação política, vem emitindo sinais claros de esgotamento, embora não possa ser subestimado.

Uma das primeiras evidências a ser analisada é a coincidência de fatos e datas. O declínio político de ACM, que entendemos ter-se iniciado em 2001, com o escândalo da violação do painel eletrônico do Senado e a sua renúncia, acontece no mesmo período em que as TICs começam a se popularizar no país. O país inteiro pôde acompanhar, passo a passo, o desenrolar do episódio em tempo real pela internet e na TV por assinatura, quando não ao vivo nas emissoras de canal aberto, que correram atrás da audiência que os canais fechados estavam registrando naquele momento. Sem maquiagem, a informação chegou a população na sua forma original. Se não determinou uma derrota eleitoral, o episódio acarretou um desgaste profundo na imagem pública de ACM e na crença da sua invulnerabilidade, sobretudo no cenário nacional, e, principalmente, entre os jornalistas dos quais era fonte privilegiada. Com a divulgação da gravação da conversa com os procuradores, as formas e os meios empregados por ACM e seu grupo, para obter informações, tornou suspeita essa relação.

O episódio dos grampos telefônicos na Bahia, no entanto, trouxe um desgaste bem maior. Além do rol de arbitrariedades e ilegalidades em que se envolveu para obter informações contra seus adversários, o episódio mostrou que a vitória nas eleições de 2002, cristalizou nele e nos integrantes do seu grupo político a certeza da impunidade. Percebeu-se também que seus adversários políticos, alvos constantes dos seus dossiês, talvez não fossem tão culpados como ele fazia parecer. Mas, o mais ilustrativo de todo o episódio é que a autoria do crime foi denunciada por um jornalista, um dos três em que ele havia confiado o “dossiê”

contra o deputado Geddel Vieira Lima. A cobertura dos órgãos de imprensa, como analisamos no Capítulo 4, que, no episódio do painel, haviam minimizado a sua participação e contrabalançavam o noticiário com as denúncias formuladas por ele contra seu adversário Jader Barbalho, já não o pouparam mais.

Fica evidente que, apesar das transformações proporcionadas pelas TICs e o impacto que elas provocam nos meios de comunicação de massa, ACM manteve o mesmo modelo, incorporando apenas em suas ações os avanços tecnológicos, sem, no entanto, considerar os procedimentos informacionais, estabelecidos pelos novos paradigmas da Sociedade da Informação.

### **5.6.3 Do palanque eletrônico à comunicação virtual**

As limitações do grupo de ACM no universo das novas mídias podem ser facilmente verificadas quando analisamos os recursos por eles utilizados, a partir dos novos paradigmas estabelecidos na chamada Sociedade da Informação. Para isso, escolhemos como amostras as páginas da internet de três integrantes do grupo político em questão - ACM, ACM Neto e César Borges -, o portal do governo do Estado e o portal de notícias da Rede Bahia de Comunicação, o Ibahia.com, adotando como parâmetro os seguintes elementos, abaixo listados: foco de interesse; disponibilização de meios de contato na forma convencional; organização das informações; atualização do conteúdo informacional e dos links, e a disponibilização de mecanismos de interação e feedback (BORGES, 2005). Além disso, observamos esses recursos como ferramentas de marketing, também utilizados dentro dos novos paradigmas e que passam por mudanças irrevogáveis, como refere Pinho (2003, p. 40-55).

No âmbito político, as três páginas da internet analisadas apresentam perfil semelhante. Apesar de esteticamente bem cuidadas, com recursos multimídia diversos, os *sites* são utilizados apenas como meio de veiculação de propaganda política, embora exibam alguns recursos de interatividade. A página pessoal de ACM, como as demais propagandas políticas em outros meios, é permeada de símbolos e elementos da chamada baianidade, como as cores e a bandeira da Bahia e o som de berimbau no manuseio do mouse sobre janelas e *links*. Disponível nas versões flash e html, o conteúdo oferece sete opções de janelas: Bahia de ACM; ACM Notícias; Livro Aberto; Almanaque, Opiniões de ACM; Atuação e Luís



Eduardo, o inesquecível. O conteúdo interativo fica por conta das janelas “fale conosco” e da “enquete”, que desde 2005 mantém a mesma pergunta no ar: “qual deveria ser a área prioritária do governo?”. O acesso ao resultado parcial, permite acompanhar também o número de acesso à página. De 23 de abril de 2005 a 10 de dezembro de 2006, a enquete do *site* contabilizou 291 acessos. Enviamos três e-mails, através do “fale conosco”, nos dias 23 de abril de 2005, 18 de setembro de 2005 e no dia 5 de dezembro de 2006, solicitando informações sobre projetos que estavam sendo discutidos em plenário. Não obtivemos nenhuma resposta.



Figura 2 – Homepage do *site* do senador ACM

Na janela “Bahia de ACM”, o conteúdo versa sobre as ações administrativas do senador nas suas três gestões, no governo da Bahia. Dentro da janela “ACM Notícias”, encontram-se quatro páginas internas: “Notícias sobre ACM”, “ACM na mídia”, “Agenda” e “Notícias que só ACM tem”. As duas primeiras são, na verdade, links para o portal do Senado e os serviços de *clipping* oferecidos pela Casa. As duas últimas estão sem acesso. Em “Bahia de ACM”, o internauta pode acessar textos sobre o Pelourinho, a arte sacra baiana, a Bahia

mística, a culinária baiana e no link filmes, assistir a VTs de propaganda da Bahiaturisa, sobre as belezas da terra.

A janela “Almanaque” permite acesso a cinco páginas internas: “Falou e disse”, com as frases de efeito de ACM; “ACM é assim”, onde constam depoimento de personalidades do mundo político e cultural sobre ele; “Jornalista e fonte”, com a reprodução do texto de abertura do livro *Paixão é política*, assinado pelo jornalista Marcos Sá Correa; “Charges”, com charges e caricaturas de ACM publicadas em jornais e revistas; e “filmes”, com VTs e *clips* de ACM na Bahia e no Senado. A janela “Livro Aberto” dá acesso a informações e fotos de ACM, sua trajetória política, obras públicas e ao texto de três cartas do ex-presidente Juscelino Kubitschek. O mesmo formato e recursos são encontrados nas páginas do senador César Borges e do deputado federal ACM Neto. Há diferenças de leiaute, mas a concepção é praticamente a mesma, sem os exageros de devoção à Bahia. Os dois políticos utilizam boletins eletrônicos ou Newsletter, que são transmitidos aos interessados que se cadastrarem através do site.

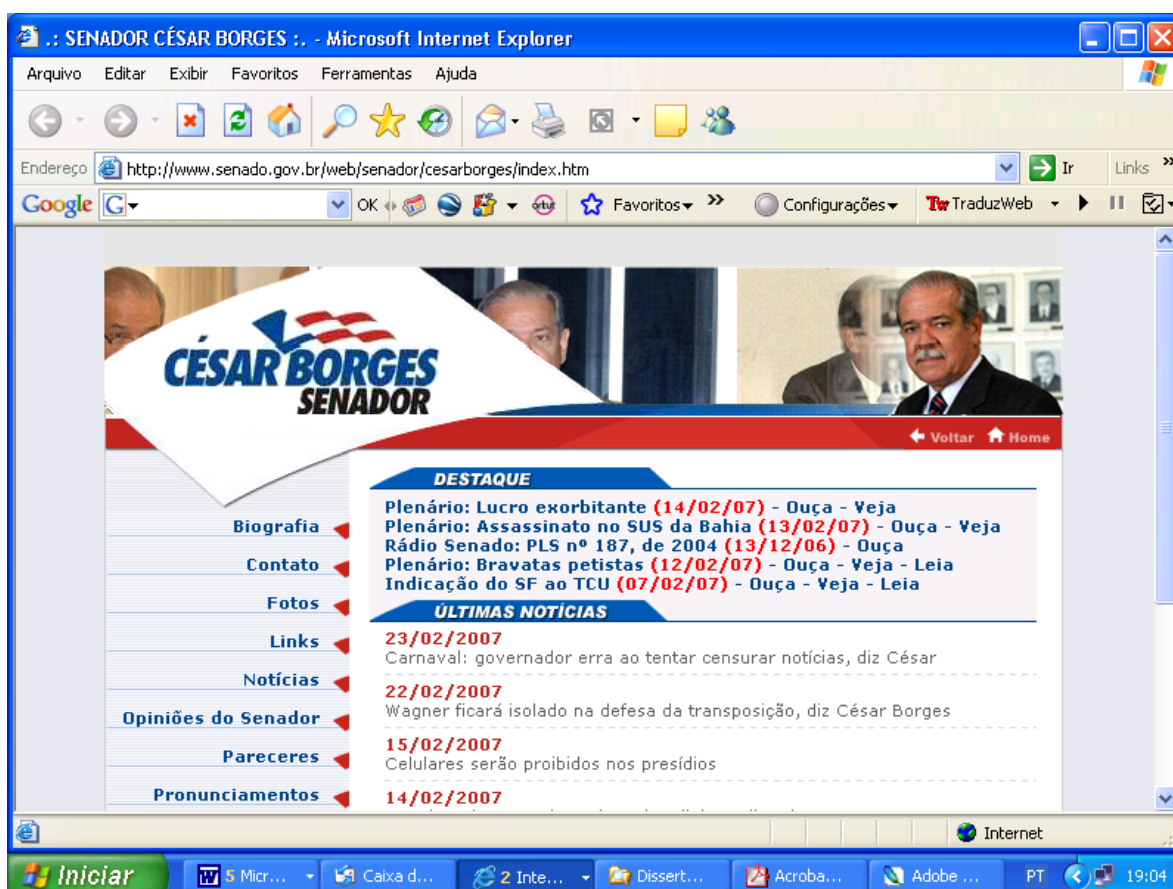


Figura 3 – Homepage do site do senador César Borges



Figura 4 – Homepage do site de ACM Neto

O conteúdo oficial das notícias veiculadas no portal da Rede Bahia, o Ibahia.com o torna pouco atrativo. Sem colunas de opinião, ou análise de qualquer natureza, o portal se limita a colocar na web as notícias enviadas pelas assessorias de imprensa, do governo e da iniciativa privada. Os destaque estão sempre voltados para a área cultural, com entrevistas de artistas, *blogs* e agenda cultural.



Figura 5 – Homepage do Portal Ibahia

O portal do governo da Bahia, por outro lado, oferece um amplo cardápio de serviços. É dividido em três canais: cidadão, governo e empresas. Além dos três canais, abriga também um outro portal dirigido especificamente aos servidores públicos, o Portal do Servidor, que também oferece serviços on line, como acompanhamento de processos, contra-cheques e comprovante de rendimento para o imposto de renda. No canal Cidadão, porém, apesar de oferece, na home page, um espectro amplo de serviços on line, a maioria absoluta encontra-se indisponível. Já no Canal dedicado ao governo, o conteúdo informacional destina-se a dados sobre a estrutura administrativa e remete o internauta para os sites das secretarias. Com visual leve e de fácil navegação, o portal peca, porém, pela ausência de informações e instrumentos de transparência administrativa. Nada de longe, sugere uma prestação de contas, balanço ou acompanhamento do orçamento do Estado.

#### 5.6.4 Outros recursos

Outro novo instrumento de informação e comunicação analisado neste subcapítulo é o site de relacionamentos do Google, o Orkut. Bastante utilizados por grandes empresas como ferramenta de marketing, tanto para difundir idéias e produtos quanto para monitorar a imagem pública, o Orkut tem figurado, com bastante frequência no composto de comunicação, utilizado pelos políticos e agentes públicos com o mesmo fim e também para a construção do chamado networking (rede de relacionamentos) (TELLES, 2006, p. 42).

No universo do Orkut, as 82 comunidades dirigidas a ACM e seu grupo restringiam-se, até outubro de 2006, a dois dos seus integrantes: o líder e seu neto, ACM Neto. Desse total, as comunidades favoráveis a seus atributos pessoais e a sua atuação política contabilizavam apenas 31,71 por cento do total, enquanto as desfavoráveis somavam 68,29 por cento, como mostram os Quadros a seguir:

COMUNIDADE	NÚMERO DE MEMBROS
Eu odeio ACM	2.223
Eu odeio ACM!	325
Eu odeio ACM	221
ACM Neto é hipócrita	1.200
ACM Neto é mala	196
Brasil pede eutanásia para ACM	3.585
ACN Neto é político ou ator?	160
Eu odeio ACM Neto	2.400
ACM é a desgraça da Bahia	251
Fora ACM	2.496
ACM, dono da Bahia	189
Ver ACM assim não tem preço	159
Fora ACM e Paulo Souto	2.189
ACM Neto é uma puta	749
ACM Neto é boiola	743
A Bahia não é mais de ACM	446
Fora ACM Neto	138
Será ACM imortal?	145
ACM – A Bahia está livre	132
Eu, eu, eu, ACM se fudeu	93
Adeus, ACM	88
Deus = Céu/ ACM = Casa da Porra	93
ACM, o corrupto da Bahia	78
Morre logo ACM	76
ACM Neto é uma merda	76
William Bonner é pai de ACM Neto	54
O fim do carlismo – Fora ACM	51
Todo mundo morre, menos ACM	49
Artur Virgílio, ACM Neto, Credo!	33
ACM, a derrota	38
Eu odeio ACM Neto	39
Seria ACM um Highlander?	31
ACM nunca mais	32
ACN Neto – quem votou nisto?	38
ACM with Lasers	13
ACM bom é ACM morto	18
Morte ao ACM Neto	14
O coronel ACM é um rato	13
ACM, o fim está chegando	11
Luis Eduardo morreu de ACM	10
Se eu fosse parente de ACM	15
Eu odeio ACM, o Neto	06
Odeio ACM e seu neto	18
ACM Neto é um merda	17
Alckmin e ACM – Golpe de Mestre	11
Eu odeio ACM	21
Eu odeio o ACM Neto	02
PFL – ACM agora moralista	01
ACM – é ele!pega ele!	05
ACM ta por fora	01
ACM Neto é lindo, mas não presta	03
Todos morrem, menos ACM	01
ACM, o Don Corleone do Nordeste	18
Odeio ACM	04
Quero ver ACM queimando	05
ACM Neto é Michael Corleone	08
<b>Total: 56</b>	<b>Total: 19.031</b>

Fonte: Pesquisa da autora

Nota: Levantamento feito no site de relacionamentos Orkut, em 26 de outubro de 2006

**Quadro 11** – Comunidades do *Orkut* relacionadas a ACM e seu grupo de forma negativa

COMUNIDADE	NÚMERO DE MEMBROS
ACM é amor	1.449
ACM Neto – Comunidade Oficial	1.324
ACM está no meu coração	271
Sou fã de ACM	157
ACM Bahia	150
ACM, esse é o cara	686
ACM Neto ainda será presidente	475
ACM Neto governador 2010	121
ACM Neto é um charme	93
ACM Neto é Robin	76
ACM Neto é o cara	65
ACM – Antonio Carlos Magalhães	60
Queremos ACM de volta	39
ACM – orgulho de ser carlista	28
ACM Neto prefeito 2008	39
Não traí e não traio ACM	28
ACM Neto, presidente do Brasil	28
Eu amo o senador ACM	31
ACM é amor	38
ACM Neto é verdade	26
Sou amigo de ACM Neto	16
ACM, eu gosto de você	15
Senador ACM	19
Morro de tesão pelo ACM Neto	21
Eu sou fã do ACM	15
Adoro ACM	08
<b>Total: 26</b>	<b>Total: 5.378</b>

**Fonte:** Pesquisa da autora

**Nota:** Levantamento feito no site de relacionamentos Orkut, em 26 de outubro de 2006

**Quadro 12** – Comunidades do *Orkut* relacionadas a ACM e seu grupo de forma positiva

Entretanto, uma diferença básica distingue a utilização desta ferramenta pelo avô e pelo neto. Percebe-se, nitidamente, que o fluxo de informações da parte de ACM Neto é permanente, mantendo as comunidades que lhe oferecem apoio informadas a respeito de questões relativas ao seu mandato e a sua atuação política. Bem diferente do que é feito pelo líder, que não estabelece nenhum tipo de comunicação com as comunidades de apoio e muito menos com as que lhes são desfavoráveis.

Em contrapartida, verificamos que não existiu da parte deles nenhum movimento no sentido de controlar a informação. Nesse universo, ao contrário de alguns agentes públicos que exigiram na Justiça a extinção de comunidades por elas estarem fazendo apologia ao ódio, ACM e seu grupo conviveram, até dezembro de 2006, com nada menos que 10 comunidades que utilizam a palavra “ódio” na própria nomenclatura. Da mesma forma, outras cinco comunidades trazem elementos de texto, como “boiola”, “puta” e “corrupto”, que difamam tanto o líder do grupo como o seu neto. Outra, mais ousada, chega a afirmar que o filho do senador morreu de ACM (Álcool, Cocaína e Maconha).

O fato de não ter exercido o seu direito de cidadão para pedir a retirada dessas comunidades do site do Google, porém, não pode ser entendido como uma adequação do

grupo às novas liberdades de expressão. Algumas variáveis podem ter sido levadas em consideração. A primeira delas é a importância que este universo representa na avaliação do grupo para justificar uma ação na Justiça. A segunda, de ordem prática, é que, ao recorrer à Justiça para extinguir estas comunidades, o grupo daria uma divulgação ainda maior ao conteúdo da manifestação. E a terceira, de ordem estratégica, fica por conta da velha máxima: falem bem ou mal, mas falem de mim.

O modelo adotado pelo grupo de ACM, historicamente, tem se limitado aos moldes simplistas dos meios de comunicação de massa que, como observa Le Coadic (1996, p. 12), restringe a comunicação a uma relação bilateral: informador – informado. A partir da estrutura de comunicação colocada a serviço do grupo, é acrescentado outro componente ao ciclo da informação, que é a mensagem, concebida e articulada dentro de um conceito estratégico, dirigida às massas e difundida pelos meios de comunicação de massa. Sem entrar no mérito da eficiência da mensagem, porém, podemos afirmar que o modelo de gestão da informação adotado pelo grupo não se transforma em um processo de comunicação social, pois, para tanto, falta movimento, o que permitiria a troca de informação, um mecanismo de alimentação recíproco entre o grupo e a sociedade.

Por outro lado, ao utilizar esses recursos, como ferramenta de marketing, o grupo não levou em consideração o novo contexto da informação e seus paradigmas. O primeiro elemento a ser pontuado nesse sentido é a fragmentação da antes sólida audiência de TV, que está associada à crescente popularização das TICs. Na verdade, existem diversas razões para essa mudança. Entretanto, a mais importante, sem dúvida, é que a televisão e os outros veículos tradicionais de comunicação estão sendo desafiados pela Internet e por outras tecnologias que oferecem opções mais amplas de serviços de informação e entretenimento (DIZARD, 2000, p. 19). O fenômeno que acometeu as grandes redes de TV americanas na década de 1990, não tardou a se confirmar no Brasil. Como vimos anteriormente, o crescimento das TICs no Brasil praticamente quadruplicou nos últimos cinco anos. E a consequência direta dessa diversificação de meios é a *desmassificação* da informação, característica chave do novo regime de informação.

Como referido na Introdução deste trabalho, ao contrário do que ocorria na sociedade industrial, a produção fabril deixou de ser realizada em série, porque as novas tecnologias permitem a fabricação de produtos personalizados ao mesmo custo do que antes só seria possível, se fosse produzido em massa. O mesmo processo ocorre na comunicação. A popularização cada vez maior dos recursos de informação e comunicação, gerados pelas novas tecnologias, principalmente a internet, possibilitou a incorporação do conceito de



segmentação de públicos, a custos ínfimos. O desafio da comunicação agora é criar vínculos de relacionamentos com seus públicos (PINHO, 2003, p. 49).

Se antes o foco principal da comunicação era a massa, feita através de jornais e emissoras de rádio e TVs, agora a palavra de ordem é a personalização, através da segmentação de públicos. Com a Internet, o processo lento e desarticulado de formação de públicos acelerou-se e organizou-se rapidamente. As massas agora podem ultrapassar a sua característica de estar espacialmente separadas, achar interesses convergentes na rede e formar, instantaneamente, públicos motivados e bem maiores. Se no antigo paradigma o processo de informação e comunicação era feito de “poucos para muitos”, a nova ordem agora é de “muitos para muitos” (DUARTE, 2002, p. 23).

A produção e distribuição de produtos jornalísticos na estrutura de hipertexto, a exemplo dos *blogs*, organizados e assinados por *mass medias* e personalidades de destaque nacional e internacional é outro instrumento de informação e comunicação proporcionado pelas TICs, que não pode ser desprezado na avaliação da comunicação organizacional ou política. Além de ampliar o universo de informação, esses novos meios possibilitam a diversificação de opiniões, comentários e análises e também a interatividade do público que agora pode se manifestar a respeito dos grandes temas da atualidade. Nesse universo, onde não existe concorrência direta com as grandes empresas de comunicação, as informações veiculadas pela mídia convencional são amplamente repercutidas e debatidas nos *blogs*, nas listas de discussão e em sites de relacionamentos, como o Orkut.

Trata-se de novos meios de informação e de comunicação, bastante participativos, que não podem ser menosprezados nem pelos empresários da comunicação e, muito menos, por políticos e agentes públicos. O poder dos *blogs* pode ser verificado no decorrer do segundo turno da campanha presidencial de 2006, no Brasil, quando a revista *Carta Capital* publicou matéria informando os bastidores do vazamento para a mídia convencional das fotos do dinheiro apreendido pela Polícia Federal e que, supostamente, teria sido utilizado pelo PT na compra de um dossiê contra políticos do PSDB, como veremos mais adiante. A revelação da forma como ocorreu o vazamento das fotos teria ficado restrita aos leitores da revista. O fato, no entanto, teve ampla repercussão entre os blogueiros que não só comentaram as implicações como reproduziram, integralmente, a matéria da revista.

### 5.6.5 O novo contexto no Brasil

Os sinais das mudanças que estão afetando os meios de informação e comunicação convencionais chegam de várias partes do mundo, a exemplo do golpe e do contragolpe na Venezuela, quando a mídia convencional repercutiu uma suposta renúncia do presidente Hugo Chávez, quando, na verdade, ele havia sido deposto. Mas um evento internacional, em especial, ilustra bem as transformações que estão ocorrendo. Trata-se das eleições de 2002, na Espanha. Poucos dias antes do pleito, um atentado na estação de trem de Madri foi atribuído pelo governo espanhol a uma ação do ETA, o grupo separatista basco. A mídia espanhola encarregou-se de espalhar e sustentar a versão governista. Entretanto, valendo-se das novas formas de informação e comunicação, principalmente de mensagens curtas em celulares, a população tomou conhecimento de que o atentado havia sido realizado pelo grupo islâmico Al Qaeda e não pelo ETA (NASSIF, 2006a).

Ao difundir a primeira versão, o governo espanhol, que vinha sendo duramente criticado por apoiar as ações dos Estados Unidos no Iraque, tentava encobrir o motivo real do atentado. O resultado prático da ação desastrosa foi a virada da oposição, que venceu as eleições dias depois do episódio, apesar da mídia convencional espanhola não ter noticiado a verdadeira identidade dos autores do atentado. No Brasil, como mencionamos no início deste capítulo, os dois fatos, na nossa visão, mais ilustrativos das mudanças operadas pelas TICs, no período que abrange o recorte deste estudo, foram a reeleição do presidente Lula e a derrota de ACM e seu grupo para o governo do Estado, no pleito de outubro de 2006.

Entre 26 de agosto e 29 de setembro desse ano, de todos os candidatos à Presidência, Lula foi o que registrou o maior índice de reportagens negativas nos principais veículos da mídia impressa do país, segundo o levantamento realizado pelo Observatório Brasileiro de Mídia. ([www.observatoriodamidia.org.br](http://www.observatoriodamidia.org.br)). O órgão analisou a cobertura de cinco jornais (*Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo*, *Correio Braziliense*, *O Globo* e *Jornal do Brasil*) e de quatro revistas de circulação nacional (*Veja*, *Isto É*, *Época* e *Carta Capital*) sobre os quatro candidatos mais bem colocados nas pesquisas de opinião: Geraldo Alckmin (PSDB), Helosisa Helena (PSOL) e Cristovam Buarque (PDT), além do candidato do PT. A pesquisa aferiu também o noticiário vinculado às atividades de Lula no exercício do cargo de presidente da República, como mostra a Tabela 10 abaixo:

**Tabela 10** – Índice de matérias na imprensa

CANDIDATO	TOTAL / MATÉRIAS	POSITIVAS	NEGATIVAS	NEUTRAS
<b>Lula (candidato)</b>	1.266	301 (23,77%)	720 (56,8%)	245 (19,35%)
<b>Alckmin</b>	401	160 (39,9%)	131 (32,6%)	110 (27,43%)
<b>HH</b>	112	57 (50,89%)	20 (17,85%)	35 (31,25%)
<b>Cristovam</b>	47	11 (23,4%)	17 (36,17%)	19 (40,42%)
<b>Lula (PR)</b>	593	136 (22,93%)	319 (53,79%)	138 (23,27%)

Fonte: Observatório Brasileiro de Mídia

Neste período, do total de 1 266 matérias sobre o candidato Lula, 720, ou 56,8 por cento, foram negativas. Índice semelhante foi aferido em relação ao material publicado sobre seu exercício na Presidência da República. Das 593 matérias veiculadas, 319, ou 53,79 por cento, foram de cunho negativo. Apesar da grande diferença do número total de matérias veiculadas, os números revelam uma tendência desfavorável para Lula em relação aos demais candidatos, sobretudo ao seu principal oponente, o candidato do PSDB, que computou um índice de 32,5 por cento de matérias negativas, no mesmo período.

Mesmo sem ter merecido um estudo específico como o que foi realizado com a mídia impressa, o noticiário televisivo sobre as eleições de 2006 foi alvo de grandes debates. O mais importante deles girou em torno do suposto favorecimento da principal rede de TV do país, a Globo, ao candidato Geraldo Alckmin. O episódio que detonou o processo de discussão foi a matéria, já referida, da revista *Carta Capital*, assinada pelo jornalista Raimundo Pereira, intitulada *A trama que levou ao segundo turno*.

Entre outros elementos, a reportagem relata os bastidores do vazamento para a imprensa das fotos do dinheiro apreendido pela Polícia Federal e que, supostamente, seria utilizado por petistas para a compra de um dossiê contra dos tucanos Alckmin e José Serra, envolvendo a aquisição superfaturada de ambulâncias pelo Ministério da Saúde na época em que Serra era o ministro. Segundo a matéria, a mídia convencional, em especial a Globo, omitiu do público informações cruciais sobre a forma como as fotos foram obtidas. Para chegar a essa conclusão, o repórter revela as circunstâncias em que se deu a divulgação do material para os jornalistas, elencando uma série de procedimentos questionáveis, que vão desde a atuação do delegado da PF Edmilson Bruno, responsável pela distribuição das fotos do dinheiro, até às informações privilegiadas que as equipes de comunicação dos dois candidatos tucanos tiveram em relação aos órgãos de imprensa.

No conjunto de erros e acertos revelados pela matéria, um elemento em especial merece ser destacado neste estudo. Trata-se da troca de acusações entre a *Carta Capital* e a Rede Globo sobre a veracidade dos fatos, principalmente sobre a conversa mantida entre os

jornalistas e o delegado Bruno. No diálogo, o delegado não só revela como obteve as fotos do dinheiro, como demonstra a sua ânsia para que o material fosse veiculado no Jornal Nacional, da TV Globo, e também o expediente que utilizaria para justificar aos seus superiores o vazamento das fotos para a imprensa. Bruno avisa que dirá ao seu chefe que foram os jornalistas que “roubaram” o CD contendo as fotos. Recomenda que as fotos sejam editadas em computador com o programa Photoshop para tirar detalhes, como o nome da empresa na qual as cédulas foram fotografadas, para despistar a origem do material (PEREIRA, 2006, p. 21).

A matéria da revista não questiona a posição dos veículos de esconder o nome da fonte que vazou as fotos, mas sim as circunstâncias em que essa fonte, no caso o delegado Bruno, repassou-as e o seu interesse de que as imagens fossem veiculadas naquele mesmo dia, véspera da eleição. Vários jornalistas tinham a fita de áudio gravada com a conversa do delegado Bruno. Entretanto, o que possibilitou que mais pessoas tomassem conhecimento das circunstâncias em que as fotos foram divulgadas foi a sua reprodução no site pessoal do repórter da Globo, Luiz Carlos Azenha, na internet, o *Vi o mundo - o que você nunca pode ver na tevê*. Dias depois, a versão completa do áudio foi divulgada no site *Conversa Afiada*, do jornalista Paulo Henrique Amorim (PEREIRA; QUEIROZ, 2006a, p. 25).

A divulgação da versão completa do áudio da conversa permitiu o conhecimento público de outros detalhes picantes revelados pelo delegado aos jornalistas, como a sua preocupação em colocar o dinheiro empilhado de forma a parecer um montante maior do que o real e também a angulação da câmara fotográfica para obter o mesmo resultado. Além disso, Bruno disse aos jornalistas que a sua disposição era “de ferrar com o PT” ([www.conversaafiada.com.br](http://www.conversaafiada.com.br)). Embora todos esses detalhes já fossem de conhecimento público e estivessem alimentando um intenso debate nos sites e blogs assinados por jornalistas importantes, em resposta a *Carta Capital*, o diretor-executivo da Central Globo de Jornalismo, Ali Kamel diz que só soube da existência da fita dois dias depois do episódio e que, ainda assim, não viu motivação política no ato do delegado Bruno (PEREIRA; QUEIROZ, 2006a, p. 28).

O episódio do delegado Bruno é apenas um entre os muitos exemplos do comportamento parcial da mídia convencional, para defender ou resguardar interesses empresariais ou políticos de jornalistas e de empresários da comunicação. Mas o aspecto que nos interessa neste estudo são as conseqüências geradas por este tipo de comportamento da mídia convencional. No processo eleitoral de 2002, a então pré-candidata do PFL a Presidência da República, Roseana Sarney, foi alvo de situação semelhante. A partir de

informações contidas em um dossiê contra ela, a Polícia Federal apreendeu uma grande soma de dinheiro no escritório de seu marido Jorge Murad, em São Luís. Embora a origem do dinheiro fosse posteriormente comprovada e justificada, a revelação, pela mídia, do fato e das imagens do dinheiro apreendido inviabilizaram a candidatura da ex-governadora do Maranhão.

As pesquisas realizadas pelo comando da campanha do candidato Lula, após a divulgação das fotos do dinheiro apreendido pela PF, indicam que, aliado ao fato do presidente não ter participado dos debates promovidos pelas emissoras de televisão, sobretudo o da Globo, levou a disputa presidencial para o segundo turno, uma vez que as aferições anteriores apontavam para a vitória de Lula já em primeiro turno (RODRIGUES, 2006). Entretanto, o debate provocado pela matéria da *Carta Capital*, amplamente repercutido pelos *sites* e *blogs* na internet, e difundido por outros veículos convencionais, graças à possibilidade de se ter acesso ao material original - no caso ao áudio da conversa do delegado com os jornalistas -, implicou a recuperação quase que instantânea dos índices de intenção de voto pelo candidato do PT.

Vale destacar que todo o processo eleitoral de 2006 foi marcado pela crise política iniciada em 2005, com a entrevista do então deputado Roberto Jefferson à revista *Veja*, que atingiu em cheio ao PT e a dois dos seus principais próceres, José Dirceu e José Genoíno, e respingou no presidente Lula. Fruto do padrão de comportamento da mídia baseado na divulgação de escândalos, como referimos anteriormente, a cobertura de uma crise política, via de regra, determinava os rumos do processo. Ao contrário do que estabelecem os critérios técnicos jornalísticos, a cobertura desta crise política revelou não só o relaxamento desses critérios por parte dos órgãos de imprensa, como observa Nassif (2003, p. 20) quanto o abandono do princípio constitucional da “presunção de inocência”, como refere Lima (2006, p. 15).

Para Lima (2006), uma das conseqüências mais visíveis desse padrão no caso em questão foi o aparecimento e a incorporação na narrativa jornalística e no vocabulário cotidiano de uma série de novas palavras e expressões, como *mensalão*, *partidos do mensalão*, *conexão cubana* e *dança da pizza*, entre outros. Nessa tentativa de expressar, sinteticamente, questões complexas, ambíguas, de interpretação múltipla e polêmica, a mídia reduziu um variado leque de significados a um significado guarda-chuva, a rótulos facilmente assimiláveis. Isso, segundo o teórico, não só contamina a opinião pública como induz o cidadão comum a uma percepção simplificada e, muitas vezes equivocada, da realidade (LIMA, 2006, p. 16). A visão de Lima (2006) é a mesma expressada por Costa (2005) e

também compartilhada por diversos profissionais de comunicação e estudiosos, a exemplo de Carta (2006a; 2006b), Nassif (2006a; 2006b), Amorim (2006b) e Azenha (2006).

As eleições presidenciais de 2006, sem dúvida, marcaram dois fenômenos de informação e comunicação. O primeiro diz respeito ao rompimento das classes D e E com as relações de submissão às classes mais altas e que antes influenciavam o seu voto. O segundo refere-se à consolidação da Internet e seus recursos de informação como agentes formadores de opinião. Apesar do claro posicionamento da mídia convencional contra um dos candidatos, o resultado eleitoral não referendou a opinião da mídia que, naquele momento, parecia dominante, como acontecia em tempos não tão remotos. (NASSIF, 2006a)

#### **5.6.6 O outono do patriarca**

Embora apresentando o mesmo resultado concreto, a derrota de ACM e do seu grupo, nas eleições estaduais de 2006, na Bahia, deve ser analisado sob o prisma oposto. Enquanto o candidato Lula sofreu o cerco da mídia convencional, na Bahia, o candidato do grupo de ACM e então governador, Paulo Souto, recebeu tratamento privilegiadíssimo dos órgãos de imprensa, principalmente dos veículos de propriedade da família Magalhães. No plano nacional, apesar da cobertura desfavorável da mídia, Lula venceu as eleições. No plano local, mesmo recebendo tratamento diferenciado dos principais órgãos de imprensa, Paulo Souto perdeu a disputa.

O ponto de interseção que une as duas situações é paradoxal, mas aponta para o mesmo horizonte: o esgotamento do modelo informacional baseado na comunicação de massa e seus velhos paradigmas. Os impactos do advento da internet e dos seus recursos de informação e comunicação vêm sendo subestimados pelos órgãos de imprensa. Não é raro ouvirmos opiniões sobre esses reflexos fundamentadas apenas nas estatísticas da inclusão digital no Brasil. O certo, porém, é que os novos paradigmas, que vieram no bojo da revolução tecnológica, estão presentes na vida cotidiana da população de todas as classes sociais, mesmo daquelas que não têm acesso direto a essas novas tecnologias, mas recebem um grande manancial de informações, graças a elas.

Outro ingrediente importante deste novo contexto, que não pode mais ser menosprezado, é a capacidade desses meios de proporcionar novas formas de manifestação do

seu próprio público. E boa parte dos habitantes de ciberespaço é formada por uma massa fluída que, de repente junta-se contra determinado fato ou pessoa e avança em bloco contra situações que, antes, eram comentadas e debatidas apenas em ambientes sociais fechados.

A força dos movimentos sociais iniciados na década de 60, aliás, assumiu grande dimensão com a introdução de novas tecnologias de informação e a formação da rede global. Os atores sociais e cidadãos em geral maximizaram as chances de representação de seus interesses e valores, utilizando-se de estratégias nas redes de relações entre várias instituições, em diversas esferas de competência. E essa complexa teia de informação e comunicação acaba afetando as relações de poder. A sua nova estrutura é controlada por uma geometria em rede, na qual as relações de supremacia são sempre específicas à determinada configuração de atores e instituições.

Jogos estratégicos, representação sob medida e liderança personalizada substituem eleitorados de classes, mobilização ideológica e controle partidário, característica da política da era industrial (CASTELLS, 1999b, p. 424).

O caso relatado pelo escritor e documentarista americano Michael Moore, no livro *Cara, cadê meu país?* ilustra bem a geometria do poder na sociedade pós-industrial. Na introdução, Moore relata que as 50 mil cópias do seu primeiro livro *Stupid white men: uma nação de idiotas* havia saído da gráfica na véspera do fatídico 11 de setembro de 2001, mas com o ataque às torres gêmeas na manhã seguinte, a editora decidiu não distribuir o livro e pediu que Moore alterasse o texto, considerado, na avaliação da editora, muito ofensivo ao presidente Bush, com alta popularidade interna, naquele instante.

A editora segurou o livro por cinco meses até o dia em que uma bibliotecária de Nova Jersey, Ann Sparenese, ouviu Moore falar sobre o assunto no telefone. Ao tomar conhecimento da história, a bibliotecária, que Moore nem conhecia, mandou um e-mail para uma lista de outros bibliotecários falando do embargo do livro. A mensagem voou pela internet e, poucos dias depois, cartas de bibliotecários do país inteiro chegaram aos escritórios da editora que, temendo o boicote, decidiu distribuir o livro em algumas livrarias, sem nenhuma publicidade. O resultado foi surpreendente. Mesmo sem nenhum recurso de mídia, em poucas horas o livro chegou ao primeiro lugar na lista dos mais vendidos do Amazon e, em cinco dias, chegava a sua nona reimpressão (MOORE, 2004, p. XX).

Com a força dos movimentos sociais organizados, analisa Castells (1999b), as instituições políticas tornam-se mais agências de negociações que locais de poder.

Os cidadãos de todo o mundo defendem-se por meio do voto para impedir que o Estado os prejudique em vez de confiarem a ele a representação da sua vontade. Em certo sentido, o sistema político é destituído de poder, embora não de influência (CASTELLS, 1999b, p. 424).

O poder político, porém, como refere Castells (1999b), não vai desaparecer na sociedade pós-industrial. Numa sociedade informacional, ele fica inserido nos códigos culturais, mediante os quais as pessoas e as instituições representam a vida e tomam decisões, inclusive políticas.

Nesse sentido, avalia o teórico espanhol, o poder, embora real, torna-se virtual. Real, porque onde quer que ele se consolide, dá a indivíduos e a organizações por tempo determinado, a capacidade de impor a sua vontade, independentemente de consenso. Mas é também virtual, porque esta capacidade deriva da capacidade de compor a experiência de vida em categorias que se dispõem a determinados comportamentos (CASTELLS, 1999b, p. 442).

Nesse novo contexto, o controle da informação, exercido por ACM e seu grupo, torna-se obsoleto. A informação veiculada pelos órgãos da grande imprensa continua chegando com facilidade ao conjunto dos baianos. Só que agora chegam também informações e opiniões de fontes diversificadas que os levam a uma reflexão mais profunda. Da mesma forma, o estilo cartorial que foi incorporado por ACM e seu grupo começou a ser questionado. O esgotamento desse estilo pode ser verificado em dois fatos recentes. O primeiro aconteceu durante a CPMI dos Correios, em 2005, da qual faziam parte alguns membros do grupo de ACM, especialmente o seu neto, ACM Neto, que era uma das fontes privilegiadas pela mídia convencional.

Os debates, depoimentos e acareações da CPMI, transmitidas ao vivo pelas TVs Câmara, Senado e outras emissoras de canal fechado, mostrava um ACM Neto indignado, vociferando contra os supostos atos de corrupção do governo Lula. As emissoras de canal aberto, salientavam a sua participação, abrindo espaço para entrevistas e até denúncias, como as que ele formulou contra os fundos de pensão e que, como vimos anteriormente, constituiu-se em um tiro no pé.

Ora, desenvolver um conceito de comunicação é agregar à filosofia política do agente público ou, no caso, do parlamentar, um estilo de conduta, qualidades, antecedentes, características comportamentais e ações deste ator, no tempo e no espaço. Ao ser estabelecido, este conjunto de valores resulta numa *identidade*, que deve ser transmitida a sociedade com máxima fidelidade para ser decodificada e transformada em *imagem*. Quando



a *imagem* transmitida não corresponde à realidade, dificilmente a comunicação consolida-se. As dicotomias exageradas, distantes da *identidade*, formam um ponto de interrogação na mente das pessoas: será que aquilo é verdadeiro? (TORQUATO, 2002, p. 23).

Com a popularização das TICs, a dicotomia entre o discurso e a ação do grupo começou a ser percebida com mais facilidade pela população. Além de estarem mais informados, os baianos passaram a ter acesso também aos fatos originais, em tempo real, com todas as suas cores e nuances, sem maquiagens e retoques. A questão, então, que passou a permear o imaginário popular foi o contra-senso: como podem acusar o governo federal de corrupção se na Bahia eles vêm, há anos, fazendo a mesma coisa?

Embora obtida sem base científica, essa constatação foi verificada em um trabalho produzido no segundo semestre de 2005, pelos alunos do 7º semestre do curso de Jornalismo, da Faculdade de Tecnologia e Ciência (FTC), na disciplina Oficina de Gestão da Comunicação, por mim ministrada, e que envolveu uma pesquisa telefônica com pessoas que estavam acompanhando as transmissões das sessões da CPMI dos Correios, através de TVs a cabo. Durante os depoimentos mais significativos da comissão, como os do empresário Marcos Valério e dos petistas Delúbio Soares, José Dirceu, Silvio Pereira e José Genoíno, os alunos fizeram 50 entrevistas, por telefone, com pessoas que estavam assistindo aos canais de TV fechada, como TV Câmara, TV Senado e Globo News. A idéia era saber o que eles estavam achando da atuação dos parlamentares baianos naquela CPMI.

O trabalho não pode ser contabilizado como um estudo científico, porque além de sua amostragem aleatória, abrangeu um universo pequeno, formado por pessoas que tinham assinatura de TV a cabo. Revela, porém, uma tendência geral de considerar, especialmente a participação de ACM Neto, exagerada e incoerente. A maioria das pessoas entrevistadas, cerca de 56 por cento, sentia-se incomodada com a participação agressiva do parlamentar baiano e questionava o contra senso de, no plano nacional, esse parlamentar questionar a honestidade do governo Lula e, no plano local, realizar os mesmos procedimentos. A essa percepção genérica, no entanto, deve-se acrescentar um outro elemento importante que é a representação simbólica do presidente Lula, neste mesmo imaginário popular. Nesse contexto, Lula constitui-se no homem simples do povo que deu certo, que chegou lá, na Presidência da República, e que agora está sendo bombardeado pelas elites descontentes (RODRIGUES, 2006).

O outro fato que também ilustra bem a questão foi a troca de insultos entre ACM e o presidente Lula, na campanha de 2006. Durante um comício no Farol da Barra, em Salvador, Lula disse que ACM não era mais o “leão do Norte” e sim um hamster (espécie de rato).

Numa reação destemperada, ACM devolveu o insulto, chamando o presidente de “ladrão”. Pela primeira vez na campanha, as pesquisas internas, encomendadas pelo PT, passaram a indicar uma queda, embora não muito acentuada, nos índices de intenção de voto em Paulo Souto<sup>54</sup>.

Na verdade, muitos são os fatos que indicam o esgotamento do modelo representado por ACM e seu grupo. Como visto anteriormente, este modelo começou a ser questionado no início dos anos 2000, período que coincide com a popularização das TICs. Em 2004, refletiu-se diretamente no resultado das eleições municipais. Apesar do controle da mídia local, da máquina administrativa e do ex-prefeito de Salvador, Antonio Imassahy, à época seu afilhado político, deixar a Prefeitura com altos índices de aprovação, o então candidato do grupo, César Borges, sofreu uma expressiva derrota, ficando com menos de 30 por cento dos votos válidos. Mas a surpreendente vitória do candidato do PT, Jaques Wagner, nas eleições de 2006, logo no primeiro turno, foi, sem dúvida, a prova mais cabal.

Durante todo o processo eleitoral, o candidato do grupo de ACM, Paulo Souto, manteve a liderança folgada nas pesquisas de intenção de voto de todos os institutos que realizaram sondagens na Bahia: Ibope, DataFolha, Campus / *A Tarde* e CNT/ Census. A diferença média entre Souto e Wagner era de 20 pontos percentuais. Até mesmo as pesquisas internas do candidato do PT apontavam para a vitória de Souto<sup>55</sup>. O resultado apurado nas urnas, porém, revelou uma diferença: a inversão das posições dos dois principais candidatos, que até a véspera, na pesquisa de boca de urna, parecia consolidada. Jaques Wagner venceu o pleito com 52,89 por centos dos votos válidos.

As causas de tamanha reviravolta ainda estão sendo investigadas pelos estudiosos da área. Entretanto, não se pode negar que os baianos fizeram uma “revolução silenciosa”, sabotando informações importantes dos institutos de pesquisa de opinião. Sem a ocorrência de nenhum fato novo que pudesse justificar um movimento tão significativo, a hipótese mais provável para o fenômeno é a de que os baianos omitiram a verdadeira intenção de voto com receio de possíveis represálias por parte do grupo de ACM, àquela altura ainda com a caneta do poder nas mãos. Ainda é prematuro dimensionar-se a parcela de contribuição das TICs no resultado final deste processo, mas não se pode minimizar a sua grande influência no conjunto de eventos que determinou a vitória eleitoral do petista.

---

<sup>54</sup> Informações fornecidas por Jaques Wagner durante entrevista concedida à autora desta Dissertação, em outubro de 2006.

<sup>55</sup> Informações fornecidas por Jaques Wagner durante entrevista concedida à autora desta Dissertação, em outubro de 2006.

## 6 CONCLUSÕES

Na primeira etapa deste estudo, além do aprofundamento teórico dos conceitos, buscamos identificar e analisar os métodos e meios empregados por ACM e seu grupo para controlar e usar a informação, como estratégia política para manter a sua hegemonia no Estado. Identificamos e caracterizamos o modelo informacional adotado pelo grupo e avaliamos a sua eficiência no contexto político e social que prevaleceu até o início deste milênio. Na segunda etapa, verificamos a eficácia desse mesmo modelo no contexto político e social atual, cujos paradigmas foram estabelecidos a partir da introdução e popularização das novas tecnologias de informação e comunicação.

### 6.1 PRINCIPAIS RESULTADOS

A observação do Regime de Informação estabelecido na Bahia entre 1985 e 2006 nos levou a conclusões diversificadas, a saber:

- a) O modelo informacional adotado pelo grupo de ACM é baseado no controle e no tratamento da informação e na sua disseminação pelos meios convencionais de comunicação de massa. Este modelo restringe a comunicação a uma relação unidirecional: informador – informado. Neste contexto, a informação é tratada e difundida, mas não se transforma em um processo de comunicação social, porque não prevê mecanismos que permitiriam a troca de informação, a alimentação recíproca entre o grupo e a sociedade, como observa Le Coadic (1996);
- b) O modelo informacional adotado pelo grupo determinou o Regime de Informação que prevaleceu no Estado, entre 1985 e 2000 e moldou, por critérios de pouca flexibilidade, estabelecidos pelo “chefe”, seus elementos: sujeitos, instituições, regras, autoridades informacionais, meios e recursos preferenciais, padrões de

excelência e arranjos organizacionais do seu processo seletivo, seus dispositivos de preservação e distribuição. Este modelo constituiu-se em uma das peças-chave utilizadas pelo grupo para manter sua hegemonia política no Estado;

- c) As formas de controle e uso da informação, que caracterizam o modelo informacional em questão, abrangem as seguintes táticas: a) Controle do processo de difusão da informação pública / governamental no âmbito dos três Poderes; b) Obtenção de concessões e criação de meios de comunicação de massa; c) Barganha com as verbas da publicidade oficial; d) Controle da distribuição, na Bahia, de jornais e revistas de circulação nacional; e) Relacionamento estreito e privilegiado com jornalistas, em três níveis: como fonte cotidiana e permanentemente disponível de informação; com a concessão de favores e benefícios, e, quando necessário, na sua forma mais truculenta, com a intimidação; f) Utilização da informação para a perseguição e intimidação no campo político, através de dossiês, usados como barganha para chantagens e ameaças e como conteúdo jornalístico na mídia para denegrir a reputação dos seus adversários e inimigos.

- d) Além da adoção e prática de tal modelo, outras três estratégias foram utilizadas pelo grupo para se manter no poder político do Estado. A aliança com o oficialismo federal, qualquer que fosse o governo; o controle sobre as instituições públicas do Executivo, Legislativo e Judiciário; e a perseguição política aos adversários são as três estratégias que, aliadas ao regime de informação estabelecido, possibilitou a manutenção da hegemonia política do grupo no Estado.

A aliança com o oficialismo permitiu ao grupo não só obter verbas federais para obras e ações de governo como a nomeação de seus integrantes e afilhados políticos em cargos federais na Bahia.

Através do controle que exercia sobre as instituições públicas do Executivo, Legislativo e Judiciário baiano, o grupo suprimiu na Bahia o princípio da separação e autonomia dos três poderes. A saudável divisão do poder, que impede ou pelo menos dificulta o arbítrio, foi aniquilada e substituída pelo domínio completo das instituições por um grupo político, notadamente pelo líder do grupo, mesmo no breve período em que esteve na oposição ao poder executivo estadual. Com isso, o grupo eximiu-se de prestar contas à sociedade das suas ações, atos, programas e, sobretudo, dos gastos públicos. Ou seja, no

âmbito do Estado, a política de informação colocada em prática pelo grupo manteve as mesmas características do modelo informacional utilizado no âmbito político.

Já a perseguição aos adversários, seja pela influência de que desfrutou nos diversos governos que se sucederam no comando do Executivo federal ou pelo controle que exerce sobre a mídia, o grupo afastou qualquer tipo de concorrência, limitando o espectro de lideranças políticas no Estado.

- e) Os dados analisados, neste estudo, nos permitiram concluir, também, que os interesses políticos do grupo estão estreitamente vinculados aos interesses empresariais. Estes, por sua vez, estão focados na indústria da informação de massa, embora se estendam para outros segmentos da economia. A concentração de poder, viabilizada pelo controle das instituições públicas dos três poderes, facilitou a consolidação da promíscua relação entre o público e privado no Estado. O modelo evidencia, também, que a indústria de informação do grupo na Bahia foi amplamente beneficiada, durante a permanência do grupo no poder político, pela obtenção de concessões públicas de canais de rádio e TV e pela distribuição das verbas publicitárias dos governos para os veículos de comunicação de sua propriedade;
- f) O modelo informacional representado pelo grupo mostrou-se bastante eficiente no contexto que prevaleceu no período que vai de 1985 a 2000. Fundamentado no controle, no tratamento da informação e na sua disseminação e difusão pelos os veículos de comunicação de massa, esse modelo só começou a emitir sinais de esgotamento no início deste milênio, período que coincide com a popularização das TICs no Brasil. Os paradigmas estabelecidos a partir da revolução tecnológica provocaram impactos profundos nesse modelo, como veremos mais adiante. Esses sinais começaram a ganhar forma concreta em 2004, com a derrota do grupo nas eleições municipais de Salvador. O candidato do grupo, César Borges, obteve apenas 30 por cento do total de votos válidos. O fim do ciclo hegemônico do grupo foi decretado dois anos depois, nas eleições de 2006. Tanto o candidato do grupo ao governo do Estado, Paulo Souto, quanto o candidato ao Senado, Rodolpho Tourinho, perderam a disputa, apesar de desfrutarem de tratamento privilegiado da mídia convencional.

- g) O processo de falência do modelo não se caracterizou apenas pelo crescimento das estatísticas de inclusão digital. Mais que isso, o que determinou o seu esgotamento foi a incorporação de novos valores políticos, sociais, culturais, para cuja disseminação a popularização das TICs contribuiu fortemente. O poder das novas tecnologias, especialmente da internet, está fundamentado na habilidade de superar barreiras que limitam o acesso dos cidadãos comuns a uma enorme massa de informação. Os meios de comunicação de massa constituem-se hoje apenas numa pequena parte de uma indústria de informação que é cada vez mais dependente das ferramentas de distribuição da rede para a entrega de seus produtos. Além disso, a Internet não se restringe à distribuição de dados impressos e poucas imagens gráficas. Hoje, a rede é, antes de tudo, um espaço multimídia, capaz de transmitir uma ampla variedade de dados, em vídeo e voz, além dos antigos impressos, como destaca Dizard (2000, p.34). A capacidade de transmitir informações em tempo real e a facilidade de acessos a fontes diversificadas de informação e opinião são características peculiares das novas mídias, que tornaram obsoletos quaisquer tipos de restrição ou censura nos meios de comunicação de massa. Aliada a isso, a crescente revolução tecnológica dos equipamentos, como celulares e *palm tops*, com câmeras fotográficas e de vídeo, transformou o cidadão comum em uma espécie de repórter das atividades cotidianas, dispondo, inclusive, de meios de veiculação do material colhido;
- h) Apesar de ACM e seu grupo lançarem mão dos novos recursos tecnológicos, o grupo não incorporou os valores que agora permeiam o novo contexto político e social do país. Tanto do ponto de vista empresarial quanto da comunicação política, o grupo não entendeu a extensão das mudanças de paradigmas que chegaram no bojo da revolução tecnológica. Recursos de informação e comunicação, como sites, *newsletter* e *webmarketing* foram incorporados ao arsenal de comunicação do grupo, mas apenas como meio de veiculação de publicidade e propaganda. Critérios, como ausência de controle e possibilidades de livre manifestação, desmassificação da informação, segmentação de públicos e interatividade foram menosprezados;
- i) Na contramão do novo contexto, o grupo preservou os antigos paradigmas, como a excessiva utilização política dos meios de comunicação de sua propriedade; a

contínua perseguição aos adversários, denegrindo suas reputações através da mídia; o estilo cartorial de tomar decisões, e a falta de transparência administrativa, entre outros procedimentos, que antes eram relevados, começaram a ser questionados e avaliados como inadequados pela população;

- j) No desenvolvimento deste trabalho, procuramos evidenciar que as TICs possibilitaram uma enorme diversidade de informações e de opiniões que se alinham mas também se contrapõem às informações e opiniões veiculadas pela mídia convencional. Estes novos meios de informação e comunicação tornaram obsoletos quaisquer tipos de censura ou controle de informação nos meios convencionais. Observamos, também, que o padrão de comportamento da mídia baseado na divulgação de escândalos e que antes determinaria os rumos de um processo, agora já é questionado pela opinião pública;
- l) A análise dos dados nos permitiu, ainda, observar outro ingrediente importante deste novo contexto, que não pode ser subestimado. Trata-se da capacidade dos novos meios de proporcionar formas de manifestação do seu próprio público, que é formado, em grande parte, por uma massa fluida que, de repente se junta contra determinado fato ou pessoa e avança em bloco contra situações que antes eram comentadas e debatidas apenas em ambientes sociais fechados. Com isso, os cidadãos maximizaram as chances de representação de seus interesses e valores, utilizando-se de estratégias nas redes de relações entre várias instituições, em diversas esferas de competência. Essa teia de informação e comunicação acaba afetando as relações de poder;
- m) As TICs possibilitaram também a transmissão de informações instantâneas e reais, sem tratamento. Com isso, a dicotomia entre discurso e ação passou a ser visível. Além de estar mais informada, a população passou a ter acesso também aos fatos originais, em tempo real, com todas as suas cores e nuances, sem maquiagens e retoques. Por outro lado, ao utilizar os novos recursos tecnológicos como ferramentas de marketing, o grupo de ACM não levou em consideração diversos aspectos do novo contexto, como a fragmentação das antes sólidas audiências de TV, fenômeno que está associado à crescente popularização das TICs. Este mesmo fenômeno acometeu as grandes redes de TV americanas na década de 1990 e não

tardou a se confirmar no Brasil. A consequência direta dessa diversificação de meios é uma relativa *desmassificação* da informação, característica chave do novo modelo informacional. A popularização cada vez maior dos recursos de informação e comunicação, gerados pelas novas tecnologias, principalmente a Internet, possibilitou a incorporação do conceito de segmentação de públicos, a custos ínfimos. O desafio da comunicação agora é criar vínculos de relacionamento com seus públicos (PINHO, 2003a, p. 49).

## 6.2 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Como mencionado na Introdução deste trabalho, inicialmente, a nossa idéia central consistia em pesquisar e analisar as formas de controle e uso da informação e examinar as evidências de esgotamento desse modelo. Entretanto, o surpreendente resultado das eleições de 2006, tanto no plano nacional como, especialmente, no estadual, nos levou - a mim e ao meu orientador - a aprofundar o estudo, avaliando com mais profundidade o impacto decorrente das TICs no fim do ciclo hegemônico do grupo no Estado.

O pouco tempo disponível entre o resultado eleitoral e o prazo oficial de entrega deste estudo ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFBA inviabilizou não só uma análise mais completa do fenômeno como a exploração de outros aspectos do fim do poder hegemônico, sobretudo das transformações no contexto político e social que se estabeleceram no país, a partir das mudanças de paradigmas.

Acreditamos que as formas e os meios empregados por ACM e seu grupo para controlar e usar politicamente a informação, na Bahia, foram eficientes no contexto político e social que prevaleceu na sociedade industrial. A utilização desses mesmos meios e formas, contudo, começam a emitir sinais de exaustão no contexto político e social que vem se consolidando a partir da popularização das TICs.

Nesse sentido, a pesquisa atende a todos as questões relativas ao problema que lhe dá origem. Porém, em função da exigüidade de tempo para avaliarmos outros indícios, fomos forçados a deixar de fora possíveis conexões deste fenômeno. De fato, apesar de todas as evidências analisadas ao longo deste trabalho, ainda não podemos dimensionar a exata contribuição da revolução tecnológica neste processo. Da mesma forma que não existem



ainda elementos suficientes para analisarmos as conseqüências concretas da derrota eleitoral para o grupo, no que tange ao controle e uso da informação. Entretanto, os dados de análise sugerem que é irreversível o processo de esgotamento do regime de informação implantado por Antonio Carlos Magalhães na Bahia, ainda que seu grupo sobreviva no cenário político do Estado.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação da grande imprensa**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- ABREU, Alzira Alves. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.
- \_\_\_\_\_; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; KORNIS, Mônica Almeida. **Mídia e política no Brasil: jornalismo e ficção**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.
- ACM. **JB On Line**, 01 fev. 2004. Disponível em <http://jbonline.terra.com.br/Jornal do Brasil>, Acesso em: 20 abr.2004.
- ACM classifica de “molecagem” posição de jornal brasileiro. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 abr. 1999, p. 1-11.
- ACM defende lei de responsabilidade para imprensa. **Correio da Bahia**, Salvador, 10 fev. 2004. Caderno Poder, p. 3.
- ACM denuncia no Senado corrupção na Justiça baiana. **Correio da Bahia**, Salvador, 14 dez. 2005. Caderno Poder, p. 3.
- ACM sempre foi um adversário do governador. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 26 maio 2001. p. A9.
- ACM se retrata e FHC manda arquivar ações. **A Tarde**, Salvador, 20 jun. 2001. p. 11.
- ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcante; VILAÇA, Marcos Vinícius. **Coronel, coronéis**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1965.
- ALENCAR, Kennedy; VAZ, Lúcio. Obra acirra ânimos do PFL baiano. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 dez. 2001. p. A4.
- ALMEIDA, Gilberto Wildbeger. **Política e mídia na Bahia: com ênfase na trajetória de Antonio Carlos Magalhães**. 1999. Tese (Doutorado) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- ALMEIDA, Rômulo. Traços da história econômica da Bahia no último século e meio. Salvador, **Revista Planejamento**, Salvador, v.1.n.1, p. 19-54, set./out. 1973.
- ALVOS da CPI. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 mar. 2001. Caderno Brasil, p. A4
- AMARAL, Clarissa. Disputa no TJ encurrula Waldir. **Tribuna da Bahia**, Salvador, 27 out. 1987. Política, p. 3.
- \_\_\_\_\_. O peixe fora d’água que virou dono do aquário. **Jornal da Bahia**, Salvador, 23 nov.1989a. p. 6-7.
- \_\_\_\_\_. Plin plin da Globo não repercute mais na Aratu. **Tribuna da Bahia**, Salvador, 23 jan. 1987. p. 3.
- \_\_\_\_\_. Waldir é o candidato do novo PMDB. **Tribuna da Bahia**, Salvador, 23 abr. 1989b. p. 3
- AMARAL, Marina. Entrevista explosiva: Franklin Martins. **Caros Amigos**, ano 10, n° 114, p. 35-40, set. 2006.

AMORIM, Paulo Henrique. Acesso na banda larga aumenta 9%. **Conversa Afiada**, nov. 2006a. Disponível em: <[http://convers-afiada.ig.com.br/399501-400000/399816/399816\\_1.html](http://convers-afiada.ig.com.br/399501-400000/399816/399816_1.html)>. Acesso em: 13 nov. 2006.

\_\_\_\_\_. Como governar quando toda a imprensa é contra. **Conversa Afiada**, out. 2006b. Disponível em: <<http://convers-afiada.ig.com.br/>>. Acesso em: 20 out. 2006.

\_\_\_\_\_. 18% dos domicílios brasileiros terão computador em 2006. **Conversa Afiada**, nov. 2006c. Disponível em: <[http://convers-afiada.ig.com.br/399501400000/399816/399816\\_1.html](http://convers-afiada.ig.com.br/399501400000/399816/399816_1.html)>. Acesso em: 13 nov. 2006.

AMORIM, Ricardo; VIEIRA, Eduardo. Blogs: os novos campeões de audiência. **Época**, n. 428, 31 jul.2006. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG74912-5990-428,00.html>>. Acesso em: 31 jul. 2006.

ANATEL. Superintendência de Serviços de Comunicação de Massa. **Sistema de Informação dos Serviços de Comunicação de Massa (SISCOM)**. Brasília, 2006. Consulta por Plano Básico de Distribuição de Canais; UF: BA, Serviço: RTV. Disponível em: <<http://www.mc.gov.br>>. Acesso em: 08 nov.2006.

O ANIVERSÁRIO do tabefe. **Tribuna da Bahia**, Salvador, 27 jan. 1984. Caderno Política, p. 2

ANTONIO Carlos defende cassação de 144 concessões feitas por Figueiredo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 maio 1985. p. A-5.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. A ciência da informação como ciência social. **Ciência da Informação**, Brasília, v.32, n.3, p. 21-27, set./dez. 2003.

O ATACADO do Sr. Globo. **Senhor**, São Paulo, n. 306, p. 40-45, 27 jan. 1987.

AUN, Marta Pinheiro. Políticas de Informação; políticas emergentes na sociedade da informação: o olhar formal. In: \_\_\_\_\_. **Antigas nações, novas redes**: as transformações do processo de construção de políticas de informação. 2001. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro / IBICT, Rio de Janeiro.

AZENHA, Luiz Carlos. Poder da internet no Brasil foi desconhecido por analistas políticos. out. 2006. Disponível em: <<http://viomundo.globo.com/site.php?nome=MinhaCabeca&edicao=341>> Acesso em: 25 out. 2006

BAHIA. Secretaria da Cultura e Turismo. Bahiatursa. **A estratégia turística da Bahia: 1991- 2005**. Salvador: Omar G., 2000. 120p

BAIXARIAS do Malvadeza: Magalhães perde as eleições e as estribeiras. **Afinal**, São Paulo, p. 22-23, 25 nov. 1986.

BALZAC, Honoré de. **Os jornalistas**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A condição da informação. **São Paulo em Perspectiva**, v. 16, n.3, p.67-74, 2002.

\_\_\_\_\_. Política de informação: características, qualidades e barreiras. In: ENCONTRO LATINO DE ECONOMIA DA INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E CULTURA (ENLEPICC),5., 2005, Salvador. **Anais...** Salvador: Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, 2005. CD-ROM.

BAUMGARTEN, Maíra. **A era do conhecimento: matrix ou ágora?** Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, Brasília: Ed. UnB, 2001. 263 p.

BERGAMO, Mônica. Desembargadores cortejam ACM na Bahia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 abr. 1999. Brasil, p. 1-10.

BERGER, Christa. A reestruturação da política em tempo midiáticos. **Intexto**, Porto Alegre, v.1., n.1, 1997. Disponível em: <<http://www.intexto.ufrgs.br/v1n1/a-v1n1a4.html>>. Acesso em: 17 mar. 2006.

BERGER, Peter I.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

BLUEM, W. A. **Os meios de comunicação social**. México: Roble, 1969.

BOBBIO, Norberto. **A teoria das formas de governo**. 9. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

\_\_\_\_\_. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Teoria geral da política**: a filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

BORGES, Jussara. **Inclusão digital e governo eletrônico**: conceitos ligados pelo acesso à informação. 2005. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia 2005.

BORGES, Maria Alice Guimarães. A compreensão da sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 3, p. 25-32, set./dez, 2000

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2005.

\_\_\_\_\_. **Sobre televisão**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia**: de Gutenberg a internet. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2004.

BRITTOS, Valério Cruz (Org.). **Comunicação, informação e espaço público**: exclusão no mundo globalizado. Rio de Janeiro: Papel & Virtual, 2002.

\_\_\_\_\_; BOLAÑO, César (Org.). **Rede Globo**: 40 anos de poder e hegemonia. São Paulo: Paulus, 2005.

BURKE, James; ORNSTEIN, Robert. **O presente do fazedor de machados: os dois gumes da história da cultura humana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

BURKE, Peter. **A escrita na história**: nova perspectiva. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.

\_\_\_\_\_. **A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994.

\_\_\_\_\_. **História e teoria social**. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.

\_\_\_\_\_. **Uma história social do conhecimento**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.

BURNS, Edward Mcnall. **História da civilização ocidental**. Rio de Janeiro: Globo, 1951.

BUTTIGIEG, Joseph A. Educação e hegemonia. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula (Org.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 39-49.

CAMPIONE, Daniel. Hegemonia e contra-hegemonia na América Latina. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula (Org.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 51-65.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB) 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2003. Disponível em: <[www.capurro.de/](http://www.capurro.de/)> Acesso em: 21 mar. 2005

\_\_\_\_\_. **Epistemology and information science**. Stockholm: Royal Institute of Technology Library, 1985. (Report TRITA-LIB-6023). Disponível em: <[www.capurro.de/trita.htm](http://www.capurro.de/trita.htm)>. Acesso em: 21 fev. 2005

\_\_\_\_\_. What is information science for? a philosophical reflection. In: Pertti Vakkari, Blaise Cronin (Ed.). **Conceptions of library and information science**. historical, empirical and theoretical perspectives. London: Taylor-Graham, 1992. p. 82-96. Disponível em: <[www.capurro.de/tampere91.htm](http://www.capurro.de/tampere91.htm)> Acesso em: 21 jan. 2005

CARTA, Mino. Ao som da operação Bartolo. **Carta Capital**, São Paulo, n. 371, p. 18, dez. 2005. Coluna A Semana

\_\_\_\_\_. Juntos na hora certa. **Carta Capital**, São Paulo, n. 416-A, p. 4-5, 27 out. 2006a. Edição Extra

\_\_\_\_\_. Tartufo trabalha na Globo? **Carta Capital**, São Paulo, n. 416, p. 20-25 out. 2006b.

CARVALHO, Joaquim de; WAACK, William. OAS, ACN, FHC. **Veja**, São Paulo, 8 de fev. 1995, Disponível em: <[www.veja.edicoes/1995.abr/materia/id=1997](http://www.veja.edicoes/1995.abr/materia/id=1997)>. Acesso em: 24 ago. 2005

CARVALHO, Kátia de. Imprensa e informação no Brasil, século XIX. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 3, 1996. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cionline/viewarticle.php?id=510>>. Acesso em: 26 jan. 2005.

CASTELLS, Manuel. **Fim de milênio**. São Paulo: Paz e Terra, 1999a. v. 3

\_\_\_\_\_. **A galáxia da internet: reflexões sobre internet, negócios e sociedade**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

\_\_\_\_\_. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999c. (A era da informação: economia, sociedade e cultura;1)

\_\_\_\_\_. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999b. (A era da informação: economia, sociedade e cultura;3)

CASTILHO, Alceu Luís. Apagou-se. O coronel baiano cai, mas deixa um império empresarial que foi construído na base da truculência política. **Isto É Dinheiro**, n. 197, jun. 2001. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/dinheironaweb/197/economia/index.htm>>. Acesso em: 25 out.2006.

CHAHIN, Ali; CUNHA, Maria Alexandra; KNIGHT, Peter T.; PINTO, Sólton Lemos. **E-gov.br: a próxima revolução brasileira: eficiência, qualidade e democracia: o governo eletrônico no Brasil e no mundo**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

CHÂTELET, François; DUHAMEL, Olivier; PISIER-KOUCHNER, Evelyne. **História das idéias políticas**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.

CONTI, Mario Sérgio. **Notícias do planalto: a imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

\_\_\_\_\_. Senador esteve junto e contra Lacerda. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 set. 2000. p. A12.

CORNFIELD Michael. O cívico, o político, o eleitoral e a Internet. **DataGramZero: Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, fev. 2001. Disponível em: <[http://www.datagramazero.org.br/fev01/Art\\_03.htm](http://www.datagramazero.org.br/fev01/Art_03.htm)> Acesso em: 21 fev. 2004

COSTA, Caio Túlio. O jornalismo não será o ator principal. **Observatório da Imprensa**, ano 11, n.351, out. 2005. Disponível em <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=351IPB012>>. Acesso em: 11 mar.2006.

CRONOLOGIA da crise. **O Estado de São Paulo**, São Paulo: 31 maio 2001. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/ext/especiais/tempestade/tempestade.htm>>. Acesso em: 26 jul.2006.

CUNHA, Luiz Cláudio; DINIZ, Weiller. Confissões de ACM. **Isto É**, São Paulo, n.1743, p.24-28, fev. 2003a.

\_\_\_\_\_. Grampo com recibo. **Isto É**, São Paulo, n. 1745, p.26-32, mar. 2003b.

\_\_\_\_\_. Grampos que vem da Bahia. **Isto É**, São Paulo, n. 1741, p.29-33, fev. 2003c.

\_\_\_\_\_. Ilusão de ética. **Isto É**, São Paulo, n. 1754, p.30-32, maio 2003d.

\_\_\_\_\_. Novos grampos. **Isto É**, São Paulo, n. 1752, p.38-40, abr. 2003e.

DANTAS NETO, Paulo Fábio. **Autocracia e carisma: a política de Antonio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974)**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006.

\_\_\_\_\_. Caminhos e atalhos: autonomia política, governabilidade e governança em Salvador. In: IVÓ, Anete Brito (Org.). **O poder da cidade: limites da governança urbana**. Salvador: EDUFBA, 2000. p. 51-83.

DAVENPORT, Thomas H. **Ecologia da informação: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação**. São Paulo: Futura, 2001.

\_\_\_\_\_; PRUSAK, L.. **Conhecimento empresarial: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

DECRETO cancela esta semana concessões irregulares. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 11 jun. 1985. 1 cad., p. 7.

DIAMANTE, Fábio. Nicéa confirma acusações feitas contra Antonio Carlos. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 22 mar. 2000. Disponível em:

<<http://conjur.estadao.com.br/static/text/2422,1>>. Acesso em: 18 de abr. 2005.

DIEHL, Astor Antônio; TATIM, Denise Carvalho. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

DINES, Alberto. Circo da renúncia: ACM ainda dá milho às frangas esfomeadas.

**Observatório da Imprensa**, 6 jun. 2001. Disponível em:

<<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/arquivo/inde06062001.htm>>. Acesso em 28/08/2004.

DIRETOR de A Tarde queria tirar quase R\$ 5 milhões do Desenbanco e só terá R\$ 18 mil. **Correio da Bahia**, Salvador, 27 jun. 2001. p. 2

DIZARD, Wilson P. **A nova mídia: a comunicação de massa na era da informação**. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.

\_\_\_\_\_. **The coming information age: an overview of technology, economics, and politics**. 3. ed. Nova York: Longman, 1989.

DUARTE, Jorge. A nova era: comunicação estratégica. In: DUARTE, Jorge (Org.). **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia**. São Paulo: Atlas, 2002.

DUARTE, Nestor. **A ordem privada e a organização política nacional**: contribuição à sociologia política brasileira. São Paulo: Nacional, 1939. (Coleção Brasileira)

DUPAS, Gilberto. **Ética e poder na sociedade da informação**. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

DUSO, Guisepe. **O poder**: história da filosofia política moderna. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

ENTMAN, Robert M. **Democracy without citizens**: media and the decay or american politics. New York: Oxford University Press, 1989.

\_\_\_\_\_. Framing: toward clarification of a fractured paradigm. **Journal of communication**, New York, v. 43, n. 4, p. 1-8, Autumn, 1993

\_\_\_\_\_. Framing U.S. coverage of international news: contrasts in narratives of the KAL and Iran Air Incidents. **Journal of Communication**, New York, v. 41, 1991. Disponível em: <<http://www.blackwell-synergy.com/doi/abs/10.1111/j.1460-2466.1991.tb02328>>. Acesso em: 24 ago. 2005.

ESCARIZ, Fernando. Antonio Carlos e a violência : a impunidade como regra consagrada. **Tribuna da Bahia**, Salvador, 15 nov. 1986. p. 13

EVELIN, G; PEDROSA, M; FILGUEIRAS, S. Um jeito Malvadeza de ser. **Isto É**, São Paulo, n.1556, jun. 1999. Disponível em: <<http://www.zaz.com.br/istoe/politica/155632.htm>>. Acesso em: 6 jul.2006.

FADUL, Ana Maria. **Novas tecnologias de comunicação**: impactos políticos, culturais e sócio-econômicos. São Paulo: Summus, 1986.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2001.

FALCÓN, Gustavo. **Os coronéis do cacau**. Salvador: Ianamá, EDUFBA, 1995.

FARIA, Glauco. Liberdade, Bahia. **Fórum**, São Paulo, n. 43, p.10-20, out. 2006.

FERNANDES, Bob. Dono da Propeg é teste-de-ferro de ACM. Portal Terra, São Paulo, abr. 2006, Seção Terra Magazine. Disponível em: < [www.terra.com.br/magazine](http://www.terra.com.br/magazine)>. Acesso em: 26 abr.2006.

FERNANDES, Bob. Um carnaval de cordeiros: como poucos usam Salvador para montar a sua festa particular. **Carta Capital**, São Paulo, n. 178, p.31-35, fev, de 2002.

\_\_\_\_\_. Uma borracha no passado: numa campanha de insultos, ACM é atacado em sua vida pública, mas mantém favoritismo. **Isto É Senhor**, São Paulo, n. 1095, p.26-31, set. 1990.

FEUDO ameaçado. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 3 dez.2001, Coluna Paineis, Caderno Brasil, p.A4

FILGUEIRAS, Sônia. Nem tudo é folia. **Isto É**, São Paulo, n. 1646, abr. 2001a. Disponível em: <[www.terra.com.br/istoe/1646/brasil/1646\\_nem\\_tudo\\_folia.htm](http://www.terra.com.br/istoe/1646/brasil/1646_nem_tudo_folia.htm)>. Acesso em: 24 ago.2006.

\_\_\_\_\_. Ministério: desmanche baiano. **Isto É**, São Paulo, n. 1642, p. 42- 44, mar. 2001b.

- FONSECA, Adilson. Aeroporto terá obra concluída em agosto. **A Tarde**, Salvador, 30 abr. 2002. Cad. Local, p. 3
- FORTES, Leandro. O velho estilo Malvadeza. **Carta Capital**, São Paulo, n. 391, p.34-36, maio 2006.
- \_\_\_\_\_. Um duto baiano. **Carta Capital**, São Paulo, n. 366, p. 24-29, 2 nov. 2005. Cad. Seu País,.
- \_\_\_\_\_. Suspeitos pontocom. **Carta Capital**, São Paulo, n. 370, p.30-32, 30 de nov. 2005. Caderno Seu País.
- FRANCELIN, Marivalde Moacir. A epistemologia da complexidade e a ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 2, p. 64-68, maio/ago. 2003.
- \_\_\_\_\_. Configuração epistemológica da ciência da informação no Brasil em uma perspectiva pós-moderna: análise de periódicos da área. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 2, p.49-66, maio/ago. 2004.
- FRANCO, Tasso. **O círculo do poder na Bahia**. Salvador: Franco Produções, 1990.
- FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro. **Os donos dos frutos de ouro**. 1979. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- FREITAS, Lídia Silva. Entre o público e o privado: trajetos temáticos: discursos da área de informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 14, n. 1, 2004. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/viewFile/70/68>> Acesso em: 25 mar. 2005
- FROHMANN, Bernd. Knowledge and power in library and information science: toward a discourse analysis of the cognitive view point. In: VAKKARI, Pertti ; CRONIN, Blaise (Ed.). **Conceptions of library and information science: historical, empirical and theoretical perspectives**. London: Los Angeles: T. Graham, 1992. p. 135-148.
- \_\_\_\_\_. Taking policy beyond information science: applying the actor network theory for connectedness: information, systems, people, organizations. In: ANNUAL CONFERENCE OF THE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23. 1995, Edmonton. **Electronic proceedings...** Disponível em<<http://www.cais-acsi.ca/1995proceedings.htm>> ou em <<http://www.fims.uwo.ca/people/faculty/frohmann/actor.htm>>. Acesso em: 20 nov. 2004.
- GALBRAITH, John Kenneth. **Anatomia do poder**. São Paulo: Pioneira, 1999.
- GALVÃO, M.C.B. Construção de conceitos no campo da ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v.27, n.1, p.46-52, jan./abr. 1998.
- GANCIA, Bárbara. ACM. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 7 maio 2002. p. B3
- GARNERO, Mário. **Jogo duro**. São Paulo: Best Seller, 1988
- GOMES, João Carlos Teixeira. **Memórias das trevas**. São Paulo: Geração, 2001
- GOMES, Wilson. **Transformações da política na era de comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.
- GONÇALVES, Augusto Lorena Santana. A importância do planejamento governamental do turismo: o Prodetur na Bahia. **Bahia. Análise & Dados**, Salvador, v.12, n.2, p.101-114, set. 2002.



- GONTIJO, Miriam. Análise da proposta brasileira de e-governo como expressão de uma política de informação a partir do conceito de regime de informação. **Perspectiva Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p.179-188, jul./dez. 2002.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M.N. A globalização e os novos espaços da informação. **Informare**, Rio de Janeiro, v. 3, n 1/2, p. 8-22, jan./dez. 1997.
- \_\_\_\_\_. A informação: dos estoques às redes. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n.1, p.77-83, jan./abr.1995.
- \_\_\_\_\_. Da política de informação ao papel da informação na política contemporânea. **Revista Internacional de Estudos Políticos**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 67-93, abr. 1999.
- \_\_\_\_\_. O contrato social da pesquisa: em busca de uma nova equação entre a autonomia epistêmica e autonomia política. **DataGramZero: Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, fev. 2003. Disponível em: <[http://www.dgz.org.br/fev03/Art\\_02.htm](http://www.dgz.org.br/fev03/Art_02.htm)>. Acesso em: 25 mar. 2005.
- \_\_\_\_\_. Metodologia de pesquisa no campo da ciência da informação. **DataGramZero: Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 6, dez. 2000. Disponível em: <[http://dici.ibict.br/archive/00000290/01/Metodologia\\_de\\_pesquisa.pdf](http://dici.ibict.br/archive/00000290/01/Metodologia_de_pesquisa.pdf)>. Acesso em: 25 mar. 2005.
- \_\_\_\_\_. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, 2002.
- \_\_\_\_\_. O papel do conhecimento e da informação nas formações políticas ocidentais. **Ciência da Informação**, Brasília, v.16, n.2, p.157-167, jul./dez. 1987.
- \_\_\_\_\_. Política e gestão da informação: novos rumos. **Ciência da Informação**, Brasília, v 28, n. 2, p. 109-110, 1999.
- GRAMACHO, Wladimir. ACM quer reduzir dependência da Globo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 4 jun. 2000a. p. A13.
- \_\_\_\_\_. Ele mandou o fax da capa: como o menino brigão da classe média baixa se transformou em ACM, acumulando riqueza e poder em 45 anos de uma truculenta vida pública. **Isto É**, São Paulo, n. 1.577, 22 dez. 1999. Disponível em <<http://www.zaz.com.br/istoe/politica/1999/12/18/000.htm>>. Acesso em: 26/03/2003.
- \_\_\_\_\_. Ocaso baiano: desigualdade social cresce na Bahia em anos carlistas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 jun. 2001. p. A5.
- \_\_\_\_\_. O império empresarial do carlismo (quadro). **Folha de São Paulo**, São Paulo, 4 jun. 2000b. p. A13.
- GRAVAÇÃO mostra tráfico de influência na eleição do TJ. **Correio da Bahia**, Salvador, 11 dez. 2005. Caderno Poder, p. 3.
- GUIMARÃES, Ary; JOVINIANO NETO (Org.). **O voto da mudança: eleições Bahia/86**. Salvador: SERPRO, 1988.
- HABERMAS, J. **Conhecimento e interesse**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- \_\_\_\_\_. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. (Biblioteca Tempo Universitário, n. 84, Série Estudos Alemães).
- \_\_\_\_\_. **Historia y crítica de la opinión pública**. Barcelona: G. Gili, 1994.
- \_\_\_\_\_. **La paix perpétuelle: le bicentenaire d'une idée kantienne**. Paris: Cerf, 1996.

\_\_\_\_\_. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. (Biblioteca Tempo Universitário, n. 76, Série Estudos Alemães)

HARDY, Oscar. About holdings. **The American Economic Review**, Nashville, Tenn., v. 39, n. 3, p. 478-480, maio 1949. Disponível em: <[http://links.jstor.org/sici?sici=0002-8282\(194905\)39%3A3%3C478%3AIMCOH1%3E2.0.CO%3B2-P](http://links.jstor.org/sici?sici=0002-8282(194905)39%3A3%3C478%3AIMCOH1%3E2.0.CO%3B2-P)>. Acesso em: 17 nov. 2006.

HERMAN, Edward S.; CHOMSKY, Noam. **A manipulação do público: política e poder econômico no uso da mídia**. São Paulo: Futura, 2003.

HJΦRLAND, Birger. Theory and metatheory of information science: a new interpretation. **Journal of Documentation**, v. 54, n. 5, p. 606-621, dec. 1998.

HOBBSAWM, Eric. **A era do capital**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. **A era dos impérios**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_. **A era das revoluções**. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

\_\_\_\_\_. **O novo século**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

HOHLFELDT, Antonio; GOBBI, Maria Cristina. **Teoria da comunicação**: antologia de pesquisadores brasileiros. Porto Alegre: Sulina, 2004

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

JAMBEIRO, Othon. Gestão e tratamento da informação na sociedade tecnológica. In: LUBISCO, Nídia L; BRANDÃO, Lídia. **Informação & Informática**. Salvador: EDUFBA, 2000. p.207-232.

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre políticas e estratégias sociais de informação, cultura e comunicação, em tempos digitais. In: PERUZZO, Cicília M. Krohling; ALMEIDA, Fernando Ferreira de (Org.). **Comunicação para a cidadania**. São Paulo Salvador: Intercom UNEB, 2003. p. 219-234

\_\_\_\_\_; BOLAÑO, César Ricardo Siqueira; BRITTOS, Valério Cruz (Org.). **Comunicação, informação e cultura**: dinâmicas globais e estruturas de poder. Salvador: EDUFBA, 2004

\_\_\_\_\_; BRITTOS, Valério Cruz; BENEVONUTO JÚNIOR, Álvaro (Org.). **Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia**. Salvador: EDUFBA, 2005.

\_\_\_\_\_; SILVA, Helena Pereira da (Org.). **Socializando informações, reduzindo distâncias**. Salvador: EDUFBA, 2003. v. 1. 170p.

JARDIM, José Maria. Capacidade governativa, informação e governo eletrônico. **DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, , v. 1 n. 5, out. 2000. Disponível em: <[http://www.dgz.org.br/out00/Art\\_01.htm](http://www.dgz.org.br/out00/Art_01.htm)>. Acesso em: 12 nov. 2004.

\_\_\_\_\_. **Transparência e opacidade do estado no Brasil**: uso e desuso da informação governamental. Niterói: EdUFF, 1999.

JARQUIN, Edmundo. Estado democrático y gobernabilidad en el siglo XXI. **Gobernanza: Revista Internacional para el Desarrollo Humano**, Barcelona, n.13, 2003.

JOSÉ, Emiliano. **Imprensa e poder**: ligações perigosas: a CPI do PC, do Collor e do orçamento numa análise inédita. Salvador: EDUFBA, 1996. (Estudos brasileiros).

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalismo virtual**: ensaios sobre o colapso da razão ética. São Paulo: Ed. Unesp; Fundação Perseu Abramo, 2005.

- LAGO, Rudolfo. E todo o barulho era só fita: conversa de ACM com procuradores não é o que foi publicado. **Veja**, São Paulo, p.47, 14 mar. 2001.
- LE COADIC, Y. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.
- LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Alfa-Omega. 1976.
- \_\_\_\_\_. **O coronelismo e o coronelismo de cada um**. São Paulo: Alfa-Omega. 1980.
- LEMOS, Renato. Antônio Carlos Magalhães. In: ABREU, Alzira Alves. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. p. 3432-3433.
- LIMA, Venício A. Cenário de representação da política. In: RUBIM, Antonio Albino (Org.). **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Ed. Unesp, 2004a.
- \_\_\_\_\_. **Mídia: crise política e poder no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Mídia: teoria e política**. 2.ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004b.
- LINS, Wilson. **Aprendizagem do absurdo**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, Conselho Estadual de Cultura; EGBA, 1997.
- MACHADO, Elias; BORGES, Clarissa; MIRANDA, Milena. Modelos de produção de conteúdos no jornalismo digital baiano. In: MACHADO, Elias; PALÁCIOS, Marcos (Org.). **Modelos de jornalismo digital**. Salvador, Edições GJOL, 2003.
- MACHADO NETO, Zahidée. **O coronelismo na Bahia**. Salvador: EDUFBA, 1972.
- MAGALHÃES, Antonio Carlos. **Política é paixão**. Rio de Janeiro: Revan, 1995.
- MAN, John. **A revolução de Gutenberg: a história de um gênio e da invenção que mudaram o mundo**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Hemus, 1977.
- MARCONDES, Carlos Enrique; JARDIM, José Maria. Políticas de informação governamental: a construção de governo eletrônico na administração federal do Brasil. **DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 4 n. 2 abr. 2003. <<http://www.dgz.org.br>>. Acesso em: 25 mar. 2005.
- MARCONDES FILHO, Ciro. **O escavador de silêncios: formas de construir e desconstruir sentidos na comunicação: nova teoria da comunicação, II**. São Paulo: Paulus, 2005.
- MARCONI, Paolo. **A censura política na imprensa brasileira 1968-1978**. São Paulo: Global, 1980.
- MARSHALL, Leandro. **O jornalismo na era da publicidade**. São Paulo: Summus, 2003
- MARTELETO, Regina Maria. Informação e sociedade: novos parâmetros teórico-práticos de gestão e transferência informacional. **São Paulo em Perspectiva**, v. 12, n. 4, p. 78-82, 1998.
- MARTINO, Luís Mauro Sá. **Mídia e poder simbólico: um ensaio sobre comunicação e campo religioso**. São Paulo: Paulus, 2004.
- \_\_\_\_\_; BARROS FILHO, Clóvis. **O habitus na comunicação**. São Paulo: Paulus, 2005.
- MATTELART, Armand. **Histoire des théories de la communication**. Paris: La Découverte, 1995.
- \_\_\_\_\_. **História da sociedade da informação**. São Paulo: Loyola, 2002.

- MCLUHAN, Marshall. **A galáxia de Gutenberg**: a formação do homem tipográfico. São Paulo: Nacional, 1977.
- MEIRELES, Andrei; ABDALA, Isabela; FILGUEIRAS, Sônia. É hora de agir. **Isto É**, São Paulo, n. 1.641, p.22-30, 14 mar. 2001.
- \_\_\_\_\_; FILGUEIRAS, Sônia. Apagão político. **Isto É**, São Paulo, n. 1652, 30 maio, 2001. Disponível em: < <http://www.terra.com.br/istoe/>>. Acesso em: 26 jul. 2006
- \_\_\_\_\_; PEDROSA, Mino. Ajuste de contas. **Isto É**, São Paulo, n. 1.652, p. 27-34, 30 maio 2001b.
- \_\_\_\_\_. A montanha pariu um rato. **Isto É**, São Paulo, n. 1.653, p. 26-33, 6 jun. 2001c.
- \_\_\_\_\_. Santa Inocência. **Isto É**, São Paulo, n. 1.650, p. 26-31, 16 maio 2001a.
- \_\_\_\_\_; FILGUEIRAS, Sônia. Poder: Magalhães Ltda. **Isto É**, São Paulo, n. 1624, p.26-31, 15 nov. 2000. Caderno Brasil.
- MEIRELES, Andrei; SIMAS F., Mário; PEDROSA, Mino. Fisgado pela voz. **Isto É**, São Paulo, n. 1.640, p. 24 -30, 7 mar. 2001.
- MELO, Clarissa. As várias faces de ACM em 25 anos de Tribuna da Bahia. **Pauta Geral**, Salvador, v.3, n. 3, p. 72-86, jan./dez. 1995.
- MELO, José Marques de. **A esfinge midiática**. São Paulo: Paulus, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Comunicação**: direito à informação. São Paulo: Papyrus, 1986.
- \_\_\_\_\_. **História do pensamento comunicacional**: cenários e personagens. São Paulo: Paulus, 2004.
- MELLO, Maria Alba Guedes Machado. **História política do baixo-médio São Francisco**. Salvador: EDUFBA, 1990.
- MERCADO de TV a cabo é controlado por quatro operadoras. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 out. 1994. p. 1- 4.
- MESSIAS, L.; MORAES, J. Informação: conceitos e terminologias na área de ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB): Informação, Conhecimento e Transdisciplinaridade, 5, 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2003. CD-ROM.
- MILL, J. S. **Sobre la libertad**. Madrid: Alianza, 1990.
- MILLS, C. W. **A elite do poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- MIRANDA, Ricardo. Com a mão em ACM. **Isto É**, São Paulo, n. 1.642, p.32-33, 21 mar. 2001.
- MOORE, Michael. **Cara, cadê meu país?** São Paulo: Francis, 2004.
- MOTTER, Paulino. O uso político das concessões das emissoras de rádio e televisão no governo Sarney. **Revista Comunicação & Política**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 89-116, 1994.
- MOURA, Milton. **Carnaval e baianidade**: arestas e curvas na coreografia de identidades do Carnaval de Salvador. 2001. Tese (Doutorado) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- NÃO é do meu estilo apontar quem é ladrão, afirma FHC. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 3 maio 2001. p. A5.

NASSIF, Luís. A blogosfera e a mídia. **Observatório da Imprensa**, ano 11, n.406, 07 nov. 2006a. Disponível em: <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=406JDB006>>. Acesso em: 8 nov.2006.

\_\_\_\_\_. ACM, imprensa e jogo das elites. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1º mar. 2001. p. B3.

\_\_\_\_\_. A nova era da comunicação. In: LUIS Nassif online. [s.l.], 2006b. Disponível em: <[http://z001.ig.com.br/ig/04/39/946471/blig/luisnassif\\_economia/2006\\_10.html](http://z001.ig.com.br/ig/04/39/946471/blig/luisnassif_economia/2006_10.html)> Acesso em: 24 out. 2006.

\_\_\_\_\_. **O jornalismo dos anos 90**. São Paulo: Futura, 2003.

JOVINIANO NETO. Eleições baianas de 1990: velhas e novas polarizações. **Revista de Filosofia e Ciências Humanas**, n.3, p.5-40, set.1992.

NOGUEIRA, Leila. A vitrine do poder: análise da definição das candidaturas à sucessão municipal/96 em Salvador através do BA TV 2ª edição. Salvador: [s.n.], 1996. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Faculdade de Comunicação, UFBA, 1996.

OLIVEIRA, Flávio. Grampos voltam a assustar a Bahia. **A Tarde**, Salvador, 14 dez. 2005, Caderno Política, p. 12.

OLTRAMARI, Alexandre; LAGO, Rudolfo. Crédito e débito, tudo direitinho. **Veja**, São Paulo, 14 fev. 2001, p.42-47.

OUTHWAITE, William; BORROMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1996.

OYAMA, Thaís. O príncipe da Bahia. **Veja**, São Paulo, edição 1.983, ano 39, n. 46, 22 nov. p.11-15, 2006.

PAIVA, Uilson. Verba pública sustenta empresas e o mito. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 31 maio 2001. p. A31.

PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e oligarquia 1889-1934**: a Bahia na primeira república brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1979.

PEDROSA, Mino. A lama muda de lado. **Isto É**, São Paulo, n. 1670, p.28-31, 3 de out. 2001.

\_\_\_\_\_. Dinheiro público: SAC em família. **Isto É**, São Paulo, n.1626, p.26-29, 24 de nov. 2000.

\_\_\_\_\_; SIMAS FILHO, Mário. Laços de sangue. **Isto É**, São Paulo, nº 1.623, 3 nov. 2000. Disponível em: <[www.terra.com.br/istoe/1623/brasil/lacos\\_sangue.htm](http://www.terra.com.br/istoe/1623/brasil/lacos_sangue.htm)>. Acesso em: 27 fev. 2003.

PENA, Antonio Gomes. **Introdução à epistemologia**. Rio de Janeiro: Imago, 2000.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.

PEREIRA, Raimundo Rodrigues. Os fatos ocultos. **Carta Capital**, São Paulo, ano 13, n. 415, p. 20-27, 18 out. 2006.

\_\_\_\_\_; QUEIROZ, Antonio Carlos. O dossiê da mídia. **Carta Capital**, São Paulo, ano 13, n. 416, p. 24-28, 25 out. 2006a.

\_\_\_\_\_. O dossiê da mídia. **Carta Capital**, São Paulo, ano 13, n 416-A, Edição Extra, p. 18-34, 27 out. 2006b.

- PILANTROPIA & Universidade: Di Gênio transformou Unip em potência. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2 dez. 2001. Disponível em: <[www.observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/asp0512200194.htm](http://www.observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/asp0512200194.htm)>. Acesso em: 08 ago. 2006.
- PINHO, J. B. **Jornalismo na internet: planejamento e produção da informação on line**. São Paulo: Summus, 2003a.
- \_\_\_\_\_. **Jornalismo na internet: técnicas e estratégias**. São Paulo: Summus, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Relações públicas na internet: técnicas e estratégias para informar e influenciar públicos de interesse**. São Paulo: Summus, 2003b.
- PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.
- PORCARO, Rosa Maria. A informação estatística na sociedade da informação: uma (des) construção. **DataGramZero: Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, abr. 2001. Disponível em: <[http://dgz.org.br/abr01/Art\\_04.htm](http://dgz.org.br/abr01/Art_04.htm)>. Acesso em: 20 jan 2005.
- PORTELA, Andréa. Jornal de ACM apresenta versão única dos fatos. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 18 maio 2001.
- Disponível em: <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/iq230520013.htm>>. Acesso em: 28 jul. 2005.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **O coronelismo numa interpretação sociológica: História geral da civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1975.
- \_\_\_\_\_. **O mandonismo local na vida política brasileira: (da Colônia a Primeira Republica): ensaio de sociologia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1969.
- QUINTERO, A. **Información y poder: el mundo después de la imprenta**. Madrid: Eudema, 1993.
- RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo. **Dicionário de comunicação**. Rio de Janeiro: Codecri, 1978.
- RAHIM, Syed. The infomation society concept and research: a view from another window. **KEIO Communication Review**, n. 10, p.63-73, 1989.
- RIOS, Joaquim Cruz. Resposta ao Pasquim da Paralela. **A Tarde**, Salvador, 29 jun. 2001. p. 2.
- RISÉRIO, Antonio. **Uma história da cidade da Bahia**. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2004.
- RODRIGUES, Fernando. Lula se beneficia na situação de vítima, diz o publicitário João Santana. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 5 nov. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u86328.shtml>>. Acesso em: 5 nov. 2006.
- ROSA, Dora Leal. **O mandonismo local na Chapada Diamantina**. 1973. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- ROSA, Mário. **A era do escândalo**. São Paulo: Geração, 2003.
- \_\_\_\_\_. **A reputação na velocidade do pensamento**. São Paulo: Geração, 2006.

- \_\_\_\_\_. **A síndrome de Aquiles: como lidar com as crises de imagem.** São Paulo: Gente, 2001.
- ROWLANDS, Ian. Understanding information policy: concepts, framework and research tools. **Journal of Information Science**, v. 22, n.1, p.13-25, 1996.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas. **ACM: poder, mídia e política.** Disponível em: <<http://www.unb.br/fac/comunicacaoepolitica/Albino2001.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2004.
- \_\_\_\_\_. **Comunicação & política.** São Paulo: Hacker, 2000.
- \_\_\_\_\_. (Org.). **Comunicação e política: conceitos e abordagens.** Salvador: EDUFBA; São Paulo: Ed. Unesp, 2004.
- RÜDIGER, Francisco. **Introdução à teoria da comunicação: problemas, correntes e autores.** São Paulo: Edicon, 2005.
- SBT transmite sessão e bate a Globo em SP. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 abr. 2001. p. A9.
- SAMPAIO, Consuelo Novais. **Os partidos políticos na Primeira República.** Salvador: CED/UFBA, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Poder e representação: o legislativo da Bahia na segunda república.** Salvador: Assembléia Legislativa. Assessoria de Comunicação Social, 1992.
- SAMPAIO, Maristela. Bahia é o Estado que tem mais indigentes. **A Tarde**, Salvador, 13 mar. 2002, Local, p. 3.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** São Paulo: Cortez, 2005.
- SANTOS, Mário Augusto Silva. **Sobrevivência e tensões sociais: Salvador 1890 – 1930.** 1982. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo.
- SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun., 1996.
- \_\_\_\_\_. Information science. **Journal of the American Society for Information Science – JASIS**, v.50, n.12, p.1051-1063, 1999.
- \_\_\_\_\_. Information science: origin, evolution and relations. In: VAKKARI, P.; CRONIN, B. (Ed.). **Conceptions of library and information science.** London: Taylor Graham, 1992. p.5-27.
- SARTI, Ingrid. A construção midiática do poder: avaliação crítica da literatura. **Comum**, Rio de Janeiro, v 5, n. 14, p.64-77, jan./jul., 2000.
- SCHRAMM, W. **Homem, mensagem e meios.** Madri: Forja, 1982.
- O SENHOR da Bahia: ACM começou como jornalista... **A Carta**, São Paulo, p.20- 25, 1991.
- SENNET, R. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SETZER, Valdemar W. Dado, informação, conhecimento e competência. **DataGramZero: Revista de Ciência da Informação**, n. zero, dez. 1999. Disponível em: <[http://www.dgz.org.br/ago02/Art\\_02.htm](http://www.dgz.org.br/ago02/Art_02.htm)>. Acesso em: 19 mar. 2005.

SEVERIANO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2002.

SHANON, Claude; WEAVER, Warren. **A teoria matemática da comunicação**. Tradução de Orlando Agueda. São Paulo: DIFEL, 1949. 136 p.

SILVA, Hélio. **História da república brasileira**. São Paulo: Três, 1975.

SILVA, Rubens R.G. **Digitalização de acervos fotográficos públicos e seus reflexos institucionais e sociais: tecnologia e consciência no universo digital**. 282 f. 2002. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. Por um novo modo de olhar: fotografia, informação e consciência. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB): Informação, Conhecimento e Transdisciplinaridade, 5, 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2003. CD-ROM.

SILVEIRA, Henrique. Um estudo do poder na Sociedade da Informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 3, p.79-90, 2000.

SIRIHAL, Adriana Bogliolo; LOURENÇO, Cíntia de Azevedo. Informação e conhecimento: aspectos filosóficos e informacionais. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 12, n 1, p.1-15, 2002.

SOBRAL, Newton. Ambição de ACM gera cisão. **Jornal da Bahia**, Salvador, 4 out. 1969. Política Dia-a-Dia, p.3.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. **Reinventando a cultura: a comunicação e seus produtos**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

SOUZA, Alírio Fernando Barbosa. **O coronelismo no médio São Francisco**. 1973. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SOUZA, Edgard Olímpio. Mônica Waldvogel: funcionária padrão. **Revista Go Where?** São Paulo, Portal Terra, n. 28, 2006. Disponível em: <<http://gowheresp.terra.com.br/28/monica.htm>>. Acesso em: 30 jul. 2006

SOUZA, Marconi de. Anúncio antecipa resultado de licitação. **A Tarde**, Salvador, 31 out. 2001a. Caderno Local, p. 3.

\_\_\_\_\_. Gasto com “promoção” será de R\$ 147 milhões em 2001. **A Tarde**, Salvador, 27 out. 2000a. Caderno Governo, p. 3

\_\_\_\_\_. Governo fraudava ofício e grampeia deputado. **A Tarde**, Salvador, 8 mar. 2003a. Caderno Política, p. 12-13.

\_\_\_\_\_. Netos de ACM alugam área pública. **A Tarde**, Salvador, 16 de set. 2003b. Caderno Local, p. 12.

\_\_\_\_\_. Netos de ACM licitaram canteiro. **A Tarde**, Salvador, 18 set. 2003c. Caderno Local, p. 10.

\_\_\_\_\_. Prefeitura e Estado estouram cofre com propaganda. **A Tarde**, Salvador, 25 out. 2000b. Caderno Local, p. 3

\_\_\_\_\_. Unitech terá mais de 500 contratos públicos. **A Tarde**, Salvador, 4 de nov. 2001b. Caderno Local, p. 3.



- TARDE, G. **A opinião e as massas**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- TAVARES, Luiz Henrique Dias. **História da Bahia**. São Paulo: Ed. Unesp; Salvador: EDUFBA, 2001.
- TELAROLLI, Rodolfo. **Poder local na República Velha**. São Paulo: Ed. Unesp, 1977.
- TELLES, André. **Orkut.com**. São Paulo: Landscape, 2006.
- THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- \_\_\_\_\_. **O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- TOCQUEVILLE, A. **O antigo regime e a revolução**. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- TOFFLER, Alvin. **A terceira onda**. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Criando uma nova civilização: a política da terceira onda**. Rio de Janeiro: Record, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Powershift: as mudanças do poder**. Rio de Janeiro: Record, 1990.
- TORQUATO, Guadêncio. **Tratado de comunicação organizacional e política**. São Paulo, Pioneira Thomson Learning, 2002.
- TRAQUINA, Nelson. O paradigma da agenda setting: redescoberta do poder do jornalismo. **Revista de Comunicação e Linguagens**, Lisboa, n. 21/22, p.189-221, 1995.
- TRE-BA. **Eleições 2006: divulgação de resultados**. Disponível em: <<http://www.tre-ba.gov.br/eleicao2006/1turno/>> Acesso em: 2 out. 2006.
- TRE-BA. **Eleições 2002: sistema de divulgação de resultados**. Disponível em: <<http://www.tre-ba.gov.br/eleicoes/resultados/Governador.htm>> Acesso em: 24 out. 2005.
- TRE-BA. **Eleições 1998: divulgação de resultados**. Disponível em: <[http://www.tse.gov.br/eleicoes/eleicoes98/divulgacao/gov\\_ba.html](http://www.tse.gov.br/eleicoes/eleicoes98/divulgacao/gov_ba.html)> Acesso em: 1 jul. 2002.
- TSE. **Eleições 1994: divulgação de resultados**. Disponível em: <[http://www.tse.gov.br/eleicoes/eleicoes94/2\\_turno/gov\\_ba.html](http://www.tse.gov.br/eleicoes/eleicoes94/2_turno/gov_ba.html)> Acesso em: 1 jul. 2002.
- TV Salvador destacará programação local. **Correio da Bahia**, Salvador, 28 dez. 1998. Cad. Economia, p. 9
- UNHA e carne. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 jul.2000. Coluna Painel, Caderno Brasil, p.A4
- VASCONCELOS, Levi. Eleição agita o Tribunal de Justiça. **A Tarde**, Salvador, 15 de nov. 2005. Caderno Local Disponível em: <[www.atarde.com.br](http://www.atarde.com.br)>. Acesso em: 02 ago.2006.
- VAZ, Lúcio; ALENCAR, Kennedy. Obra acirra ânimo do PFL baiano. **Folha de São Paulo**, São Pulo, 29 dez. 2001. p. A4. Disponível em: <[http://www.fws.uol.com.br/folio.cgi/fsp2001.nfo/query=pfl+baiano/doc/{@1}/hit\\_headings/words=4/hits\\_only?.](http://www.fws.uol.com.br/folio.cgi/fsp2001.nfo/query=pfl+baiano/doc/{@1}/hit_headings/words=4/hits_only?)> Acesso em: 22 jun. 2002.
- WAGNER vai seguir modelo de Waldir Pires para governar. **Correio da Bahia**, Salvador, 3 out. 2006. Caderno Poder, p. 3.
- WEBER, Luiz Alberto. Ninguém telefona ao coronel. **Carta Capital**, ano IX, n. 229, 26 fev. p. 20-25, 2003
- WEBER, Max. **Ensaios de sociologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

WEBSTER, Frank Neville. **Theories of information society**. London: Routledge, 1995.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. Censura à imprensa cresceu em 2001: ACM e jornal baiano citados em relatório mundial. **Carta Maior**, 23 maio 2002.. Disponível em: <[http://agenciartamajor.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=10794](http://agenciartamajor.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=10794)>. Acesso em: 02 jul. 2003.